

FUNDAÇÃO CECIERJ
PRÉ-VESTIBULAR SOCIAL

HISTÓRIA

MARIA MANUELA QUINTÁNS ALVARENGA
ALESSANDRA CARVALHO
MÔNICA LIMA E SOUZA
EDSON GUIMARÃES DE AZEVEDO

7ª EDIÇÃO
REVISADA E AMPLIADA

MÓDULO 2
2015



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Gustavo Tutuca

Fundação Cecierj

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Masako Oya Masuda

Vice-Presidente Científica

Mônica Damouche

Pré-Vestibular Social

Rua da Ajuda 5 - 15º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20040-000

Site: www.pvs.cederj.edu.br

Diretora

Celina M. S. Costa

Coordenadoras de História

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Alessandra Carvalho

Edson Guimarães de Azeredo

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Alessandra Carvalho

Mônica Lima e Souza

Edson Guimarães de Azeredo

Revisão de Conteúdo

Maria Manuela Quintáns Alvarenga

Alessandra Carvalho

Edson Guimarães de Azeredo

Capa, Projeto Gráfico, Manipulação de Imagens e Editoração Eletrônica

Cristina Portella

Filipe Dutra

Foto de Capa

Ayhan YILDIZ

Copyright © 2015, Fundação Cecierj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

P922

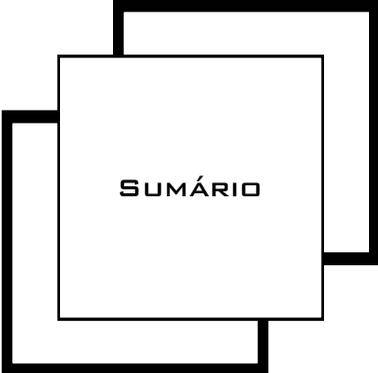
Pré-vestibular social: história. v. 2. / Maria Manuela Quintáns Alvarenga... [et al]. — 7. ed. rev. — Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015.

128 p. ; 20,0 x 27,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0037-8

1. História. 2. Europa-1914-1945. 3. Brasil-Américas. 4. Guerra fria. 5. América latina. I. Carvalho, Alessandra. II. Souza, Mônica Lima e. III. Azeredo, Edson Guimarães de. 1. Título.

CDD: 900



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 A Europa de 1914 a 1945	07
CAPÍTULO 2 O Brasil e as Américas na primeira metade do século XX	37
CAPÍTULO 3 O mundo após 1945: Guerra Fria, revolução e o mundo atual	57
CAPÍTULO 4 As Américas no pós-Segunda Guerra	87
CAPÍTULO 5 América Latina: revolução, autoritarismo e democracia	99



APRESENTAÇÃO

Caro Aluno,

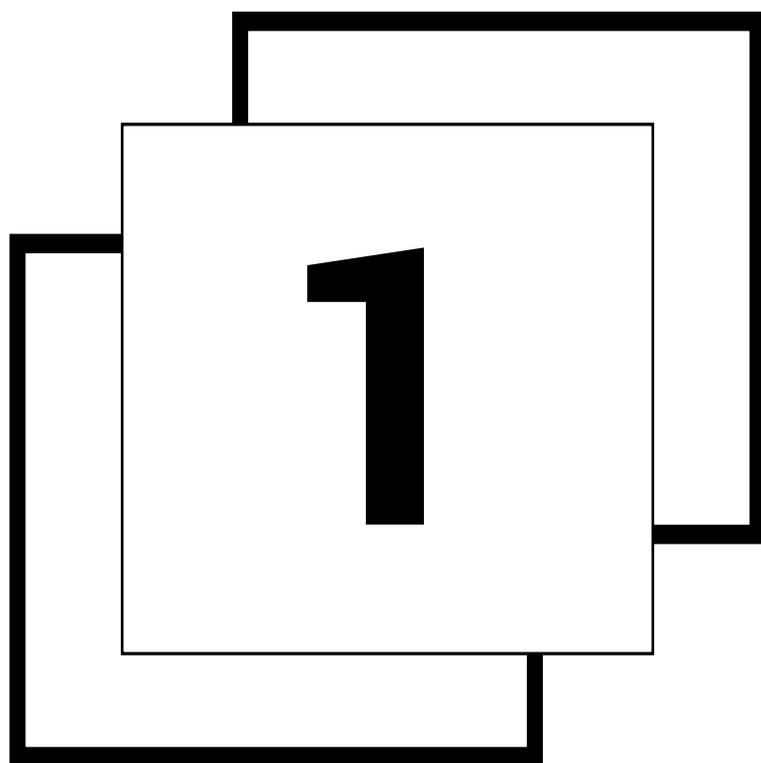
Este conjunto de apostilas foi elaborado de acordo com as necessidades e a lógica do projeto do Pré-Vestibular Social. Os conteúdos aqui apresentados foram desenvolvidos para embasar as aulas semanais presenciais que ocorrem nos polos. O material impresso por si só não causará o efeito desejado, portanto é imprescindível que você compareça regularmente às aulas e sessões de orientação acadêmica para obter o melhor resultado possível. Procure, também, a ajuda do atendimento 0800 colocado à sua disposição. A leitura antecipada dos capítulos permitirá que você participe mais ativamente das aulas expondo suas dúvidas o que aumentará as chances de entendimento dos conteúdos. Lembre-se que o aprendizado só acontece como via de mão dupla.

Aproveite este material da maneira adequada e terá mais chances de alcançar seus objetivos.

Bons estudos!

Equipe de Direção do PVS

Errata - Agradecemos a participação do Prof. Edson Guimarães de Azevedo na elaboração e revisão do módulo 1 da Apostila de História ano 2015, ISBN: 978-85-7648-983-2, do curso de Pré-Vestibular Social da Fundação Cecierj.



A EUROPA DE 1914 A 1945

INTRODUÇÃO

1914–1918	Primeira Guerra Mundial
1917	Revolução Russa
1922	Ascensão do Fascismo (Itália)
	Criação da URSS
1929	Quebra da Bolsa de Nova York
1933	Ascensão do Nazismo (Alemanha)
1939–1945	Segunda Guerra Mundial

Este é o primeiro capítulo do módulo 2 de História. Nosso foco de atenção se concentra no período compreendido entre o início do século XX e o ano de 1945. Estes foram anos marcados por muitos conflitos sangrentos, como as duas grandes guerras chamadas mundiais, que provocaram a morte de mais de 70 milhões de pessoas e uma enorme destruição material. Foi também a época em que o capitalismo sofreu uma de suas maiores crises e a proposta de organização da sociedade baseada na ideologia comunista se transformou em realidade, com a vitória da revolução na Rússia.

Os primeiros 50 anos do século XX viram surgir, ainda, os movimentos e os regimes fascista, na Itália, e nazista, na Alemanha, cuja ideologia caracterizava-se pelo nacionalismo exagerado, pela perseguição a determinados grupos étnicos e religiosos e pela defesa de um governo ditatorial.

Analisar como cada um desses processos se construiu no tempo, buscando as relações entre eles, são alguns dos objetivos deste capítulo. Para acompanhá-lo de forma produtiva, é fundamental que o módulo 1 esteja sempre à mão. Afinal, muito do que vivemos no século XX teve suas raízes plantadas nos anos anteriores.

Para ajudar você em seus estudos, colocamos acima um quadro cronológico. Sempre que tiver dúvida em relação à localização temporal de um processo histórico, consulte-o. Então, vamos lá!

A “GRANDE GUERRA” DE 1914 A 1918

Dez milhões de pessoas mortas. Mais de quarenta países envolvidos. Exércitos coloniais em ação. Quatro anos de batalhas e bombardeios. Desestruturação de impérios tradicionais como o russo, o austro-húngaro e o turco-otomano. Uma revolução comunista no poder. Novas fronteiras na Europa.

A Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, provocou grande destruição humana e material e profundas transformações nas relações internacionais e na Europa, continente que foi o centro das principais operações militares. Para os europeus que viveram estes anos, o conflito foi chamado de a Grande Guerra, por conta de sua longa duração e dos enormes sofrimentos e sacrifícios que foram exigidos da população.

Mas, o que teria provocado a eclosão da guerra? O que teria levado a Europa, que há mais de trinta anos vivia um período relativamente tranquilo e de grande prosperidade econômica, a se transformar, em 1914, no palco de uma guerra que

começou como um conflito localizado e em poucas semanas envolveu quase todos os Estados europeus?

A resposta a estas questões não é simples. A Primeira Guerra Mundial foi, sem dúvida, o resultado de uma combinação de vários fatores: a rivalidade econômica e política entre as potências, os nacionalismos exacerbados e agressivos, as disputas entre os projetos expansionistas das diferentes nações e, por fim, as alianças políticas e militares que se articulavam desde fins do século XIX. Vamos estudar cada um deles.



Infanteria australiana usando máscaras de oxigênio. Os soldados são do 45o Batalhão, 4a Divisão australiana em Garter Point, setor Ypres, 27 de Setembro de 1917. Foto: Capitão Frank Hurley. Australian War Memorial, Catálogo no. E00825. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Primeira_Guerra_Mundial

Em 1914, fazia um século que não havia uma grande guerra na Europa, isto é, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências ou mesmo a maioria delas. É nesse sentido, portanto, que o período anterior a 1914 pode ser considerado relativamente tranquilo para as relações internacionais europeias.

As décadas que antecederam a 1914 também foram marcadas por muitas inovações tecnológicas e mudanças nas formas de vida, principalmente das camadas médias e da burguesia. Telégrafos e telefones, meios de transporte mais velozes que levavam pessoas e notícias a diferentes partes do mundo, automóvel, cinema... Nas cidades, a sensação, para quem podia aproveitar as novidades, era viver em um mundo de progresso e transformações constantes. Também nas artes, essa época se traduziu em novas propostas de ver e retratar o mundo, no qual o “moderno” e as novas mercadorias de alta tecnologia ocupavam um lugar especial. Não à toa, os anos iniciais do século XX foram chamados de “bela época”. Ou, no francês, Belle Époque.



Cartaz da Belle Epoque, Paris.

<https://www.etsy.com/listing/111567337/france-during-the-belle-epoque-victorian>

..Ao lado dessa paz e prosperidade, algumas tensões e rivalidades entre as potências europeias se intensificavam. Podemos associá-las a dois grandes movimentos que marcaram com mais intensidade os anos que vão de 1875 a 1914.

O primeiro movimento está relacionado a um assunto que discutimos no capítulo 8 do Módulo 1: a expansão imperialista dos países capitalistas ocidentais sobre África e Ásia. Como vimos, durante o apogeu do processo de conquista colonial entre 1875 e 1914, as grandes nações encontravam-se motivadas por grandes ambições nacionais e econômico-financeiras e buscavam ampliar seus espaços de influência na Europa e, principalmente, fora dela. Disso derivaram diversos interesses conflitantes entre os Estados.

Se observamos, por exemplo, o mapa da África tal como se encontrava partilhada em 1914 (Módulo 1, capítulo 8, p. 101), veremos que a Inglaterra e a França possuíam a maior parte das colônias. Isso provocou a insatisfação de países como Alemanha e Itália, que passaram a questionar a divisão de colônias africanas. A partilha da África se coloca, então, como um bom exemplo de como a busca sem limites pela hegemonia política e econômica através de posses coloniais levou progressivamente ao agravamento das rivalidades entre as potências europeias.

No campo nas tensões político-econômicas, os antagonismos mais expressivos eram entre Inglaterra e Alemanha. A primeira, uma potência industrial tradicional, já não tinha o mesmo vigor da Alemanha, cujo crescimento industrial atingiu níveis altíssimos após sua unificação, em 1871. Na primeira década do século XX, os alemães não só faziam frente aos britânicos como os tinham ultrapassado em

vários setores estratégicos, como a produção de aço, ferro e na indústria química. Tendo alcançado tamanha expressão econômica, a Alemanha passou a buscar uma posição política e marítima no mundo como a que ocupava sua rival, a Inglaterra.

Podemos identificar, ainda, outros pontos de tensão entre as potências europeias: os ressentimentos da França com a perda da região da Alsácia-Lorena para a Alemanha, em 1871, e a pretensão de recuperar esses territórios; as guerras de tarifas aduaneiras entre França e Itália; as disputas entre Rússia e Inglaterra em torno dos limites de influência de cada um na Ásia Central e do controle da navegação em partes do Mar Mediterrâneo. Muitas nações, muitos interesses, muitas tensões...

O segundo movimento que acentuava os conflitos entre as nações envolvia a questão dos nacionalismos. Também no capítulo 8 do Módulo 1, discutimos como a ideia de pertencer a uma nação com território próprio, soberano e inteiramente livre da dominação externa se constituiu num elemento fundamental do processo de formação dos Estados Nacionais. Durante a segunda metade do século XIX, essas ideias se fortaleceram ainda mais e adotaram um caráter agressivo. Os governos conclamaram suas respectivas populações à exaltação dos sentimentos, identidades e interesses nacionais e, no geral, puderam contar com o apoio de seus cidadãos. Já entre as nações que ainda não tinham conquistado um governo próprio, cresceram as reivindicações de independência. Foi nesse contexto, portanto, que se intensificaram as desconfianças entre os países europeus e também os enfrentamentos internos de minorias nacionais que queriam o direito de estabelecer seu próprio governo dentro de estados plurinacionais, caso da Rússia, da Áustria-Hungria e do Império Turco-Otomano.

Esse quadro de rivalidades nas relações externas levou as nações europeias a fazerem diversas alianças políticas e militares entre si, firmando tratados no intuito de se proteger e isolar os rivais. Assim, no final do século XIX, começou a se estruturar um sistema de alianças que, nos primeiros anos do século XX, envolvia os principais países europeus. De um lado, a Tríplice Aliança, firmada em 1882, reunia Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. O segundo bloco de alianças, a Tríplice Entente (1904), contava com França, Rússia e uma não muito atuante Inglaterra, que se encontrava às voltas com movimentos separatistas na Irlanda e, como vimos acima, tinha divergências com os russos.

A preparação bélica e militar também foi um mecanismo ao qual os Estados europeus recorreram neste cenário de tensão e instabilidade. A relativa tranquilidade do período de 1875 a 1914, caracterizado pela ausência de guerras, encobria uma verdadeira corrida armamentista em curso. O clima de tensão predominante na Europa levou os governantes de cada país a investirem grandes somas de dinheiro na ampliação de sua Marinha, na formação de poderosos arsenais e, em muitos casos, na intensificação do recrutamento dos jovens para o serviço militar. Estruturava-se, portanto, uma situação de "paz armada".

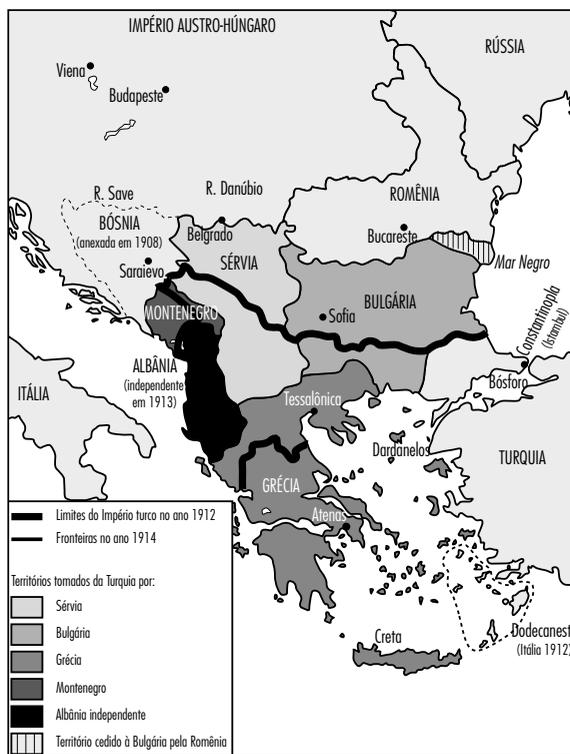
A REGIÃO DOS BÁLCÃS

Um dos focos de maior instabilidade se localizava na região dos Bálcãs (ver mapa), ocupada por povos eslavos em luta pela sua independência do Império Turco-Otomano desde fins do século XIX e disputadas por russos e austro-húngaros. Uma das regiões eslavas a ter sucesso foi a Sérvia, que estabeleceu um governo próprio

apoiado pelo Império Russo, e se colocou como o defensor dos povos eslavos. Já a Bósnia-Herzegovina acabou sendo anexada ao Império Austro-Húngaro em 1908.

Essa situação tinha na Sérvia um ator fundamental. O pequeno reino concentrava seus esforços na política externa para tentar se reunir a alguns territórios ocupados por população eslava que se encontravam sob dominação turca (como a Macedônia) ou sob controle austríaco (a Bósnia-Herzegovina).

Mapa da região dos Balcãs



O estabelecimento da posse sobre tais áreas abriria caminho para a formação de um Estado mais forte, a Grande Sérvia. Embora o governo sérvio demonstrasse moderação e cautela ao conduzir a situação, grupos clandestinos liderados principalmente por jovens nacionalistas pressionavam por ações mais enérgicas. Não sendo atendidos, passaram a atuar de forma autônoma ao poder instituído, pregando uma atuação marcada pelo radicalismo e pela violência. Tais grupos apoiaram ainda a proliferação de sociedades secretas pró-Sérvia em todos os territórios ocupados, tendo como finalidades a propaganda e as ações terroristas contra turcos e austríacos.

Diante de tudo isso, não surpreende que tenha sido a Península Balcânica o palco do incidente isolado que desencadeou o conflito militar que, contrariando as expectativas dos líderes políticos da época, tomaria rapidamente proporções mundiais e se estenderia por quatro longos anos...

DA PAZ ARMADA À GUERRA TOTAL

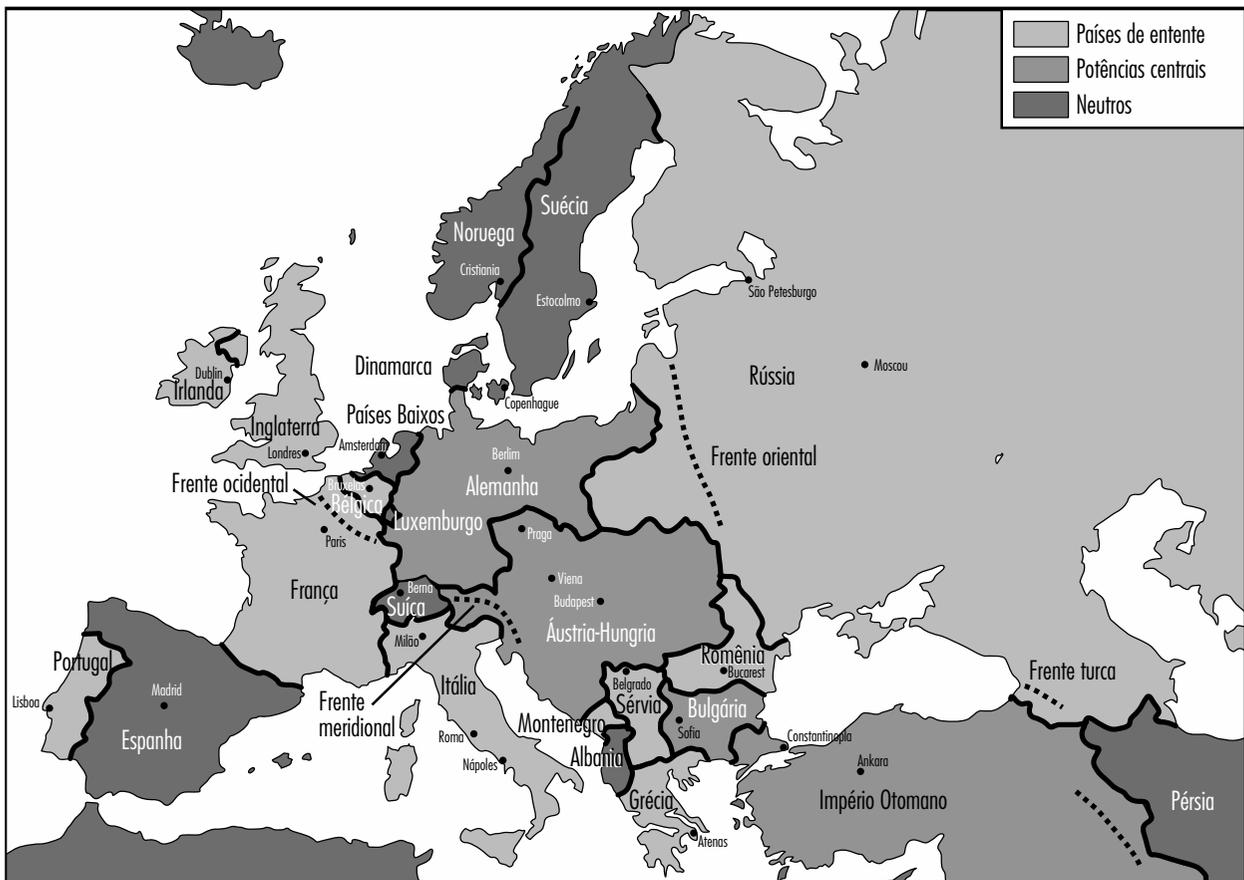
O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, e de sua esposa durante visita a Sarajevo, capital da Bósnia, em junho de 1914, foi o episódio que detonou o conflito e serviu de pretexto para a suspensão da “Paz Armada”.

A Sérvia foi considerada pela Áustria cúmplice no assassinato do arquiduque e, em julho, recebeu um documento contendo uma série de exigências e cujo não cumprimento acarretaria o fim das conversações e o uso de uma ação direta militar. Das duras exigências feitas pela Áustria à Sérvia, apenas uma não foi aceita. Foi o suficiente para justificar uma ação militar de ocupação na Sérvia.

A Rússia, motivada pelas suas pretensões de domínio sobre a região e sua aliança com a Sérvia, reagiu, decretando a mobilização geral de suas tropas e cobrindo militarmente as fronteiras com a Alemanha e a Áustria. A Alemanha, aliada da Áustria-Hungria, considerou a atitude russa uma provocação e solicitou, em nota diplomática ao czar russo, a retirada dos soldados. Não tendo seu pedido atendido, a Alemanha, declarou guerra à Rússia e pediu à França, aliada da Rússia, que assegurasse sua neutralidade no conflito para evitar uma guerra em duas frentes de batalha. A França considerou a proposta ofensiva, recusando-a de imediato. A Alemanha, então, declarou guerra à França. Por último, a intervenção inglesa deveu-se à ocupação da Bélgica pela Alemanha — como estratégia de iniciar sua ofensiva pela França —, e a Inglaterra declarou guerra à Alemanha em 04 de agosto de 1914.

O sistema de blocos de aliança fora, portanto, acionado, colocando em confronto direto os países da Tríplice Aliança (Alemanha e Áustria-Hungria) e os da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia). A Tríplice Aliança (cujos integrantes foram também chamados de “Potências Centrais” durante a guerra) logo ganhou a adesão do Império turco e da Bulgária. Do outro lado, a Tríplice Entente se avolumava numa coalizão bastante ampla, que incluía Japão, Romênia, Grécia e Portugal. A Itália, associada à Tríplice Aliança apenas formalmente no início da guerra, integrou-se à Entente em 1916. Os Estados Unidos entraram no conflito em 1917, com uma intervenção que acabou sendo decisiva para os rumos da guerra.

Mapa da Europa em 1914



Os primeiros meses de guerra (agosto-novembro de 1914) caracterizam-se por rápidas investidas de ambas as partes: uma fase de guerra de movimento durante a qual destacaram-se os enfrentamentos entre franceses e alemães na frente ocidental e russos e alemães na frente oriental. A estratégia alemã de avançar pelo território belga para atacar a França de surpresa e assim obter uma rápida vitória não teve sucesso. Os franceses conseguiram resistir com o apoio das forças britânicas. Paralelamente, a Alemanha perdia possessões na África e na Ásia.

Entre novembro de 1914 e os primeiros meses de 1918, passou-se a uma longa e sangrenta guerra de posições, na qual a posse de alguns quilômetros de terreno era decidida muitas vezes no combate corpo a corpo e às custas de milhares de mortos. Com efeito, por três anos e meio, os combates do lado ocidental se estabilizaram em uma guerra de trincheiras usada pela primeira vez em larga escala. Nesse tipo de combate, os soldados permaneciam abrigados em valas protegidas por arame farpado (trincheiras), onde se defendiam das ofensivas inimigas e de onde atiravam nos inimigos que, a alguma distância, ocupavam outra trincheira. Além das frentes oriental e ocidental na Europa, os combates prosseguiram em uma frente nas províncias turco-otomanas no Oriente Médio e na região dos Balcãs.

Leia alguns relatos de soldados que passaram pelos horrores das trincheiras:

Sujeira e imundície eram, é claro, companheiras constantes nas trincheiras.

A sujeira circundante era tão deprimente que, às vezes, no meio do inverno, os

homens enfrentavam o frio e se banhavam nos buracos feitos pelas bombas. Estes estavam sempre cheios devido à chuva persistente. Uma vida tão terrivelmente bestial... Até os porcos têm vida melhor!”

Ao cavarem ou consertarem as trincheiras, os grupos de trabalho frequentemente descobriam cadáveres em todos os estágios de deterioração e mutilação. Na maioria das vezes limitavam-se a afastá-los do caminho. Entretanto, fragmentos de corpos iam parar dentro dos sacos de areia. Se estes se rompiam, podiam divulgar seu conteúdo de modo tão horrível que o humor negro se tornava a única defesa contra a histeria. Em certo ponto do saliente de Ypres, os homens que estavam sendo substituídos desfilaram diante de um braço que se projetava para fora de um dos lados da trincheira e apertaram-lhe a mão — “Tchau Jack”. Os que vinham substituí-los fizeram o mesmo ao chegarem — “Oi Jack”.

Uma certa ferocidade surge dentro de você, uma absoluta indiferença para com tudo o que existe no mundo, exceto o seu dever de lutar. Você está comendo uma crosta de pão, e um homem é atingido e morto na trincheira perto de você. Você olha calmamente para ele por um momento e depois continua a comer o seu pão. Por que não? Não há o que fazer. Por fim, você fala da própria morte sem maior emoção, como falaria de um convite para o almoço.

Assim, ao contrário do que os especialistas em guerra e as autoridades políticas previram em julho de 1914, a guerra se anunciava longa. E se transformava em uma guerra total.

De 1915 em diante, as baixas sofridas pelos países envolvidos no conflito,

entre soldados e civis, eram contabilizadas aos milhares. Além do custo social decorrente das perdas humanas, as economias nacionais foram gravemente afetadas. À medida que a guerra se prolongava, alguns problemas tornavam-se crônicos: a falta de alimentos, os racionamentos, a alta de preços e a falta de mão de obra, sobretudo, a falta de trabalhadores para a indústria.

Por esse motivo, as grandes potências viram-se diante da necessidade de reorganizar suas economias para uma guerra cujo fim não parecia próximo. Na Alemanha, por exemplo, todos os homens entre quinze e setenta anos estavam à disposição do governo e todas as fábricas do país sob controle militar. Isto nos dá uma boa ideia do nível de envolvimento generalizado das populações na guerra. Em função do bloqueio comercial imposto à Alemanha e seus aliados, estes países enfrentavam problemas ainda maiores quanto ao suprimento de alimentos e mão de obra. Já a França, Grã-Bretanha e seus aliados dispunham de uma condição um pouco mais confortável, pois contavam com a ajuda econômica dos Estados Unidos desde o início dos combates. Aos países da Entente e aliados, os americanos forneciam armas, munições, alimentos, remédios e uniformes.

Para dar conta dos esforços necessários para a manutenção da guerra, Inglaterra e França lançaram mão dos recursos de suas colônias. Milhares de soldados argelinos e indochineses lutaram pela França, ao passo que indianos e australianos foram recrutados para defender as cores britânicas. Além de soldados, as colônias colaboraram também com gêneros alimentícios e matérias-primas para a economia de suas metrópoles, além do pagamento de impostos.

:: O papel da mulher ::

A falta de mão de obra acarretada pela mobilização de operários e camponeses para os combates fez com que se recorresse ao trabalho feminino. Milhares de mulheres foram recrutadas para o trabalho nas fábricas de armamentos e nos campos. Além disso, estiveram nas frentes de batalha em serviços da Cruz Vermelha.

Assim, a guerra contribuiu para a mudança de velhas estruturas sociais, uma vez que, conseguindo ampliar sua responsabilidade no mundo do trabalho e adquirir maior independência, as mulheres ganharam força nos movimentos sufragistas (que defendiam o direito de voto das mulheres). Em 1918, o voto feminino foi instituído na Inglaterra e, no ano seguinte, o mesmo ocorreu na Alemanha e na Áustria.

Dois eventos decisivos para os desdobramentos finais da guerra tiveram lugar no ano de 1917: a entrada dos Estados Unidos e a saída da Rússia.

De fato, com a chegada do partido bolchevique ao poder, em outubro de 1917, instalava-se na Rússia o primeiro regime socialista do mundo. Ainda neste capítulo, vamos saber como foi possível a derrubada do regime czarista russo pelas forças revolucionárias lideradas por Lênin. O fato é que os bolcheviques cumpriram a promessa de retirar a Rússia da guerra, dada a situação extremamente precária do exército e da grave crise interna. Logo que assumiu o poder, o governo bolchevique, contrariando o desejo dos seus aliados, iniciou conversações para

selar a paz com os alemães. Em março de 1918, a Rússia assinava o tratado de Brest-Litowsky com a Alemanha e se retirava da guerra. Nos termos do referido tratado bilateral estavam a autonomia de territórios como a Polônia, Ucrânia e os estados bálticos da Letônia, Lituânia e Estônia, bem como o pagamento de pesadas indenizações de guerra à Alemanha. Mas e os Estados Unidos? O que teria levado o país a abandonar uma posição de neutralidade e a empreender intervenções militares diretas contra as potências centrais?

Um primeiro ponto a se observar é que a absoluta neutralidade norte-americana se verificou apenas num momento inicial da guerra, quando o governo, apoiado pela opinião pública defensora do isolacionismo, evitou qualquer tipo de envolvimento com algum dos dois blocos em conflito. Entretanto, aos poucos, os norte-americanos se aproximariam dos aliados, com os quais estabeleceram uma parceria econômica e financeira que, por um lado, renderia vantagens financeiras para os credores norte-americanos e, por outro, atenderia às enormes demandas dos países em guerra.

A principal justificativa para a entrada dos Estados Unidos na guerra foi o ataque dos submarinos alemães às embarcações norte-americanas que transportavam mercadorias para a Inglaterra e seus aliados. Além de se sentirem ultrajados, esta campanha submarina alemã ameaçava concretamente as exportações norte-americanas. Há, no entanto, diversos outros fatores que contribuíram para a decisão de aderir à coalizão liderada por Inglaterra e França. Um fator de ordem ideológica foi a saída da Rússia, que fez com que os Estados Unidos passassem a enxergar a Entente como um bloco depurado do seu principal componente antidemocrático. A recusa de estabelecer uma aliança político-militar com a Entente no início da guerra deveu-se principalmente à presença do Império Russo, com seu regime autoritário cujos poderes eram concentrados nas mãos do czar.

Do ponto de vista da economia, havia receio de que ingleses e aliados pudessem sofrer um colapso econômico ao fim da guerra e, com isso, deixassem de saldar as dívidas contraídas em empréstimos e na compra de mercadorias dos norte-americanos. Assim, depois de quase três anos de um sangrento conflito, o Congresso e a opinião pública americana se convenceram de que aos Estados Unidos não mais cabia uma participação indireta, mas sim o envio de soldados para as batalhas travadas em solo europeu.

Com a saída dos russos na frente oriental e a chegada dos norte-americanos na frente ocidental, uma nova guerra de movimento se estendeu pelo ano de 1918. Em ambos os lados, os países encontravam-se completamente esgotados. A Áustria-Hungria, por exemplo, enfrentava uma profunda escassez de alimentos e grupos nacionais declarando suas independências.

Se a situação das potências da Entente era crítica, a situação da Alemanha era desesperadora: seus aliados turcos e os austríacos acabaram se rendendo, e as tropas da França, Inglaterra e Estados Unidos estavam quase penetrando em seu território. As pesadas derrotas na guerra geraram revolta entre os marinheiros, soldados e operários das cidades, levando à abdicação do imperador alemão. Logo em seguida, um conselho ligado ao Partido Socialista tomou o poder e foi proclamada a República de Weimar. O novo governo alemão declarou o cessar-fogo. A Grande Guerra chegava ao fim.

:: Inovações tecnológicas a serviço da guerra ::

A tecnologia aplicada à máquina de guerra foi um recurso utilizado pelos dois lados. Os alemães, que vinham obtendo grandes avanços na indústria química, levaram o gás venenoso ao campo de batalha. Os britânicos foram pioneiros no uso de veículos blindados de esteira (tanques de guerra), embora seus generais ainda não houvessem descoberto bem como usá-los e só em 1917 os veículos passassem a ser fabricados em quantidade significativa.

O arsenal dos países beligerantes contava ainda com metralhadoras capazes de produzir dezenas de tiros por minuto. Aviões foram utilizados na Grande Guerra como instrumentos bélicos, porém ainda pouco eficazes.

A arma tecnológica que teve um efeito mais importante na guerra foi o submarino, muito utilizado para a interceptação de navios carregados de alimentos e outros suprimentos transportados pelo mar. Esta tática foi empregada sobretudo pelos alemães e afetou navios britânicos e americanos que faziam transporte de suprimentos e civis.

A EUROPA APÓS A GUERRA

A Primeira Guerra Mundial teve impactos profundos. Na Europa, além dos aproximadamente 10 milhões de mortos, seu impacto material foi impressionante: cidades devastadas, localidades rurais destruídas e enormes dívidas de guerra pendentes. Com o fim do conflito, explodiram revoluções e guerras civis nos territórios das derrotadas Potências Centrais, como também na Rússia. O desaparecimento de antigos impérios e os resultados dos tratados firmados entre as nações vitoriosas geraram a necessidade de uma nova divisão no mapa europeu e de novas relações internacionais entre os países do continente.

• Os tratados do pós-guerra e a Liga das Nações

No decorrer do ano de 1919, as potências sobreviventes reuniram-se com o propósito de transformar o cessar fogo de 1918 em um acordo de paz duradouro. Dessas negociações resultaram vários tratados, entre eles o de Versalhes, um conjunto de medidas impostas por Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Itália à Alemanha. Mas, afinal, quais teriam sido os focos de tal tratado?

Um primeiro ponto nas disposições de Versalhes refere-se à constatação do colapso de diversos regimes da Europa e o reconhecimento de que surgia na Rússia um regime bolchevique revolucionário, logo qualificado como subversivo e atraente para as forças revolucionárias de todas as partes. Revelando o medo das potências, o tratado sinalizava para a necessidade de se pensar ações concretas e imediatas no intuito de tornar o mundo seguro contra o bolchevismo.

O futuro da Alemanha foi o tema de destaque na pauta de negociações das potências. A avaliação da França, por exemplo, era a de que os germânicos permaneciam sendo uma grande ameaça à estabilidade europeia e que, portanto, era imprescindível neutralizá-los política, econômica e militarmente.

Estabeleceram-se cláusulas territoriais e militares, bem como uma cláusula moral e financeira. A Alemanha perdeu a Alsácia-Lorena para a França, regiões para a Bélgica, para a Polônia e para a Tchecoslováquia — dois novos países criados após a guerra. Perdeu ainda suas colônias na África e sofreu um intenso processo de desmilitarização (isto é, a retirada de armamentos, que, no caso da Alemanha, significou a perda da frota mercante e aviões e a drástica redução de seu exército). Além disso, como queria a França, os alemães foram obrigados a reconhecer que haviam sido os únicos responsáveis pela guerra e suas consequências. Tal argumento foi usado como justificativa pelos vencedores para impor ainda pesadas reparações financeiras.

Outros tratados foram redigidos com severas punições dirigidas aos ex-integrantes da Tríplice Aliança (Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia) em que prevaleceram os interesses dos vencedores e aliados. Alguns princípios que nortearam a elaboração das determinações de Versalhes também estiveram na base de tais tratados complementares, como o princípio do direito das nacionalidades (ou seja, todas as nacionalidades tinham o direito de construir Estados independentes) e o enfraquecimento dos vencidos pela diminuição de seu poderio militar e econômico.

Nesse contexto de reconstrução do espaço político mundial surgiu também a Sociedade ou Liga das Nações (1919). Tratava-se de uma organização formada para garantir o cumprimento dos tratados do pós-guerra e resolver pacificamente as futuras pendências entre as nações, norteando-se pelo conceito de “segurança coletiva” e evitando que problemas entre elas voltassem a detonar novas guerras. Na prática, porém, a Liga das Nações logo se revelou uma instância de pouco poder. Sem o apoio do Congresso americano e a participação da Alemanha proibida, transformou-se em um comitê cuja arbitragem se limitava a atender os interesses franco-britânicos.

Os novos países como Áustria e Alemanha adotaram regimes republicanos e constituições liberais. A monarquia constitucional inglesa expandiu os direitos de seus cidadãos através da extensão do voto a amplos setores da sociedade. A própria Liga das Nações, embora tenha fracassado nos seus propósitos, passou a aplicar nas relações diplomáticas princípios característicos da prática democrática: discussão, debate e deliberação parlamentar.

A democratização política repercutiu também nas relações de trabalho. Na França, foi instituída a jornada de oito horas e criados novos órgãos que regulamentavam as relações entre trabalhadores e empregadores.

Nas colônias europeias na África e na Ásia, um dos resultados da participação na guerra foi o fortalecimento dos movimentos internos de contestação ao domínio estrangeiro. Os europeus foram obrigados a conceder mais espaço político aos nativos e tiveram que enfrentar rebeliões anticoloniais e uma oposição mais forte no plano da política interna e externa.

Mas o mundo onde a democracia parecia enfim ganhar fôlego seria efêmero, assistiria em pouco tempo ao retorno de governos ditatoriais e autoritários e uma guerra de proporções ainda mais catastróficas...

Síntese :: Quadro cronológico dos principais eventos da Primeira Guerra Mundial

1914	Atentado de Sarajevo Início da guerra
1915–1917	Guerra de trincheiras
1917	Entrada dos EUA na guerra e saída da Rússia
1918	Paz de Brest-Litovsk (entre Rússia e Alemanha) Vitória da Entente
1919	Tratado de Versalhes e criação da Liga das Nações

:: Síntese ::

- As disputas imperialistas entre os principais Estados europeus estabeleceram um cenário internacional marcado por vários pontos de tensão, intensificado pela ação de nacionalismos agressivos e por uma grande preparação militar. Isso se desenvolveu, sobretudo, entre fins do século XIX e 1914.
- Os conflitos entre os Estados europeus resultaram em um enfrentamento armado de grandes proporções, que se desenrolou entre 1914 e 1918.
- A longa duração da guerra esgotou as populações dos países participantes pois exigiu a mobilização de todos os recursos humanos e materiais para manter o esforço de guerra, incluindo as colônias.
- Após o conflito, profundas transformações podem ser identificadas: o fim de impérios autoritários e o surgimento de novos países na Europa, o enfraquecimento dos principais Estados europeus e a ascensão dos Estados Unidos, a revolta alemã com o Tratado de Versalhes e a criação da Liga das Nações.

AS REVOLUÇÕES RUSSAS DE 1917

Em outubro de 1917, um processo liderado por militantes comunistas e apoiado por movimentos populares fez nascer a primeira experiência socialista no mundo. A Revolução de Outubro de 1917 marcou profundamente a história do século XX. Sobre seu significado para a História do mundo contemporâneo, disse o historiador Eric Hobsbawm:

Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, as velhas sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, "perdido o mandato do céu". A humanidade estava à espera de uma alternativa, já conhecida em 1914. Os partidos socialistas, com o apoio das classes trabalhadoras em expansão de seus países [...] representavam essa alternativa na maioria dos Estados da Europa. Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo[...]. A Revolução Russa, também chamada de Revolução Bolchevique de outubro de 1917, pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se portanto, tão fundamental para a história do século XX, quanto a Revolução Francesa de 1789 para o século XIX.

HOBBSBAM, E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 62.

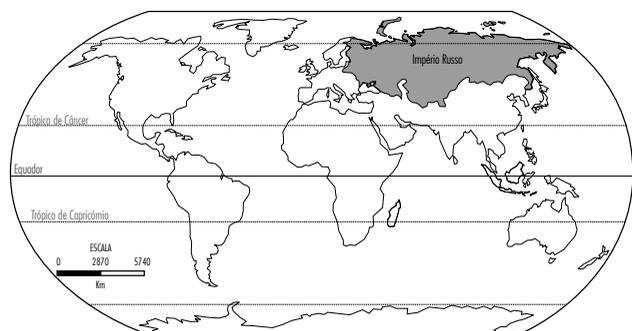
Vamos então procurar entender como isso aconteceu.

A RÚSSIA CZARISTA

Nas últimas décadas do século XIX, o Império Russo diferenciava-se muito da Inglaterra, da França e de outros países liberais onde o capitalismo estava consolidado e existiam sistemas políticos liberais. Geograficamente, estendia-se da costa do Pacífico até a Polônia, um imenso território no leste europeu e em grande parte da Ásia como podemos observar no mapa a seguir.

Nesse vasto Império eram abundantes os recursos minerais, e grande o potencial agrícola. No início do século XX, sua população chegava a 170 milhões de habitantes. Observe no mapa abaixo a extensão da Rússia, formada por diferentes nações, culturas e religiões — muçulmanos, judeus e, principalmente, cristãos ortodoxos.

Mapa do Império Russo



Mas, apesar dos enormes recursos naturais, o Império Russo era um país pouco desenvolvido. Sua economia ainda se baseava na agricultura, com 80% da população trabalhando no campo e utilizando técnicas agrícolas arcaicas.

A servidão, que penalizava cerca de 40 milhões de trabalhadores rurais, só foi extinta em 1861. Contudo, mesmo livres, os trabalhadores rurais continuaram sob o domínio dos grandes proprietários e sujeitos à pesada carga de tributos. De fato, o camponês russo vivia uma situação extremamente crítica: pequenos lotes, rendimentos baixíssimos, pouca inovação tecnológica, analfabetismo, má nutrição, doenças e fome.

Apesar de desfrutar de uma situação bem mais favorável que a dos camponeses, a nobreza também sofreu um processo de declínio, tendo seu controle sobre a propriedade da terra diminuído rapidamente entre 1887 e 1911. Embora conservando a influência na sociedade e no Estado, era um grupo social em decadência.

O processo de industrialização na Rússia só deu grandes passos a partir de 1880. Para isso, a entrada de capitais estrangeiros foi essencial. Belgas, alemães e, sobretudo, franceses, investiram em grandes empreendimentos industriais principalmente nas cidades de São Petesburgo, Moscou e Kiev.

O capitalismo industrial na Rússia se desenvolvia basicamente em dois setores: têxtil e metalúrgico, incluindo indústria pesada e de bens de produção. A indústria russa enfrentava obstáculos para se fortalecer, pois dependia de duas forças que escapavam ao seu controle: investimentos do capital internacional e a intervenção do Estado czarista. Na passagem do século XIX para o XX, a crescente industrialização de algumas regiões urbanas propiciou uma significativa modernização do Império, que compreendeu o crescimento das cidades e a implantação de ferrovias interligando várias de suas regiões.

Do ponto de vista político, o Estado russo era uma monarquia absolutista de direito divino, com o poder concentrado no czar, o imperador. As conquistas liberais em vigor havia décadas em vários outros países da Europa (como o regime constitucional, a divisão de poderes e o voto) inexistiam na organização política russa. No regime político czarista prevaleciam os regimes jurídicos de exceção, que implicavam: ausência de liberdades individuais, censura do ensino, julgamento de causas civis por tribunais militares, entre outros expedientes. O exército imperial, era numeroso e eficaz na repressão às revoltas dos camponeses, dos operários e das nacionalidades não russas.

Somente em 1905, o proletariado russo adquiriu o direito de se organizar em sindicatos reconhecidos pelo Estado, mas este continuava com o poder de intervir nas organizações e mobilizações dos operários.

Da mesma forma, o direito à greve era inexistente. Jornadas de trabalho de 12 a 15 horas eram comuns nas fábricas e minas russas e os trabalhadores de ambas eram completamente desprovidos de assistência social. Operários e camponeses eram, portanto, os segmentos que se encontravam na base da pirâmide social da Rússia nas décadas que antecederam o período revolucionário.

• As principais correntes políticas de oposição ao czarismo

No início do século XX, a grande maioria da população estava descontente com a situação do país. Os camponeses pobres eram explorados pela nobreza como se ainda fossem servos. Os operários urbanos viviam em condições precárias. A burguesia queria mais liberdade para participar do governo e ampliar seus negócios. Os estudantes, artistas e intelectuais liberais ou socialistas propunham

mudanças políticas para melhorar as condições de vida na Rússia.

Um grupo não menos importante eram os 57% da população do império de nacionalidade não russa, que partilhavam da profunda insatisfação com o regime. Eram poloneses, ucranianos, bielorrussos, letões, armênios, lituanos e finlandeses, entre outros. O Estado czarista, apesar de sua composição multinacional, desprezava a língua, as tradições, os valores e a cultura dessas nacionalidades, passando a adotar a partir de 1881 uma política radical de “russificação”. O ensino, a justiça e as manifestações artísticas como teatro e literatura só podiam exprimir-se em russo. Igualmente, o acesso ao funcionalismo era reservado aos russos ou, no máximo, a estrangeiros devidamente “russificados”.

Na cúpula da sociedade, setores liberais da nobreza e da burguesia questionaram, ainda que de forma moderada, o regime czarista, pressionando, em momentos críticos, por reformas conduzidas de cima para baixo.

As várias organizações de oposição existentes eram ilegais e submetidas à repressão czarista. Algumas representavam os interesses dos burgueses e defendiam o estabelecimento de um governo liberal. Outras, sensíveis às desigualdades e injustiças sociais que oprimiam os mais pobres, defendiam projetos revolucionários com base nas ideias socialistas.

Entre os socialistas, havia um forte grupo chamado de “socialista revolucionário”, atuante desde a segunda metade do século XIX. Seus militantes acreditavam que o caminho para estabelecer o socialismo na Rússia passava obrigatoriamente pela ação no campo, organizando e mobilizando os camponeses em prol da reforma agrária e da melhoria de suas condições de vida.

Ao lado dos socialistas revolucionários, organizou-se um partido marxista, cujo objetivo final era o estabelecimento de uma sociedade comunista — com a conquista do poder do Estado pelo proletariado e o fim da propriedade privada. Releia o capítulo 8 do módulo 1, onde discutimos o surgimento do pensamento socialista. Os marxistas reuniram-se no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), criado em 1898 e suas diretrizes políticas eram inspiradas nas ideias de Karl Marx e Friedrich Engels.

Os membros do POSDR se achavam divididos em dois grupos desde princípios do século XX: os mencheviques e os bolcheviques. Essa divisão tinha se originado em divergências acerca da organização do partido. Os mencheviques acreditavam na necessidade de abrir o partido a diferentes militantes, com o objetivo de conquistar apoio social. Já os bolcheviques defendiam a criação de um partido mais fechado, cujos membros fossem altamente disciplinados e totalmente dedicados à ação política.

Ambos concordavam, porém, que a situação de miséria e atraso do Império Russo dificultava bastante a realização de uma revolução socialista. Por isso, pensavam ser o momento de se unir às forças liberais e progressistas da burguesia para, juntos, atingir um primeiro objetivo: derrubar o governo czarista e criar um regime democrático liberal. Somente após essas transformações, em uma segunda etapa, seria possível articular um movimento revolucionário socialista.

• A Revolução de 1905

Entre 1904 e 1905, a já crítica situação social agravou-se com a derrota russa na guerra com o Japão, pela disputa da Manchúria (território no nordeste da China). A mobilização de tropas e as exigências da luta intensificaram os problemas internos e provocaram crises no abastecimento de alimentos, fazendo

crescer as críticas ao regime czarista.

Em janeiro de 1905, uma passeata reunindo cerca de 200 mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, teve lugar na capital São Petesburgo. Os manifestantes seguiam para o palácio imperial com a pretensão de entregar uma petição ao czar contendo suas reivindicações. Eram elas: melhores condições de vida e de trabalho, direito de greve, reforma agrária e uma Assembleia Nacional. A multidão foi recebida à bala pelas tropas imperiais. O triste saldo deste episódio, conhecido como Domingo Sangrento, foi a morte de centenas de pessoas e muitos feridos.

Uma onda de protestos e greves ocorreu nos meses após o massacre, assim como a ocupação de terras por parte dos camponeses, paralisando a economia russa. Em outubro de 1905, os trabalhadores de S. Petesburgo formaram um conselho reunindo representantes de diversas fábricas da cidade, dando origem ao primeiro soviete. Outros tantos se formaram nos demais centros industriais. Nos sovietes, os representantes dos operários discutiam a situação social e econômica do país e comandavam ações de luta.

Diante de tais pressões, o czar Nicolau II teve que negociar com os movimentos populares: prometeu respeito às liberdades individuais, uma reforma agrária e a convocação de uma Assembleia Nacional pan russa (que reuniria todas as nacionalidades presentes no território russo) — a Duma. Contudo, esta acabou sendo formada por uma maioria de nobres e ricos burgueses sujeitos aos poderes extraordinários do czar. Apenas ele tinha o direito de convocá-la e dissolvê-la.

As promessas do governo imperial e a ação da polícia política diminuíram momentaneamente o ritmo do movimento social. Adotando uma aparência liberal, o Império retomou o crescimento industrial e o czar se manteve no poder por mais doze anos.

Alguns aspectos do movimento de 1905, porém, mostraram-se fundamentais nos anos seguintes: é o caso da união entre os camponeses e as nacionalidades não russas e a criação dos sovietes, órgãos de poder popular dos quais o mundo voltaria a falar anos mais tarde.

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E AS REVOLUÇÕES DE 1917

Apesar das mudanças realizadas em 1905, as tensões sociais e os problemas econômicos russos não tiveram solução e, nos últimos meses antes da eclosão da I Grande Guerra (1914–1918), o país parecia mais uma vez à beira de um colapso. Nesse contexto, a guerra surgiu como fator determinante na desagregação do regime e o grande acelerador da revolução na Rússia, abalando de forma irreversível a política e a economia do Império.

Ao entrar na guerra em 1914, o Estado czarista tinha dois objetivos. No plano externo, pretendia garantir a hegemonia nos Bálcãs e o controle dos estreitos que lhe davam acesso ao Mediterrâneo. Internamente, pretendia mobilizar o povo em torno do czarismo e da defesa da pátria. Os generais russos imaginavam que a guerra seria curta e vitoriosa e que a população a apoiaria maciçamente.

Pelo menos numa primeira fase, a avaliação quanto ao apoio popular foi correta. A defesa da pátria entusiasmou a maioria; até mesmo os partidos socialistas, com exceção dos bolcheviques, apoiaram a entrada da Rússia na guerra. O principal líder bolchevique, Lênin, via a Primeira Guerra Mundial como um conflito entre países capitalistas em busca de novas áreas de domínio. Em vez

de participar dessa guerra ao lado dos capitalistas e defender seus interesses, o líder russo convocava os operários a travarem uma guerra contra os capitalistas e contra a burguesia.

Mas a guerra não foi curta nem vitoriosa. Faltavam à Rússia recursos e armamentos. Para suprir essa carência, a indústria se concentrou em atender às necessidades do exército. Desde 1915 começaram a faltar gêneros essenciais para a sobrevivência. Além disso, 15 milhões de homens foram deslocados dos campos e das fábricas para a frente de batalha. Só no primeiro ano de guerra, a Rússia contabilizou a morte de 3 milhões de soldados e acumulou sucessivas derrotas.

A mortalidade elevada, a escassez de alimentos e mercadorias e o aumento de preços trouxeram fome e miséria. Geraram também um grande descontentamento social que se traduziu em passeatas de protestos, greves, saques e ataques a prédios públicos.

A derrocada final do regime czarista ocorreu quando uma manifestação de operárias (no habitual “Dia da Mulher” do movimento socialista) se combinou com uma onda de mobilizações, uma greve geral e a invasão do centro da capital, São Petersburgo, basicamente para exigir pão. A fragilidade do regime se revelou quando as tropas do czar hesitaram e, ao final, recusaram-se a atacar a multidão, passando a confraternizar com ela. Em 2 de março de 1917, o czar abdicou o trono. A população de São Petesburgo imediatamente tratou a queda do czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia universais. E fez renascer o Soviete dos trabalhadores da cidade.

Evolução dos preços (em Rublos) durante a 1ª Guerra Mundial

	Por volta de 1914	Por volta de 1917
1 saco de farinha de centeio	6,50	40
1 saco de farinha de trigo	2,50	16
1 saco de batata	1	7
1 par de sapatos	5 a 8	40
1 feixe de lenha	6	40
Salário médio mensal	43 a 55	90 a 111

Fonte: FERRO, M. *La Revolution de 1917*. Aubier, 1967.

Um governo provisório composto por socialistas moderados e burgueses liberais (muitos deles membros da Duma) logo se constituiu, em torno de um projeto liberal-democrático. Entre as reivindicações populares atendidas pelo novo governo estavam: a instauração do sufrágio universal, liberdade de imprensa e anistia aos presos políticos. Entretanto, problemas centrais, como a permanência da Rússia na guerra, a concentração da terra e a falta de alimentos, mantiveram-se intocados, o que provocou muitas insatisfações entre os operários e camponeses, que tinham sido fundamentais para a derrubada do czar.

As insatisfações desses grupos com o governo provisório eram expressas principalmente através dos sovietes espalhados pela Rússia, cujo poder no cenário político aumentava dia a dia. Diante dos sovietes, o governo provisório não conseguia impor suas decisões à população. Assim, a derrocada do czarismo não teve como resultado a implantação de uma nova ordem política na Rússia, liberal e constitucional, mas um aumento das tensões e das lutas entre os diferentes grupos sociais russos.

A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão; já os operários exigiam melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era terra. Todos concordavam que queriam o fim da guerra, mas o governo provisório não respondia às demandas populares. Nesse cenário, Lênin, principal liderança bolchevique, defendeu a adoção imediata de duas bandeiras: slogan “Pão, Paz e Terra”, para atender às reivindicações populares, e “Todo o poder aos soviets”, de forma que o hesitante governo provisório fosse substituído por um poder formado por operários e camponeses. Com o agravamento da crise econômica, política e militar, as propostas de Lênin conquistaram logo crescente apoio e os bolcheviques passaram de um pequeno grupo em março de 1917 para um quarto de milhão de membros em julho do mesmo ano, ganhando cada vez mais espaço junto aos soviets operários.

A partir de agosto, os bolcheviques foram eleitos para comandar os principais soviets. Essa ascensão demonstrava sua capacidade de reconhecer o que os setores populares russos desejavam e oferecer um caminho para a realização de suas demandas. Ao contrário, o Governo Provisório e seus seguidores não souberam reconhecer sua incapacidade de fazer a Rússia obedecer a suas leis e decretos. Quando o Governo Provisório insistiu em lançar o exército na ofensiva militar em junho de 1917, o exército estava farto e os soldados camponeses voltaram para suas aldeias a fim de tomar parte na divisão de terra com os parentes. Em poucos meses, a radicalização se acelerou tanto no exército quanto nas principais cidades, cada vez mais em favor dos bolcheviques. Estes — até então um partido de operários — se viram em maioria nas principais cidades russas, sobretudo na capital Petrogrado (ex-São Petesburgo) e em Moscou, e perceberam que ganhavam terreno no exército. Em setembro, os bolcheviques iniciaram a articulação de um golpe para derrubar o governo provisório. Em fins de outubro, tomaram o poder. E iniciaram uma segunda revolução, agora com o objetivo de estabelecer uma sociedade comunista.

O GOVERNO BOLCHEVIQUE E A CONSTRUÇÃO DO COMUNISMO (1917–1921)

Assim que assumiram o poder, os bolcheviques tomaram uma série de medidas:

- criação, em Petrogrado, do Conselho dos Comissários do Povo;
- expropriação das terras e distribuição entre os camponeses;
- estatização das fábricas, bancos e empresas, incluindo empresas estrangeiras;
- concessão de autonomia às nacionalidades que antes compunham o Império Russo;
- saída da guerra seguida da assinatura do tratado de paz com a Alemanha (Brest-Litowsk, 1918), pelo qual a Rússia pagou uma pesada indenização e perdeu diversos territórios importantes.

Os primeiros anos após a revolução caracterizaram-se por uma oposição interna extremamente agressiva. Monarquistas defensores do czar, mencheviques e liberais reuniram-se em torno de um mesmo objetivo: derrubar o governo bolchevique. Os conflitos políticos mergulharam o país em uma guerra civil que o devastou entre 1918–1921.

Visando defender o novo regime, milhões de homens foram recrutados para

lutar no “Exército Vermelho”, comandado por Leon Trotsky. Já os “exércitos brancos”, como eram chamados os exércitos dos contrarrevolucionários, contavam com amplo apoio externo, principalmente no fornecimento de armamento e tropas. Combateram em solo russo tropas britânicas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas, o que demonstra a grande preocupação desses países com o êxito da revolução comunista.

Nos momentos mais agudos da brutal guerra civil de 1918–21, a Rússia Soviética foi reduzida a uma faixa de território sem saída para o mar. Contudo, a divisão das forças “brancas” e a incapacidade destas de conquistar o campesinato da Rússia se traduziram em vantagem para os bolcheviques. É preciso considerar a percepção dos camponeses de que suas chances de manter a posse da terra eram melhores sob o governo dos vermelhos do que com o possível retorno da monarquia czarista ou da instalação de um governo liberal. Em 1921, a guerra civil chegou ao fim. Com a vitória dos exércitos vermelhos, os bolcheviques se firmaram no poder e a revolução foi salva.

Durante todo o período de guerra civil, a produção industrial e agrícola do país foi destinada ao esforço de guerra e uma série de políticas conhecidas como “comunismo de guerra” foram adotadas para garantir o abastecimento dos soldados. Estabeleceu-se uma centralização rigorosa da política e da economia russas nas mãos do Estado. Grande parte da produção agrícola foi confiscada pelo governo e muitos camponeses foram obrigados a se alistar nos Exércitos Vermelhos. As cidades se esvaziaram pois, sem alimentos ou carvão para aquecimento, os habitantes migraram para as áreas rurais. Sindicatos, soviets, comitês de fábricas e comitês agrários perderam sua autonomia e tornaram-se órgãos do Estado. Tais medidas provocaram revoltas entre operários e camponeses. Outras medidas, como a supressão da liberdade de imprensa e do direito de greve, também foram motivo de muita resistência por parte dos trabalhadores.

Dados da economia russa entre 1913 e 1921

Produção industrial	1913	1921
Carvão (milhões de toneladas)	29,2	8,8
Eletricidade (milhões de KW)	2	0,5
Petróleo (milhões de toneladas)	10,3	3,8
Ferro fundido (milhões de toneladas)	4,2	0,1
Aço (milhões de toneladas)	4,3	0,2
Cimento (milhões de toneladas)	1,8	0,06
População de Petrogrado (milhões de hab.)	2,2	0,7

Para estimular a recuperação econômica do país, arrasado pela guerra, Lênin propôs a Nova Política Econômica (NEP) em 1921. Tratava-se de um conjunto de medidas que autorizou o retorno parcial do capitalismo, permitindo o funcionamento de atividades privadas, a liberdade de comércio e até mesmo a abertura de empresas no país. A produção agrícola e industrial foi retomada. Politicamente, no entanto, as medidas foram bem mais rígidas: o poder centralizou-se ainda mais, com a transformação do Partido Comunista (ex-Partido Bolchevique) em partido único. A NEP esteve em vigor até 1927.

Vemos, portanto, que a consolidação dos bolcheviques no poder passou por duas fases. A primeira (1917–1918) - marcada pela ampla aliança social que

permitira a vitória em outubro — foi até a assinatura da paz com a Alemanha. Na segunda fase (1918–1921), foram rompidas as alianças com as demais forças políticas, e os bolcheviques isolaram-se no comando do Estado, ainda que contando com o apoio de importantes forças da sociedade.

Uma grande parte de territórios da velha Rússia czarista tornou-se independente durante a guerra civil. A partir dos anos 1920–21 começaram a se estabelecer pactos que culminaram com a formação, em fins de 1922, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS — uma federação que reunia a Rússia, a Bielorrússia, a Ucrânia e a Transcaucásia (Azerbaijão, Armênia e Geórgia). Nas décadas seguintes, novas repúblicas passaram a integrar a URSS.

Com o afastamento de Lênin por motivo de doença, seguido de sua morte em 1924, ocorreu uma disputa pelo poder entre Stálin e Trotsky, que propunham políticas diferentes para a URSS. O primeiro defendia “o socialismo num só país”, ou seja, acreditava que a URSS deveria fortalecer internamente o socialismo e tornar-se uma grande potência e berço de futuras revoluções que eclodiriam no resto do mundo. Trotsky defendia a ideia de exportar a revolução para outros países. Finalmente, triunfaram as ideias de Stálin que, de 1927 a 1953, esteve à frente do governo da URSS. Sob sua liderança, o regime comunista tomou novos rumos. O país passou por enormes transformações econômicas e sociais, se tornando uma potência industrial e uma sociedade urbana. Foi, também, um tempo de governo ditatorial, que provocou a morte de milhões de pessoas por conta de perseguições políticas.

A URSS SOB A LIDERANÇA DE STÁLIN (1927–1953)

Em termos políticos, os primeiros anos do governo de Stálin foram dedicados à consolidação de sua autoridade pessoal, buscando concentrar todos os poderes em suas mãos. Eliminava seus rivais, primeiro aliando-se a eles contra oponentes políticos, para depois, mudar abruptamente de lado, isolando seus antigos seguidores e os expondo a acusações que ele próprio levantava. Foi dessa maneira que provocou a derrota política de Trotsky, a quem considerava o principal adversário na concretização do seu projeto comunista. As ações de Stálin terminaram por fazer com que os principais dirigentes do Partido Comunista fossem afastados ou se colocassem como aliados fiéis. O mesmo se passou em outras áreas da sociedade, como as universidades e as artes. Muitas pessoas tidas como adversárias de Stálin tiveram destinos cruéis: prisões, mortes, perda de emprego, perseguições a seus familiares, trabalhos forçados.

A planificação da economia pelo Estado e a coletivização da propriedade

Logo no primeiro ano de governo, Stálin suspendeu a Nova Política Econômica adotada por Lênin e ordenou uma total reformulação da economia, lançando os Planos Quinquenais.

Esses tinham por objetivo estimular o crescimento econômico da URSS, buscando elevar os níveis de produção industrial e equipará-los aos das principais democracias ocidentais. Para isso, os planos estabeleciam várias metas econômicas para um período de cinco anos e todos os meios pelos quais essas

metas deveriam ser atingidas (o que produzir, quanto, onde investir etc.). Todo o planejamento e execução das metas econômicas ficavam a cargo, unicamente, dos órgãos centrais do Estado.

Se na Rússia era grande a oferta de mão de obra e matéria-prima, o maquinário era precário e a mão de obra especializada inexistente. Por isso, Stálin apostou pesado na indústria de base, empreendendo uma política industrial que se concentrou na realização de obras de infraestrutura como hidrelétricas e ferrovias, e em setores como siderurgia, metalurgia e indústria química. Todo esse esforço se reverteu num espantoso crescimento industrial entre 1928 e 1933 e entre 1933 e 1937 — neste último ano, a URSS já era a terceira potência industrial do mundo!

Todo esse progresso, no entanto, teve um alto preço, pago, principalmente, pelos camponeses, pois a industrialização exigia enormes investimentos financeiros e estes vieram da produção agrícola, atividade capaz de gerar recursos através da exportação.

Stálin implantou mudanças radicais no sistema de produção agrícola. Em primeiro lugar, a propriedade da terra foi coletivizada. Pequenas propriedades agrícolas foram reunidas e transformadas em fazendas maiores baseadas no trabalho coletivo. Outra forma de reorganização das propriedades agrícolas foram as cooperativas. Nelas, inicialmente cada família dispunha de um pequeno lote de terra que explorava para si, mas o governo dirigia a produção, sendo o dono dos instrumentos de trabalho e determinando o trabalho assalariado para lavradores e ex-proprietários.

Este processo de coletivização forçada das pequenas propriedades agrícolas, que também se estendeu às pequenas fábricas e lojas, provocou muita revolta entre camponeses e ex-proprietários rurais. São muitos os relatos de pessoas que, para não ceder às imposições do governo, destruíam seus bens. Outros os entregavam ao governo e partiam para as cidades, onde eram contratados como operários para o trabalho nas fábricas. O destino de todos os que resistiam à coletivização e às condições impostas pelo governo era quase sempre o mesmo: execução sumária ou deportação para campos de trabalhos forçados. Nas cidades, esperava-se dos trabalhadores urbanos colaboração total na construção do comunismo: eles não deveriam se opor ao Estado e tampouco organizar manifestações ou greves.

Em relação à produção agrícola, o resultado não foi tão favorável... Os efeitos da coletivização foram desastrosos, com sucessivos fracassos na colheita que provocaram alguns períodos de fome. Somente em 1938 a produção agrícola ultrapassou níveis anteriores à coletivização.

Em outro setor, o de bens de consumo, a população estava longe de ter suas necessidades plenamente atendidas — alimentos, vestuário, automóveis, entre outros, eram produzidos em quantidades insuficientes. Mas, em várias outras esferas, os níveis de vida elevaram-se visivelmente, já que serviços básicos como moradia, educação, saúde e saneamento básico receberam investimentos vultosos e alcançaram toda a população.

Assim, em fins da década de 1940, pouco mais de vinte anos após a criação da URSS, surgia um país radicalmente diferente da antiga Rússia czarista. De sociedade rural e agrária, transformou-se com rapidez em uma sociedade urbana; os índices de escolaridade aumentaram de maneira significativa; a produção industrial permitia à URSS destacar-se como país desenvolvido. Ao mesmo tempo, o regime ditatorial se aprofundava, com o estabelecimento de um partido único

e de um grande sistema estatal de vigilância, controle e punição de qualquer tipo de oposição. Essa primeira experiência de construção do comunismo marcou profundamente o século XX, influenciando diretamente o pensamento e a ação dos militantes comunistas por todo o mundo.

Síntese

Em 1917, a Rússia se transformou no primeiro país a adotar o socialismo. Esse processo resultou:

- das insatisfações sociais e políticas com o regime autoritário czarista;
- da miséria que caracterizava o cotidiano dos camponeses e operários;
- da crise econômica, militar, social e política causada pela participação do país na Primeira Guerra Mundial;
- da mobilização política de camponeses, soldados e operários e da ação do Partido Bolchevique no ano de 1917.

A construção do socialismo na Rússia foi marcada pela:

- ocorrência de uma guerra civil entre 1918 e 1921 vencida pelos Exércitos Vermelhos;
- implantação de um governo autoritário de partido único, com controle sobre os meios de comunicação e educacionais e grande repressão aos opositores;
- implementação de uma política econômica a partir de fins da década de 1920 que introduziu a planificação centralizada da economia, a coletivização total da propriedade privada e a ênfase na industrialização de base.

O governo de Joseph Stálin (1924–1953) foi fundamental para a solidificação do modelo soviético de comunismo.

O PERÍODO ENTREGUERRAS (1919–1939)

Embora um tratado de paz tenha sido assinado em 1919, pondo fim à Primeira Guerra Mundial, não só os problemas que a haviam motivado não foram resolvidos plena e satisfatoriamente, como acabaram reaparecendo nas décadas seguintes, culminando, em 1939, na Segunda Guerra Mundial.

Nos anos que se seguiram aos acordos firmados em 1919 e 1920, as fronteiras entre diversos países continuavam sendo contestadas por movimentos de base nacionalista, a situação da Alemanha permanecia instável, e, em vários países, as disputas políticas se acirravam com as lutas dos partidos e sindicatos socialistas contra o capitalismo — cujos horizontes se ampliavam após a consolidação do regime bolchevique na Rússia. A estabilidade das jovens nações era frágil e os sonhos expansionistas de alguns estados, como o do Japão, ganhavam cada vez mais força no cenário internacional.

Nesse sentido, podemos compreender as duas décadas conhecidas como período entreguerras como uma trégua entre duas fases de um mesmo conflito de escala global. Nos anos 1920 e 1930, as conjunturas políticas e econômicas mantiveram-se profundamente interligadas, cada qual influenciando os rumos da outra.

Do ponto de vista econômico nas economias capitalistas, esses vinte anos alternaram fases de retomada das atividades produtivas e expansão da vida material e econômica, com períodos de crises profundas de consequências mundiais. Se o período entre os anos de 1919 a 1925 foi marcado por crises e dificuldades de toda ordem, de 1926 até 1929 predominava a esperança de que os grandes problemas mundiais pudessem ser solucionados de forma pacífica e de que a prosperidade econômica tivesse chegado para ficar. Contudo, as esperanças não se sustentaram diante da grave crise econômica de 1929, da qual praticamente todas as nações do mundo capitalista ocidental tentaram se recuperar durante a década de 1930. Essa crise teve como fatores determinantes a superprodução e a especulação financeira no mercado de ações e gerou a chamada “grande depressão”.

:: Para entender a crise de 1929 ::

- **Superprodução:** produção superior à capacidade de consumo do mercado.
- **Ação:** título de propriedade, negociável, que representa uma parcela do capital de uma sociedade anônima. A pessoa que possui ações de uma empresa é chamada de acionista. A negociação entre os acionistas (compra e venda de ações) se dá na instituição financeira chamada de Bolsa de Valores. Ao comprar ações de uma empresa, o comprador se torna dono de parte dela.
- **Recessão ou Depressão:** profunda crise econômica, com desemprego e baixa acentuada da produção industrial e do comércio.

Entre as duas guerras, as condições sociais, políticas e econômicas permitiram ainda a perigosa ascensão de forças políticas baseadas em ideologias autoritárias de extrema-direita, cujo alcance foi profundo, principalmente nas sociedades italiana e alemã, mas também em vários outros países europeus e até mesmo latino-americanos, como o Brasil. São estes aspectos que veremos, buscando compreender por que nesse período de trégua o mundo caminhava para a guerra, especialmente na Europa...

O PERÍODO ENTRE-GUERRAS NO CONTEXTO EUROPEU

Ao final da Primeira Guerra, o mapa da Europa fora significativamente alterado. O regime democrático foi adotado na maioria dos países, mas o papel do Estado se modificou.

Uma questão particularmente importante que assustava as nações europeias que se refaziam da guerra era a seguinte: como lidar com o regime bolchevique instaurado na Rússia e, sobretudo, como se proteger das ideias socialistas de base marxista que tendiam a se propagar? De fato, aos olhos de muitos dirigentes, a experiência russa representava um grande perigo, seja para o futuro das jovens nações vizinhas da Rússia, que obtiveram ou recuperaram a independência nacional após 1919 (Polônia, Finlândia, Estados Bálticos), ou para as nações liberais e capitalistas que ainda não haviam eliminado seus problemas sociais.

Com a derrota dos exércitos brancos, parte de seu projeto de destruição da

Revolução Bolchevique, as nações não tiveram outra saída senão reconhecer a existência da União Soviética. Assim, pouco a pouco, o novo país e seu regime obtiveram reconhecimento internacional. Apesar disso, o reconhecimento de um regime comunista não eliminou de forma alguma o grande temor que acometia o mundo capitalista ocidental... Mais do que potencializado, esse temor foi transformado em uma das molas mestras dos principais regimes políticos que se formaram nos anos 1920 e 1930.

Os esforços de reconstrução da Europa após a Primeira Guerra Mundial se fizeram em meio a crises sociais e econômicas marcadas pelas perdas humanas e materiais, por programas de contenção dos gastos dos governos, tendo em vista as dívidas a serem pagas aos Estados Unidos, por vultosas despesas de reconstrução de cidades e fábricas, pelo desemprego e pela escassez de alimentos. Superada nos primeiros anos do pós-guerra a fase mais crítica de problemas nas grandes cidades, inovações diversas começaram a despontar.

Em termos sociais, houve o crescimento da atuação política dos trabalhadores e a mulher se tornou cidadã, adquirindo o direito do voto e de exercer cargos públicos em vários países. Os progressos técnicos criaram uma nova maneira de viver, na qual continuava a ter destaque o avanço dos transportes, como o uso de aviões e automóveis nas cidades. A recuperação econômica alcançada na década de 1920 foi interrompida de forma abrupta pela crise de 1929, cujas repercussões fora dos Estados Unidos foram igualmente desastrosas.

Nos países europeus, a rapidez e a amplitude da crise ocasionaram o descontentamento popular e levaram a greves e passeatas, especialmente na França e na Alemanha. Para enfrentar a crise e os protestos, os governos adotaram políticas de intervenção na economia e nas questões sociais, renunciando aos princípios liberais. Assim, o Estado passou a impor medidas protecionistas contra produtos e capitais estrangeiros e estabeleceu leis trabalhistas, regulando a relação entre patrões e empregados. Dessa maneira, a recuperação econômica foi ocorrendo lentamente, em ritmo diferente para cada país, embora os efeitos da crise de 1929 tenham sido sentidos durante quase toda a década de 1930.

Outra face da crise de 1929 foi a criação de um ambiente propício à crítica ao capitalismo e ao regime democrático, abrindo espaço às ideias socialistas e fascistas. Em algumas nações, a intervenção do Estado deu-se com o estabelecimento de novos regimes políticos. Os exemplos mais emblemáticos desse processo foram as ditaduras lideradas por Benito Mussolini e Adolph Hitler, respectivamente na Itália e na Alemanha.

• Ascensão do nazifascismo

Os anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial foram marcados por muitos problemas econômicos e disputas políticas, como vimos no item anterior. Em alguns países, surgiram movimentos políticos e sociais de extrema-direita, que defendiam um Estado forte e autoritário como caminho para desenvolver as sociedades e superar a crise. Congregando-se em torno da figura de um líder, esses movimentos conquistaram adeptos em vários países europeus e das Américas e alcançaram o poder na Itália, com o fascismo, e na Alemanha, com o nazismo.

As principais ideias desses movimentos estão sintetizadas abaixo:

- Nacionalismo exacerbado;
- Antiliberalismo e anticomunismo;

- Regime de partido único e Estado forte e ditatorial;
- Concentração dos poderes do Estado em um só líder, que personifica o Estado e a nação;
- Criação de instrumentos de controle e repressão visando garantir o pensamento uniforme ditado pelas estruturas estatais;
- Supressão das liberdades de expressão e pensamento e controle rigoroso da circulação de ideias;
- Proibição de partidos políticos, sindicatos e todo tipo de organização social que atue no sentido de dividir ou diferenciar as pessoas;

Vejamos, portanto, de que forma os movimentos de extrema-direita que acabamos de apresentar em linhas gerais se transformaram em regimes políticos na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler.

O fascismo italiano

:: Fascismo ::

Refere-se ao sistema político ditatorial dirigido por Benito Mussolini, na Itália, entre 1922 e 1943. O termo “fascismo” deriva de “fascio”, um feixe de bastões encimado por um machado reconhecido como símbolo de poder e autoridade dos magistrados da Roma Antiga. Não por acaso, esse simbolismo foi resgatado como emblema do Partido de Mussolini, que proclamava querer recuperar o poder e a grandiosidade do Império Romano.

O termo também é utilizado genericamente para identificar as ditaduras de um só partido, que exaltam o nacionalismo radical e combatem a democracia, o liberalismo e o comunismo.

A ideologia fascista surgiu na Itália diretamente associada à figura de Benito Mussolini (1883–1945). Ex-combatente na Primeira Guerra Mundial, logo após o conflito, Mussolini criou grupos de pessoas armadas que posteriormente deram origem ao Partido Fascista Italiano.

Para a doutrina fascista, o Estado deveria estar acima dos interesses da sociedade e, principalmente, dos interesses do indivíduo, cuja razão de existir não seria outra senão servir ao Estado. Esta concepção é textualmente expressa no trecho que reproduzimos a seguir, escrito pelo próprio Mussolini:

O princípio essencial da doutrina fascista é a concepção de Estado. Tudo no Estado, nada contra o Estado, nada fora do Estado. O indivíduo está subordinado às necessidades do Estado e, à medida que a civilização assume formas cada vez mais complexas, a liberdade do indivíduo se restringe cada vez mais. Nós representamos um princípio novo no mundo, representamos a antítese nítida [...] da democracia, da plutocracia [referência ao capitalismo], da monarquia, em suma, de todo o mundo dos imortais princípios de 1789.

Esse trecho é particularmente interessante, pois, além de conter o posicionamento da doutrina fascista em relação ao sentido e ao papel de Estado, condensa ainda uma crítica direta e carregada de ironia às principais ideias e valores

do mundo ocidental após as revoluções burguesas: o liberalismo, a democracia e o capitalismo. Juntamente com o comunismo, eram estes os princípios amplamente combatidos pelos fascistas. Seus discursos pregavam ainda a expansão territorial e a intensa militarização do país.

A essa altura você deve estar se perguntando como foi possível tal proposta ascender ao poder na Itália.

No início da década de 1920, a Itália estava envolvida em uma crise econômica que motivava greves operárias e camponesas. Nesse ambiente, os partidos comunistas e socialistas, bem como a organização sindical, cresceram muito devido às profundas desigualdades ainda existentes entre os grupos sociais e à vitória dos bolcheviques na Rússia. Nas eleições de 1922, os socialistas elegeram grande parte do Parlamento, o que lhes garantiu participação no governo do país. Do Partido Fascista, por sua vez, foram eleitos pouco mais de trinta deputados — um dos quais, Mussolini.

Se, no discurso, ele atacava a exploração capitalista, na prática, Mussolini apelava para o receio de industriais, banqueiros e proprietários agrícolas para com as forças socialistas. Conseguiu ainda a adesão de desempregados, pessoas da classe média insatisfeitas e trabalhadores que recebavam o crescimento do socialismo. Com esta base de apoio, os fascistas organizaram uma grande manifestação pública — marcha sobre Roma (1922). Sentindo o aumento da pressão, que já era grande, e temendo uma guerra civil, o rei Vitor Emanuel III decidiu nomear Mussolini como primeiro-ministro italiano.

Daí em diante, Mussolini reorganizou o poder em todo o país e ampliou seu poder pessoal por meio de fraudes eleitorais, leis impostas e violências de toda sorte contra seus opositores. Em 1925, finalmente tornou-se ditador, transformando a doutrina fascista em programa de governo. Para consolidar-se no poder, dissolveu todos os partidos políticos — à exceção, claro, do Partido Fascista —, instalou a censura à imprensa e, apropriando-se uma vez mais da herança romana, se auto-intituiu Duce (do latim *dux*, chefe), criando o “ducismo”, o modo como o próprio Mussolini denominava o culto à sua personalidade.

Concentrou plenos poderes e passou a governar por meio de decretos. As greves foram proibidas e os sindicatos substituídos por corporações, que combinavam funções de sindicatos de trabalhadores e federações de empregadores subordinadas ao Estado. Tratava-se de uma estratégia para impedir os conflitos entre as classes, mas que acabava subordinando os operários ao Estado.

Com Mussolini no poder, seguiram-se medidas econômicas e sociais dirigidas ao aumento da produção industrial e agrícola e ao combate ao desemprego. Foi criada uma legislação trabalhista, com jornada de oito horas e seguro contra acidentes de trabalho, o que rendeu grande popularidade ao ditador. As medidas contra o analfabetismo e o crime organizado também tiveram êxito. Mussolini conseguiu ainda o apoio da Igreja Católica ao regime, ao criar o Estado do Vaticano (independente e chefiado pelo Papa) e oficializar o catolicismo como religião do Estado fascista, através do Tratado de Latrão, em 1929.

:: O fascismo na vida cotidiana ::

Assim que se legitimaram no poder, os princípios fascistas invadiram de maneira arbitrária a vida do italiano comum. Diversos são os exemplos que demonstram como a vida particular do cidadão ficava em segundo plano, devendo se adequar por completo às determinações do Estado por meio da figura de seu líder.

Desde 1922, as pessoas foram obrigadas a datar eventos a partir daquele ano, o chamado *anno primo*, marco da chegada do Duce ao poder. O tradicional cumprimento do aperto de mãos deveria ser substituído pela saudação fascista, considerada mais “higiénica”. Todas as crianças a partir dos quatro anos de idade deveriam filiar-se aos clubes fascistas para a juventude. Cartazes ao longo das estradas exibiam frases como esta: “Mussolini está sempre certo”. Nas escolas, os professores primários recebiam ordens de aconselhar seus alunos a seguirem o exemplo do Duce, enfatizando sua coragem e brilhantismo intelectual.

• O nacional-socialismo e a construção da Alemanha Nazista

:: Nazismo ::

Esse termo refere-se ao movimento e regime político, baseado em princípios da extrema-direita, que se desenvolveu na Alemanha entre 1919 e 1945, sob a liderança de Adolph Hitler, ex-combatente austríaco na Primeira Guerra Mundial. A ideologia nazista estava fundada em teorias racistas, na ideia de pangermanismo e da defesa de um espaço vital germânico.

A expressão da extrema-direita na Alemanha ficou conhecida pelo nome de doutrina nacional-socialista, ideologia do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (ou, simplesmente, Partido Nazista). Nos moldes do fascismo, o programa nacional-socialista também concebia um Estado forte liderado por um chefe com autoridade suprema e incontestável. Entretanto, além de antidemocrática, anticomunista, ultranacionalista e militarista como o fascismo italiano, outro componente fundamentava a ideologia alemã: o racismo.

Para os nazistas, o povo alemão descendia dos arianos, uma raça supostamente superior e, por esta razão, predestinada a dominar os outros povos “inferiores”. A união de todos os povos arianos de língua germânica formaria um novo Império Alemão (o III Reich) sob a autoridade suprema do Führer (guia, em alemão). Para tanto, seria preciso unificar os arianos que viviam em diferentes países — Áustria, Polônia e Tchecoslováquia. Além dessa união, a superioridade racial dos arianos tornava necessária a anexação de outros territórios, cujos recursos e população deveriam ser explorados para o fortalecimento do III Reich. Esta era o “espaço vital” dos arianos, defendido por Hitler com as seguintes palavras:

O direito ao solo e à terra pode se tornar um dever quando um grande povo, por falta de extensão, parece destinado à ruína. E, evidentemente,

quando não se trata de um povinho negro qualquer, mas da Alemanha, mãe de toda vida, mãe de toda a civilização atual. Ou a Alemanha será uma potência mundial ou então não será. Mas, para se tornar uma potência mundial, ela precisa dessa grandeza territorial que lhe dará na atualidade a importância necessária e que dará a seus cidadãos os meios para existir. (Minha luta)

:: Propaganda e espetáculo na Alemanha nazista ::

Dentre as estratégias de controle e mobilização da população adotadas pelo Estado nazista, a propaganda agressiva e a promoção de grandes espetáculos cívicos foram certamente duas das mais importantes. Para Hitler, isso significava a possibilidade de inflamar a população pelo uso dramático da palavra falada e de um gesto de grande impacto para criar reações apaixonadas. Segundo ele, o líder, além de mexer com as emoções das massas, não deveria em hipótese alguma demonstrar sinais de fraqueza ou hesitação. Essa técnica apoiada na grandiosidade material e ritual tinha como finalidade anular as manifestações individuais e garantir que nenhuma voz opositora fosse ouvida. Esta maneira de agir das manifestações nazistas foram brilhantemente parodiadas e criticadas no filme “O Grande Ditador”, obra prima de Charles Chaplin (1939-1940), lançada em 1939, época em que o mundo ainda não conhecia o alcance das perseguições nazistas. Os aspectos parodiados (e até mesmo ridicularizados) por Chaplin eram, no entanto, exaltados nos filmes de propaganda alemã. De fato, o cinema foi o principal elemento articulador da propaganda na Alemanha nazista. Seu grande arquiteto, Joseph Goebbels – um dos braços direitos de Hitler – assumiu o ministério da Informação e Propaganda do Estado nazista exercendo controle rigoroso também da imprensa, do rádio, do teatro e da literatura.

A mesma questão que colocamos para entender a meteórica escalada política fascista rumo ao poder na Itália deve ser repetida aqui em relação aos nazistas: como ideias tão racistas, autoritárias e preconceituosas conquistaram apoio do povo alemão?

A trajetória do partido nazista, assim, como no caso dos fascistas, está relacionada à crise econômica e problemas sociais enfrentados pela Alemanha nas décadas de 1920 e 1930, acrescida de um ingrediente particular: orgulho nacional ferido e humilhado dos alemães desde a derrota na Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes.

No início da década de 1920, após a guerra, o país passou por grandes dificuldades econômicas e conseguiu se recuperar graças a altos empréstimos feitos pelos Estados Unidos... A crise de 1929 interrompeu a prosperidade alemã e lançou o país em uma recessão. Os problemas se agravaram com a saída de capitais americanos e falências de bancos e indústrias. O desemprego se apresentou para milhões de trabalhadores e as medidas tomadas pelo governo não deram resultado.

O Partido Social-Democrata constituía-se no principal partido alemão em 1919 e se manteve como a maior força política da República de Weimar até 1928, momento em que a situação econômica ainda era favorável. Com a irrupção da crise de 1929, as tensões entre comunistas e social-democratas se intensificaram e abriram brecha para a forte propaganda dos partidos de extrema direita, entre os quais o nacional-socialista, de Adolph Hitler.

Explorando o orgulho nacional, a fragilidade do regime democrático e os ressentimentos ainda muito fortes da população pelas duras condições impostas pelo Tratado de Versalhes, Hitler conseguiu sensibilizar o povo rapidamente em relação ao ideário nazista... Comunistas e judeus, aos quais atribuía culpa pela crise do país e pelo alto índice de desempregados, foram os dois grandes alvos do discurso nazista. Com esse discurso, elegeu cerca de 40% dos deputados para o Parlamento nas eleições de 1932, chegando finalmente ao poder com seu partido. Hitler foi nomeado chanceler da então República de Weimar, fundada no final da Primeira Guerra. Assim como ocorreu na Itália, a ascensão dos nazistas ao poder foi apoiada e financiada por setores da burguesia industrial e financeira, que viam em Hitler e num governo autoritário uma maneira eficaz de combater os comunistas.

Após a morte do presidente em 1934, Hitler assumiu o lugar de única autoridade, de Führer. Utilizando de uma violência sem limites e perseguição aos adversários políticos, eliminou toda e qualquer oposição a seu governo, tornando-se o chefe supremo e único da Alemanha. Estava implantado, assim, o novo governo do III Reich, a ditadura nazista.

Uma vez no poder, Hitler se apressou a implantar a política antisemita. Promulgou leis em favor do que considerava a superioridade ariana, proibindo casamento de judeus com “alemães de raça pura”. Inaugurou uma perseguição sistemática aos judeus, expulsos da imprensa e dos cargos públicos. Ao lado de ciganos, socialistas, liberais e homossexuais, os judeus eram principal alvo do terrível aparato de repressão estruturado para enquadrar a sociedade nos moldes impostos por seu ditador. Em nome do ideal de limpeza étnica, o Estado nazista exterminaria milhares de pessoas através dos mais cruéis artifícios, como por exemplo, as câmaras de gás letal, para citarmos apenas um deles.

:: O braço armado do regime: a SA e a SS ::

Em sua estrutura, o partido Nazista contava com o apoio de um grupo armado (SA) formado a partir do recrutamento popular. Esses esquadrões, que cresciam na mesma proporção que a popularidade do partido, tinham o objetivo de proteger os comícios nazistas e ameaçar os opositores de esquerda. Posteriormente, foi criado um outro tipo de organismo militar: a SS, constituída por um corpo de oficiais de elite, responsável entre outras coisas, pela guarda pessoal de Hitler. Para integrar as SS só eram aceitos alemães que tivessem recursos, estudo e boa constituição física – altos, fortes, de boa aparência e com saúde perfeita. A formação da Juventude Nazista, integrada por crianças e adolescentes, garantia ainda gerações de futuros soldados para a Alemanha.

Com exceção do Partido Nazista, todos os demais foram dissolvidos. Diversos direitos foram cassados, como o de greve. Os sindicatos foram fechados, estabeleceu-se a censura à imprensa. Ao longo da década de 1930, o país foi recuperando seu poderio econômico e militar desrespeitando as cláusulas de Versalhes. A política de rearmamento alemão, marcada por uma mudança radical do sistema produtivo para a indústria bélica, acelerou-se a partir de 1934. Assim, de maneira secreta e depois abertamente, Hitler promovia um maciço programa de rearmamento com o intuito de capacitar a Alemanha a travar uma guerra de agressão por volta de 1940.



Propagandas nazistas, dizendo “Führer, nós o seguiremos” (esquerda) e “Danzig (cidade polonesa) é alemã”



Hitler discursa em Dortmund. 1933. *La Croix, un siècle d'histoire*, 1883-1983

• Outras expressões de regimes autoritários de extrema-direita na Europa do entreguerras

A ascensão do fascismo ao governo na Itália em 1922 e a de Hitler na Alemanha, em 1933, fez desses dois regimes um referencial para parte significativa das forças sociais e partidos políticos, grupos nacionais e governos de inspiração direitista. Foi o caso de Portugal e da Espanha.

Em Portugal, Antônio de Oliveira Salazar, apoiado nas ideias fascistas, tornou-se ditador em 1932, instituindo no ano seguinte o chamado Estado Novo, no qual estabeleceu o partido único, implantou a censura aos meios de comunicação e reprimiu a oposição com a polícia de segurança, a Pide. Seu regime conservou os

privilégios dos latifundiários e dos empresários que se dedicavam à exploração das colônias portuguesas na África e no Oriente. Esta ditadura, que ficou conhecida como Salazarismo, se prolongou por mais de quarenta anos, até 1974.

Já na Espanha, o regime fascista se instalou após uma sangrenta guerra civil com três anos de duração (1936–1939) e o impressionante saldo de 1 milhão de mortos. Em 1931, a república substituiu a monarquia como forma de governo do país. As eleições de 1936 foram disputadas por duas grandes coligações. Socialistas, comunistas e anarquistas aliados com os republicanos organizaram a Frente Popular. Os partidos conservadores, por sua vez, formaram uma coligação denominada Frente Nacional — que reunia monarquistas e falangistas, ou seja, os membros do Partido Falangista, de orientação fascista. O não reconhecimento da vitória da Frente Popular nas eleições lançou o país em uma guerra civil, após uma tentativa de golpe militar liderado pelo general Francisco Franco tentar derrubar o governo republicano. Essas forças golpistas, chamadas “nacionalistas”, receberam o apoio militar e financeiro da Itália fascista e da Alemanha nazista.

Os socialistas, por sua vez, contaram com a adesão de intelectuais, estudantes e trabalhadores de várias partes do mundo, que reunidos nas Brigadas Internacionais foram lutar na Espanha ao lado dos socialistas movidos pelas ideias de igualdade e justiça social. Enquanto os demais países do ocidente permanecerem neutros, a União Soviética ofereceu auxílio financeiro limitado aos militantes comunistas da Frente Popular. O apoio dos países que tinham afinidades ideológicas com a direita espanhola foi decisivo para a vitória de Franco, em 1939. Findada a guerra, seguiu-se a instauração de um regime de extrema direita que conheceria vida longa, terminando apenas com a morte do general Franco, em 1975.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939–1945)

Depois de aproximadamente vinte anos de relações relativamente pacíficas entre os estados, a Europa, e logo o mundo, mergulhavam não só em uma nova guerra mundial, como na mais terrível delas. Muitos historiadores destacam a continuidade entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Um deles, A. J. P. Taylor, propõe o seguinte: “Se perguntarmos simplesmente ‘qual o motivo da guerra’?, a resposta em relação à Primeira Guerra será ‘para decidir como a Europa deveria ser refeita’; mas para a Segunda Guerra, será apenas ‘para decidir se essa Europa refeita deveria continuar’.”

O CAMINHO PARA A GUERRA

Terminamos o item anterior discutindo os regimes de extrema-direita que assumiram o poder em algumas das principais nações europeias. Estudamos em mais detalhes a ascensão de Mussolini na Itália e como o regime nazista de Hitler tomou o poder na Alemanha. Sobre este aspecto, você deve lembrar que Hitler tinha apoio popular, todo o poder nas mãos e poderoso exército, marinha e aeronáutica em franco processo de rearmamento desde 1934. Somado a tudo isso, Hitler tinha objetivos bem definidos: ele pretendia restabelecer a força militar alemã, limitada e controlada de acordo com as restrições do Tratado de Versalhes; recuperar os territórios alemães perdidos e anexar aqueles habitados por povos de

origem germânica; conquistar o chamado espaço vital, expandindo-se sobretudo em direção à Europa Oriental.

No Oriente, os dirigentes japoneses, movidos por ideais militares nacionalistas, também colocavam em marcha projetos expansionistas invadindo o norte da China.

• A formação do Eixo Roma-Berlim

No ano de 1935, as tensões militares começaram a se acentuar na Europa devido principalmente à ampliação do serviço militar na França e à retomada do alistamento obrigatório na Alemanha, desrespeitando as cláusulas do Tratado de Versalhes. Hitler também começava a reconstruir a marinha militar. Apesar de subestimada por alguns, a Alemanha demonstrava a cada dia ser real sua capacidade industrial e militar.

Nessa época, as esperanças de franceses e ingleses eram de que o fortalecimento do poderio alemão pudesse se voltar para o leste, dirigido exclusivamente ao combate do comunismo na URSS. Isso não impediu, no entanto, que as atividades diplomáticas das principais potências europeias resultassem em vários acordos antialemães.

Até 1935, os governos de Mussolini e de Hitler mantiveram-se afastados. Mussolini recusava-se a aceitar qualquer perspectiva de anexação da Áustria pela Alemanha, um dos pontos centrais da política expansionista de Hitler. Entretanto, a Itália acabou buscando a aproximação com o governo nazista, o que foi facilitado pela atitude alemã favorável à conquista italiana da Etiópia. Daí nasceram as bases para a formação do Eixo. Já no fim de 1936, a aproximação entre Itália e Alemanha teve avanços notáveis motivados pela convergência dos dois países em questões concretas. Ambos apoiavam a luta antirrepublicana de Franco na Espanha. Enquanto Hitler reconhecía o domínio italiano na Etiópia (opondo-se à ação da Inglaterra) e os interesses italianos no Mediterrâneo, Mussolini, mudando de posição, passava a considerar legítimo o interesse alemão na Áustria.

No entendimento de Hitler e Mussolini, também era de fundamental importância que fosse criada uma ampla frente antibolchevique. Passos significativos foram dados nessa direção: Alemanha e Japão assinaram em 1936 um pacto que unificava esforços na luta anticomunista numa escala internacional. Um ano depois, o pacto ganhou a adesão da Itália, formando-se, assim, uma aliança que se consolidaria definitivamente no decorrer da guerra.

• O expansionismo alemão em ação (1938–1939)

Nos primeiros meses de 1938, a Alemanha concretizou o primeiro ato explícito na direção da formação da Grande Alemanha tão ambicionada pelos nazistas: a anexação da Áustria. Muito envolvidas na superação das crises internas de suas economias, França e Inglaterra não se pronunciaram a respeito. Mais do que isso, adotariam uma “política de apaziguamento”, segundo a qual evitariam a qualquer custo interferir em situações que pudessem provocar estremecimentos nas relações com outras potências europeias e gerar um conflito armado.

Enquanto isso, a agressiva política alemã tinha prosseguimento. As forças alemãs se mobilizavam com vistas à anexação dos Sudetos, na Tchecoslováquia. Além de importantes indústrias de base instaladas nesta região, lá vivia uma população de língua alemã de três milhões de pessoas, aproximadamente. Se recuperarmos o que estudamos no item anterior a respeito dos objetivos do

programa nazista, compreenderemos claramente a pretensão de Hitler sobre esta e outras áreas — eram consideradas fundamentais para a reconstrução do “espaço vital” alemão.

Desta vez, no entanto, Inglaterra e França não ficaram totalmente tranquilas diante da investida alemã. Em setembro de 1938, os primeiros-ministros dos dois países reuniram-se em Munique (Alemanha) com Hitler e Mussolini. O resultado dessa reunião — conhecida como Conferência de Munique — foi amplamente favorável à Alemanha, que teve reconhecido o direito de anexar a região dos Sudetos. Para franceses e ingleses, essa atitude evitaria a eclosão de uma guerra.

Entretanto, isso só agravou a situação na região. Além de abrir caminho para que mais tarde a Tchecoslováquia deixasse de existir, fortaleceu a posição da Alemanha nazista. Hoje em dia, há praticamente um consenso nos estudos sobre a Segunda Guerra Mundial de que a Conferência de Munique foi uma grande demonstração de fraqueza e omissão dos governos inglês e francês em conter o expansionismo alemão.

De fato, depois de anexar a Áustria e os Sudetos, os alemães buscaram agregar, por meio de acordos políticos e econômicos, países como a Iugoslávia, a Romênia, a Bulgária e a Turquia. Nos planos de Hitler estavam ainda a incorporação de Dantzig (que assegurava à Polônia uma saída para o mar) e dos antigos territórios alemães perdidos na Primeira Guerra. O foco da Alemanha na porção oriental do continente europeu levava a crer que uma investida militar contra a URSS seria o próximo passo.

O governo soviético não ficou passivo diante da crescente ameaça alemã. Desde meados da década de 1930, seus diplomatas buscavam costurar uma aliança antifazista com Inglaterra e França. Todavia, esses países não deram prosseguimento às negociações, o que fez com que Stálin e seus assessores avaliassem que a URSS estava isolada e sozinha diante do expansionismo alemão. Percepção que se fortaleceu muitíssimo após a Conferência de Munique, quando britânicos e franceses cederam às pretensões alemãs.

Percebendo a crescente ameaça alemã, Stálin se pôs a negociar secretamente um acordo com o governo de Berlim. Para a grande surpresa da comunidade internacional — e surpresa ainda maior dos membros do partido e do governo comunista soviético —, Alemanha e URSS assinaram em agosto de 1939 um pacto de não agressão militar e de cooperação econômica com validade de 10 anos. Dentre outras medidas, ele previa a divisão da Polônia entre os dois países.

Mas, afinal, por que Stálin abandonou sua postura antifazista e assinou um pacto de não agressão justamente com o governo mais ostensivamente anti-comunista da época? O líder soviético temia que um possível acordo entre Inglaterra e Alemanha acabasse lançando a Alemanha contra a URSS. Além disso, o despreparo econômico e militar para enfrentar uma guerra naquele momento era uma dura realidade para os soviéticos. O tratado seria, assim, uma forma de ganhar tempo para organizar a força industrial e militar de que a União Soviética precisaria para o inevitável confronto com a Alemanha.

Da Conferência de Munique ao total desmoronamento da Tchecoslováquia passaram-se poucos meses. No início de 1939, França e Inglaterra, percebendo a real extensão das ambições alemãs, abandonaram a política de apaziguamento adotada até então. Mas endurecer a postura em relação à Alemanha a essa altura já era tarde. O nazismo já havia considerado superada a fase de preparação e, confiante em sua superioridade, partiu para as operações militares.

A GUERRA NA EUROPA (1939–1942)

A invasão da Polônia por Hitler foi o episódio que deu início à Segunda Guerra Mundial. Em setembro de 1939, Hitler finalmente fez exigências à Polônia envolvendo o porto de Dantzig e o Corredor Polonês (observe o mapa na página 26). Não sendo atendido, ordenou o início da ofensiva militar no país. A França e a Inglaterra exigiram a retirada alemã e, diante da negativa, declararam guerra ao país. À rendição da Polônia, ocorrida poucas semanas após o início do ataque nazista, seguiu-se uma ocupação imediata de soviéticos e alemães, os quais dividiram o país em duas áreas de ocupação. O jovem país, surgido na Primeira Guerra Mundial, desapareceu do mapa e sua população foi violentamente massacrada.

A partir daí, abriram-se várias frentes de batalha. Em meados de 1940, a URSS invadiu e anexou a Finlândia, a Estônia, a Letônia e a Lituânia. A ofensiva total dos alemães na frente ocidental atingiu de maneira devastadora a Holanda e a Bélgica. Ao atingirem a França, superaram em questão de dias a linha de defesa montada pelos franceses (a Linha Maginot, que ia da fronteira belga à Suíça). Após derrotar as tropas francesas e inglesas em Dunquerque, o exército alemão entrou vitorioso em Paris em junho de 1940. A capitulação da França foi oficializada por um armistício declarando sua rendição incondicional. Enquanto o norte do país foi diretamente ocupado pelos nazistas, formou-se no sul uma República colaboracionista (isto é, cujo governo era alinhado aos nazistas) com capital em Vichy. Em paralelo à ofensiva alemã na França, a Itália entrou no conflito, declarando guerra à mesma França e à Inglaterra, tendo como justificativa o interesse por territórios coloniais franceses (como a Tunísia e a Córsega).

Um grande destaque do primeiro período de guerra (setembro de 1939–junho 1940) foi o sucesso das novas táticas militares da Alemanha, os modernos e eficientes ataques-relâmpago que concentravam enormes forças militares em um só ponto, praticamente esmagando o inimigo. Tais ataques eram realizados por divisões blindadas ultravelozes, fortalecidas por aviação de ataque potente.

Com a rendição da França, a Inglaterra ficou sozinha para combater a Alemanha na frente ocidental. A situação amplamente vantajosa nas duas frentes e o controle sobre a França fizeram com que os alemães voltassem seus esforços para os ingleses. Esses últimos lançavam mão de seu poderio naval na tentativa de bloqueio à Alemanha e à Itália. A reação de Berlim vinha por meio de uma guerra submarina e pela guerra aérea. Entre os últimos meses de 1940 e o início de 1941, intensos bombardeios alemães atingiram as maiores cidades britânicas, que conseguiram, no entanto, evitar a invasão do país.

Entre 1939 e 1942, as forças do Eixo avançaram para leste e para oeste, acumulando grandes vitórias e conquistando países como Noruega e Dinamarca, Grécia, Iugoslávia e até mesmo o Egito. Nesse período, o Eixo conquistou também novos aliados: Bulgária, Hungria e Romênia.

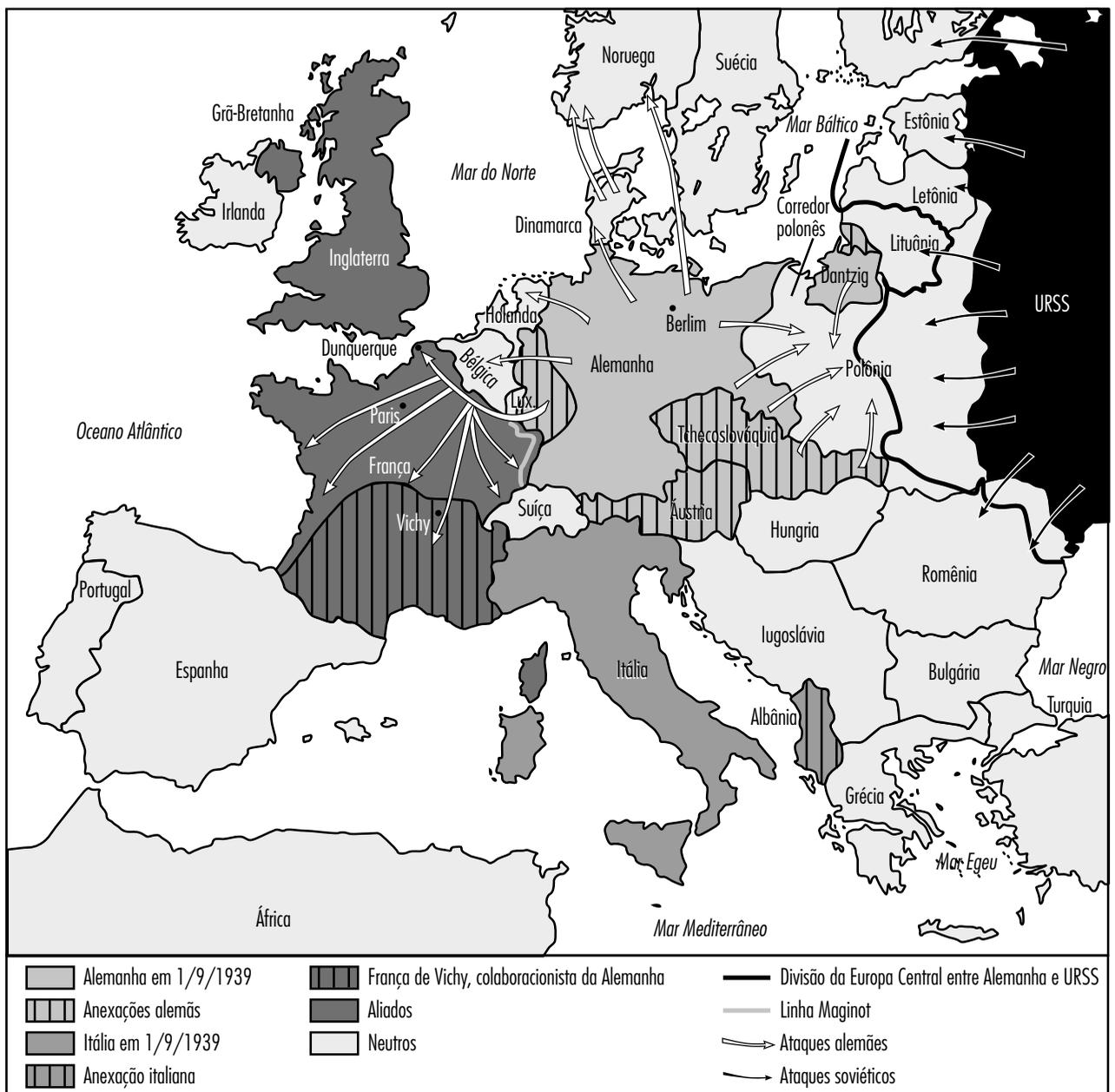
A situação confortável na Europa central levou os alemães finalmente a atacarem os soviéticos. Passando por cima do tratado de não agressão, o exército alemão invadiu a URSS em junho de 1941. Os números desta operação (conhecida como “Operação Barbarossa”) impressionam: mais de três milhões de soldados alemães deslocados para a fronteira soviética, ao longo de dois mil quilômetros. Somados aos números, os quase dois anos de ataques-relâmpago, sem derrota alguma, haviam transformado a Alemanha na maior potência militar da Europa. A confiança em uma vitória rápida e esmagadora sobre a URSS era total.

Entretanto, desta vez, aconteceu o inesperado. A vitória rápida não chegou e o exército alemão começou a enfrentar enormes dificuldades para avançar graças ao surpreendente poder de resistência do exército vermelho e da resistência popular. Quando não sucumbiam aos soldados inimigos, as tropas alemãs eram vencidas pelas condições climáticas extremamente adversas (muitas chuvas no outono e um inverno rigorosíssimo, com temperaturas inferiores a 30 graus negativos). Milhares de alemães morreram de fome ou de frio... Além de não conseguirem ocupar as cidades mais importantes (Moscou e Leningrado, atual São Petesburgo), os nazistas ainda sofreram uma violenta derrota na batalha de Stalingrado, em 1943, uma das mais importantes da guerra e marco do início do desmoronamento nazista na Europa. Depois de dois anos de sucessivas conquistas alemãs, a vitória soviética teve um impacto extremamente positivo entre os aliados e, juntamente com a participação dos Estados Unidos, foi decisiva para os novos rumos da guerra...

:: A guerra no norte da África ::

Desde o início da guerra, os ingleses deram grande importância à luta contra o Eixo na África do Norte. Em dezembro de 1940, formaram um exército a partir do Egito com o apoio de países integrantes da comunidade britânica (australianos, neozelandeses e indianos, principalmente). Para os britânicos, a única forma de aliviar os riscos de um ataque decisivo de Hitler contra a própria Inglaterra seria atrair o esforço militar do Eixo para outras áreas. Assim, eles combateram e derrotaram os italianos na Líbia, os expulsaram ainda da Somália e da Eritreia e libertaram a Etiópia em 1941. Os alemães, por sua vez, enviaram ao norte da África o Afrika Korps (corpo expedicionário africano), que conseguiu temporariamente deter o avanço inglês, forçando-o inclusive a um recuo. Porém, a recuperação britânica não tardou. O Egito foi recuperado e tropas aliadas avançaram sobre a Argélia e o Marrocos, afastando em definitivo qualquer possibilidade de controle do Mediterrâneo pelas forças do Eixo. A participação de soldados das áreas coloniais britânicas foi fundamental na Segunda Guerra, sobretudo nos combates em regiões inóspitas para os europeus.

Guerra na Europa (1939–1940)



A ENTRADA DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA NO PACÍFICO (1941–1945)

Assim como na Primeira Grande Guerra, a entrada dos EUA neste segundo grande conflito mundial foi tardia: deu-se apenas no final de 1941, após o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Havá. Até então, os americanos, liderados por Roosevelt, mantinham a tradicional posição de neutralidade, participando apenas na logística da guerra, como fornecedores de suprimentos (armas, navios e aviões) aos britânicos desde 1940.

Do outro lado do Atlântico, os americanos observavam atentamente o curso da guerra. A queda da França e a rápida expansão alemã na Europa tiveram forte

repercussão e eram vistas com grande preocupação nos EUA. A batalha na Inglaterra aumentou ainda mais o receio americano quanto à possibilidade de derrota inglesa, o que levaria diretamente ao predomínio marítimo alemão. Nesse sentido, o episódio no Pacífico apenas concretizou a entrada efetiva do país no conflito.

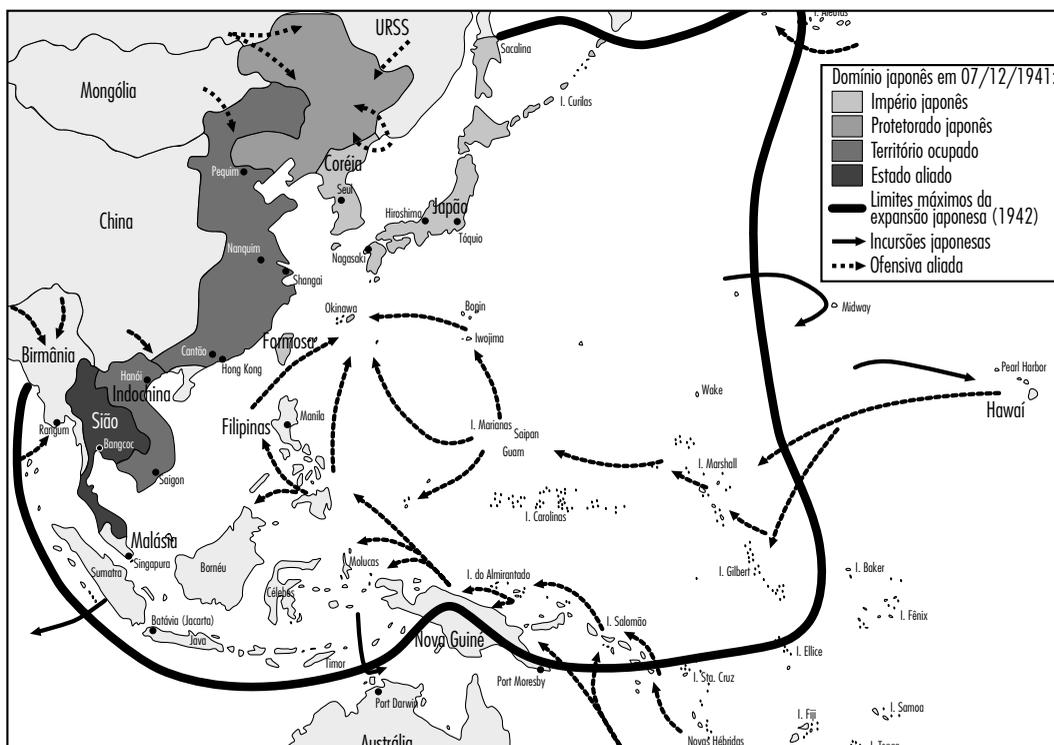
Mas o que exatamente ocasionou o episódio que colocou os EUA na guerra?

Para responder a essa questão, precisamos entender como estavam as relações entre Japão e Estados Unidos. O primeiro empreendia uma agressiva política colonial no Pacífico, tendo invadido regiões da China em 1931 e 1937; o segundo sentia-se profundamente ameaçado por tal política em seus interesses imperialistas na mesma área. As tensões entre os dois países começaram a crescer quando os EUA recusaram-se a renovar os tratados de comércio com o Japão em fins de 1939 e início de 1940. Foi a saída encontrada pelos americanos

para esfriar propositalmente as relações entre os dois países. Para o país oriental, no entanto, o tratado de comércio e as importações provenientes dos EUA eram extremamente importantes: tratava-se de petróleo em grandes quantidades e matéria-prima para a indústria metalúrgica. Metade da produção deste segmento industrial era dedicada à fabricação de armamentos.

Com o agravamento das tensões no Pacífico, o governo japonês respondeu aproximando-se efetivamente da Alemanha e da Itália através de um pacto de aliança política, econômica e militar (setembro de 1940). Tal tratado tripartite estabelecia uma posição comum entre os três países, onde cada um reconhecia as ambições imperialistas dos outros. Quando essa adesão dos japoneses ao Eixo já era concreta, o Japão assinou um tratado de neutralidade com a URSS.

Guerra no Pacífico



Até o ataque de Pearl Harbor, transcorreram negociações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Japão, mas no fundo sabia-se que era só uma questão de tempo até que as armas falassem mais alto. O bloqueio comercial americano, que colocava a economia e a máquina militar japonesa em situação muito difícil, levou os japoneses a apostarem todas as fichas na expansão pelo sudeste asiático. Em novembro de 1941, atacaram de forma inesperada a base militar americana no Havaí. Este ataque surpresa sobre Pearl Harbor teve dois efeitos imediatos: uniu a nação americana pela entrada na guerra e transformou-a em um conflito planetário...

:: A participação do Brasil na Segunda Guerra ::

A entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, deu-se após submarinos alemães terem afundado navios mercantes brasileiros. Os contingentes brasileiros da Força Expedicionária Brasileira desembarcaram na Itália, onde lutaram ao lado dos Aliados.

Durante o ano de 1941, o Japão ocupou quase inteiramente a Indochina. Até maio de 1942, conseguiu expandir a ocupação militar até a Indonésia, parte da Nova Guiné, Birmânia, Malásia, Cingapura, Hong Kong e parte da Índia oriental. O objetivo de uma dominação japonesa na Ásia parecia estar se concretizando... Os grupos japoneses favoráveis à guerra eram absolutamente confiantes em relação ao poderio militar do país. Com isso, criou-se pouco a pouco o mito da invencibilidade das forças armadas japonesas. Contudo, a força do mito logo daria lugar a uma questão prática: como assegurar a posse da extensa área conquistada com forças militares reduzidas? Para resolvê-la, tentaram conquistar a simpatia e o apoio das populações dos territórios ocupados, aproveitando o fato de que muitas delas encontravam-se em processo de luta anticolonialista contra ingleses, franceses e holandeses. Mas essa estratégia teve pouco êxito.

Até 1942, ingleses e norte-americanos sofreram várias derrotas militares no Pacífico, com perdas expressivas de homens e equipamentos. A partir desse ano, porém, o poderio naval e a capacidade industrial dos aliados começaram a fazer a diferença no Pacífico e no Índico. O Japão demonstrou uma enorme capacidade de resistência, mas a situação se reverteu a favor dos aliados.

:: A guerra no Pacífico e no Índico teve características particulares ::

Na Europa, ela se tornou rapidamente uma guerra popular. Além de esmagar estados e governos, a ofensiva nazifascista envolveu toda a nação, em especial trabalhadores, comunistas e socialistas, e diferentes minorias, como os judeus, ciganos e outros... Na Europa, a guerra tornou-se também civil, contando com uma ampla mobilização social e popular.

No Pacífico e no Índico ela era travada em mares e territórios governados por países donos de vastos impérios coloniais. Ao contrário da guerra na Europa, a participação das populações locais nem sempre era considerada vital, mas ainda assim teria grande importância para tais populações nos movimentos pela libertação colonial que se seguiriam à guerra. Como veremos, ingleses, franceses e holandeses, vencedores na guerra, logo teriam que se retirar da imensa maioria das áreas coloniais na África e na Ásia.

A GUERRA CHEGA AO FIM...

• O fim da guerra na Europa (1942–1945)

A recuperação dos EUA e da Inglaterra no Pacífico e as vitórias da URSS sobre a Alemanha foram determinantes para mudar o curso da guerra em favor dos aliados.

Como vimos, a vitória sobre os alemães em Stalingrado deu início a uma ampla contraofensiva soviética. As forças alemãs foram expulsas dos diversos países ocupados (Romênia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e Áustria) e os soviéticos avançaram pela Alemanha, chegando a Berlim em 1945.

Na segunda metade de 1944, a resistência alemã estava cada vez mais debilitada. Contudo, ainda restavam aos alemães armas “inteligentes” e com enorme poder de destruição — os mísseis teleguiados V1 e V2. Entre junho de 1944 e março de 1945, muitos deles foram lançados sobre Londres a partir de bases na França e na Holanda.

Apesar de devastadores, tais ataques não interromperam o avanço aliado. Desde fins de 1943, a ocupação da França era a questão central a se resolver. Esse foi justamente o tema da Conferência de Teerã, em dezembro de 1943,

onde foi confirmada a decisão do desembarque aliado na França em 1944... Após libertarem Roma (em junho de 1944), as tropas inglesas e norte-americanas partiram para a França. Em 6 de junho de 1944, o Dia D, teve início o desembarque aliado na Normandia (França) e a maior operação aeronaval da História. A vitória aliada também nesta operação abriu caminho para Paris e para a Alemanha Ocidental. Enquanto isso, os soviéticos já haviam iniciado as batalhas na Europa Central e nos Bálcãs.

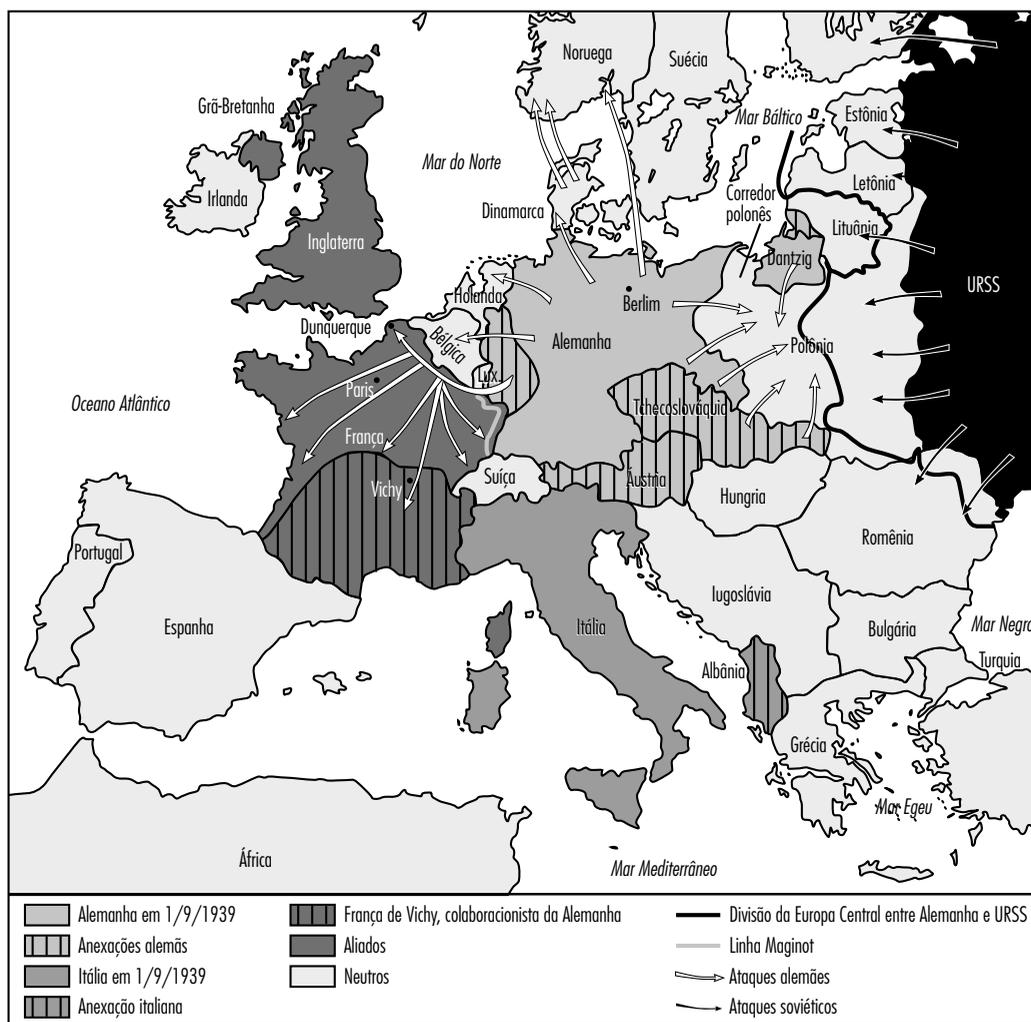
Em abril de 1945, a Alemanha foi tomada por forças soviéticas pelo lado oriental e forças americanas pelo lado ocidental. Diante da aproximação das tropas soviéticas, Hitler, sua esposa e oficiais do alto comando do exército nazista cometeram suicídio. Dois dias antes, na Itália, Mussolini havia sido capturado por membros da resistência italiana, fuzilado e seu corpo exposto publicamente. Tropas nazistas renderam-se na Itália, Áustria, Dinamarca e Holanda. A rendição incondicional do exército alemão em 8 de maio de 1945 marcou o fim da guerra na Europa.

• O fim da guerra no Pacífico: as bombas atômicas e a rendição do Japão

No plano militar, a questão que faltava decidir em 1945 era basicamente a situação do Japão. Apesar de acuado, ele mantinha-se forte na Manchúria, na China e em seu próprio território. Em meados de 1945, ainda mobilizava cerca de 3 milhões de homens além dos temidos camicazes, pilotos suicidas que atiravam seus aviões contra navios norte-americanos.

Em fevereiro de 1945, os americanos desembarcaram em território japonês. Pouco depois, o exército soviético ocupou a Manchúria e a Coreia. Com o país praticamente sob controle, dois acontecimentos surpreenderam tragicamente os japoneses e o mundo: os norte-americanos lançaram uma bomba atômica sobre a cidade de Hiroxima (6 de agosto de 1945) e outra sobre Nagasaki (9 de agosto de 1945). Segundo os americanos, era uma forma de acelerar o fim do conflito e evitar mais mortes de soldados. Alguns historiadores indicam que, por outro lado, as bombas atômicas foram uma demonstração de força dos Estados Unidos para a URSS. As bombas arrasaram as duas cidades e mataram cerca de 200 mil pessoas. Milhares de outras foram feridas, mutiladas ou contaminadas pelo material radioativo das explosões... No dia 2 de setembro, o Japão assinou a rendição incondicional ante os EUA, pondo fim à Segunda Guerra Mundial.

Guerra na Europa (1942–1945)



• As Conferências de Yalta e Potsdam

À medida que a guerra ia se definindo favoravelmente para os aliados, os principais dirigentes reuniam-se em conferências com o objetivo de estabelecer os caminhos futuros da geopolítica mundial. Sobre este ponto, é importante percebermos que foi ainda no ambiente de guerra que se acentuou a contraposição dos sistemas capitalista e socialista. Toda a história mundial nas décadas do pós-guerra foi profundamente marcada por este tema.

Franklin Roosevelt, presidente dos EUA, Joseph Stálin, dirigente da URSS e Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, chegaram à conferência de Yalta, na Crimeia (fevereiro de 1945) com objetivos divergentes. Para os Estados Unidos e Inglaterra, o interesse era o de restabelecer as relações internacionais e internas em cada país de acordo com a necessidade de retomada e estabilidade do capitalismo. Para a URSS, tratava-se de ampliar sua área de influência e, na medida do possível, difundir o regime socialista. O principal resultado de Yalta foi justamente a determinação dos limites da área de influência soviética no leste europeu.

Apesar de decidida e confirmada em Yalta, a partilha efetiva da Alemanha se daria apenas na conferência seguinte, em Potsdam. Ainda em Yalta, a Polônia voltou às suas fronteiras de 1919, agregando ainda terras alemãs a oeste. Para

todos os outros territórios libertados, fixaram-se princípios gerais que contemplavam a organização de governos democráticos baseados em eleições livres.

Os problemas tratados em Potsdam referiam-se principalmente à Europa, em particular às questões do tratado de paz. Em relação à Alemanha, definiram-se os seguintes pontos mais importantes:

- desarmamento e desmilitarização;
- destruição do Partido Nacional-Socialista;
- revogação da legislação nazista;
- julgamento dos criminosos de guerra;
- controle do sistema educacional;
- impedimento da criação, no futuro imediato, de um governo alemão centralizado;
- partilha da Alemanha e da cidade de Berlim em quatro zonas de ocupação, controladas por Reino Unido, EUA, França e URSS.

Na Ásia, a Coreia foi dividida entre os EUA (sul) e a URSS (norte) e o Japão permaneceu sob ocupação americana até 1952.

As mudanças estabelecidas pelos tratados são apenas uma parte do legado da Segunda Guerra Mundial. De fato, o resultado do conflito alterou profundamente o mapa político existente em 1939.

Se, por um lado, as mudanças territoriais não foram tão significativas, por outro, o papel dos estados em 1945 era bastante diferente. O poderio alemão, decisivo para a política europeia durante setenta anos, foi esmagado. A Europa, incluindo a antes toda-poderosa Inglaterra, perdeu sua supremacia para um mundo dividido entre EUA e a URSS, transformados em superpotências. A tentativa do Japão de construir um grande império na Ásia ruiu, mas o ressentimento dos asiáticos para com as derrotas inflingidas pelos japoneses não se dissipou.

Na Ásia e na África, a luta anticolonialista e anti-imperialista assumiria papel extremamente relevante a partir de 1945. Os movimentos de libertação nacional e social surgidos durante a guerra explodiriam após a mesma. Nacionalismo e independência seriam temas dominantes do pós-guerra na África, Ásia e América Latina.

Em termos humanos, o legado da Segunda Guerra Mundial foi o mais trágico visto até então: cerca de 60 milhões de mortos (dos quais 20 milhões de russos e 6 milhões de judeus), outros milhões de feridos, mutilados, cidades inteiras completamente destruídas. Foi uma guerra que não conheceu limites de moralidade nem crueldade. Uma guerra levada ao extremo, onde a morte se abateu igualmente sobre homens, mulheres e crianças, trabalhadores, donas de casa e soldados... Como resumiu de forma brilhante o historiador Eric Hobsbawm, "a catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior da história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos".

Nazismo e genocídio

Desde o início do governo nazista, foram construídas prisões na Alemanha chamadas "campos de concentração", para onde eram levados os opositores do regime, principalmente os comunistas. À medida que se expandia pela Europa, o regime nazista de Hitler subjugou grandes contingentes humanos das regiões dominadas, obrigando milhares de pessoas a trabalharem como escravas em fábricas, na construção de grandes obras, na abertura de estradas, minas e outros serviços. Esses prisioneiros foram encaminhados para novos campos de concentração instalados em outros países.

Contudo, o alvo preferencial desse aniquilamento foram os judeus, já há muito segregados pela legislação alemã. Esta política racista e antisemita foi estendida para a população judaica dos países ocupados pelos exércitos alemães. Mas o auge do terror nazista contra os judeus veio no final de 1942 e em 1943. Segundo as autoridades nazistas, era preciso implementar uma "solução final" para o problema judaico, exterminando judeus maciçamente juntamente com ciganos e outras minorias. Deste modo, milhões de judeus foram enviados aos campos de extermínio controlados pelas tropas de elite da SS, onde eram mortos principalmente em câmaras de gás. Outra prática comum era utilizá-los como cobaias em experiências científicas. Prisioneiros de guerra, principalmente soldados soviéticos, comunistas e opositores do nazismo também foram enviados para os mais de 20 campos de concentração que havia no final da guerra.

O genocídio imposto pelos nazistas deixou um saldo de cerca de 6 milhões de judeus mortos e ficou conhecido como Holocausto. O termo, que significa "sacrifício", entrou pra História como sinônimo de extermínio em massa de judeus

na Segunda Guerra Mundial. Envolvidos em estratégias militares para derrotar os nazistas, os aliados deixaram em segundo plano a questão dos campos de concentração e extermínio. Na época, os campos de extermínio não eram de pleno conhecimento do mundo... a dimensão do genocídio só foi conhecida quando os aliados libertaram os campos e começaram a ouvir os relatos dos sobreviventes.

E agora, para saber um pouco mais dessa história, sugerimos que você assista a filmes que abordem esse tema. Há muitos! Podemos indicar "O Pianista" e a "A lista de Schindler", para começar...

:: Os Tribunais de Nuremberg e os crimes de guerra ::

Entre 1945 e 1946, os países vencedores da II Guerra Mundial instituíram um Tribunal Militar internacional na cidade alemã de Nuremberg para julgar os nazistas acusados de conspiração, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. Os julgamentos duraram 10 meses e ficaram conhecidos como os Tribunais de Nuremberg. Somente 22 chefes nazistas foram acusados, 12 dos quais condenados à morte e executados. Para não irem a julgamento, muitos oficiais suicidaram-se antes ou fugiram para outros países, onde viveram com outra identidade. Alguns chegaram a ser descobertos e julgados bem mais tarde. Já os crimes de guerra cometidos pelos aliados ficaram impunes.

Síntese

Durante o período entreguerras, a Europa atravessou um período de grandes dificuldades econômicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1929. No mesmo período, surgiram partidos políticos de extrema-direita, que se baseavam no nacionalismo exacerbado e defendiam o estabelecimento de um governo forte e autoritário.

Esses partidos alcançaram o poder na Itália, com o fascismo de Benito Mussolini, em 1922, e na Alemanha, com o nazismo de Adolf Hitler, em 1933. Ambos implantaram uma ditadura e combateram os opositores, principalmente os comunistas, com grande violência, além de promoverem um grande culto à personalidade de seus líderes. Na Alemanha, o nazismo caracterizou-se também por um discurso racial que defendia a superioridade dos alemães e seu direito a dominar outros povos.

A instabilidade provocada pelos projetos expansionistas de países como Alemanha e Japão e pela atuação de estados como França, Inglaterra, Estados Unidos e URSS acabaram provocando a eclosão de um novo conflito mundial, que se desenrolou entre 1939 e 1945. A guerra envolveu dezenas de países de todos os continentes, resultou numa enorme destruição material e humana e fez surgir duas novas potências mundiais: EUA e URSS.

EXERCÍCIOS

1) (ENEM/2010)

A ética precisa ser compreendida como um empreendimento coletivo a ser constantemente retomado e rediscutido, porque é produto da relação interpessoal e social. A ética supõe ainda que cada grupo social se organize sentindo-se responsável por todos e que crie condições para o exercício de um pensar e agir autônomo. A relação entre ética e política é também uma questão de educação e luta pela soberania dos povos. É necessária uma ética renovada, que se construa a partir da natureza dos valores sociais para organizar também uma nova prática política.

CORDI et al. *Para filosofar*. São Paulo: Scipione, 2007. (adaptado)

O século XX teve de repensar a ética para enfrentar novos problemas oriundos de diferentes crises sociais, conflitos ideológicos e contradições da realidade. Sob esse enfoque e a partir do texto, a ética pode ser compreendida como

- (A) instrumento de garantia da cidadania, porque através dela os cidadãos passam a pensar e agir de acordo com valores coletivos.
- (B) mecanismo de criação de direitos humanos, porque é da natureza do homem ser ético e virtuoso.
- (C) meio para resolver os conflitos sociais no cenário da globalização, pois a partir do entendimento do que é efetivamente a ética, a política internacional se realiza.
- (D) parâmetro para assegurar o exercício político primando pelos interesses e ação privada dos cidadãos.
- (E) aceitação de valores universais implícitos numa sociedade que busca dimensionar sua vinculação a outras sociedades.

2) (ENEM/2009) A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos e processos que a inscreveram como um dos mais violentos períodos da história humana. Entre os principais fatores que estiveram na origem dos conflitos ocorridos durante a primeira metade do século XX estão

- (A) a crise do colonialismo, a ascensão do nacionalismo e do totalitarismo.
- (B) o enfraquecimento do império britânico, a Grande Depressão e a corrida nuclear.
- (C) o declínio britânico, o fracasso da Liga das Nações e a Revolução Cubana.
- (D) a corrida armamentista, o terceiro-mundismo e o expansionismo soviético.
- (E) a Revolução Bolchevique, o imperialismo e a unificação da Alemanha.

3) (ENEM/2009) Os regimes totalitários da primeira metade do século XX apoiaram-se fortemente na mobilização da juventude em torno da defesa de ideias grandiosas para o futuro da nação. Nesses projetos, os jovens deveriam entender que só havia uma pessoa digna de ser amada e obedecida, que era o líder. Tais movimentos sociais juvenis contribuíram para a implantação e a sustentação do nazismo, na Alemanha, e do fascismo, na Itália, Espanha e Portugal. A atuação desses movimentos juvenis caracterizava-se

- (A) pelo sectarismo e pela forma violenta e radical com que enfrentavam os opositores ao regime.
- (B) pelas propostas de conscientização da população acerca dos seus direitos como cidadãos.
- (C) pela promoção de um modo de vida saudável, que mostrava os jovens como exemplos a seguir.
- (D) pelo diálogo, ao organizar debates que opunham jovens idealistas e velhas lideranças conservadoras.
- (E) pelos métodos políticos populistas e pela organização de comícios multitudinários.

- 4) (ENEM/2009 – prova anulada) O objetivo de tomar Paris marchando em direção ao Oeste era, para Hitler, uma forma de consolidar sua liderança no continente. Com esse intuito, entre abril e junho de 1940, ele invadiu a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica e a Holanda. As tropas francesas se posicionaram na Linha Maginot, uma linha de defesa com trincheiras, na tentativa de conter a invasão alemã. Para a Alemanha, o resultado dessa invasão foi
- (A) a ocupação de todo o território francês, usando-o como base para a conquista da Suíça e da Espanha durante a segunda fase da guerra.
 - (B) a tomada do território francês, que foi então usado como base para a ocupação nazista da África do Norte, durante a guerra das trincheiras.
 - (C) a posse de apenas parte do território, devido à resistência armada do exército francês na Linha Maginot.
 - (D) a vitória parcial, já que, após o avanço inicial, teve de recuar, devido à resistência dos blindados do general De Gaulle, em 1940.
 - (E) a vitória militar, com ocupação de parte da França, enquanto outra parte ficou sob controle do governo colaboracionista francês.

5) (ENEM/2009 – prova anulada)

O ataque japonês a Pearl Harbor e a conseqüente guerra entre americanos e japoneses no Pacífico foi resultado de um processo de desgaste das relações entre ambos. Depois de 1934, os japoneses passaram a falar mais desinibidamente da “Esfera de coprosperidade da Grande Ásia Oriental”, considerada como a “Doutrina Monroe Japonesa”.

A expansão japonesa havia começado em 1895, quando venceu a China, impôs-lhe o Tratado de Shimonoseki passando a exercer tutela sobre a Coreia. Definida sua área de projeção, o Japão passou a ter atritos constantes com a China e a Rússia. A área de atrito passou a incluir os Estados Unidos quando os japoneses ocuparam a Manchúria, em 1931, e a seguir, a China, em 1937.

REIS FILHO, D.A. (org.). *O século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Sobre a expansão japonesa, infere-se que

- (A) o Japão tinha uma política expansionista, na Ásia, de natureza bélica, diferente da doutrina Monroe.
- (B) o Japão buscou promover a prosperidade da Coreia, tutelando-a à semelhança do que os EUA faziam.
- (C) o povo japonês propôs cooperação aos Estados Unidos ao copiarem a Doutrina Monroe e proporem o desenvolvimento da Ásia.
- (D) a China aliou-se à Rússia contra o Japão, sendo que a doutrina Monroe previa a parceria entre os dois.
- (E) a Manchúria era território norte-americano e foi ocupado pelo Japão, originando a guerra entre os dois países.

6) (ENEM/2009 – prova anulada)

A depressão econômica gerada pela Crise de 1929 teve no presidente americano Franklin Roosevelt (1933-1945) um de seus vencedores. New Deal foi o nome dado à série de projetos federais implantados nos Estados Unidos para recuperar o país, a partir da intensificação da prática da intervenção e do planejamento estatal da economia. Juntamente com outros programas de ajuda social, o New Deal ajudou a minimizar os efeitos da depressão a partir de 1933. Esses projetos federais geraram milhões de empregos para os necessitados, embora parte da força de trabalho norte-americana continuasse desempregada em 1940. A entrada do país na Segunda Guerra Mundial, no entanto, provocou a

queda das taxas de desemprego, e fez crescer radicalmente a produção industrial. No final da guerra, o desemprego tinha sido drasticamente reduzido.

EDSFORD, R. *America's response to the Great Depression*. Blackwell Publishers, 2000. (tradução adaptada)

A partir do texto, conclui-se que

- (A) o fundamento da política de recuperação do país foi a ingerência do Estado, em ampla escala, na economia.
- (B) a crise de 1929 foi solucionada por Roosevelt, que criou medidas econômicas para diminuir a produção e o consumo.
- (C) os programas de ajuda social implantados na administração de Roosevelt foram ineficazes no combate à crise econômica.
- (D) o desenvolvimento da indústria bélica incentivou o intervencionismo de Roosevelt e gerou uma corrida armamentista.
- (E) a intervenção de Roosevelt coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial e foi bem-sucedida, apoiando-se em suas necessidades.

7) (UFRJ)



Fonte: VÁRIOS. *Histoire d'une guerre à l'autre (1914-1939)*. Paris, Hachette, 1982, p. 368

O cartaz acima, de 1918, expressa o reconhecimento do governo francês à participação de tropas africanas e asiáticas e à contribuição das economias coloniais para o esforço de guerra entre 1914 e 1918. Estima-se que 587 mil soldados provenientes desses continentes lutaram em solo europeu, dentre os quais os muçulmanos da África do Norte e os senegaleses, que participaram de inúmeras operações, sobretudo das mais perigosas. A mortalidade desses contingentes em combate não raro ultrapassou a expressiva taxa de 10%.

a) Explique uma das consequências econômicas, para as colônias, decorrentes de seu engajamento nessa guerra.

b) Explique como a participação de africanos e asiáticos na Primeira Guerra Mundial contribuiu para reforçar o sentimento autonomista nas colônias.

8) (CESGRANRIO) A "Entente Cordiale", entre a França e a Inglaterra em 1904, pode ser explicada:

- (A) como coroamento da política de aproximação diplomática iniciada em 1815, quando aquelas potências superaram definitivamente suas rivalidades internacionais;
- (B) como uma etapa da política externa britânica de progressivo abandono de sua posição de "esplêndido isolamento", que iria culminar na constituição da "Tríplice Aliança" em 1907, com a inclusão da Itália;
- (C) pela necessidade de firmarem um acordo que as defendesse da Alemanha, a qual ameaçava o poderio naval britânico e disputava com a França áreas no norte da África;
- (D) como consequência da pressão inglesa sobre a França, cuja política de aproximação com a Alemanha ameaçava os interesses britânicos no continente;
- (E) pelo interesse franco-britânico de minar as bases do poderio russo, consideravelmente fortalecido após sua expansão na península balcânica, com sérios riscos para o "equilíbrio europeu".

9) (Unirio)

A Revolução Russa de 1917 é sem dúvida o fato mais importante da história política do século XX. Um observador contemporâneo da Revolução, o jornalista americano John Reed deu a seu famoso relato desses acontecimentos o título de *Os dez dias que abalaram o mundo*, e os tremores e as reverberações provocados pela sublevação continuam a ser registrados ainda hoje.

(Wood, Alan. *As origens da Revolução Russa*. São Paulo: Ática, 1991, p. 11.)

A Revolução Russa de 1917 gerou um conjunto de transformações estruturais que atingiram a Rússia czarista, no início do século XX, alterando radicalmente a estrutura socioeconômica do país após a vitória dos bolchevistas liderados por Lênin. Cite e explique uma transformação socioeconômica ocorrida com a implantação do socialismo na Rússia.

10) (UFRRJ) Leia o texto abaixo e responda à questão.

A economia de capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou praticamente todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado nas fronteiras da URSS.

(HOBSBAWN, ERIC J. *A era dos Impérios. O Breve Século XX. 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.202)

O texto anterior remete à posição do capitalismo às vésperas da Revolução de 1917, que apresenta-se como único modelo econômico.

a) Explique uma característica do capitalismo na virada do Século XIX para o XX, o qual até 1917 apresenta-se como único modelo econômico.

b) Discuta uma condição política e outra social que favoreceram a revolução socialista na Rússia.

11) (PUC-SP) Leia o trecho a seguir:

O povo estava farto da guerra e havia perdido toda a confiança no Czar: [...] O próprio czar fora para o quartel general para proteger-se; e quando tentou voltar para Petrogrado os trabalhadores ferroviários detiveram seu trem. Todo mecanismo da monarquia havia parado; o czar havia tentado dissolver a Quarta Duma, tal como fizera com as anteriores, mas desta vez os parlamentares se recusaram a se dispersar, e formaram um Comitê Provisório, que nomeou o Governo Provisório.

Sobre as circunstâncias em que se desenvolveram os fatos descritos acima, é correto afirmar que:

- (A) a derrubada da monarquia, em março de 1917, na Rússia, foi conduzida pelos bolcheviques-parlamentares que controlaram o poder na Duma; durante todo o Governo Provisório;
- (B) a precipitação do processo revolucionário russo foi produzida pela manutenção desse país na Primeira Guerra Mundial, o que resultou em 4 milhões de baixas, aproximadamente.
- (C) os soviets – comitês locais de trabalhadores – funcionaram, desde sua criação em 1906, sob liderança dos bolcheviques, que buscavam espaço de atuação no governo czarista;
- (D) as movimentações sociais que resultaram na queda da monarquia russa, em 1905, tomaram-se conhecidas como “Ensaio Geral”, já que funcionaram como antecâmara da revolução socialista;
- (E) o deputado Kerensky representou, no governo provisório, em 1917, as posições mencheviques que com a palavra de ordem “Todo Poder aos Soviotes”, indicavam maior participação popular.

12) (Cesgranrio-RJ) Em março de 1921, Lênin afirma: É necessário abandonar a construção imediata do socialismo para se voltar, em muitos setores econômicos, na direção de um capitalismo de Estado. Tendo em vista as etapas da Revolução Russa, podemos interpretar essa declaração no sentido de:

- (A) representar o abandono do comunismo de guerra e o início da Guerra Civil.
- (B) traduzir o insucesso dos planos quinquenais e o retorno a uma economia capitalista.
- (C) indicar a impossibilidade do socialismo num só país, daí a volta ao capitalismo monopolista.
- (D) introduzir a Nova Política Econômica, caracterizada por algumas concessões ao capitalismo, a fim de possibilitar o avanço do socialismo.
- (E) aceitar a introdução de métodos capitalistas na produção e o retorno à iniciativa privada.

13) (FGV)

Caros camaradas, soldados, marinheiros e trabalhadores, tenho o prazer de congratulá-los pela vitória da revolução russa, saudá-los como a vanguarda do exército proletário internacional [...] A guerra do banditismo imperialista é o começo da guerra civil na Europa. [...] Na Alemanha, tudo já está fermentando! Não hoje, mas amanhã, qualquer dia, pode ocorrer o colapso geral do capitalismo europeu. A revolução russa que vocês realizaram deu o golpe inicial e inaugurou uma nova era. [...] Viva a Revolução Social Internacional!

(Discurso de Lênin em 16 de abril de 1917, citado em Wilson, E. *Rumo à estação Finlândia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1986. pg. 441)

Assinale a alternativa que melhor apresenta a temática central do discurso de Lênin:

- (A) O apelo à manutenção da ordem interna em meio ao processo revolucionário bolchevique.
- (B) A defesa da união de russos e alemães contra os imperialistas, na Primeira Guerra Mundial.
- (C) A defesa da permanência russa na Primeira Guerra Mundial como fator necessário à desestabilização do capitalismo internacional.
- (D) O triunfo da revolução menchevique na Rússia como o primeiro passo para a revolução socialista mundial.
- (E) A comemoração por conta da derrocada do sistema capitalista internacional, com o fim da Primeira Guerra Mundial.

14) (UERJ) Em outubro deste ano, a Revolução Russa de 1917 comemorou seus 80 anos, continuando a ser alvo de intensas discussões que polarizaram as opiniões: de um lado, uma etapa decisiva na libertação da sociedade russa; de outro, uma conjuntura denunciada como um período de crimes e de desastre. Vista por qualquer um dos prismas, a Revolução de 1917 teve significado mundial, embora as suas raízes devam ser buscadas em condições especificamente russas. Dentre essas condições que desencadearam o processo da Revolução Russa, pode-se destacar:

- (A) a autocracia czarista, que convivia com uma economia rural estagnada e um campesinato faminto;
- (B) o fim da servidão, que possibilitou o progresso agrícola e o acesso à terra de grande parcela do campesinato;
- (C) a mobilidade das classes sociais, que garantiu a ascensão de inúmeros trabalhadores fabris e pequenos proprietários;
- (D) o papel fundamental de uma burguesia industrial e financeira, que estimulou o desenvolvimento de uma indústria de base.

15) (PUC-Rio) Entre o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e o início da Segunda (1939), as sociedades europeias passaram por inúmeras transformações. Entre essas transformações, estão as citadas abaixo, À EXCEÇÃO DE:

- (A) A instabilidade econômica no decorrer dos anos 1930, em decorrência da internacionalização dos efeitos da quebra da bolsa de Nova York.
- (B) A inoperância da Liga das Nações, frente às pretensões expansionistas do Estado nazista.
- (C) O reconhecimento, por parte dos governos metropolitanos europeus, das reivindicações autonomistas de áreas coloniais na Ásia e na África.
- (D) A proliferação de críticas ao liberalismo político, materializadas na difusão de projetos autoritários.
- (E) O acirramento das disputas nacionalistas e de manifestações antissemitas, estimulando, entre outros aspectos, a migração de grupos judeus.

16) (UFU) Após o final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha mergulhou numa profunda crise econômica e política, o que favoreceu o desenvolvimento da doutrina totalitária conhecida como nazismo. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA :

- (A) No período da história alemã conhecido como República de Weimar, Adolph Hitler liderou uma tentativa golpista de extrema-direita, colocando em cena o programa do Partido Nacional Socialista que denunciava os marxistas, os judeus e os estrangeiros. Este prometeu trabalho a todos os alemães, realizações sociais e a supressão das imposições do Tratado de Versalhes.
- (B) A Alemanha, derrotada na Primeira Guerra, foi forçada a assinar a “própria culpa da guerra”, além de pagar pesadas indenizações e perder parte de seu território. A instabilidade política e social foi a tônica deste período, face ao aumento da inflação, estimulada pelo próprio governo via desvalorização do marco, facilitando as exportações e uma maior concentração do capital.

(C) No contexto da República de Weimar, a ascensão do governo social democrata, em aliança com os socialistas e anarquistas, embora tenha diminuído os índices de inflação e desemprego, não conseguiu barrar o crescimento da doutrina nazista de Hitler, a qual pregava o ódio aos judeus e estrangeiros e tinha como princípio a defesa do nacionalismo em detrimento do romantismo.

(D) A partir de 1929, a situação socioeconômica do país foi agravada pela crise mundial do sistema capitalista. A crise e a depressão trouxeram na sua esteira as falências, o desemprego, o declínio da produção agrícola e industrial, refletindo-se no agravamento dos antagonismos sociais e na ascensão dos partidos extremistas, fragilizando a coalizão social-democrata e liberal que governava o país.

17) (ENEM - 2013)

As Brigadas Internacionais foram unidades de combatentes formadas por voluntários de 53 nacionalidades dispostos a lutar em defesa da República espanhola. Estima-se que cerca de 60 mil cidadãos de várias partes do mundo — incluindo 40 brasileiros — tenham se incorporado a essas unidades. Apesar de coordenadas pelos comunistas, as Brigadas contaram com membros socialistas, liberais e de outras correntes político-ideológicas.

SOUZA, I. I. A Guerra Civil Europeia. História Viva, n. 70, 2009 (fragmento).

A Guerra Civil Espanhola expressou as disputas em curso na Europa na década de 1930. A perspectiva política comum que promoveu a mobilização descrita foi o(a)

- (A) crítica ao stalinismo.
- (B) combate ao fascismo.
- (C) rejeição ao federalismo.
- (D) apoio ao corporativismo.
- (E) adesão ao anarquismo.

GABARITO

1) A 2) A 3) A 4) E 5) A 6) A

7) a) O candidato deverá explicar que, em função das demandas metropolitanas, ocorreram, por exemplo, aumentos das pressões fiscais sobre as colônias, mudanças qualitativas e quantitativas na produção delas, e a superexploração do trabalho dos nativos, dentre outras.

b) O candidato deverá explicar que a participação de africanos e asiáticos na Primeira Guerra Mundial contribuiu para reforçar o sentimento autonomista nas colônias mediante a tomada de consciência da importância de seu papel na vitória das Metrôpoles, com efetivos militares e no esforço de guerra. Poderá ainda considerar na explicação as situações vividas durante a guerra, as quais fortaleciam a emergência de lideranças políticas locais.

8) A

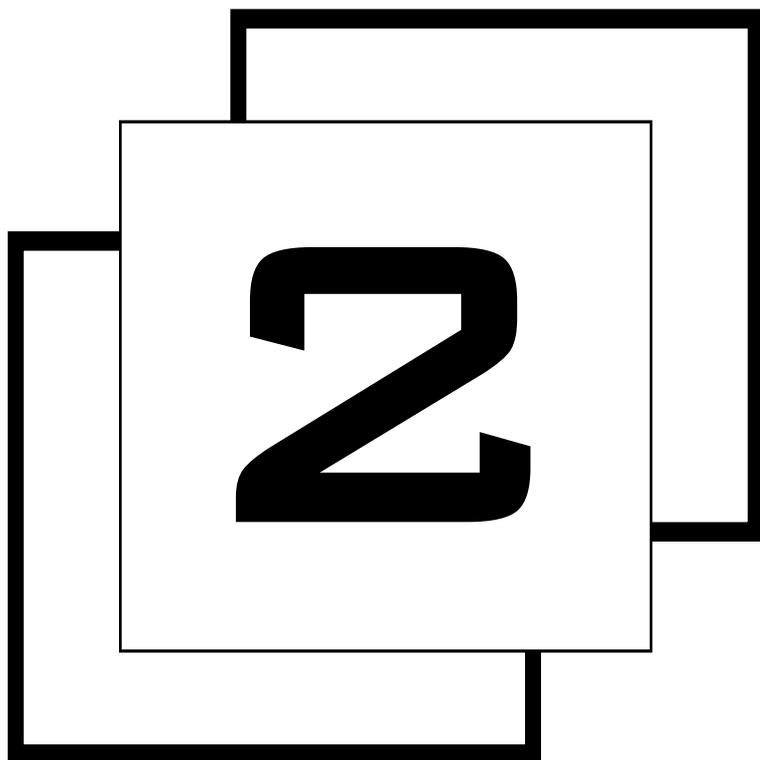
9) (Sem gabarito oficial). Sugestão: Distribuição radical das terras entre os camponeses, pondo fim à concentração fundiária e ao domínio dos proprietários de terra; coletivização das grandes fábricas e bancos, além do setor de transporte e comunicação, estabelecendo uma economia socialista; posteriormente, no governo de Stálin, coletivização total da propriedade na URSS; ascensão política dos setores de trabalhadores urbanos; expansão dos setores públicos de educação e saúde.

10) (Sem gabarito oficial). Sugestão:

a) Monopolista: formação de grandes empresas (trustes e holdings) que estabeleciam um grande domínio do mercado e reuniam diferentes atividades econômicas; Financeiro: fusão do capital industrial e do capital bancário; Prática da formação de cartéis entre as grandes empresas; Parceria entre Estado e empresas na expansão imperialista na África, Ásia e Américas; Vigência do pensamento liberal, que defendia uma intervenção reduzida do Estado na economia.

b) Política: política repressiva do estado czarista em relação aos opositores; monarquia constitucional estabelecida em 1905, extremamente autoritária e conservadora; emergência de diferentes forças políticas socialistas com grande penetração nos meios operários e camponeses; enfraquecimento do czar na conjuntura de crise provocada pela participação russa na Primeira Guerra Mundial; Social: extrema exploração dos operários, concentrados em grandes centros urbanos como Moscou e São Petersburgo; concentração fundiária que empobrecia grande parte da população camponesa, maioria na Rússia.

11) B 12) D 13) B 14) A 15) C 16) C 17) B



**O BRASIL E AS AMÉRICAS
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**

A CONSTRUÇÃO DA ORDEM REPUBLICANA: O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889–1930)

A proclamação da República significou a instauração de uma nova ordem legal e política, diferente da que existia no império. Este processo, em seus primeiros anos, foi marcado por inúmeros embates entre forças civis e militares, cada uma delas buscando defender seus projetos e ideias sobre como a república deveria ser. Ao final de uma década, os setores políticos civis acabaram impondo seu domínio, dando origem a uma dinâmica oligárquica, que se estendeu até o ano de 1930. Esse período entre 1889 e 1930 ficou conhecido como Primeira República.

1. A construção do sistema político oligárquico

• Os governos militares (1889-1894)

Como vimos, a República foi proclamada num golpe de Estado. O marechal Deodoro da Fonseca, militar de muito prestígio, foi o líder do ato sendo escolhido como o primeiro presidente do Brasil republicano. Formou-se um governo provisório até que se realizassem eleições e houvesse uma nova Constituição, que estabeleceria as normas políticas e os direitos e deveres dos brasileiros. Ao lado de Deodoro, estavam vários líderes civis que, desde a década de 1870, defendiam a implantação do sistema republicano.

A redação da Constituição desenvolveu-se no decorrer de 1890 e, em fevereiro do ano seguinte, a nova legislação foi aprovada. Ela trouxe importantes modificações como:

- a adoção do sistema presidencialista e o equilíbrio entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário);
- o federalismo, dando maior autonomia dos estados;
- o voto direto para os cargos de presidente, governador de estado (na época chamado de presidente de estado), senador, deputado federal e deputado estadual. Todos os cargos tinham mandatos fixos;
- o direito de voto de todos os homens maiores de 21 anos, exceto analfabetos, mendigos, alguns religiosos e militares;
- a separação entre Estado e Igreja, com o fim do catolicismo como religião oficial do Brasil e a instituição do casamento civil, entre outras.

Após a promulgação da Constituição, os deputados e senadores elegeram o marechal Deodoro para a presidência da república, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. O mandato se estenderia até 1894.

Mas, ao longo do ano de 1891, os enfrentamentos entre as forças políticas se agravaram. O marechal Deodoro desentendeu-se seguidas vezes com o Congresso Nacional, tentou um golpe de estado e, sem apoio, acabou renunciando ao cargo. Os principais pontos de conflito referiram-se às disputas entre o federalismo, defendido por boa parcela dos parlamentares, e o reforço da autoridade do poder Executivo central, posição defendida por Deodoro. Essa era uma questão importante desde os tempos do Império: o conflito federalismo X centralismo.

:: Federalismo ::

Sistema de distribuição de poder num país que dá autonomia às unidades da federação, ou seja, aos governos dos estados ou províncias. No sistema federativo, os estados podem ter suas próprias constituições, além de ter o comando de sua própria polícia e criar impostos, independentemente do poder central. O regime federativo é o que vigora hoje no Brasil.

Após a renúncia de Deodoro, assumiu a presidência da república o marechal Floriano Peixoto, que seguiu enfrentando sérias dificuldades. As divergências entre as forças políticas federalistas e centralizadoras continuaram nas ruas, no Congresso Nacional e nos quartéis. Em 1893, eclodiu também a Revolta da Armada, organizada por importantes oficiais da Marinha que exigiam a saída de Floriano da presidência e, para forçá-lo a isso, bombardearam a cidade do Rio de Janeiro, capital federal. Ao mesmo tempo, um conflito entre facções políticas no Rio Grande do Sul transformou-se em uma violenta guerra civil, que se expandiu para os estados de Santa Catarina e Paraná e só terminou em 1895.

Com dificuldade e fazendo uso de mecanismos violentos de repressão aos opositores, Floriano Peixoto conseguiu controlar a situação política e encerrar seu mandato como presidente. Isso deveu-se à conquista de importantes apoios políticos como o dos setores populares cariocas, defensores ferrenhos da república, e da bancada paulista no Congresso Nacional; ambos viram nos ataques ao marechal uma ameaça ao próprio sistema republicano recém-implantado e, por isso, era importante “defendê-lo” dos inimigos da república. Em 1894, ocorreu a primeira eleição direta para presidente da república, na qual foi vitorioso Prudente de Moraes, cafeicultor paulista com longa carreira política desde os tempos imperiais.

• A República das Oligarquias

:: Oligarquia ::

Controle do poder e dos negócios públicos por poucas pessoas. Pode significar também governo de um grupo, cujos integrantes tenham interesses em comum.

O paulista Prudente de Moraes, primeiro presidente civil eleito depois dos governos militares (1894–1898), buscou estabilizar politicamente o país. Concedeu anistia aos envolvidos na guerra civil no sul e diminuiu os enfrentamentos entre o poder Executivo central e os governadores de estados, que tornaram-se lideranças com bastante autonomia por conta da adoção do federalismo. Entretanto, os conflitos políticos não acabaram e Prudente de Moraes governou enfrentando críticas dos quartéis e de forças populares, que o viam como um representante das elites agrárias. Muitas vezes, o presidente recorreu a mecanismos repressivos para controlar seus opositores.

Em 1898, foi eleito para suceder Prudente de Moraes um segundo fazendeiro paulista, Campos Salles.

Foi em seu governo que as disputas políticas se estabilizaram.

Por um lado, alguns setores, como os militares, haviam sido controlados no governo anterior. Além disso, Campos Salles trabalhou para construir uma aliança entre oligarquias estaduais e o governo federal, que ficou conhecida como “política dos governadores”.

O que era a “política dos governadores”? Era um acordo de apoio mútuo firmado entre o poder central — presidente — e o poder estadual — os governadores. O presidente se comprometia a não intervir nas disputas políticas no interior dos estados, reconhecendo o poder dos governadores e transferindo recursos federais. Os governadores, por sua vez, se comprometiam a apoiar os projetos do presidente no Congresso Nacional, através de deputados federais e senadores fiéis a eles. Mas, como os governadores podiam garantir que os eleitores iriam votar nos seus candidatos a deputado federal e senador?

É aí que entrava uma figura fundamental nessa dinâmica política: os chamados coronéis, chefes políticos locais que faziam o contato direto com os eleitores.

Os coronéis possuíam grande autoridade sobre a população de suas regiões e controlavam de perto o voto dos eleitores, uma vez que o voto era aberto, ou seja, não havia cabines reservadas e todos sabiam em quem o eleitor votava. Assim, os empregados dos coronéis nas áreas rurais e, também, nas cidades podiam vigiar e pressionar os eleitores.

:: E por que se chamava voto de cabresto? ::

Cabresto é algo que se coloca no animal para que ele ande no rumo determinado pela pessoa que o comanda.

Pense nisso e tente responder à pergunta acima.

Mas não era somente pela força que se controlava o voto. Pelo poder econômico ou pelos contatos políticos que tinham, os coronéis eram vistos como patrões ou como benfeitores e, não poucas vezes, como senhores da vida e da morte dos que viviam em sua área de influência. Dessa forma, conseguiam os votos necessários para eleger os candidatos indicados pelos governadores.

Foi através da “política dos governadores” e do “coronelismo” que se construiu uma república oligárquica, na qual o poder se concentrou nas mãos das principais lideranças estaduais — as oligarquias. Nesse sistema, era muito difícil que se estabelecessem lideranças de oposição, pois os governadores e os coronéis usavam de todos os meios disponíveis — legais e ilegais — para que elas não fossem eleitas. Por isso, não se fortaleceram partidos políticos nacionais e os debates acabavam se desenvolvendo entre grupos com as mesmas ideologias e interesses, excluindo grande parte da população.

Agora, vamos pensar: Se não havia partidos nacionais e o poder estava nas mãos das oligarquias estaduais, como eram escolhidos e eleitos os presidentes da república? Eram escolhidos, justamente, através de negociações entre as lideranças dos estados e, aí, se destacaram os mais fortes em termos econômicos e políticos: São Paulo e Minas Gerais. Os principais oligarcas mineiros e paulistas buscavam se articular em torno de um nome comum, que era então lançado como candidato à presidência da República. Essa política, conhecida como Café com Leite, era liderada por Minas Gerais e São Paulo, mas contava também com a participação de outros estados nas negociações, como Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, organizando no nível nacional o domínio das oligarquias.

2. Lutas populares no campo e nas cidades

O arranjo oligárquico estabelecido pelas elites estaduais teve como uma de suas consequências a restrição à participação dos cidadãos brasileiros no sistema político. Mas não significou, de forma alguma, uma submissão tranquila de todas as forças políticas e dos setores populares ao domínio das oligarquias. Durante toda a Primeira República, vários movimentos sociais demonstraram a capacidade da população de construir projetos sociais próprios e se opor às ações do governo.

• Movimentos rurais

No campo, ocorreram as rebeliões de Canudos (Bahia, 1896) e do Contestado (Santa Catarina, 1912–1916). Estas rebeliões, verdadeiras revoltas populares, foram motivadas por razões de ordem social e religiosa, e tiveram lideranças carismáticas. Foram duramente reprimidas, com uso de tropas e armamentos sofisticados, em verdadeiros massacres aos revoltosos. E além delas, houve expressões de revolta social em conflitos provocados por jagunços e cangaceiros, no nordeste, especialmente.

As revoltas populares no campo, durante o início da Primeira República, denunciavam a profunda desigualdade social e concentração de terras no Brasil rural. Tal situação tinha raízes profundas, ligadas ao sistema de distribuição de terras por governantes durante o Brasil Colônia e Império, à expulsão e escravização de povos indígenas e de africanos ao longo de mais três séculos, privando a maior parte dos trabalhadores brasileiros de fundamentais direitos e do acesso à terra. Ocorreram mudanças no século XIX, mas essas mudanças (como as que foram trazidas pela Lei de Terras em 1850 e a abolição da escravidão em 1888) não alteraram, ao contrário, aprofundaram o abismo social entre setores da sociedade brasileira.

Ao longo do processo que foi levando ao fim da escravidão, houve líderes políticos que apresentaram projetos sugerindo aos governantes rever a distribuição de terras e inserir a população pobre, sobretudo negra, na produção agrícola, como pequenos proprietários. Um desses foi Joaquim Nabuco (1849–1910), abolicionista e defensor de uma reforma agrária que trouxesse para os ex-escravos novas oportunidades de trabalho, permitindo-lhes sair, por seu próprio esforço, da pobreza em que se encontravam. Os escritos de Joaquim Nabuco defendiam esse caminho político, que ele considerava o melhor para o futuro do país como um todo, não apenas para a população saída do cativeiro. Lembrava que aos imigrantes vindos da Europa branca algumas vezes era oferecida a possibilidade de um pedaço de terra — quase sempre com muito trabalho como moeda de troca, e nem sempre uma boa terra, mas havia a chance. Mas, à população negra e pobre, fosse livre de nascimento ou liberta, não era oferecida terra alguma.

Nada foi feito no sentido de abrir possibilidades de um futuro melhor para essas pessoas. Os latifundiários, quando as incorporavam permitindo-lhes habitar suas terras, quase sempre as colocavam como grupos dependentes, que serviriam aos seus interesses. Os que ficavam excluídos desse universo de dependentes estavam entre aqueles que engrassavam as fileiras dos rebeldes do sertão brasileiro.

Pobres ou miseráveis, sem perspectiva de futuro, esses grupos de brasileiros encontravam na sua fé religiosa a fonte de esperança. Enfrentaram interesses locais de grandes proprietários, do Estado que desejava implantar obrigações civis (cobrar impostos e obediência à força pública) da Igreja que buscava submetê-los a um comportamento religioso de acordo com o Catolicismo oficial.

• A população negra nas cidades

Logo depois da abolição, a situação dos negros na sociedade brasileira havia se transformado numa questão de diferente natureza do que era durante a escravidão. Como escreve o historiador Flávio Gomes: “O que significava ser cidadão, ser integrado, transformar-se em brasileiro? [...] Ex-escravos e seus filhos estavam marcados nos corpos e mentes [...] por expectativas políticas. Lutar por terra, autonomia, contratos, moradias e salários — e enfrentar a costumeira truculência — era reafirmar direitos, interesses e desejos redefinidos, também, em termos étnicos, coletivos e culturais.”

No mesmo ano de 1888, da Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil, havia sido criada a Guarda Negra, uma organização de libertos que deveria proteger e defender a liberdade dos negros e, em especial, a figura da princesa Isabel. A atuação da Guarda Negra teve grande repercussão no noticiário, em especial por sua participação nos conflitos de rua contra grupos republicanos.

O surgimento da Guarda Negra foi acompanhado por uma campanha de recrutamento militar que tinha como alvos preferenciais os chamados capoeiras e os considerados “vadios”. Muitos conflitos ocorreram nesse processo, e pertencer à Guarda Negra poderia parecer para alguns um modo de escapar desse recrutamento forçado. Após a proclamação da República, a agremiação desapareceu da cena.

Ser marginal e negro parecia às autoridades republicanas um padrão. A prática de capoeira, as reuniões em torno de tambores e danças conhecidas como batuques, as rodas de samba, eram reprimidas sob a mesma justificativa de que eram sinais de desordem, atraso e selvageria — adjetivos quase sempre utilizados ao se qualificar essas reuniões e práticas. Como se cantar e dançar como os negros criasse um ambiente favorável à rebeldia. As expressões da cultura popular negra conquistavam simpatia e negavam a civilização que alguns queriam fosse “branca”, conforme o modelo europeu. Como resposta à repressão sobre seus espaços culturais e religiosos, a resistência voltou a se manifestar de forma radical em alguns momentos, mas encontrou também canais menos violentos.

A população negra também se organizava em associações beneficentes e clubes recreativos, formados a partir dessa identidade racial que se tornara sua marca e identidade, buscando dar aos seus integrantes outra forma de visibilidade. A chamada imprensa negra já existia desde o século XIX, e se firmara em jornais dirigidos e produzidos pela comunidade negra, em diversos estados brasileiros. Por meio desses jornais, se expressava, defendia seus pontos de vista contrários ao racismo e buscava atuar pedagogicamente no sentido de promover o que considerava condutas e atitudes civilizadas e progressistas.

Agremiações foram surgindo em vários estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e reuniam a comunidade negra para a organização de palestras, bailes e festas. Surgiram também clubes de futebol exclusivos para negros e mulatos. Lembremo-nos que os principais clubes de futebol no início do século não os aceitavam como parte de suas equipes. Assim, desde o início do século XX, muitos negros de diferentes grupos sociais e profissionais estiveram presentes em movimentos sociais de rebeldia, contestação e luta social nas cidades: em revoltas, no movimento operário, nos sindicatos.

• Movimentos urbanos

A Revolta da Vacina

No início do século XX, o regime republicano parecia consolidado, pelo menos sob a ótica das elites civis que controlavam o poder político. Em termos econômicos, o cenário também era favorável. A inflação e a falta de recursos financeiros, marcantes nos primeiros anos após a proclamação, tinham sido controladas após uma negociação feita com banqueiros internacionais.

Era o momento, então, de investir na modernização do país, de forma que ele pudesse ser visto em pé de igualdade com potências estrangeiras. Essa vontade de mostrar ao mundo um Brasil “civilizado”, de acordo com padrões europeus, gerou uma radical transformação na capital federal, Rio de Janeiro, que deveria se transformar no cartão postal do país. Mas, para isso, havia um longo caminho.

A cidade do Rio de Janeiro contava, então, com cerca de 800 mil habitantes. Era sede das principais instituições político-administrativas nacionais e porta de entrada de turistas, diplomatas, homens de negócios estrangeiros, navios comerciais... Era, também, a moradia de milhares de portugueses, espanhóis, italianos e sírios, entre outros, que migraram para o Brasil buscando uma vida melhor, e conviviam e trabalhavam diariamente ao lado de milhares de negros, muitos ex-escravos, que já moravam no Rio de Janeiro ou para lá se dirigiram após a abolição da escravidão.

Esses homens e mulheres trabalhavam como operários, portuários, pequenos comerciantes, biscateiros, artistas, empregados do comércio... A maioria vivia com grande dificuldade, morando em casas pequenas ou cortiços no centro da cidade, sem nenhuma estrutura urbana. Ali, criavam tradições e culturas cariocas marcadas pelo diálogo entre diferentes origens. Ali também enfrentavam, cotidianamente, a vigilância e desconfiança da polícia e as frequentes epidemias de varíola, febre amarela, peste bubônica e gripe que faziam o Rio de Janeiro ser conhecido como “a cidade da morte”.

As transformações implementadas pelo governo na cidade tiveram início na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), que indicou para prefeito da cidade o engenheiro Pereira Passos. Foi então detonado um processo de reformas urbanas que tinha como objetivos modernizar as instalações portuárias e melhorar a circulação da cidade através da abertura de grandes avenidas. Esse processo se desdobrou na destruição acelerada de centenas de edifícios e casas na região central da cidade — o “bota-abaixo” —, construídos desde o período colonial e onde residiam os setores populares que trabalhavam nos portos, nas ruas, no comércio...

De um dia para o outro, milhares de pessoas ficaram sem ter onde morar, tendo que se mudar para áreas mais distantes, longe de seu local de trabalho, ou para os morros próximos às suas antigas moradias, vivendo de forma precária. Assim, aceleradamente a cidade colonial dava lugar à cidade republicana moderna — a Paris tropical, como queriam os governantes —, mas nela não havia lugar para todos os seus moradores, sobretudo os mais pobres, imigrantes e negros. A modernização trazida pela república, portanto, não era para todos.

Além das reformas urbanas, o governo de Rodrigues Alves também atuou no combate às diversas epidemias que castigavam a população e os visitantes da capital. Para isso, foi nomeado como Diretor Geral da Saúde Pública o médico e cientista Oswaldo Cruz, que colocou em curso diversas medidas para o combate

às epidemias como o recolhimento dos ratos que transmitiam a peste bubônica, as brigadas de mata-mosquito que buscavam exterminar o transmissor da febre amarela e a vacinação obrigatória contra a varíola. E foi justamente esta última que desaguou na maior revolta ocorrida na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1904 ocorreu a Revolta da Vacina, quando a população se rebelou contra o regulamento da vacina obrigatória. Diferentes setores participaram desse movimento, que se estendeu por cinco dias nos quais as forças policiais e os cidadãos se enfrentaram em várias regiões da cidade. Políticos da oposição e militares se levantaram contra a “república dos fazendeiros”, voltada somente para os interesses das elites agrárias; estudantes e jornalistas se revoltaram contra as punições que seriam impostas àqueles que não se vacinassem contra a varíola, o que viam como uma política autoritária e contrária aos direitos dos cidadãos; milhares de operários se consideraram desrespeitados pelos agentes do governo, ao acreditar que esses poderiam entrar em suas casas e vacinar suas mulheres e filhas sem a presença do marido e do pai; moradores da zona portuária atacaram a polícia, a face do Estado republicano que cotidianamente os vigiava e reprimia.

A interpretação das autoridades da época reduziu a resistência à vacinação ao resultado do atraso da população mais pobre. No entanto, havia que se considerar diversos outros fatores: a campanha de vacinação foi feita mais pela repressão que pelo convencimento, na cultura da época era malvisto uma pessoa, principalmente as mulheres, expor partes de seus corpos para receber a vacina, a ausência de cuidados de saúde levava a que muitas vezes infeccionasse o lugar da vacinação causando febre e dor. Tudo isso fazia crescer a resistência à vacina. Os revoltosos, após muito resistir, foram derrotados de forma violenta, com mortes e prisões. Uma parte dos sobreviventes foi colocada à força em vagões de trem para o Norte do Brasil, de onde não poderia voltar.

Movimento operário

Durante a Primeira República, a cafeicultura para exportação continuou como a principal atividade econômica brasileira, ao lado produção de açúcar e da extração de borracha. Todavia, desde a década de 1890 e com mais força a partir do século XX, as indústrias começaram a fazer parte do cenário das maiores cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Porto Alegre. Surgiram de pequenas oficinas a grandes fábricas, que produziam artigos de consumo leve como roupas, sapatos, chapéus, velas, cerveja, utensílios domésticos... Outros setores urbanos também se fortaleceram, como os de transporte, portos e comércio.

A industrialização e urbanização fizeram crescer os setores operários, formados por negros - muitos deles ex-escravos -, mestiços, portugueses, espanhóis e italianos, entre outros imigrantes, dependendo da região do país. Nesse período, foram articuladas as primeiras organizações de classe como centros operários, sindicatos, federações e partidos políticos. Essas organizações coordenaram manifestações coletivas dos trabalhadores urbanos tais como comícios e greves, experiências fundamentais para que os operários comessem a construir uma pauta de reivindicações comuns e uma identidade própria.

Diferentes ideologias e formas de atuação estiveram presentes no movimento operário brasileiro durante as primeiras décadas do século XX, assim como ocorria em outros países. Socialistas, reformistas e anarquistas disputavam a atenção e a

adesão dos trabalhadores das indústrias, portuários e comerciários. Na década de 1910, os anarquistas conseguiram grande destaque nos sindicatos do Rio de Janeiro e, principalmente, de São Paulo e foram protagonistas das grandes greves que, em 1917, paralisaram vários setores da produção e assustaram os patrões.

:: Anarquismo ::

É um tipo de pensamento político que acredita que as pessoas devam viver em total liberdade e tomar as decisões para sua vida e para a comunidade de maneira direta, sem ficar sob o controle de nenhuma religião ou de governantes. Qualquer autoridade – seja da religião, do governo, dos partidos políticos. Para os anarquistas, as organizações a serem respeitadas deveriam ser aquelas dirigidas diretamente por seus integrantes, como os sindicatos. O anarquismo combatia o capitalismo e todas as formas de opressão.

Outras grandes greves ocorreram de 1917 até 1919, em São Paulo e no Rio de Janeiro, cidades que reuniam o maior número de fábricas no Brasil. Milhares de trabalhadores participaram das greves. Devemos lembrar que, nessa mesma época, a Revolução Bolchevique fazia a Rússia sair da Primeira Guerra Mundial e criar um governo de trabalhadores.

Algumas das principais reivindicações do movimento operário diziam respeito à criação de leis que regulassem as jornadas de trabalho, que chegavam até a 16 horas por dia, o uso da mão de obra infantil e o direito de descanso semanal e férias remuneradas. As primeiras conquistas de direitos para os trabalhadores no Brasil se devem a essas pessoas, que muito lutaram para obtê-los, enfrentando a dura repressão policial que prendeu, espancou e assassinou muitos operários. Imigrantes também foram expulsos do país por conta de sua atuação nas lutas operárias.

A Revolta da Chibata

No Brasil o mundo do trabalho ainda era muito influenciado pela longa história de escravidão. No caso de o trabalhador ser negro e, portanto, descendente de escravo, esta marca de origem trazia, além de toda a possibilidade de exploração pela ausência de leis trabalhistas, um maltrato marcado pelo racismo. Em alguns setores isto era especialmente visível.

O governo da República havia abolido o uso da chibata como punição militar, mas a Marinha conseguiu manter o castigo no interior da instituição. Lembremos que, na função de marinheiro, havia um grande contingente de negros, sendo estes os que sempre recebiam esse tipo de punição. Mas, houve quem protestasse e lutasse heroicamente contra isso.

No ano de 1910, um marinheiro negro, de nome João Cândido Felisberto, liderou uma rebelião contra os castigos físicos na Marinha. Ele e seus seguidores tomaram os navios da esquadra brasileira ancorados na baía de Guanabara e ameaçaram a cidade com os canhões. Exigiam o fim dos castigos físicos e o perdão dos revoltosos. O governo negociou e prometeu atendê-los. No entanto, poucas semanas depois, os marinheiros foram acusados injustamente de organizar nova revolta, sendo os principais líderes presos e jogados numa cela sem ventilação. Em seguida, foi atirado cal dentro do recinto. Somente João

Cândido e outro marinheiro sobreviveram. Outros acusados de participar da revolta foram embarcados em um navio para a região amazônica, onde deveriam realizar trabalhos forçados. Vários, entretanto, foram assassinados durante a viagem.

Você conhece a canção “O Mestre Sala dos Mares” de João Bosco e Aldir Blanc? Ela foi feita em homenagem ao marinheiro João Cândido. Seu título original era “O almirante negro”, mas este título e parte da letra foram censurados pelo regime militar, em 1974. Se você não conhece ainda, procure ouvi-la.

Viram como foram movimentadas as décadas iniciais do século XX no Brasil? E a década de 1920 trouxe ainda mais mudanças...

3. A crise dos anos vinte – modernização e conflitos

Os anos da década de 1920 foram agitados na sociedade brasileira. Entre as forças políticas, havia uma insatisfação crescente com o domínio de São Paulo e Minas Gerais no nível nacional, o que levou à criação de novos partidos e a maiores disputas eleitorais. Ao mesmo tempo, setores sociais que surgiram com a industrialização, como os operários e empresários, organizavam-se politicamente e pressionavam o governo a atender suas reivindicações — fossem elas referentes à criação de leis de regulamentação do trabalho ou à adoção de medidas que estimulassem o crescimento industrial. Ao lado desses setores urbanos, militares e intelectuais elaboravam novas visões sobre a sociedade e o povo brasileiro, criticando as fraudes eleitorais e os poucos investimentos nas áreas de educação e saúde, que acarretavam sérios problemas sociais e impediam o desenvolvimento do país.

Todas essas insatisfações, reivindicações e ideias acabaram por fazer da década de 1920 um período de intensa crítica às políticas desenvolvidas pelas autoridades republicanas. Vamos conhecê-las melhor.

• O movimento tenentista

As Forças Armadas, sobretudo o Exército, foram um espaço de intensa atividade política, principalmente por parte de jovens oficiais como tenentes e capitães. Ao longo dos anos 1920, eles organizaram uma série de levantes e movimentos armados contra o governo, no que ficou conhecido como movimento tenentista. Suas críticas se referiam ao sistema federalista e ao domínio das oligarquias estaduais que, segundo esses militares, faziam com que interesses particulares ou regionais acabassem se impondo, impedindo que o governo elaborasse políticas nacionais. Para mudar essa dinâmica, os “tenentes” defendiam o estabelecimento de um estado mais forte, centralizado, e reformas eleitorais para impedir o controle dos eleitores pelos coronéis, tais como o voto secreto e uma Justiça independente.

Os primeiros levantes aconteceram em 1922. Em várias guarnições militares na cidade do Rio de Janeiro, uma parte dos oficiais tomou em armas contra o governo, mas foram derrotados rapidamente pelas forças leais ao presidente. No forte localizado no bairro de Copacabana, os revoltosos sofreram pesados ataques dos militares governistas. Um grupo dos oficiais envolvidos no levante, recusando-se a se render, deixaram o forte e enfrentaram os adversários pelas ruas de

Copacabana. Esse episódio ficou conhecido como “os dezoito do Forte”, ao final do qual somente dois tenentes rebeldes sobreviveram.

Dois anos depois, em julho de 1924, jovens militares iniciaram um novo levante em São Paulo, expulsando o governador do estado e controlando a cidade. Foi instalado um governo provisório, que se estendeu por 23 dias. O governo federal reagiu ao levante bombardeando a cidade e atacando por terra os oficiais rebeldes. Diante do aprofundamento dos conflitos e do maior poderio bélico das forças fiéis ao governo, os “tenentes” optaram por sair da cidade.

Nos meses seguintes, as tropas paulistas rebeladas se dirigiram ao Paraná, onde se juntaram a tropas comandadas pelo capitão Luis Carlos Prestes que haviam se levantado no Rio Grande do Sul. A partir daí deu-se início a uma marcha pelo interior do país, a chamada “Coluna Prestes”.

A marcha durou dois anos e seus integrantes percorreram mais de 25 mil quilômetros no Brasil; dela participaram cerca de 1.500 homens, que nunca foram derrotados, mas que ao longo do tempo perderam suas forças e decidiram buscar outros caminhos para a luta. Ao final, os líderes saíram do país, para voltar anos mais tarde.

Os feitos da Coluna consagraram a figura do comandante Luis Carlos Prestes, que ficou conhecido como o “Cavaleiro da Esperança”. Mais tarde, Prestes aderiu ao Partido Comunista do Brasil (PCB).

Jacintha Passos, escritora baiana que militou no PCB durante os anos 1940:

“Coluna de mil guerrilhas
Sempre vence e nunca apanha
[...]
Que medidas para medir
Os teus feitos de andarilha
de 26 mil quilômetros
teu roteiro e tua trilha?
Combates, 53,
sem cair numa armadilha.
Vencidos foram dezoito
generais. Só de guerrilhas,
mais de mil Brasil em fora.
[...]

• As novas concepções artísticas e intelectuais

As primeiras décadas do século XX viram surgir nos países europeus correntes artísticas que renovaram a literatura, a pintura e a arquitetura, por exemplo. Pintores cubistas e escritores dadaístas ou futuristas ofereciam novas perspectivas de pensar o mundo e retratar a realidade, marcada pela vivência de novos modos de vida - a cidade, o cinema, a eletricidade, a multidão, a velocidade das mudanças...

Os ventos de mudança chegaram ao Brasil, sobretudo entre intelectuais e artistas. Muitos deles tiveram experiências em países europeus e nos Estados Unidos, que os ajudaram a refletir sobre a realidade brasileira e produzir novas formas de expressá-la.

Da junção de influências externas com o ambiente interno surgiram a Semana de Arte Moderna, exposição realizada em São Paulo em 1922, e o movimento modernista. Dentre os artistas que participaram da semana de 22, nas artes plásticas, na música e na literatura podemos destacar: Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Mario de Andrade, Oswald de Andrade e Heitor Villa Lobos, que propuseram mudanças artísticas e intelectuais. Em primeiro lugar, os modernistas recusavam uma concepção de arte brasileira baseada somente em referências europeias, visão que era bastante forte na Primeira República. Enfatizavam, ao contrário, a importância de valorizar as culturas e tradições populares, aí incluindo os elementos indígenas e africanos e a mestiçagem. Dessa forma, o Brasil, seu povo e sua arte seriam o resultado de uma mistura entre as influências europeias, indígenas e africanas. Além disso, as obras modernistas também apontavam para o surgimento de uma nova sociedade, mais industrial e urbana, diferente da imagem da república dos fazendeiros.



Operários, Tarsila do Amaral, 1933.

Ao mesmo tempo em que o modernismo despontava na cena cultural brasileira, historiadores, pedagogos e juristas refletiam sobre os problemas que afetavam a sociedade: grandes índices de analfabetismo, cidadãos pouco instruídos e expostos a muitas doenças, principalmente nas áreas rurais, e pouca eficácia das políticas governamentais. Ou seja, era necessário promover reformas urgentes para que o país pudesse avançar em termos sociais e econômicos. E isso acabou por gerar, também, críticas aos governos da Primeira República e a defesa de um estado central mais forte, capaz de promover uma ação mais profunda e transformadora na sociedade.

• A fundação de novos partidos

Também no campo da política partidária, os anos 1920 viram surgir novas siglas. Em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB), com o objetivo de participar das disputas eleitorais e liderar as lutas dos operários. Colocado na ilegalidade pelo governo, os comunistas seguiram participando das eleições com a criação do Bloco Operário-Camponês em 1927, conseguindo eleger parlamentares e ampliar suas alianças, atraindo alguns jovens militares do tenentismo.

Além do PCB, em 1926 surgiu em São Paulo o Partido Democrático (PD), que combatia diretamente o sistema político existente através da denúncia de fraudes e do voto de cabresto. Embora não tenha conseguido muito sucesso nas eleições, enfrentando a ação contrária das oligarquias e dos coronéis, a ação do PD demonstrava como, até mesmo em São Paulo, o estado mais forte, as críticas à Primeira República se fortaleciam.



Propaganda do Partido Democrático nas eleições de 1928

• Conflitos entre as oligarquias e a “Revolução de 30”

Enquanto isso, no interior das oligarquias, surgiram novos conflitos. O pacto entre os grupos de Minas Gerais e São Paulo, conhecido como “política do café com leite”, faria com que o candidato à sucessão do presidente Washington Luís (1926–1930) fosse um político mineiro. Mas tal não ocorreu. Os políticos do Partido Republicano paulista indicaram Julio Prestes, outro candidato de São Paulo, o que não foi aceito pelos mineiros. Era o rompimento do pacto oligárquico.

Os grupos de políticos descontentes de outros estados se aliaram aos mineiros que se consideravam traídos pelos paulistas. O Rio Grande do Sul trouxe força a essa aliança antigovernista, que se chamou Aliança Liberal. Um dos mais fortes representantes do sul era o líder gaúcho Getúlio Vargas. A Aliança Liberal lançou então a sua candidatura a presidente do Brasil, buscando atrair os setores descontentes com a Primeira República e comprometendo-se com a realização de mudanças: os tenentes e suas propostas as reformas eleitorais; os setores operários, defendendo a necessidade de fazer cumprir as leis trabalhistas já existentes e ampliá-las; o PD e os setores urbanos insatisfeitos com o sistema político.

Mesmo tendo grande votação nas cidades, a Aliança Liberal perdeu, frente aos votos do interior do país. No interior, o voto aberto e a influência dos “coronéis” fizeram, como sempre faziam, com que o candidato do governo ganhasse.

Mas, os tempos eram mesmo de mudanças. A derrota dos opositoristas não fez recuar a aliança que se criara em torno da candidatura de Getúlio Vargas. Os diferentes grupos que queriam dar um fim ao governo das oligarquias se articularam para derrubar o governo, contando com o apoio de importantes oficiais militares.

Em 3 de outubro de 1930, um movimento armado estourou ao mesmo tempo no Rio Grande do Sul, em Minas e no nordeste com o apoio das principais lideranças políticas desses estados. O presidente Washington Luís foi deposto no Rio de Janeiro pelos generais do Exército e um governo provisório foi empossado, com Getúlio Vargas à frente. Esse movimento ficou conhecido como a “Revolução de 30”, que deu fim à Primeira República — também chamada de República Velha ou República Oligárquica.

:: Síntese ::

- A proclamação da República foi seguida por dois governos militares que enfrentaram revoltas e a oposição dos políticos civis;
- Os governos civis eleitos deram início a uma república de caráter oligárquico, marcada por uma aliança entre chefes políticos locais (os “coronéis”), governos estaduais e poder central, pelo controle do voto e repressão aos opositores;
- A Primeira República foi um período de muitos conflitos sociais no campo e na cidade, duramente reprimidos;
- A queda da Primeira República foi gerada pelo desgaste do poder oligárquico e seus conflitos internos, somados ao descontentamento de amplos setores e a ação dos movimentos sociais.

O PERÍODO VARGAS: 1930–1945



Cartaz de campanha de Getúlio

1. O governo provisório e a Constituição de 1934 (1930-1934)

Logo que assumiu, Getúlio suspendeu a Constituição de 1891 e fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas estaduais e os partidos políticos. Destituíu os governadores e nomeou para os estados homens de sua confiança: os interventores. Assim começou o primeiro governo de Getúlio Vargas: centralizando o poder nas próprias mãos e afastando a oligarquia paulista que até então dominava o cenário político.

Getúlio buscou o apoio dos tenentes que o haviam ajudado a chegar ao poder, fortalecendo o poder central e combatendo o poder oligárquico. Outro ponto-chave das ações do governo provisório era o atendimento às reivindicações sociais, mas mantendo o movimento sindical sob controle. Logo em 1930 foram criados o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e da Saúde Pública, assim como várias leis trabalhistas.

As ações do governo provisório geraram reações. A centralização do poder nas mãos de Vargas, que governava por decretos, desagradava as forças políticas, que exigiam a normalização da vida política com a volta dos partidos, a redação de uma nova constituição e a realização de eleições. Além disso, a aproximação de Vargas com grupos que defendiam o fortalecimento do poder Executivo e também com os operários fazia crescer a oposição a ele por parte das antigas oligarquias.

Os conflitos entre Vargas e a oposição aprofundaram-se, principalmente, em

São Paulo. Em 1932 um movimento com base na capital desse estado reivindicou uma Assembleia Constituinte e eleições livres. O movimento tornou-se uma insurreição armada duramente combatida pelo governo. As forças paulistas foram derrotadas militarmente, mas fortaleceram a pressão pela convocação das eleições para a Assembleia Constituinte, que ocorreram em 1933.

Diferentes setores sociais e políticos fizeram parte da Constituinte como representantes dos operários e de industriais, antigas lideranças estaduais e a primeira mulher eleita deputada pelo estado de São Paulo. Por isso, a Constituição de 1934 respondeu a diferentes questões. Em relação aos trabalhadores, estabeleceu o salário-mínimo, a jornada de 8 horas semanais e a Justiça do Trabalho. Mas não reconheceu no entanto o direito de greve. A regulamentação de direitos trabalhistas foi acompanhada da criação de instrumentos de controle dos sindicatos e da dura repressão aos grupos considerados radicais: anarquistas e comunistas.

As reformas eleitorais, reivindicadas pelos tenentes desde 1922, também foram contempladas pela Constituição de 1934, que instituiu o voto secreto e estendeu o direito de voto às mulheres mantendo a proibição à participação dos analfabetos. Também foi prevista a criação de um poder judiciário responsável pela organização das eleições. Dessa forma, as novas leis abriam espaço para a possibilidade de fortalecimento do regime democrático no país. Ao fim de seus trabalhos, os deputados da Assembleia Constituinte elegeram Getúlio Vargas para um mandato de quatro anos.

2. O governo constitucional (1934-1937)

Ao fim de quatro anos, enfim, a vida política do país se normalizou com a nova constituição, que estabeleceu as regras de funcionamento da sociedade. Nesse ambiente, a participação dos cidadãos aumentou, com o fortalecimento dos sindicatos, a criação de novos partidos políticos e de organizações sociais e o debate pela imprensa sobre os problemas nacionais. Qual seria a melhor forma de desenvolver a economia do país? Como avançar nas conquistas dos trabalhadores? Qual devia ser o papel do Estado central na sociedade? As respostas dadas pelas forças políticas a essas perguntas eram diferentes e fortemente influenciadas pelos processos que se desenvolviam na Europa.

Como vimos no capítulo 1 deste módulo, desde fins da década de 1920, e em especial após a crise de 1929, foram surgindo no mundo ocidental capitalista regimes políticos fortes e centralizadores. A democracia liberal parecia não dar mais conta dos conflitos entre os capitalistas e os trabalhadores, assim como a economia liberal não pudera evitar a crise de 1929. Nesse contexto de crítica ao liberalismo, tanto cresceram os partidos comunistas, como os partidos nazifascistas, ambos com ideologias que defendiam a existência de um Estado forte e intervencionista.

No Brasil os reflexos dessa conjuntura se fizeram sentir. Em 1932 foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização política de âmbito nacional inspirada no fascismo italiano, defensora de um governo forte e autoritário. Com o lema “Deus, pátria e família”, os integralistas tinham como líder o pensador Plínio Salgado e ganharam milhares de adeptos em todo o país nos anos seguintes com um discurso nacionalista e anticomunista.

Se o fascismo crescia no país, também seus adversários se organizavam para combatê-lo. Em março de 1935 foi fundada a Aliança Nacional Libertadora (ANL) — uma frente de diferentes tendências de esquerda liderada pelo partido comunista, opondo-se ao fascismo. Porém, mais do que combater os integralistas, a ANL reuniu milhares de pessoas em seus comícios nos quais questões como a reforma agrária, o controle da ação do capital estrangeiro e a defesa de maior participação popular no governo eram debatidas.

As duas agremiações tiveram um expressivo crescimento e organizaram diversas manifestações em todo o país, sendo frequentes os conflitos de rua entre seus militantes. Diante das dimensões do movimento e da importante atuação dos comunistas, a ANL foi declarada ilegal pelo governo Vargas em julho de 1935, em um ato autoritário de limitação do debate político que recebeu o apoio de integralistas, parte dos militares e das forças políticas.

:: A Frente negra Brasileira ::

A primeira grande organização do movimento social que congregava a população negra tomou a forma de um partido político em 1936: a Frente Negra Brasileira (FNB). Criada em São Paulo em 1931, num momento de crise econômica, teve desde o seu início forte adesão. Diversas associações menores por todo o país se filiaram à FNB, que chegou a ter na sua história cerca de 40 mil integrantes oficiais, com carteira de membros. O jornal portavoz da FNB se intitulava *A Voz da Raça* e circulou durante quase todos os anos de existência da Frente, defendendo os direitos da população e o fim de políticas racistas como a que impedia os negros de integrarem a Guarda Civil — o que foi conquistado, com intervenção direta do Presidente Getúlio Vargas, que fez a corporação admitir 200 homens negros em 1933.

Nos Estados Unidos, na época, o exemplo da Frente Negra Brasileira causava admiração e servia como exemplo. O jornal *Chicago Defender*, principal periódico da população negra norte-americana, publicou matérias elogiosas sobre a FNB, com foto da sede da agremiação brasileira e elogios à condução política que davam à causa dos direitos da população negra. Hoje, no Brasil, se fala muito que o movimento negro brasileiro copia a atuação dos negros norte-americanos, principalmente as ações afirmativas em favor dos afrodescendentes no nosso país. No entanto, a história nos mostra que em alguns momentos foi o contrário que ocorreu...

A Frente Negra Brasileira procurou sempre o apoio político e estabeleceu alianças com autoridades públicas, escritores e intelectuais brancos. A entidade promoveu diversas atividades com esse fim e em algumas delas contou com a presença de intelectuais de prestígio como Arthur Ramos e Cassiano Ricardo, além de participantes do movimento modernista, como Oswald de Andrade e Menotti Del Picchia. Alguns de seus integrantes eram nacionalistas e muitos apoiavam explicitamente Getúlio Vargas, o que não impediu a FNB de ser colocada na ilegalidade após o golpe de 1937, quando foram extintos todos os partidos.

Poucos meses depois, em dezembro, os comunistas buscaram uma forma de combater o governo pela rebelião — que ficou também conhecida como intentona comunista. Em quartéis nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, militares e militantes comunistas iniciaram uma insurreição com o objetivo de tomar o poder. Faltou organização, estratégia e apoio popular aos rebeldes e a revolta fracassou. Seus participantes foram duramente perseguidos pelo governo, que desencadeou toda uma onda de repressão, que durou anos após a tentativa de rebelião.

Entre 1935 e 1937, setores sociais, militares e do governo passaram a defender com mais força o aumento dos poderes do Executivo, baseados numa visão negativa da democracia e num sentimento anticomunista. Dessa forma, o governo Vargas seguiu pelo caminho do autoritarismo adotando medidas que limitavam os direitos dos cidadãos, como a decretação constante do estado de sítio.

Também foi elaborada a Lei de Segurança Nacional, que definia os crimes contra a ordem política, e foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, ligado à Justiça Militar, abrindo o caminho jurídico para prisões e julgamentos dos opositores e críticos de Vargas.

Nesse cenário, começaram a se organizar as eleições para a presidência da República, que deveriam ocorrer em 1938. Ao mesmo tempo, Getúlio e seus assessores agiam para manter-se no poder. Em novembro de 1937, alegando que o país sofria uma ameaça comunista e contando com o apoio dos chefes militares e integralistas, Vargas liderou um golpe de estado que garantiu sua permanência como presidente e estabeleceu um governo ditatorial.

3. O Estado Novo (1937–1945)

Com o golpe de estado, uma nova Constituição, de inspiração fascista, foi imposta e o Executivo passou a concentrar amplos poderes. A censura aos meios de comunicação foi definitivamente instalada e a perseguição aos críticos do governo tornou-se uma prática constante. Os poderes legislativos e todas as organizações partidárias foram fechadas, incluindo a AIB, e a Lei de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional forneceram a base para a política repressiva da ditadura de Vargas, que foi chamada pelos seus defensores de Estado Novo. A prisão política e as violações aos direitos humanos pelos agentes do Estado tornaram-se práticas correntes no Brasil.

Disse o grande poeta brasileiro sobre estes dias:

“A noite desceu. Nas casas,
nas ruas onde se combate,
nos campos desfalecidos,
a noite espalhou o medo
e a total incompreensão”

(Carlos Drummond de Andrade: trecho do poema “A noite dissolve os homens”)

:: Prestes e Olga Benário: uma história de luta ::

Em 1936, na onda de repressão desencadeada após os levantes comunistas de novembro de 1935, foram presos Luis Carlos Prestes, líder comunista, e sua mulher, Olga Benário, que era judia, foi entregue pelo governo Vargas aos alemães para ser levada a um campo de concentração. Ela estava grávida e teve sua filha, Anita Leocádia, na prisão nazista. Mãe e filha foram separadas depois do fim do período de amamentação e a pequena Anita entregue a sua avó paterna. Olga Benário morreu em um campo de concentração.

No entanto, nem só pela repressão o governo se fazia presente. Uma outra face do Poder Executivo se apresentou nesses tempos. Uma face benfeitora, voltada para os trabalhadores, visando dar a eles os seus direitos — que eram entregues como presentes de um protetor aos seus protegidos. Surgia assim a figura de Getúlio Vargas como o “Pai dos Pobres”.

- **Construção do trabalhismo: política social e cultura**

A política do Estado Novo com relação aos trabalhadores envolveu a regulamentação de uma série de medidas trabalhistas, além da utilização da propaganda como instrumento para a construção de uma imagem positiva do governo e de Getúlio Vargas.

Algumas leis trabalhistas já existiam desde antes do movimento de 1930, fruto da luta sindical, depois de muitas greves e enfrentamentos dos trabalhadores com a polícia e com os patrões. Mas, em geral, eram leis restritas a determinadas categorias profissionais, de acordo com o tipo de atividade e a força de sua mobilização. Portanto, antes do governo de Getúlio, não havia um salário mínimo, nem direito a férias remuneradas, nem aposentadoria para os trabalhadores urbanos como um todo.

A regulamentação do salário mínimo e a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, feitas pelo governo Vargas, representaram um ganho real para a classe trabalhadora, sobretudo para aqueles trabalhadores vindos da área rural, migrantes pobres, que não haviam conhecido direito algum. Mas, os empregados domésticos e rurais não foram incluídos nessa legislação, o que deixou boa parte dos trabalhadores brasileiros sem proteção social.

Os sindicatos eram controlados pelo governo através de diferentes mecanismos. Um deles era o imposto que deveria ser pago por todos os trabalhadores sindicalizados. Os recursos gerados pelo imposto sindical eram fundamentais para a sustentação dos sindicatos, que, assim, poderiam oferecer benefícios aos seus associados tais como escolas, assistência médica e cooperativas de crédito. Mas, a questão é que somente aqueles reconhecidos pelo governo poderiam reivindicar esse dinheiro, o que subordinava os sindicatos ao estado e limitava suas formas de ação. Por outro lado, os sindicatos que não aceitavam as diretrizes governamentais tinham seus líderes presos e seus militantes perseguidos.

Em 1939 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo, através da propaganda e da censura sobre os meios de comunicação e as artes. O governo fazia do rádio e do cinema veículos de louvação da figura do Presidente Getúlio Vargas. Havia propagandas

antes da exibição de filmes, nas quais quase sempre aparecia o Presidente. Foi criada a “Hora do Brasil”, um programa de rádio que passou a transmitir diariamente, das 7 às 8 da noite, notícias sobre realizações do governo. Esse programa existe até hoje, é diário e divulga notícias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Havia duas celebrações nacionais importantes organizadas pelo governo no Estado Novo: o aniversário do presidente (19 de abril) e o dia do Trabalho (1º de Maio). Na primeira, Vargas recebia como presente as homenagens do povo e na segunda retribuía, geralmente anunciando um reajuste salarial, uma nova lei de assistência social ou alguma medida de interesse da classe trabalhadora. Comemorava-se ainda o aniversário do Estado Novo e as datas cívicas (7 de setembro, 15 de novembro etc.). Todas eram ocasiões para se louvar a figura do chefe de Estado e valorizar tudo aquilo que era considerado brasileiro. Nesse caso, “ser brasileiro” era o que os grupos no poder acreditavam ser importante destacar e estimular no comportamento da população.

Nessa mesma conjuntura, a cultura popular ganhou destaque e ao mesmo tempo passou a estar sob controle do governo. Os desfiles de escola de samba no carnaval na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, tornaram-se oficiais e não mais uma atividade de rua organizada apenas de forma comunitária. Os sambas-enredo passaram a ter que louvar certas qualidades do povo brasileiro e determinados episódios da história do Brasil — não poderiam ser mais sobre qualquer tema à escolha dos sambistas. Por exemplo: samba para glorificar a malandragem, nem pensar... o que era importante era valorizar o brasileiro trabalhador.

- **Política econômica**

Ao lado da construção dessa relação especial entre Vargas e os trabalhadores, a política econômica do Estado Novo assumiu um caráter nacionalista e visava a estabelecer a indústria de base e a infraestrutura de transportes. O governo Vargas criou indústrias estatais de bens de capital e de transformação (aquelas que tratam a matéria-prima a ser utilizada para fabricar outros produtos). Com isso, pensava favorecer o desenvolvimento de uma indústria nacional, brasileira.

Nesse sentido, em 1941, o governo criou a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Nacional de Álcalis e a FNM (Fábrica Nacional de Motores). A CSN foi criada com financiamento dos Estados Unidos, o qual foi concedido, segundo consta, em troca da entrada do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Foram feitos investimentos em obras para melhoria do transporte marítimo e das linhas ferroviárias, visando ao escoamento de matéria-prima e produtos beneficiados. Também foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, base para a futura criação da Petrobrás — o que aconteceria somente mais tarde, no segundo governo Vargas.

- **O fim do Estado Novo**

Um governo autoritário, mas que buscava — e conseguia, em grande medida — ser popular. Uma política econômica nacionalista, mas que dependia de empréstimos externos e do mercado internacional para exportar. O Estado Novo era marcado por algumas contradições, que se intensificaram a partir da entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em 1942, ao lado dos Aliados.

Prestem atenção na letra deste samba de Haroldo Lobo, um sucesso de 1945 na voz de Jorge Veiga

*“Laurindo voltou
coberto de glória
trazendo garboso no peito
a cruz da vitória [...]
As duas divisas que ele ganhou
mereceu.
Amigo da verdade,
defensor da igualdade.
Dizem que no morro
vai haver transformação.
Camarada Laurindo,
estamos a sua disposição.”*

Laurindo era um pracinha, era amigo da igualdade e defensor da liberdade. No final do samba, ele é chamado de “camarada”, uma forma de tratamento utilizada pelos comunistas naquela época. E o morro era uma maneira de se referir às áreas populares, as favelas. Quais seriam as transformações a acontecer?

A decisão de unir-se aos Aliados no conflito mundial foi tomada após uma série de ataques alemães a embarcações brasileiras e negociações com o governo dos Estados Unidos. Na Europa, os combatentes brasileiros lutaram na Itália contra o regime fascista. Ao voltarem ao Brasil, os pracinhas (assim eram chamados os soldados brasileiros que arriscaram suas vidas na luta contra regimes autoritários na Europa), trouxeram ideias democráticas e de transformação social. Internamente, a participação brasileira na guerra contra o nazifascismo na Europa fortaleceu uma parte da sociedade que, mesmo sob a repressão do Estado Novo, havia resistido e criticado o governo por suas medidas antidemocráticas. Desde 1942, lideranças políticas, estudantes e intelectuais buscavam formas de combater a ditadura; foi nesse contexto que surgiu a União Nacional dos Estudantes. Essas ações se intensificaram ainda mais com o retorno dos pracinhas, em 1945.

Muito pressionado, o governo cedeu e aceitou convocar eleições livres para aquele ano, deu anistia aos presos políticos e permitiu a criação de partidos políticos.

O Partido Comunista Brasileiro, mantido na ilegalidade por muito tempo, recebeu o direito de se reorganizar e concorrer nas eleições. Entre os partidos surgidos em 1945, três se destacaram nos anos seguintes:

- A União Democrática Nacional (UDN), formada pelos opositores de Getúlio Vargas. Defendia ideias liberais e se destacava pelo anticomunismo e por forte conservadorismo em termos sociais. Tinha o apoio da classe média antigetulista.
- O Partido Social Democrático (PSD), formado principalmente por grandes lideranças estaduais criadas durante os 15 anos de governo Vargas. O PSD atuou na defesa do projeto econômico varguista, mas afastando-se de reivindicações de cunho popular.
- O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado pelas lideranças trabalhistas e sindicais surgidas durante os 15 anos de governo Vargas. O PTB defendia o nacionalismo econômico, maior igualdade social e as demandas dos trabalhadores.

Após a criação dos partidos políticos e a suspensão da censura à imprensa, as forças políticas exigiam a saída de Vargas do poder, através de eleições presidenciais. O PTB, no entanto, iniciou uma campanha popular para que Getúlio continuasse no poder até que uma nova constituição fosse aprovada — foi a campanha queremista, assim chamada por que sua frase de propaganda era:

“Queremos Getúlio!” Nessa campanha, os petebistas mobilizaram os sindicatos e trabalhadores próximos a Vargas e conquistaram o apoio do PCB e seu principal líder, Luis Carlos Prestes. O PSD, embora também ligado à Getúlio, lançou outro candidato: general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do governo de Vargas.

Ao final da campanha política e sob pressão dos comícios queremistas, os antigos aliados de Getúlio avaliaram que não tinham boas chances com a continuidade do presidente no poder. Através de pressão militar, fizeram com que ele renunciasse a uma nova candidatura. Getúlio então apoiou Dutra, que foi eleito presidente. Tinha fim o primeiro governo Vargas, que durou 15 anos e marcou profundamente a história republicana brasileira. A partir de 1946, o desafio que se colocava para a sociedade brasileira era encontrar maneiras, dentro das normas democráticas, de colocar em diálogo diferentes os interesses sociais e as lutas entre os diferentes setores político-ideológicos e seus projetos de desenvolvimento para o país.

:: Síntese ::

O primeiro governo Vargas estendeu-se de 1930 a 1945. Esse período:

- foi marcado pela existência de diferentes sistemas políticos: governo provisório, governo constitucional e Estado Novo;
- caracterizou-se por intensas disputas entre os setores políticos e sociais acerca de quais rumos o Brasil seguiria, sobretudo nos anos entre 1930 e 1937;
- foi fortemente influenciado por processos externos como o surgimento de estados ditatoriais como o nazifascismo, o intervencionismo estatal na economia e o avanço do comunismo.

O Estado Novo (1937–1945) foi o período do primeiro governo Vargas (1930–1945) marcado:

- a) por forte autoritarismo, nacionalismo econômico, repressão aos opositores, controle dos sindicatos e pelo desenvolvimento de uma política trabalhista;
- b) pela criação de uma estrutura de propaganda destinada a criar uma imagem de Getúlio Vargas como o protetor e guia do povo brasileiro.

O final da 2ª guerra e a volta dos soldados brasileiros que lutaram ao lado dos aliados aumentaram as críticas ao caráter autoritário do governo, que abriu espaços para eleições e a redemocratização.

OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Do início do século à crise de 1929

• Industrialização, imigração e crescimento das cidades

Desde fins do século XIX, os Estados Unidos viveram uma série de transformações. Internamente, ocorreu a arrancada do desenvolvimento industrial após o fim da Guerra Civil (ver Capítulo 10 do Módulo 1), uma vez que a vitória dos estados do norte e o fim da escravidão possibilitaram a adoção de políticas de

estímulo à industrialização. Além disso, existia uma rede de transportes eficiente e uma abundância de recursos naturais: carvão, ferro, petróleo, entre outros.

Externamente, um fator fundamental foi a ida de imigrantes europeus e asiáticos, levando cerca de 30 milhões de colonos para as terras norte-americanas, entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX. Entre 1840 e 1860, os imigrantes foram atraídos pela distribuição de terras no oeste. Num segundo momento, entre 1880 e 1900, os Estados Unidos receberam milhares de imigrantes asiáticos (chineses, japoneses e filipinos) motivados pelo trabalho na construção das ferrovias.

As fábricas atraíam não apenas trabalhadores imigrantes, como também norte-americanos que desejavam deixar a vida no campo. Assim, ao mesmo tempo que crescia a população, cresciam as cidades.

A imigração e a urbanização fizeram o mercado interno crescer. A rede de transportes, sobretudo as ferrovias, possibilitava que os produtos fossem rapidamente escoados, tornando-os acessíveis em diferentes pontos do país. Paralelamente, o governo realizou uma política de proteção à indústria e à agricultura interna, que colocou este mercado consumidor praticamente reservado aos produtores norte-americanos.

Em quarenta anos a produção agrícola triplicou, fazendo dos Estados Unidos o lugar de celeiro do mundo, ou seja: tornou-se o maior produtor de alimentos.

• Política externa

Externamente, os Estados Unidos foram adotando uma política agressiva de conquista de mercados, principalmente com relação ao Caribe e à América Latina. Essa conduta tornou-se especialmente forte a partir do governo de Theodore Roosevelt (1901–1909). De uma busca de mercados para seus produtos chegaram ao imperialismo, realizando intervenções militares e pressões econômicas. O conjunto dessas políticas recebeu o nome de Big Stick (o grande porrete) graças a uma fala do Presidente Roosevelt: “Fala de forma macia e carrega um grande porrete e chegarás muito longe.” Essa era a síntese da sua política externa imperialista para a América Latina (ver Capítulo 10 do Módulo 1).

Entre os governos de Theodore Roosevelt e de Franklin Delano Roosevelt em 1932, realizaram-se sessenta intervenções militares nos países latino-americanos, fora as pressões de toda ordem para que fossem atendidos os interesses dos EUA.

• Prosperidade econômica

O fim da Primeira Guerra Mundial (ver Capítulo 1 deste módulo) deu aos Estados Unidos a chance de se impor muito mais, já que a Europa estava enfraquecida com o conflito. Na América Latina e na Ásia, onde havia uma longa história de presença europeia nas economias, os EUA começaram a forçar a entrada de seus produtos, de suas empresas e de seus bancos. Ao final da década de 1920, a presença estadunidense era o eixo de uma rede de dependência econômica englobando diferentes países, principalmente na América.

Esse eixo de dependência aparecia também por meio dos empréstimos, tanto aos países europeus no pós-guerra como aos governos latino-americanos. E, com esse capital, esses países compravam produtos dos EUA e pagavam juros das dívidas que haviam contraído. Tudo isso gerou uma prosperidade aos EUA, que, com o passar dos anos, se revelou frágil.

Várias razões explicam essa fragilidade. A primeira delas se refere à recuperação das economias europeias que, embora muito ligadas às empresas norte-americanas, aumentaram seu nível de produtividade. Além disso, o crescimento das empresas nos Estados Unidos não significou ganhos salariais para os trabalhadores, mas uma concentração de riqueza nas mãos de grandes empresários. Isso decorreu, também, da forte repressão do governo à ação dos sindicatos. Assim, o mercado consumidor de mercadorias industrializadas não tinha mais condições de se expandir, gerando uma superprodução e a diminuição das taxas de lucros. Por isso, os empresários reduziram os novos investimentos e começaram a demitir funcionários, aumentando o desemprego.

Ao mesmo tempo em que se dava o aumento do desemprego e a superprodução, muitas pessoas investiam seu dinheiro na compra de ações, esperando lucrar com as empresas. Em outras palavras, enquanto os estoques cresciam nas fábricas e os lucros diminuía, na bolsa de valores ocorria um processo de especulação - as empresas se valorizavam e recebiam o dinheiro de milhares de indivíduos.

2 . A crise de 1929 e a entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial

• Crise de 1929

A tal prosperidade econômica, assentada em bases frágeis e convivendo com um alto índice de desemprego, logo mostrou não poder durar.

Veio então a crise de 1929, com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. O preço das ações despencou por dias seguidos e muitas empresas e pessoas entraram em falência, afetando diretamente a economia dos Estados Unidos e elevando rapidamente os índices de desemprego. A crise se desdobrou para os países endividados e dependentes da América Latina e Europa, que não tiveram para quem vender sua produção e a quem pedir crédito. Toneladas de produtos agrícolas foram queimados para não se baixar demais o preço, enquanto as demissões e falências geravam desempregados e famintos.

Nos Estados Unidos, nas Américas como um todo e na Europa os efeitos da crise econômica geraram mudanças políticas. E assim, mesmo nos EUA, tão fiéis ao liberalismo, surgiu um modelo de governo mais forte e intervencionista. Esse novo modelo se traduziu na política do Novo Acordo (*New Deal*) surgida nos anos 1930. Em outros países apareceram também regimes inclinados a intervir na economia, a controlar os mercados internos e, quase sempre, a agir autoritariamente. A crise do capitalismo liberal, cujo líder era os EUA, desdobrou-se numa crise da democracia liberal.

• A Segunda Guerra Mundial e os EUA

Como vimos no capítulo anterior, os Estados Unidos entraram na guerra em 1942, depois do bombardeio da base militar de Pearl Harbour pela aviação japonesa, ocorrido em 7 de dezembro de 1941. Na verdade, desde há muito o governo dos EUA pensava em entrar na guerra, como se soube mais tarde. Em agosto de 1941, o presidente dos Estados Unidos e o primeiro-ministro inglês divulgaram um documento com os objetivos da guerra que ficou conhecido como a Carta do Atlântico.

As forças armadas dos EUA recrutaram mais de 14 milhões de soldados e gastaram cerca de 320 bilhões de dólares com a guerra. Do ponto de vista interno, a intervenção na economia se tornou ainda mais intensa. A fabricação de armas, munição e equipamentos, além do trabalho de formação de pessoal treinado para a guerra, absorveram muita mão de obra que se encontrava antes desempregada. A sociedade americana também mudou em seus costumes com a guerra: muitas mulheres passaram a ter que trabalhar fora e, em alguns casos, a sustentar a família. O nível de emprego aumentou mesmo entre os trabalhadores negros, os mais atingidos pela crise.

A vitória dos Aliados em 1945 se deu ao mesmo tempo em que os EUA procuravam garantir influência política na Europa e na Ásia. Internamente, os conflitos sociais surgiram com mais força com a organização de muitas greves. Os trabalhadores procuraram obter ganhos, depois de todo o esforço de guerra durante o qual haviam estado relativamente calados. A influência do socialismo nos sindicatos aumentou a combatividade dos mesmos e a repressão sofrida em suas lutas.

:: Síntese ::

- Entre fins do século XIX e 1929:
 - a) a economia norte-americana passou por um processo de industrialização acelerada que transformou o país em uma potência mundial;
 - b) os Estados Unidos iniciaram uma expansão imperialista sobre a Ásia e, principalmente, a América Latina, estabelecendo sua influência econômica e política sobre essas regiões.
- Do início do século até 1929, os EUA viveram uma época de crescimento econômico e prosperidade com sua economia de base liberal;
- A quebra da bolsa de Nova Iorque e a grande depressão que se seguiu obrigaram a uma mudança de rumos da política dos EUA, com maior intervenção do Estado na economia e a realização de planos econômicos para tentar superar a crise;
- A entrada dos EUA na Segunda Guerra (1939–1945) ajudou a elevar o nível de emprego, mas também acirrou os conflitos sociais e raciais que afloraram durante e depois da guerra.

A AMÉRICA LATINA

1. Panorama econômico

No início do século XX, os países da América Latina passaram por importantes transformações. Sua sociedade e economia ainda eram fortemente baseadas nas áreas rurais e na exportação de gêneros alimentícios, matérias-primas e metais. Mas, a industrialização deu seus primeiros passos em países como Argentina, México e Chile, estimulando o surgimento de setores operários e médios e o crescimento das cidades. Algumas áreas passaram por modernizações, como o setor de transportes — com o melhoramento de portos e construção de ferrovias —

e de serviços urbanos. Nesse mesmo período, a América Latina foi alvo da política expansionista europeia e estadunidense.

A ordem econômica mundial do capitalismo em expansão colocou os países latino-americanos como produtores primários e mercado consumidor para as indústrias estrangeiras, além de locais de investimentos do capital de bancos e empresas da Europa e dos Estados Unidos. Esse processo fez crescer os laços entre as economias latino-americanas e o sistema capitalista e transformou em parceiros comerciais e produtivos as burguesias internacional e nacional. Porém, essa dinâmica econômica aumentou o poder de bancos e empresas estrangeiras na América Latina, que buscaram interferir constantemente nos governos da região para defender seus interesses.

Todavia, essas transformações foram acompanhadas pela permanência de aspectos sociais bastante tradicionais. Um deles se refere à continuidade da grande concentração da propriedade de terra e da exploração dos trabalhadores rurais. A longa história de escravidão e de formas de trabalho não remunerado marcava de uma maneira visível o tratamento dado aos camponeses, colocados na dependência econômica e política em relação aos donos de terra, que pagavam seus trabalhadores em espécie (direito a ocupar a terra e/ou parte da produção). Para manter essa dominação, os fazendeiros recorriam permanentemente ao uso da violência através de milícias próprias ou forças de segurança pública.

A concentração da propriedade da terra inviabilizava aos trabalhadores uma sobrevivência que não fosse através de relações de trabalho precárias, o que incentivou movimentos migratórios em direção às cidades, em busca de trabalho.

2. Panorama político-social: as contestações ao Estado oligárquico e os movimentos sociais

As transformações no plano econômico tinham no plano político sua correspondência. A grande maioria da população estava excluída da participação política e vivia em condições de trabalho e de vida muito difíceis. O acesso à terra era limitado e a maioria da população do campo trabalhava para os grandes proprietários em troca apenas de seu sustento. Os direitos sociais praticamente inexistiam no campo, onde a solidariedade era a única maneira de sobreviver nas dificuldades.

As cidades, embora oferecessem novas oportunidades, também eram marcadas pela pobreza dos setores de trabalhadores. Nas fábricas que surgiam, os primeiros operários começavam a se organizar para reivindicar direitos como a limitação da jornada de trabalho, assistência social e regulação do trabalho feminino e do menor. Assim como vimos no caso do Brasil, diferentes ideologias estiveram presentes no movimento operário, enfrentando a oposição das elites econômicas e a repressão dos governos.

Além da exclusão econômica e política, havia as barreiras de origem étnica. Negros e indígenas enfrentavam preconceitos e não raramente obstáculos legais para obter empregos e direitos. Os argumentos de que não conheciam a língua, os costumes e a tecnologia do mundo “branco”, além de sua baixa escolaridade, justificavam a exclusão. No entanto, a população negra e indígena da América Latina nem sempre aceitaria este lugar para ela reservado. Resistiu, criando espaços para suas manifestações culturais e, sob as mais diferentes formas, respondeu com violência à violência a que estava submetida. Vamos conhecer uma dessas experiências.

• A Revolução Mexicana

O México tinha, no início do século XX, uma população indígena numerosa e uma longa história de expulsão e tomada de terras que lhe pertenciam. No século anterior, na luta pela independência, grupos de indígenas e mestiços pobres haviam sido protagonistas em movimentos pela autonomia tendo como líderes padres identificados com as causas populares.

O governo do México na primeira década do século XX estava nas mãos de um ditador, Porfirio Díaz, que favorecera as empresas privadas e realizara a expropriação de terras indígenas com a justificativa de que estes não possuíam títulos de propriedade — apesar de ali viverem há séculos. Essas terras foram para as mãos de grandes proprietários, aliados do governo e os privilégios e riquezas se concentraram nas mãos de poucos.

Porfirio estava desde 1876 no poder e em 1910 declarou que abria espaço para a oposição. Surgiu um candidato à presidência, um homem de posses, chamado Francisco Madero, que acabou sendo preso durante a eleição, vencida por Porfirio Díaz. Quando colocado em liberdade, Madero iniciou uma luta contra Porfirio, a partir do norte do México. Essa luta ganhou a adesão de forças rebeldes, há muito reprimidas, entre os camponeses pobres e indígenas.

Surgiu então Emiliano Zapata, líder camponês do sul do México, e milhares de camponeses o seguiram, sob as palavras de ordem “terra e liberdade”. A reforma agrária e a devolução das terras indígenas eram as grandes questões para esses rebeldes. Avançaram com sua luta até a capital, derrotando as forças do governo, mas não tomaram o poder. Com o andamento da revolução os camponeses foram derrotados frente às forças dos latifundiários e do capital estrangeiro, que financiaram a tomada do poder por um novo ditador, Huerta. Novas ondas rebeldes se seguiram e surgiu outro líder popular, Pancho Villa. A rebeldia popular no campo continuou. Zapata seguia com seus soldados, pedindo “terra e liberdade”. Em 1914, as pressões externas e a intervenção norte-americana depuseram o ditador Huerta e colocam no poder outro presidente, Emiliano Carranza, que se encarregou de pacificar o país. Uma vez no governo, fez aprovar uma Constituição em 1917, garantindo alguns direitos sociais e distribuindo terras. Paralelamente, o exército assassinava de forma traiçoeira o líder Zapata e, mais tarde, Pancho Villa.

A revolução continuou com seu caráter de luta pelo poder, perdendo seus líderes populares. O clima de violência e instabilidade política seguiu até a década de 1930, quando a estabilidade foi atingida com uma nova distribuição de terras e a implementação de uma série de leis de caráter social voltadas para a classe trabalhadora urbana — de uma forma parecida ao que Getúlio Vargas realizara no Brasil.

A história da Revolução Mexicana deixou uma marca profunda na política latino-americana, e não apenas no próprio México. A presença dos indígenas e sua determinação na luta por direitos os colocaram num outro lugar nas sociedades onde viviam. Passaram a ser vistos com mais respeito e também mais receio. No Peru e na Nicarágua, líderes se inspiraram na luta dos rebeldes mexicanos e se colocaram contra as forças que oprimiam a população pobre de seus países. Foram derrotados depois de muita luta, mas mesmo assim deixaram sementes revolucionárias que, mais tarde, outras lideranças populares iriam recuperar. No entanto, o preconceito não foi superado nem as contradições sociais...

A Revolução Mexicana inspirou outros movimentos na América. Na Nicarágua, país localizado na América Central, Augusto Sandino liderou entre 1926 e 1934 um movimento guerrilheiro contra a ocupação norte-americana no país. Após seu assassinato, em 1934, o país foi entregue, com apoio dos Estados Unidos, nas mãos de Anastasio Somoza. A ditadura Somoza se estendeu até o ano de 1979, quando foi deposta por um movimento guerrilheiro inspirado na luta de Augusto Sandino — a Frente Sandinista de Libertação Nacional — que derrotou as forças de direita apoiadas pelos Estados Unidos.

Lázaro Cárdenas e os desdobramentos da Revolução Mexicana

Uma das principais razões da Revolução Mexicana havia sido a questão da propriedade da terra. Não sem razão, as palavras de ordem dos grupos rebeldes, principalmente formados por indígenas, eram Terra e Liberdade.

No entanto, as principais reivindicações dos revolucionários não haviam sido atendidas e o governo mexicano temia novas ações rebeldes. Até que, eleito num contexto de crescimento das forças populares, o governo do presidente Lázaro Cárdenas (1934–1940), deu um impulso ao processo de distribuição de terras, repartindo 20 milhões de hectares. Cárdenas, além de seu caráter de herdeiro da Revolução de 1910, tinha o foco nacionalista: nacionalizou as ferrovias e o petróleo. Com essas medidas, recebeu apoio de comunistas, dos liberais radicais e das organizações de trabalhadores (Confederação dos Trabalhadores Mexicanos e a Confederação Nacional dos Camponeses).

O governo de Cárdenas avançou nas conquistas sociais, mas era fortemente centralizado e mantinha os trabalhadores subordinados ao Estado. O Partido que o elegera (o PRI, Partido Revolucionário Institucional) mantinha estruturas de controle do poder que se estendiam até as áreas rurais e dava pouco ou nenhum espaço para críticas e para o surgimento de novas lideranças populares. Os governos que se seguiram a Cárdenas não aprofundaram as reformas, ao contrário. Sob o contexto da Guerra Fria, se tornaram cada vez mais conservadores e distantes do ideal de justiça social da Revolução Mexicana.

Nesse início de século XXI, as questões relacionadas às populações indígenas marginalizadas seguem como um tema fundamental em muitas sociedades latino-americanas. No México, por exemplo, há o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que se organizou no sul do país na década de 1990 denunciando a situação de miséria e a dificuldade de sobrevivência de uma população majoritariamente descendente de indígenas.

Na Bolívia, a eleição de Evo Morales, da etnia aymara, para a presidência do país trouxe para o primeiro plano os problemas referentes à situação social das populações indígenas e a diversidade cultural que caracteriza muitos países americanos. Dessa forma, nos dias atuais a luta pelos direitos dos povos nativos da América segue com outros combatentes.

:: Síntese ::

- Nas décadas iniciais do século XX, as economias dos países latino-americanos se assentavam sobre a produção de gêneros agrícolas para exportação e na extração de recursos naturais e minerais de suas florestas e subsolo;
- A primeira metade do século XX foi um tempo de expansão do capital europeu e estadunidense sobre a América Latina, a qual se deu, sobretudo, por meio do investimento no setor de serviços urbanos, comunicação e transportes visando atender ao modelo econômico vigente;
- A exclusão social era uma marca dessas sociedades e, entre os excluídos, predominavam indígenas, negros e mestiços — dando uma marca étnica à desigualdade social;
- Ao longo desse período, diversos grupos e movimentos sociais questionaram o quadro de exclusão, e um dos exemplos mais marcantes foi a Revolução Mexicana (1910–1917);
- Nas primeiras décadas do século XX, registrou-se o início do processo de industrialização em determinados países da região e à ampliação da classe operária e dos setores urbanos;
- As mudanças geradas por essa industrialização e o crescimento das cidades criaram condições para o surgimento de lideranças políticas cujo prestígio se baseava na popularidade junto aos trabalhadores urbanos.

EXERCÍCIOS

1) (ENEM/2010)

A serraria construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam, para as composições de trem, as toras que jaziam abatidas por equipes de trabalhadores que anteriormente passavam pelo local. Quando o guindaste arrastava as grandes toras em direção à composição de trem, os ervais nativos que existiam em meio às matas eram destruídos por este deslocamento.

MACHADO, P.P. Lideranças do Contestado. Campinas: Unicamp, 2004. (adaptado)

No início do século XX, uma série de empreendimentos capitalistas chegou à região do meio-oeste de Santa Catarina — ferrovias, serrarias e projetos de colonização. Os impactos sociais gerados por esse processo estão na origem da chamada Guerra do Contestado. Entre tais impactos, encontrava-se:

- (A) a absorção dos trabalhadores rurais como trabalhadores da serraria, resultando em um processo de êxodo rural.
 (B) o desemprego gerado pela introdução das novas máquinas, que diminuía a

necessidade de mão de obra.

- (C) a desorganização da economia tradicional, que sustentava os posseiros e os trabalhadores rurais da região.
 (D) a diminuição do poder dos grandes coronéis da região, que passavam a disputar o poder político com os novos agentes.
 (E) o crescimento dos conflitos entre os operários empregados nesses empreendimentos e os seus proprietários, ligados ao capital internacional.

2) (ENEM/2010)

As secas e o apelo econômico da barracha — produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais — motivaram a movimentação de massas humanas oriundas do Nordeste do Brasil para o Acre. Entretanto, até o início do século XX, essa região pertencia à Bolívia, embora a maioria da sua população fosse brasileira e não obedecesse à autoridade boliviana. Para reagir à presença de brasileiros, o governo de La Paz negociou o arrendamento da região a uma entidade internacional, o Bolivian Syndicate, iniciando violentas disputas dos dois lados da fronteira. O conflito só terminou em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil comprou o território por 2 milhões de libras esterlinas.

Disponível em: www.mre.gov.br (acessado em 03/11/2008) (adaptado)

Compreendendo o contexto em que ocorreram os fatos apresentados, o Acre tornou-se parte do território nacional brasileiro

- (A) pela formalização do Tratado de Petrópolis, que indenizava o Brasil pela sua anexação.
 (B) por meio do auxílio do *Bolivian Syndicate* aos emigrantes brasileiros na região.
 (C) devido à crescente emigração de brasileiros que exploravam os seringaais.
 (D) em função da presença de inúmeros imigrantes estrangeiros na região.
 (E) pela indenização que os emigrantes brasileiros pagaram à Bolívia.

3) (ENEM/2010) As ruínas do povoado de Canudos, no sertão norte da Bahia, além de significativas para a identidade cultural dessa região, são úteis às investigações sobre a Guerra de Canudos e o modo de vida dos antigos revoltosos. Essas ruínas foram reconhecidas como patrimônio cultural material pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) porque reúnem um conjunto de

- (A) objetos arqueológicos e paisagísticos.
 (B) acervos museológicos e bibliográficos.
 (C) núcleos urbanos e etnográficos.
 (D) práticas e representações de uma sociedade.
 (E) expressões e técnicas de uma sociedade extinta.

4) (ENEM/2010)

I - Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro.

CARVALHO, J.M.C. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

*II - E-fo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão!
 É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Tião.*

ALVES, C. Gonzaga ou a revolução de Minas. In: CARVALHO, J.M.C. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava construir uma figura

heroica capaz de congrega diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como Frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da República estava relacionado (A) ao caráter nacionalista e republicano da inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.

(B) à identificação da Conjução Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.

(C) ao fato de a proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.

(D) à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, a um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.

(E) ao fato de Frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no Nordeste e no Sul do país.

5) (ENEM/2010) O artigo 402 do Código penal brasileiro de 1890 dizia:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens. Pena: prisão de dois a seis meses.

O artigo do primeiro Código Penal Republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava

(A) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.

(B) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.

(C) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.

(D) a criminalização de práticas culturais e persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.

(E) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.

6) (ENEM/2010)

De março de 1931 a fevereiro de 1940, foram decretadas mais de 150 leis novas de proteção social e de regulamentação do trabalho em todos os seus setores. Todas elas têm sido simplesmente uma dívida do governo. Desde aí, o trabalhador brasileiro encontra nos quadros gerais do regime o seu verdadeiro lugar.

DANTAS, M. A força nacionalizadora do Estado Novo. Rio de Janeiro: DIP, 1942. Apud BERCITO, S. R. Nos tempos de Getúlio: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990.

A adoção de novas políticas públicas e as mudanças jurídico-institucionais ocorridas no Brasil, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, evidenciam o papel histórico de certas lideranças e a importância das lutas sociais na conquista da cidadania. Desse processo resultou a

(A) criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que garantiu ao operariado autonomia para o exercício de atividades sindicais.

(B) legislação previdenciária, que proibiu migrantes de ocuparem cargos de direção nos sindicatos.

(C) criação da Justiça do Trabalho, para coibir ideologias consideradas perturbadoras da “harmonia social”.

(D) legislação trabalhista que atendeu reivindicações dos operários, garantindo-lhes vários direitos e formas de proteção.

(E) decretação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que impediu o controle estatal sobre as atividades políticas da classe operária.

7) (PUC-Rio/2006 – adaptada)

Anda o povo acelerado

Com horror à palmatória

Por causa dessa lambança da vacina obrigatória [...]

Eu não vou nesse arrastão

Sem fazer o meu barulho [...]

(“A vacina obrigatória”. In Memória da Pharmacia. Disco Odeon)

Os versos acima se referem ao episódio conhecido como a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904). Sobre este acontecimento, assinale a afirmativa CORRETA.

(A) O desconhecimento popular sobre os efeitos da vacina antivaricólica, somado à imposição ilegal de sua obrigatoriedade, estimulou a insubordinação de vários grupos sociais, como os militares e agentes sanitários.

(B) A revolta popular correspondeu a uma reação à lei de vacinação obrigatória contra a varíola, decretada pelo governo federal nos quadros da reforma urbana e sanitária, que então ocorria na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro.

(C) A população carioca rebelou-se contra o médico responsável pela campanha sanitária, Dr. Oswaldo Cruz, que realizou, além da vacinação obrigatória, a destruição de domicílios populares considerados insalubres — os cortiços.

(D) Grupos monarquistas contrários à modernização instaurada pelo governo republicano, na qual se incluíam ações de saneamento da capital federal, iniciaram uma revolta militar, recebendo o apoio de segmentos populares.

(E) A abertura da avenida central, hoje avenida Rio Branco, ocasionou a demolição de diversas moradias populares, estimulando ataques e motins e uma revolta de trabalhadores urbanos que almejava derrubar o governo republicano.

8) (UFRJ/2003)

A cidadania moderna, ou seja, a integração das pessoas no governo, via participação política, na sociedade, via direitos individuais, e no patrimônio coletivo, via justiça social, continua sendo aspiração de quase todos os países, sobretudo os que se colocam dentro da tradição ocidental [...]. Simplificando muito, pode-se dizer que o processo histórico de formação da cidadania no Ocidente seguiu dois caminhos, um de baixo para cima, pela iniciativa dos cidadãos, outro de cima para baixo, por iniciativa do Estado e de grupos dominantes.

CARVALHO, J. Murilo de. “Cidadania, Estadania e Apatia”, in: Jornal do Brasil de 24/06/2001, p. 8

A instauração do regime republicano no Brasil representou para muitos a possibilidade de democratização da sociedade por meio da afirmação dos direitos civis, políticos e sociais. No entanto, já em seu nascedouro, a república brasileira impunha restrições ao exercício da plena cidadania.

a) Cite um limite ao exercício da cidadania que conste da legislação eleitoral dos primórdios da República.

b) Apresente um argumento que permita considerar a Revolta da Vacina (1904) um movimento social de busca de afirmação da cidadania no início da República.

9) (UERJ/2006) O ano de 1922 foi um marco na transformação da sociedade brasileira, durante o qual se assistiu a diversos movimentos de contestação da ordem, além das comemorações do Centenário da Independência. Caracterizam a década de 1920 os seguintes acontecimentos históricos:

(A) eclosão da Revolta da Vacina e crescimento da Aliança Liberal.

(B) instalação da Semana de Arte Moderna e organização dos sindicatos corporativistas.

(C) início da reforma urbana do Rio de Janeiro e instituição da Política dos Governadores.

(D) rebelião tenentista do Forte de Copacabana e fundação do primeiro partido comunista brasileiro.

10) (UFRJ/2002)

“Dr. Barbado foi-se embora, deu o fora.

Não volta mais, não volta mais.

[...]

O Rio Grande, sem correr o menor risco,

Amarrou, por telegrama, os cavalos no abelisco”

(marchinha de Lamartine Babo)

Esta marchinha, cantada nas ruas do Rio de Janeiro, comemorava o fim do governo de Washington Luís, deposto, preso e exilado pelos vitoriosos de 1930. Refere-se também ao telegrama enviado do Rio Grande do Sul pela Junta Governativa recém-instalada, declarando que o Governo Provisório deveria ser chefiado por Getúlio Vargas.

a) Explique um fator que tenha contribuído para a Revolução de 1930;

b) Identifique duas forças políticas que compunham a Aliança Liberal.

11) (UERJ/2003) A dominação dos grandes proprietários rurais durante a República Velha deu origem à expressão popular “voto de cabresto”, mecanismo eleitoral que resulta de:

(A) influência política das oligarquias regionais.

(B) adaptação do campesinato à realidade do mundo urbano.

(C) inconformismo do eleitor nas pequenas cidades do interior.

(D) submissão dos trabalhadores rurais aos valores soberanos das cidades.

12) (PUC-Rio/2006) Nos anos de 1941 e 1942, houve mudanças na configuração das alianças políticas e militares que então caracterizavam a Segunda Grande Guerra (1939–1945). Frente a tais alterações, o governo do presidente Getúlio Vargas imprimiu novos rumos à política externa brasileira. Sobre esses acontecimentos, podemos afirmar que:

I – o ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, deflagrou a participação militar ostensiva dos EUA na guerra.

II – a invasão alemã na União Soviética, em 1941, interferiu, entre outros aspectos, na aproximação diplomática e militar entre EUA, URSS e Inglaterra.

III – a crescente aproximação diplomática com os EUA condicionou a declaração de guerra ao Eixo, por parte do governo Vargas, em 1942.

IV – a participação militar brasileira na guerra, associada ao envio da FEB, conjugou-se à ofensiva das tropas aliadas, no front europeu, em meados de 1944.

Assinale a resposta correta:

(A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

(B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

(C) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

(E) Todas as afirmativas estão corretas.

13) (UERJ/2006 – adaptada) Leia os fragmentos das letras de música abaixo e responda às questões que se seguem

I

Quem trabalha é quem tem razão

Eu digo e não tenho medo de errar

O bonde de São Januário

Leva mais um operário

Sou eu que vou trabalhar

(Wilson Batista/Ataulfo Alves – 1940)

II

E se é grande o céu, a terra e o mar

O seu povo bom não é menor [...]

Quem vê o Brasil que não tem fim

Não chega a saber por que razão

Este país tão grande assim

Cabe inteirinho em meu coração!

(João de Barro/Alberto Ribeiro/Alcir Pires Vermelho – 1940)

III

Para nos orientar

No Brasil não falta nada

Mas precisa trabalhar [...]

E quem for pai de quatro filhos

O presidente manda premiar

É negócio casar.

(Ataulfo Alves/Felisberto Martins – 1941)

IV

Acertei no milhar

Ganhei 500 contos

Não vou mais trabalhar

E me dê toda a roupa velha aos pobres

E a mobília podemos quebrar.

(Wilson Batista/Geraldo Pereira – 1940)

a) A leitura desses fragmentos permite depreender valores sociais e políticos predominantes no país na Era Vargas (1930–1945). Utilizando-se da música em seu favor, o governo Vargas adotou a seguinte postura:

(A) popularizou o chorinho e determinou a produção de chanchadas.

(B) estimulou o teatro de revista e reprimiu a música clássica nas escolas.

(C) valorizou o samba-exaltação e oficializou o desfile das escolas de samba.

(D) permitiu a ascensão do jongo e impôs caráter didático aos sambas-enredo.

b) A difusão de uma ideologia disciplinadora sobre o cotidiano dos indivíduos, promovida pelo governo Vargas, e a resistência popular a essa ideologia são expressas, respectivamente, pelos fragmentos de números:

(A) I e II

(B) I e III

(C) II e IV

(D) III e IV

14) (UFRJ/1997)

Trens regurgitando com imigrantes de todos os países do mundo chegaram sem parar às terras baixas. [...] todos misturados nessa maré de procuradores de terras que seguia para onde o Sol se punha, onde um vale de terras férteis havia sido destinado pelo bondoso Tio Sam ao enriquecimento de todos os homens... As ruas se enchem de estranhos. Toda a conversa era sobre quinhões, lotes e terras. Pouco a pouco, à medida que o Sol se punha, os “procuradores” voltavam de suas excursões ao território sem dono, famintos, cansados, mas jubilantes.

(Hamlin Garland, séc. XIX)

A expansão territorial dos EUA no século XIX, ocorrida através da anexação, da compra de territórios e da incorporação de territórios conquistados em guerras, completou-se em 1867. Nesse processo de expansão, destaca-se a contribuição de milhões de imigrantes europeus no povoamento do território.

a) Cite duas consequências da expansão territorial dos EUA no século XIX.

b) Explique um fator conjuntural europeu que tenha contribuído para o aumento da emigração para a América na segunda metade do século XIX.

15) (UFRJ/1996)

Nova York, 29 (U.P.) — Os diretores de meia dúzia das maiores instituições financeiras desta cidade, com recursos que somam aproximadamente sete bilhões de dólares, reuniram-se às primeiras horas da noite de ontem [...] para discutir a situação da Bolsa, em face das últimas baixas das cotações dos títulos. Foi noticiado, que nessa reunião foi deliberado prepararem-se planos de mobilização de toda a potencialidade financeira daquelas instituições, a fim de evitar novos desastres.

[...] A Bolsa de Títulos abriu com uma baixa de proporções sem precedentes.

[...]

Berlim, 29 (A.B.) — A crise verificada nas praças de Nova York e Amsterdã causou nova inquietação na Bolsa de Berlim.

Folha da Manhã. São Paulo, 30 de outubro de 1929

a) Cite dois fatores que contribuíram para a crise de 29 nos EUA.

b) Explique as razões da internacionalização da crise de 29.

16) (UFRJ/2002)

O mil e novecentos foi, em Manaus, [...] época de um esplendor artístico em desproporção com a paisagem agrestemente tropical que rodeava a um tanto postiça capital do Amazonas. Já Manaus tivera, com efeito, bonde elétrico, praças asfaltadas, porto eletrificado — tudo antes de outros Estados. O Teatro Amazonas já era o mais belo e o mais imponente teatro de todas as Américas.

FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959, tomo 2, pp. 408 e 411.

Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, o surgimento do pneumático e o desenvolvimento da indústria automobilística fizeram crescer a demanda internacional pela borracha. Nesta mesma época, o Brasil detinha praticamente 100% do mercado mundial do produto, desfrutando de uma situação privilegiada no mercado internacional.

a) Tendo por base o texto de Gilberto Freyre, explique uma consequência interna à Amazônia da expansão da atividade seringueira;

b) Identifique uma atividade econômica que caracterizava a região amazônica no século XVII.

17) (UERJ/1998)

A Revolução é uma súbita imersão do México em seu próprio ser [...] é uma busca de nós mesmos e um regresso à mãe. Nela, o México se atreve a ser.

(Octavio Paz, escritor mexicano. Citado por *Grandes Fatos do Século XX*. Rio de Janeiro, Rio Gráfica, 1984.)

A Revolução Mexicana, iniciada em 1910, trouxe à tona a organização e a luta de populações camponesas de origem indígena que até hoje utilizam esse movimento como símbolo. A eclosão da Revolução Mexicana pode ser explicada pelos seguintes motivos:

(A) a influência do ideário positivista e a atuação dos “científicos” nos movimentos camponeses.

(B) a luta do campesinato pela propriedade da terra e as reivindicações de setores burgueses por um maior espaço na política.

(C) a necessidade de uma modernização capitalista e o desejo da burguesia pela ampliação da influência do capital francês no país.

(D) a união dos liberais e dos comunistas mexicanos contra o porfiriato e o interesse dos grandes proprietários na aliança com o capital inglês.

18) (UF-Viçosa-MG) A Revolução Mexicana iniciou-se em 1910, com os movimentos de oposição ao governo ditatorial de Porfirio Dias, institucionalizando-se no governo Lázaro Cárdenas (1939–1934), com a criação do Partido Revolucionário Mexicano (PRM), hoje chamado de Partido Revolucionário Institucional (PRI). Sobre a Revolução Mexicana, todas as afirmativas abaixo são corretas, exceto:

(A) Constituiu-se num processo do qual participaram segmentos sociais que reivindicavam a reforma agrária e a democracia política de cunho burguês.

(B) Foi apoiada pelo movimento camponês, que reivindicava o acesso à posse da terra.

(C) Contrapôs-se ao governo ditatorial de Porfirio Dias, apoiada pelos latifundiários, comerciantes, banqueiros mexicanos e investidores estrangeiros.

(D) Apresentou caráter anticapitalista, acarretando a socialização da terra e da indústria.

(E) Acarretou a nacionalização das companhias de petróleo e estradas de ferro, bem como a formação de sindicatos operários e camponeses.

19) (ENEM 2012)

Fugindo à luta de classes, a nossa organização sindical tem sido um instrumento de harmonia e de cooperação entre o capital e o trabalho. Não se limitou a um sindicalismo puramente “operário”, que conduziria certamente a luta contra o “patrão”, como aconteceu com outros povos.

(FALCÃO, W. Cartas sindicais. In: Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: 10 (85), set. 1941 — Adaptado)

Nesse documento oficial, à época do Estado Novo (1937-1945), é apresentada uma concepção de organização sindical que

(A) elimina os conflitos no ambiente das fábricas.

(B) limita os direitos associativos do segmento patronal.

(C) orienta a busca do consenso entre trabalhadores e patrões.

(D) proíbe o registro de estrangeiros nas entidades profissionais do país.

(E) desobriga o Estado quanto aos direitos e deveres da classe trabalhadora.

20) (ENEM 2012)



(Disponível em: <http://quadro-a-quadro.blog.br>. Acesso em: 27 jan. 2012)

Com sua entrada no universo dos gibis, o Capitão chegaria para apaziguar a agonia, o autoritarismo militar e combater a tirania. Claro que, em tempos de guerra, um gibi de um herói com uma bandeira americana no peito aplicando um soco no Führer só poderia ganhar destaque, e o sucesso não demoraria muito a chegar.

(COSTA, C. Capitão América, o primeiro vingador: crítica. Disponível em: <http://revistastart.com.br>. Acesso em: 27 jan. 2012 – Adaptado)

A capa da primeira edição norte-americana da revista do Capitão América demonstra sua associação com a participação dos Estados Unidos na luta contra

- (A) a Tríplice Aliança, na Primeira Guerra Mundial.
- (B) os regimes totalitários, na Segunda Guerra Mundial.
- (C) o poder soviético, durante a Guerra Fria.
- (D) o movimento comunista, na Guerra do Vietnã.
- (E) o terrorismo internacional, após 11 de setembro de 2001

21) (ENEM 2012)



(Disponível em: <http://veja.abril.com.br>. Acesso em: 29 jun. 2012.)

Elaborado pelos partidários da Revolução Constitucionalista de 1932, o cartaz apresentado pretendia mobilizar a população paulista contra o governo federal. Essa mobilização utilizou-se de uma referência histórica, associando o processo revolucionário

- (A) à experiência francesa, expressa no chamado à luta contra a ditadura.
- (B) aos ideais republicanos, indicados no destaque à bandeira paulista.
- (C) ao protagonismo das Forças Armadas, representadas pelo militar que empunha a bandeira.
- (D) ao bandeirantismo, símbolo paulista apresentado em primeiro plano.
- (E) ao papel figurativo de Vargas na política, enfatizado pela pequenez de sua figura no cartaz.

22) (ENEM 2013)

Nos estados, entretanto, se instalavam as oligarquias, de cujo perigo já nos advertia Saint-Hilaire, e sob o disfarce do que se chamou “a política dos governadores”. Em círculos concêntricos esse sistema vem cumular no próprio poder central que é o sol do nosso sistema.

PRADO, P. Retrato do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

A crítica presente no texto remete ao acordo que fundamentou o regime republicano brasileiro durante as três primeiras décadas do século XX e fortaleceu o(a)

- (A) poder militar, enquanto fiador da ordem econômica.
- (B) presidencialismo, com o objetivo de limitar o poder dos coronéis.
- (C) domínio de grupos regionais sobre a ordem federativa.
- (D) intervenção nos estados, autorizada pelas normas constitucionais.
- (E) isonomia do governo federal no tratamento das disputas locais.

GABARITO

1) C 2) C 3) A 4) C 5) D 6) D 7) B

8) a) O candidato poderá mencionar, dentre outros, a exclusão, como votantes, dos menores de 21 anos, dos analfabetos, praças de pré (militares sem patente de oficial), das mulheres, religiosos de ordens monásticas e, mesmo, dos mendigos. Poderá ainda citar o voto a descoberto.

b) O candidato poderá argumentar que a Revolta da Vacina representou a reação popular contra um governo que desrespeitava os princípios da liberdade individual e valores morais da população como a virtude da mulher, a honra dos chefes de família e a inviolabilidade do lar. O inimigo não era a vacinação em si, mas o governo, em particular as forças de repressão.

9) D

10) a) O candidato deverá explicar um fator que tenha contribuído para a Revolução de 1930 no Brasil, tendo como referência: as ações do movimento tenentista ao longo da década de 1920, a atuação dos movimentos populares (sobretudo urbanos), as alterações no campo da cultura, a crise econômica ocasionada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, e o rompimento do pacto oligárquico da República Velha.

b) O candidato deverá identificar duas forças políticas que compunham a Aliança Liberal, dentre as quais: as oligarquias dissidentes de feições regionais, setores das camadas médias urbanas, e segmentos dos Tenentes.

11) A 12) E 13 - A) C 13 - B) D

14) a) O candidato deverá citar duas consequências da expansão territorial dos

EUA no século XIX, dentre as quais: guerra contra o México e com os índios, ferrovias, aumento demográfico, ampliação das áreas de cultivo e criação, aumento das contradições norte-sul → Guerra de Secessão, fortalecimento da ideologia do Destino Manifesto e do individualismo (*self made man*).

b) O candidato deverá explicar um fator conjuntural europeu que tenha contribuído para o aumento da emigração para a América na segunda metade do século XIX, dentre os quais: as crises econômicas, os processos de unificação italiana e alemã e as perseguições políticas.

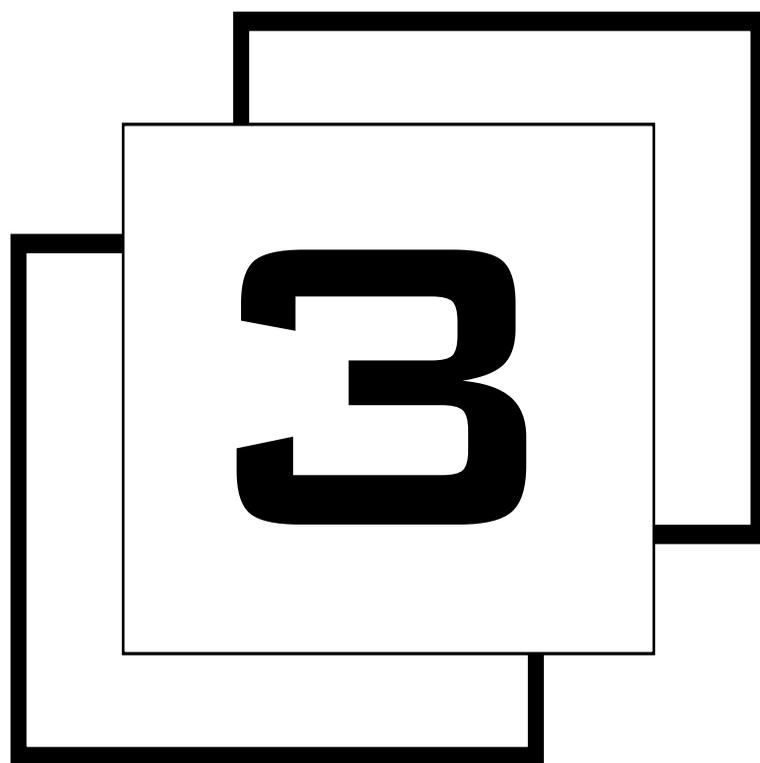
15) a) O candidato deverá citar dois fatores que contribuíram para a crise de 1929 nos EUA, dentre os quais: especulação financeira, superprodução e sub-consumo, declínio dos preços agrícolas, recuperação das economias europeias.

b) O candidato deverá explicar as razões da internacionalização da crise de 1929, considerando a interdependência das economias capitalistas (divisão internacional do trabalho)

16) a) O candidato deverá explicar uma consequência interna da atividade seringueira na Amazônia, considerando a modernização da cidade de Manaus, com a melhoria dos transportes urbanos, o desenvolvimento arquitetônico e paisagístico, a difusão do uso de eletricidade e o florescimento cultural e artístico como resultado do crescimento e enriquecimento de uma elite local.

b) O candidato deverá citar uma atividade econômica que caracterizava a região amazônica no século XVII, dentre as quais: o extrativismo vegetal das chamadas “drogas do sertão” (condimentos, resinas aromáticas, sementes oleaginosas, frutos, plantas medicinais e tintoriais), de madeiras destinadas à construção, a pecuária e a preação de indígenas.

17) B 18) D 19) C 20) B 21) D 22) C



**O MUNDO APÓS 1945:
GUERRA FRIA, REVOLUÇÃO E O MUNDO ATUAL**

INTRODUÇÃO

Em maio de 1945, o regime nazista alemão sucumbia diante dos exércitos soviéticos que tomaram conta da cidade de Berlim. No Pacífico, japoneses e americanos ainda se enfrentavam, mas o fim do conflito estava próximo.

Os líderes dos países aliados mais importantes — o primeiro-ministro britânico Winston Churchill, o líder soviético Joseph Stálin e o presidente norte-americano Franklin Roosevelt — haviam se encontrado algumas vezes, desde 1943. De início, debateram as estratégias comuns para ganhar a guerra. Nos últimos encontros, o assunto que dominou as negociações foi a ordem internacional que seria construída após o fim das batalhas.

Esse futuro é o que nos interessa neste capítulo. Nosso foco é a análise dos processos políticos, sociais e econômicos que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial. Alguns deles estão presentes no nosso mundo atual: é o caso do fortalecimento dos Estados Unidos como a maior potência mundial, do aumento das relações econômicas entre os países e da emergência de lutas de libertação na Ásia e África que originaram novos países.

Por isso, entender e analisar os processos históricos construídos a partir de 1945 é um caminho fundamental para uma melhor compreensão do mundo em que vivemos hoje. Uma dica: tenha em mãos os livros de Geografia. Eles têm tudo a ver com as nossas discussões!

A GUERRA FRIA (1947–1991)

Se boa parte do mundo recebia com alegria e alívio a derrota dos exércitos nazistas em 1945, era com preocupação e desespero que os europeus olhavam à sua volta, em suas ruas, bairros, cidades... A destruição causada pela Segunda Guerra Mundial alcançou proporções gigantescas. Eram cerca de 60 milhões de mortos, entre civis e militares, fora as pessoas que sobreviveram com algum tipo de seqüela e os doentes. Centenas de cidades bombardeadas, transformadas em escombros; estradas e ferrovias completamente destruídas; indústrias e campos de plantação arruinados. Ao fim de seis anos de conflito, mesmo os países vencedores como França, Inglaterra e União Soviética enfrentavam muitos problemas.

Ao lado desse cenário, os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra bastante fortalecidos. Obviamente, perderam soldados nas batalhas, mas não sofreram nenhum ataque em seu território e, portanto, não tiveram que arcar com os custos da reconstrução. Além disso, e mais importante, durante o conflito suas fábricas e campos se especializaram em fornecer à Europa as mercadorias industrializadas e os alimentos necessários para a manutenção da guerra e abastecimento da população.

Ou seja, enquanto a guerra destruía a economia europeia, estimulava o desenvolvimento norte-americano, a produção industrial dos Estados Unidos se multiplicou por três. Por isso, quando a paz chegou, os Estados Unidos eram os maiores fornecedores de mercadorias para os países europeus e a sociedade capitalista mais avançada no mundo.

:: A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) ::

No capítulo 1 deste módulo, vimos que, após a Primeira Guerra Mundial, foi criada a Liga das Nações, uma organização que contava com a participação de vários países e tinha como objetivo resolver os problemas entre as nações através do diálogo e da diplomacia. A Liga das Nações não conseguiu evitar a Segunda Guerra, mas a ideia de um órgão internacional retornou com muito mais força em 1945, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, 193 países integram a ONU. Vamos ver quais são e como funcionam seus principais órgãos:

- **Conselho de Segurança:** é o mais importante e tem direito de veto sobre todas as decisões. Os países que o integram de forma permanente são Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra e China. Dez países membros são eleitos para participar do Conselho a cada dois anos.

- **Assembleia Geral:** todos os países membros participam, mas a Assembleia não pode determinar decisões.

Outros órgãos fazem parte da ONU como: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), OMC (Organização Mundial do Comércio), TPI (Tribunal Penal Internacional), OMS (Organização Mundial da Saúde) e BIRD (Banco Mundial). Através dessas agências, a ONU atua e financia projetos em diferentes áreas nos seus países-membros.

Atualmente, as maiores críticas feitas à ONU afirmam que alguns países, principalmente os Estados Unidos, têm um controle muito grande sobre as decisões e os projetos da instituição, favorecendo somente seus interesses e seus aliados e impondo políticas aos outros países. Por isso, muitas vezes são feitas reivindicações no sentido de “democratizar” os órgãos da ONU, permitindo uma participação mais igualitária de todos os membros.

A hegemonia norte-americana também se baseava em outro aspecto fundamental: a força militar. Estavam aí as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki para demonstrar ao mundo a superioridade dos Estados Unidos. Assim, os líderes norte-americanos tornaram-se figuras centrais em todos os acordos diplomáticos feitos a partir de 1945.

Contudo, os Estados Unidos não eram o único país a ver seu poder fortalecido após a Segunda Guerra Mundial. A União Soviética também emergiu do conflito como uma grande potência militar e política na Europa, apesar das mortes e destruição causadas pela guerra. Os “exércitos vermelhos”, como eram chamadas as tropas soviéticas, derrotaram os soldados alemães em seu território e também no leste europeu. Os países situados nesta porção da Europa foram, então, ocupados e reconhecidos por líderes americanos e ingleses como área de influência soviética.

O poder e a influência da União Soviética após a Segunda Guerra Mundial

aumentaram também por conta do crescimento, em toda a Europa, do apoio popular aos partidos comunistas, que haviam se colocado contra a guerra. Assim, de um país isolado até 1939, lutando para construir um regime socialista num continente hostil, os soviéticos passaram a ser vistos como os defensores da liberdade contra o nazismo e uma potência política importante, cuja influência se estendia sobre uma grande parte da Europa e inspirava uma série de movimentos comunistas mundo afora.

Dessa forma, vemos surgir duas novas potências mundiais — Estados Unidos e União Soviética — com sistemas políticos e econômicos muito diferentes. Se essa diferença ficou de lado quando ambos lutavam contra os regimes nazifascistas na Segunda Guerra, após 1945 ela rapidamente evoluiu para um enfrentamento entre capitalismo e socialismo.

O período em que os Estados Unidos capitalista e a União Soviética socialista se enfrentaram como as duas maiores potências mundiais ficou conhecido como Guerra Fria. Em 1947, o presidente norte-americano Harry Truman deu o passo decisivo desse processo quando afirmou em um discurso que “os povos livres do mundo olham para nós esperando apoio na manutenção de sua liberdade”. O que Truman afirmava, a partir daí, era a intenção dos Estados Unidos de intervir em qualquer lugar onde a ordem capitalista — identificada por ele com a liberdade — estivesse ameaçada por um movimento socialista. A defesa do sistema capitalista em diferentes regiões com intervenção direta norte-americana ficou conhecida como Doutrina Truman.

Se os Estados Unidos se colocavam como “defensores da liberdade” contra o comunismo, os soviéticos não ficaram atrás. Um dos principais assessores de Stálin, Andrei Jdanov, anunciou a disposição de seu país de apoiar os movimentos anti-imperialistas e a democracia social no mundo contra as potências coloniais e a exploração capitalista norte-americana.

A oposição e a disputa entre União Soviética e Estados Unidos eram constantes e se manifestaram na economia, na política, no campo das ideias e na competição tecnológica e bélica, criando um mundo marcado pela bipolaridade. Porém, tal rivalidade nunca chegou a se concretizar num campo de batalha. Ou seja, apesar de se colocarem como adversários, Estados Unidos e União Soviética nunca se enfrentaram numa guerra direta. Mas estimularam, apoiaram e participaram de muitos conflitos armados em outros países do mundo, que caracterizaram a Guerra Fria.

Nas quatro décadas em que o mundo viveu sob a Guerra Fria, houve diferentes fases de enfrentamento. Se, durante a segunda metade da década de 1940, as tensões cresceram, em meados dos anos 1950 os governos norte-americano e soviético buscaram estabelecer canais de diálogo, inclusive em relação à produção de armamentos nucleares. Esse período ficou conhecido como de coexistência pacífica. Na década de 1960, porém, os conflitos voltaram a se fortalecer, levando a novos confrontos.

A Guerra Fria também originou a criação de poderosos órgãos de espionagem que atuavam no mundo inteiro: nos Estados Unidos, era a CIA; na União Soviética, a KGB. Ambos recebiam a colaboração dos serviços de informação dos países aliados, criando uma rede internacional de espionagem que, algumas vezes, interferiu diretamente em crises políticas de vários países.

Outro aspecto do enfrentamento entre norte-americanos e soviéticos durante a Guerra Fria referiu-se à fabricação de armas nucleares. Como vimos no capítulo

1 deste módulo, o lançamento de duas bombas atômicas garantiu aos Estados Unidos a rendição japonesa e o fim da Segunda Guerra Mundial. Deixou também um recado muito claro para o mundo: havia armas capazes de causar uma imensa destruição em poucos segundos e elas estavam nas mãos de um só país, os Estados Unidos, que dominavam a tecnologia de sua fabricação.

Essa situação, entretanto, sofreu uma alteração em 1949, quando a União Soviética declarou ter desenvolvido a tecnologia para a produção de armas nucleares. A partir daí, soviéticos e norte-americanos iniciaram uma “corrida bélica”, investindo altas somas de dinheiro para produzir bombas nucleares cada vez mais potentes e que atingissem maiores distâncias. No final desta corrida, as duas superpotências possuíam arsenais compostos por bombas muito poderosas, capazes de destruir todo o planeta. Por isso mesmo, dizem alguns, um conflito armado direto entre os Estados Unidos e a União Soviética nunca poderia ocorrer, pois isso significaria a destruição de todos.

A corrida espacial e a guerra da propaganda

No ano de 1967, o músico Gilberto Gil compôs uma canção chamada “Lunik 9” que anunciava a chegada do homem à Lua dizendo que aquele era:

Momento histórico, simples resultado

Do desenvolvimento da ciência viva

Afirmção do homem, normal, gradativa

Sobre o universo natural, sei lá que mais

E o compositor também identificava, na mesma canção, a existência de uma:

Guerra diferente das tradicionais

Guerra de astronautas nos espaços siderais

E tudo isso em meio a discussões

Muitos palpites, mil opiniões

Não era à toa que o músico brasileiro compunha “Lunik 9”. Naquele momento, os meios de comunicação não se cansavam de noticiar os feitos alcançados pela União Soviética ou Estados Unidos na corrida espacial. Foguetes, naves espaciais, satélites enviados para a órbita da Terra. Em 1957, a União Soviética demonstrava seu desenvolvimento tecnológico enviando ao espaço o primeiro satélite artificial — o Sputnik. Em 1968, diante do olhar espantado do mundo e da descrença de alguns, era a vez dos Estados Unidos darem o troco e conquistarem a glória quando o seu astronauta Neil Armstrong pisou na Lua.

A corrida espacial era, para as duas superpotências, uma forma de demonstrar ao mundo sua força econômica e tecnológica. Cada vitória de uma sobre a outra era vendida, então, como a demonstração da capacidade superior do sistema capitalista ou comunista de promover o desenvolvimento e o progresso. Era, realmente, uma guerra diferente das tradicionais. E a propaganda sempre foi um dos instrumentos mais importantes utilizados por norte-americanos e soviéticos durante a Guerra Fria para conquistar aliados e atacar os adversários.

A Europa após 1945

Os primeiros choques entre capitalismo e socialismo após 1945 tiveram lugar na Europa. Na Grécia, um movimento armado comunista que se organizara para lutar contra a ocupação nazista buscava derrubar o governo capitalista, estabelecido após 1945 — e foi no discurso em que pedia ao Congresso recursos econômicos para ajudar o governo grego que o presidente dos EUA, Harry Truman, enunciou sua doutrina de contenção ao comunismo. Na Alemanha, três países capitalistas (França, Inglaterra e Estados Unidos) e um socialista (URSS) participavam do conselho que administrava o país e o consenso se tornava cada vez mais difícil. Na França e Itália, os partidos comunistas eram afastados das coalizões governamentais surgidas logo após a guerra.

Diante deste quadro, a União Soviética buscou fortalecer sua hegemonia nas partes do mundo já sob seu controle — e aí entrava a Europa oriental, ocupada pelos exércitos vermelhos. Nesses países, os governos formados após a expulsão dos nazistas eram de coalizão; isto significava que, além de comunistas, contavam com a participação de líderes de outras correntes políticas, como os liberais, os democratas cristãos e os social-democratas, que também haviam lutado contra as tropas alemãs.

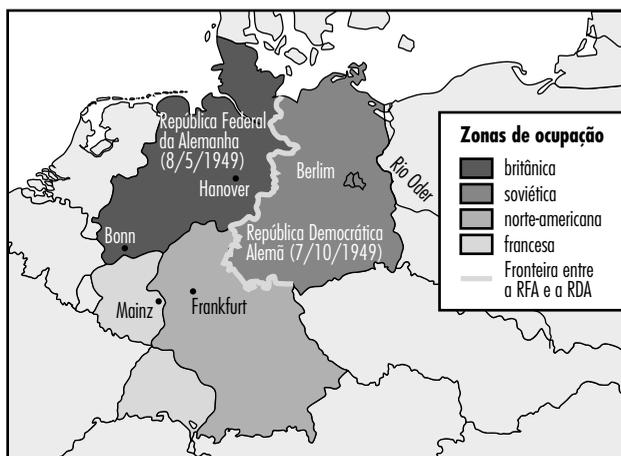
De acordo com os interesses soviéticos, os políticos comunistas foram ocupando as posições mais importantes nos governos de coalizão e conduzindo seus países para a implantação de regimes socialistas. Para isso, precisaram controlar as outras correntes políticas, o que foi feito, em alguns casos, com o apoio direto das forças militares soviéticas e a repressão aos opositores.

Os estados socialistas surgidos a partir de 1947 ficaram conhecidos pelo nome de “democracias populares”. Eram Bulgária, Romênia, Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Albânia. O único país comunista da Europa oriental criado após 1945 a não se submeter à autoridade soviética foi a Iugoslávia, onde o comunista Joseph Tito havia liderado internamente a luta contra os nazistas e, depois da Segunda Guerra, estabeleceu um país formado por várias nacionalidades (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Montenegro, Macedônia e Bósnia-Herzegovina).

Conforme cresciam os conflitos da Guerra Fria, tornava-se mais difícil a manutenção do governo conjunto formado por URSS, França, Inglaterra e EUA na Alemanha. Assim, em 1949, ocorreu a divisão do país. A parte oriental transformou-se na República Democrática Alemã, comunista e sob influência soviética, e as áreas sob autoridade dos três países capitalistas foram unificadas, dando origem à República Federal da Alemanha.

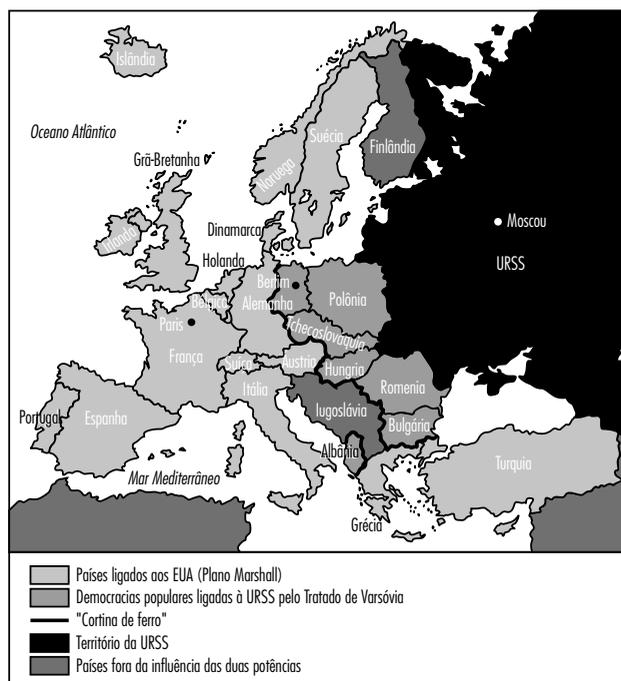
A cidade de Berlim ficou dividida também entre uma parte capitalista e outra socialista. Foi na fronteira dessas duas partes que, em 1961, foi erguido por ordem do regime comunista um muro que impedia a livre circulação dos alemães pela cidade — o Muro de Berlim. Este foi um dos maiores símbolos da Guerra Fria e sua derrubada, em 1989, marcou o fim desse período para alguns historiadores.

Mapa da Alemanha dividida



Fonte: H. Franco Júnior e R. O. de Andrade Filho. Atlas de história geral. São Paulo: Scipione, 1993.

Europa com Plano Marshall e as democracias populares



Fonte: A Europa dividida pela guerra fria. (M. Cruzet, org. História geral das civilizações, t.VII, “A época contemporânea”, v.2. O mundo dividido, p. 104)

O político inglês Winston Churchill, que havia sido primeiro-ministro durante a Segunda Guerra Mundial e se colocava como um adversário duro do socialismo, cunhou uma frase bastante conhecida para marcar a divisão entre a Europa capitalista e a socialista: a “cortina de ferro”, atrás da qual estariam as “democracias populares”.

Com o objetivo de fortalecer laços políticos, econômicos e militares com suas áreas de influência na Europa, Estados Unidos e URSS colocaram em marcha alguns mecanismos, que analisamos a seguir:

a) Os planos econômicos

Como já apresentamos no início deste capítulo, a situação dos países europeus após 1945 era muito crítica. Fome, desemprego, destruição, mortes, doenças... A capacidade produtiva — agrícola e industrial — estava seriamente comprometida e era urgente retomar as atividades econômicas.

Foi nesse cenário que os Estados Unidos elaboraram em 1947 um plano de ajuda aos países europeus, conhecido como Plano Marshall, que consistiu na concessão de empréstimos a juros baixos e doações para estimular a reconstrução europeia. Podemos identificar alguns objetivos norte-americanos com esse plano:

- Garantir às indústrias norte-americanas um mercado consumidor para suas mercadorias, com a recuperação do poder de compra dos europeus.
- Investir o grande capital que haviam acumulado com o crescimento econômico durante os anos de guerra e abrir a economia europeia para a atuação das empresas norte-americanas. Os empréstimos eram condicionados à aceitação de regras sobre em que áreas investir e a legislação que os governos deveriam adotar.
- Promover o desenvolvimento das sociedades capitalistas europeias e, através dos ganhos materiais proporcionados à população, combater o crescimento dos grupos políticos de esquerda e comunistas. Uma França ou Alemanha fortes e prósperas seria a melhor propaganda do capitalismo poderia proporcionar às pessoas.

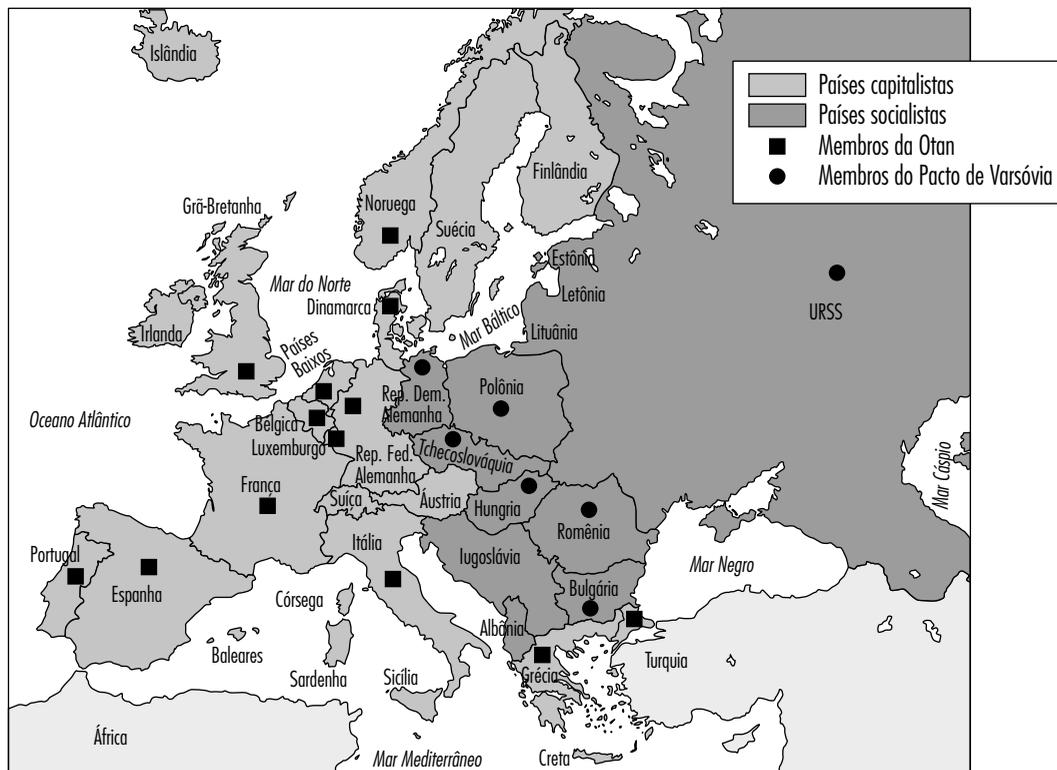
O Plano Marshall possibilitou que os países europeus ocidentais conseguissem, no fim da década de 1940, reorganizar suas economias e superar os problemas provocados pela guerra. Já para os Estados Unidos, significou o aumento de seu poder econômico na economia capitalista mundial e importantes aliados políticos.

A URSS recusou-se a receber recursos do Plano Marshall, acusando os Estados Unidos de quererem subordinar a economia europeia aos seus interesses. Sua posição foi seguida pelos governos da Europa Oriental. Em 1949, o governo soviético buscou também fortalecer seus laços econômicos com os países do Leste Europeu. Isso se deu através da criação do Conselho de Ajuda Econômica Mútua, ou Comecon, que deveria estimular a cooperação econômica e tecnológica dos países comunistas e elaborar planos conjuntos de desenvolvimento. Assim, as economias comunistas também estabeleceram laços de dependência entre si, muitas delas ligadas diretamente ao desenvolvimento industrial soviético, que discutiremos com maiores detalhes adiante.

b) As alianças militares

Se você observar o mapa seguinte, pode perceber que os países da Europa se encontravam divididos. Podemos ver, de um lado, os países que se ligavam aos Estados Unidos pela OTAN. De outro, os países aliados à União Soviética, ligados pelo Pacto de Varsóvia. Poucos países permaneciam, então, fora dessa divisão.

Mapa da Otan e Pacto de Varsóvia



Fonte: Adaptado de J. Jobson de Arruda. *Atlas histórico básico*. 16. ed. São Paulo: Ática, 1998.

A partir da observação desse mapa, podemos identificar alguns aspectos característicos do período da Guerra Fria. O primeiro deles é a bipolaridade que dominou as relações entre os países. Era muito difícil se manter fora da influência de uma das duas potências, que pressionavam constantemente os países para “escolher um lado”, usando armas políticas, econômicas, militares, culturais.

A segunda característica que podemos apontar diz respeito às disputas militares entre os blocos capitalista e socialista, pois a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, e o Pacto de Varsóvia, que surgiu em 1955, constituíam alianças militares entre os aliados dos Estados Unidos e da União Soviética, respectivamente. Com bases militares espalhadas em diversos países, as tropas da OTAN e do Pacto de Varsóvia aumentavam as tensões entre os países capitalistas e os socialistas.

As relações entre as democracias populares e a URSS

Durante a Guerra Fria, era fundamental para a URSS manter sua influência sobre os governos do leste europeu. Neste sentido, fazia-se imprescindível o controle de movimentos políticos e sociais internos que colocassem em cena algum tipo de contestação às suas diretrizes ou à sua liderança. E os líderes soviéticos não hesitaram em recorrer à repressão quando viram surgir uma forte oposição.

Foi o que ocorreu durante uma grande greve na Alemanha Oriental, em 1953, na Polônia e na Hungria (Revolução Húngara), em 1956, e na Tchecoslováquia (Primavera de Praga), em 1968. Nos últimos dois casos, movimentos de reforma surgidos no interior dos partidos comunistas propondo novos caminhos para o socialismo húngaro e tchecoslovaco, que receberam grande apoio popular, foram sufocados pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

c) O desenvolvimento econômico após 1945

• Capitalismo: os Trinta Gloriosos Anos e o Estado de Bem-Estar Social

A economia capitalista sofreu uma grande crise a partir de 1929. Crise de superprodução, depois a quebra da bolsa de Nova York e a falência de muitas empresas, causando um enorme desemprego, inflação, queda dos lucros... Para muitos, o capitalismo esteve ameaçado na virada dos anos 1920 para 1930.

Por isso, após a Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas buscaram meios de prevenir outras crises como a iniciada em 1929. Com esse objetivo, passou-se a defender a ideia de que o Estado deveria intervir na economia de diversas formas: participando das atividades produtivas, através de empresas estatais, impondo regras de funcionamento para as empresas, garantindo um sistema de transportes eficiente e programas de habitação popular, assegurando aos trabalhadores serviços de previdência social — como aposentadoria, seguro-desemprego, seguros contra doenças. O liberalismo econômico, que pregava a não intervenção dos Estados na economia, ficava para trás...

Esse estado construído após 1945, principalmente na Europa, ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, pois deveria garantir a todos os seus cidadãos condições mínimas de sobrevivência — como pensões e seguros —, além de ser responsável pela sustentação dos sistemas públicos de educação e saúde.

Com essas transformações, a economia capitalista cresceu num ritmo impressionante nas três décadas após 1945, como podemos observar na tabela a seguir:

Crescimento médio anual do produto industrial

Período	EUA	Japão	Alemanha	França	Itália
Pré-guerra	4,5	5,3	4,0	4,0	5,3
1950–1955	5,2	15,5	12,3	5,6	8,8
1955–1960	2,1	18,2	6,6	6,9	9,0
1950–1960	3,5	17,0	9,2	6,4	8,9

Tabela adaptada de: KINGSTON, Lúcia. Evolução econômica da União Soviética. In: MULLER, Geraldo. Introdução à economia mundial contemporânea. São Paulo: Educ Editora da PUC/SP e Editora Ática, 1987.

Numa comparação histórica desde o século XIX, foram as maiores taxas de crescimento econômico.

Taxas anuais médias de crescimento da indústria e do comércio mundiais

Anos	Indústria mundial	Comércio mundial
1860–1870	2,9	5,5
1870–1900	3,7	3,2
1900–1913	4,2	3,7

Tabela: Rostow, W. W. Les étapes de la croissance économique. Paris, Ed. Seuil, 1962. In: BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Tal desenvolvimento econômico, além de contar com a intervenção do Estado, baseou-se em um fator muito importante: a expansão do fordismo para a Europa e Japão. O fordismo pode ser definido como uma forma específica de organizar a produção de mercadorias em linhas de montagem, com a divisão das tarefas por trabalhadores. Prevê, portanto, a produção em série, em larga escala.

Além disso, outra característica muito importante da forma de produção fordista é a transformação do próprio trabalhador em um consumidor daquilo que produz. E isso é possível através do aumento do salário dos operários.

Em outras palavras, a expansão da economia capitalista na Europa, Estados Unidos e Japão após a Segunda Guerra Mundial significou a incorporação das classes trabalhadoras ao mercado consumidor, a partir de ganhos salariais. Assim, seria possível que soldadores, tecelãs, torneiros mecânicos, pedreiros, entre outros, pudessem adquirir mercadorias. É neste período, então, que vemos surgir a sociedade de consumo de massa.

Com os avanços tecnológicos e o aumento de salários, carros, refrigeradores, batedeiras, freezers, alimentos enlatados, enceradeiras, lavadoras, batedeiras, televisões e rádios passaram, realmente, a fazer parte da vida de milhões de pessoas nos países mais desenvolvidos. As cidades começaram a se reorganizar em torno das ruas e avenidas, a vida familiar em torno dos programas de TV e de rádio.

• União Soviética: o desenvolvimento econômico pelo Estado

Se a economia ia bem no bloco capitalista, o mesmo acontecia com a União Soviética e seus aliados. Como vimos no capítulo 1 deste módulo, os planos quinquenais estabelecidos em fins da década de 1920, durante o período stalinista, tiveram muito sucesso em industrializar a União Soviética, implantando as indústrias de base e uma sólida infraestrutura. As taxas de crescimento médio anual do produto industrial neste país entre 1950 e 1960 foram de 9,3%.

A industrialização da União Soviética estimulou o desenvolvimento também de parques industriais em alguns países da Europa oriental, cujas economias se ligavam ou se subordinavam diretamente à soviética. Esse processo levou a um

aumento do número de operários, bem como a intensificação da urbanização. Propiciou também o surgimento de instituições de educação técnica e superior, que tinham a função de formar uma mão de obra capacitada a trabalhar nas fábricas.

Assim, também as sociedades comunistas europeias passaram por importantes transformações entre as décadas de 1940 e 1960. O comando e todas as decisões sobre a economia, entretanto, permaneceram centralizadas na burocracia estatal. Esse aspecto, a longo prazo, acabou limitando o espaço e o impulso para o surgimento de mudanças e inovações nas economias comunistas. Mas, essa questão só se revelou um problema mais tarde. Em fins da década de 1960, a União Soviética comunista aparecia aos olhos do mundo como um bem-sucedido caminho para a industrialização.

O COMUNISMO APÓS JOSEPH STÁLIN

Ao lado do desenvolvimento econômico, no início da década de 1950, a liderança política e ideológica da União Soviética entre seus aliados parecia incontestável. Como primeiro país a implantar um regime comunista, o Partido Comunista soviético surgiu como um grande guia para todo o mundo. O mesmo se pode dizer de seus líderes, como Lênin e Stálin. Outros aspectos fortaleceram essa liderança, como o seu grande poder militar, confirmado com o domínio da tecnologia nuclear.

Essa situação sofreu um forte abalo a partir da morte de Stálin, em 1953, e da ascensão de uma nova liderança, Nikita Krushev, dois anos depois.

Em 1956, realizou-se o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética quando Krushev leu um informe dito secreto, no qual ele condenou explicitamente o culto a Stálin como um desvio no projeto revolucionário e denunciou os crimes políticos cometidos. Foi o início de um período de maior liberdade e discussão na União Soviética que ficou conhecido como processo de “desestalinização”.

A repercussão do informe foi imediata e atingiu tanto o bloco socialista como o capitalista. Para os países capitalistas, as palavras de Krushev confirmavam a falta de liberdade e a violência que seriam características do sistema comunista. Foi entre os comunistas, porém, que a reação às denúncias alcançou maior impacto. Para muitos militantes, foi a primeira vez em que tomaram contato com as políticas repressivas adotadas na União Soviética. Como defender um regime capaz de praticar tanta violência? O relato de Krushev, portanto, terminou por enfraquecer a liderança que a União Soviética exercia no bloco comunista e isso, aliado a insucessos econômicos, colaborou para sua deposição em 1964.

1968: A CRÍTICA AO COMUNISMO E AO CAPITALISMO

Nos anos que se seguiram a 1945, houve um crescimento nas taxas de natalidade em muitos países, num fenômeno que ficou conhecido como o “baby boom”. Em fins da década de 1960, os jovens nascidos durante o baby boom organizaram vários movimentos que contestavam a aparente felicidade trazida pela sociedade de consumo de massa na qual viviam. Vamos conhecer alguns destes movimentos que alcançaram grande repercussão no ano de 1968:

- Movimento feminista: organizou grandes manifestações nos Estados Unidos e Europa denunciando a posição subalterna da mulher na sociedade capitalista e exigindo igualdade de direitos, tratamento e condições entre homens e mulheres.

O surgimento da pílula anticoncepcional foi importante para dar uma nova visão à sexualidade feminina, que poderia se separar da procriação.

- Movimento pelos Direitos Civis: desde meados da década de 1950, diversas organizações nos Estados Unidos lutavam contra as leis segregacionistas vigentes em vários estados do país. Boicotes, organização de grupos armados, marchas e outras manifestações públicas marcaram a luta pelos direitos da população afrodescendente. .

- Maio de 1968 em Paris: um protesto iniciado por universitários da cidade de Paris se transformou num movimento que se espalhou pela França chegando a conquistar, inclusive, apoio dos trabalhadores numa greve geral. Os estudantes criticavam as estruturas autoritárias da sociedade, incluindo os partidos políticos e os sindicatos, e a sociedade de consumo. Reivindicavam a participação dos cidadãos nas instituições sociais e exaltavam a liberdade como ideal máximo nas relações sociais e pessoais. Criticavam também as ações violentas e autoritárias da União Soviética e dos Estados Unidos, características da Guerra Fria.

- Movimento hippie: fazia uma forte crítica à sociedade de consumo, que estimulava o individualismo. Pregava a construção de outra sociedade baseada nos valores da solidariedade e coletividade, além da liberdade que deveria organizar as relações pessoais. Um de seus principais lemas era “Paz e Amor”, e, por isso, se ligavam também ao Movimento Pacifista, que se organizava contra as guerras que ocorriam em vários países, o discurso bélico da Guerra Fria e a proliferação das armas nucleares.

:: Síntese ::

- O período posterior à Segunda Guerra Mundial assistiu ao surgimento de novas potências mundiais: os Estados Unidos e a União Soviética.

- Entre os anos de 1947 e 1991, essas superpotências e seus respectivos regimes – capitalismo e socialismo – enfrentaram-se no processo que ficou conhecido como Guerra Fria, que implicou disputas e conflitos econômicos, políticos, militares, ideológicos e culturais.

- Foram criadas alianças militares adversárias, entre os países comunistas e entre os países capitalistas, que buscavam garantir uma proteção aos dois blocos e colaboraram para aumentar os arsenais militares e bélicos das nações – incluindo as armas nucleares.

- A corrida espacial e a propaganda foram instrumentos importantes utilizados por norte-americanos e soviéticos para difundir suas ideias e demonstrar desenvolvimento econômico e tecnológico.

- A economia capitalista registrou altas taxas de crescimento nas três décadas após 1945, que se basearam num modelo de sociedade caracterizado pelo Estado do Bem-Estar Social e pelo modelo fordista de produção de mercadorias.

- Nesse mesmo período, surge a sociedade de consumo de massa, com a incorporação dos trabalhadores ao mercado consumidor. Trata-se de uma sociedade urbana, fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa e pela publicidade.

- No bloco comunista, a economia do pós-guerra também se caracterizou por fortes índices de crescimento que produziram transformações sociais e tiveram como característica a gestão centralizadora do Estado.

OS PROCESSOS DE LIBERTAÇÃO DA ÁSIA E DA ÁFRICA

Descolonização afro-asiática — pode ser descrita como um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial, e que se traduziu na obtenção gradativa da independência das colônias europeias situadas na Ásia e na África. Teve seu ritmo regulado quer pelas formas de luta dos povos colonizados na conquista de sua independência, quer pela política de “concessões” de autonomia, diferentes segundo a potência colonizadora e, sobretudo, a especificidade de cada território.

PEREIRA, José Maria Nunes. *África, um novo olhar*. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006. p.55-56.

Nos anos que se seguiram a 1945, os europeus não enfrentaram somente os efeitos da Segunda Guerra Mundial em seu continente. Tiveram que lidar também com as reivindicações de independência advindas de suas colônias na Ásia e na África.

Movimentos de resistência às metrópoles foram constantes desde fins do século XIX, mas, após 1945, tornou-se tarefa muito mais difícil manter os laços coloniais e, até a década de 1970, muitas colônias conquistaram sua independência e estabeleceram governos próprios. Esse processo histórico tem relação direta com o contexto ideológico, político e econômico pós-1945 e com a nova dinâmica das relações internacionais regidas pela Guerra Fria. Vamos começar, então, investigando o que se passava nas colônias asiáticas e africanas.

Como dissemos antes, movimentos de resistência ao imperialismo foram constantes. A partir da década de 1920, eles só fizeram se fortalecer. Samuel Kimbango, em 1921, no Congo Belga (atual República Democrática do Congo), fez do discurso religioso sua base e sua arma de luta. Ele foi o líder de uma revolta severamente reprimida e que deu origem a uma religião de contestação ao colonialismo. Na Índia britânica, Gandhi iniciou suas primeiras campanhas de questionamento à autoridade britânica, baseando-se nos princípios da não violência e da desobediência civil. Na área iorubá, no sudoeste da Nigéria, o boicote de mulheres comerciantes aos impostos cobrados pelos colonizadores ingleses e seus aliados locais fez parar os mercados nas cidades.

Não só nas áreas colonizadas se organizava a oposição ao imperialismo. Africanos e asiáticos que viviam nas metrópoles se articulavam em Londres, Lisboa, Paris... Muitos deles eram universitários e desempenharam um papel fundamental organizando congressos internacionais, partidos políticos e associações e publicando jornais e livros que defendiam a causa da independência. Foram muito importantes na produção de um pensamento anticolonial que, após a Segunda Guerra Mundial, condenou duramente o racismo que regia as relações entre europeus e os “povos de cor” e buscou unir asiáticos e africanos em torno de causas e inimigos comuns.

Vale assinalar que, após a traumática experiência nazista, as ideias racistas sofreram um grande desgaste em todo o mundo. Foi a partir da defesa de ser uma raça superior que a Alemanha de Hitler cometera assombrosas violências contra judeus, ciganos, poloneses, ucranianos, entre outros povos. Por isso, os próprios europeus passaram a criticar fortemente a ideologia racista, o que inviabilizava o argumento utilizado durante o imperialismo acerca da inferioridade de asiáticos e africanos diante dos europeus.

Neste contexto, surgiram correntes de pensamento como o “asiatismo”, que pregava a união de esforços para romper com o jugo colonial europeu e defendia “a Ásia para os asiáticos”, e a “negritude”, movimento de valorização das culturas negras que destacava suas contribuições para a humanidade. Seus principais formuladores pretendiam que os negros assumissem com orgulho suas heranças africanas, não só na África como em todo o mundo. Acreditavam e defendiam a ideia de que os valores tradicionais africanos ajudariam a tornar o mundo melhor.

:: Panafricanismo ::

Conjunto de ideias que surgiu entre os afrodescendentes envolvidos na luta contra a segregação racial no Caribe e Estados Unidos, no final do século XIX e início do XX. Pregava uma união entre os negros no mundo, tendo por base suas origens, seus sofrimentos e suas lutas. Inicialmente, era uma militância no plano cultural e centrada nas Américas, mas logo assumiu um caráter de movimento político, principalmente após o Congresso Panafricano de 1945. Passou então a reivindicar uma ação coletiva para a independência dos países africanos.

Assim, articulando-se ideológica e politicamente, os movimentos contrários à dominação europeia se fortaleceram muito. Em várias colônias, surgiram organizações políticas abertas e clandestinas, que se expressavam por meio de jornais, clubes, associações culturais. Nos diferentes lugares, de forma individual e coletiva, muitos africanos foram tentando se unir para dar uma resposta ao colonialismo.

Distintas formas de luta foram utilizadas na conquista da independência: greves de trabalhadores, boicotes, passeatas, não cooperação com os funcionários metropolitanos, luta armada, rebeliões, desobediência civil. Muitas e constantes, essas ações dificultaram, abalaram e finalmente derrotaram os dominadores. Por isso, podemos dizer que, se a colonização partiu da Europa, a descolonização sem dúvida partiu do mundo colonizado.

Em grande parte das colônias, as metrópoles negociaram acordos para a sua retirada e o estabelecimento de governos independentes, sempre buscando manter os laços econômicos pré-existentes. Já em alguns casos específicos, como na Indochina e Argélia francesas e nas colônias portuguesas, a independência foi conquistada após guerras muito cruéis nas quais os exércitos e guerrilhas locais derrotaram os exércitos colonialistas.

Por outro lado, as metrópoles se encontravam bastante enfraquecidas após a Segunda Guerra, sem condições de enfrentar as crescentes reivindicações e ações pela independência. Inglaterra e França, que possuíam os maiores impérios coloniais, tinham que solucionar uma série de problemas internos — a recuperação econômica, as dívidas contraídas durante a guerra, o esgotamento da população com conflitos armados —, o que dificultava o direcionamento dos recursos necessários para debelar a oposição colonial.

Ao mesmo tempo, a luta contra o nazifascismo teve como uma de suas bandeiras o combate aos regimes ditatoriais, cuja expansão territorial durante a guerra subjogou uma série de países e instalou no poder governos autoritários. Quando o conflito teve fim, ideias como a autodeterminação dos povos e democracia eram defendidas por todos os vitoriosos que, na criação da ONU

e na redação de seus principais documentos, definiram como um dos direitos fundamentais do ser humano a participação na organização de seu governo. Como, então, era possível negar esse direito a africanos e asiáticos?

Por fim, um último aspecto do contexto externo às colônias se relaciona ao apoio de URSS e EUA à causa da independência, antevendo no surgimento de novos países a possibilidade de estender sua influência e conquistar vantagens nas disputas da Guerra Fria. As duas superpotências participaram ativamente das lutas de descolonização, ora apoiando militar e financeiramente determinados grupos políticos e movimentos de libertação, ora pressionando as metrópoles a aceitar a autonomia das colônias.

A URSS ocupou, então, um lugar de destaque. Desde o início do século XX, seus líderes haviam condenado explicitamente o imperialismo como forma de dominação capitalista, colocando-se ao lado dos “povos dominados”. Após 1945, a política externa da URSS a favor da descolonização se intensificou nos fóruns e órgãos da ONU e no suporte aos movimentos de libertação. Esta atuação aumentou a força de atração das ideias socialistas, vistas por milhões de africanos e asiáticos como um caminho para se livrar do controle das metrópoles e empresas estrangeiras que exploravam os recursos e a mão de obra locais. Por isso, independência e socialismo estiveram juntos em muitos partidos e organizações africanas e asiáticas, o que, por sua vez, provocou uma contínua intervenção norte-americana com o objetivo de impedir a expansão do comunismo nestes continentes.

Nos itens a seguir, discutiremos alguns casos específicos dos processos de libertação na Ásia e na África. Procure analisá-los considerando as principais características que discutimos até aqui — as diversas formas de luta anticolonial, as diferentes reações das metrópoles aos movimentos de independência, a influência do contexto da Guerra Fria e do socialismo.

A emergência do “Terceiro Mundo” e o “Movimento dos Não Alinhados”

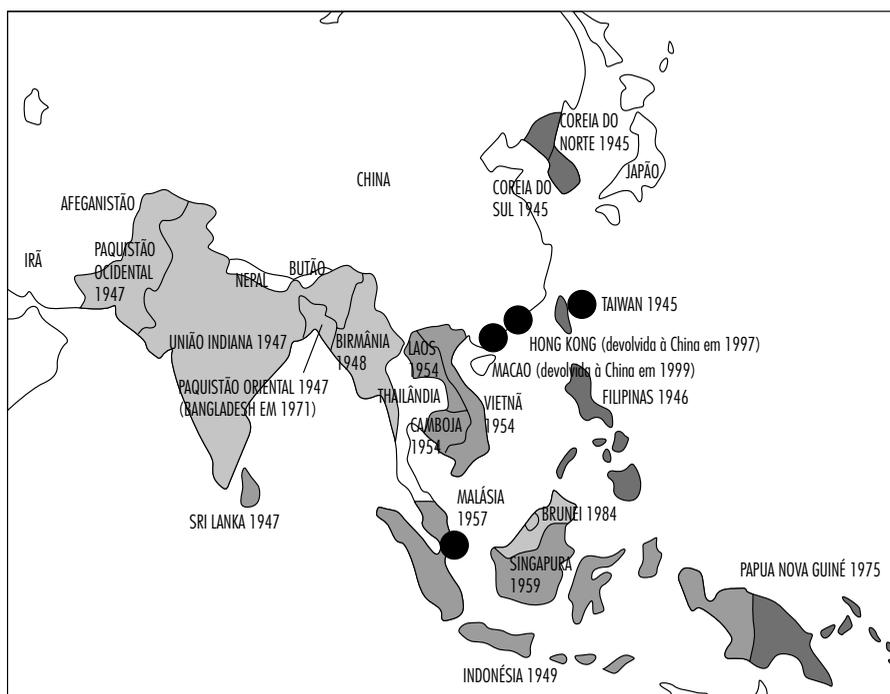
A descolonização levou ao surgimento de dezenas de novos países na Ásia e na África após 1945. Em 1952, o demógrafo e economista francês Alfred Sauvy criou a expressão “Terceiro Mundo” para classificar estes e outros países que compartilhavam algumas características: graves problemas sociais, pequeno desenvolvimento econômico e o pouco espaço nas relações internacionais. Para superar a posição de isolamento internacional, esses países buscaram articular ações conjuntas.

Esse movimento se tornou especialmente visível na Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia, 1955), que reuniu importantes lideranças de estados recém-independentes e teve como lema “a paz e promoção social em igualdade de direitos” para combater o racismo e a dominação estrangeira. A partir desse evento e das conferências afro-asiáticas do Cairo (Egito, 1957) e de Accra (Gana, 1958), as ex-colônias passaram a atuar nas assembleias da ONU e na diplomacia internacional, apoiando as lutas pelas independências nos seus continentes.

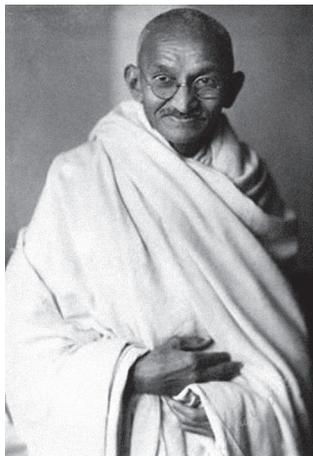
Em Bandung, os países participantes também declararam a intenção de fugir à bipolaridade estabelecida pela Guerra Fria através de uma posição de não alinhamento à URSS e EUA, que ganhou adesões nos anos seguintes.

A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁSIA

A independência das colônias asiáticas



a) A liderança de Mahatma Gandhi e a independência da Índia



Na Índia, desde o princípio do século XX, organizações da sociedade lutavam contra o colonialismo inglês. Na década de 1920, esse movimento ganhou força a partir da atuação de Mahatma Gandhi, que, baseado na defesa da resistência pacífica, não violência e desobediência civil, iniciou uma série de campanhas contra a autoridade britânica.

Greves de fome, não pagamento de impostos e boicote aos produtos ingleses foram algumas das iniciativas

utilizadas por Gandhi para obrigar a metrópole a considerar as reivindicações dos indianos. Com essas ações, a dominação inglesa sobre a Índia foi sendo condenada, também, pela opinião pública mundial, o que pressionou a metrópole a fazer concessões graduais. A independência foi conquistada em 1947, com a antiga colônia britânica dando origem a três países: Índia, Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental (hoje Bangladesh).

A divisão da antiga colônia se originou em diferenças religiosas entre hindus e muçulmanos, que provocaram muitas tensões e mortes nos momentos finais da luta pela independência. Até os dias atuais, Índia e Paquistão disputam a posse de algumas regiões.

b) A Revolução Chinesa (1949)

Como vimos no capítulo 8 do módulo I, ao contrário da Índia, a China nunca se tornou uma colônia controlada por outro país, mas foi dividida em áreas de influência das principais potências imperialistas — Rússia, Inglaterra, França, Alemanha, Japão e EUA. Sua economia e algumas cidades portuárias estavam sob controle direto de governos e empresas estrangeiros, com base nos tratados desiguais que foram assinados desde a derrota chinesa na Guerra do Ópio (1839–42).

A presença estrangeira nunca deixou de ser contestada, como ocorreu na Revolta dos Boxers (1900–01). Nessa revolta, diferentes setores da sociedade chinesa, de grupos populares à burguesia local, atacaram ferrovias e promoveram rebeliões e atentados contra estrangeiros e missionários cristãos, além de cercar a cidade de Pequim. Incapaz de derrotar os revoltosos, o imperador apelou para tropas internacionais e uma coalizão de forças militares foi organizada para debelar o movimento rebelde.

Todavia, isso não significou o fim da resistência popular e fez surgir um movimento nacionalista de oposição à dominação estrangeira que, em 1911, proclamou a República. Sun Yat-sen se transformou no presidente do país, chefiando o Partido Nacional do Povo (Kuomintang), e apoiado por classes médias urbanas, setores da burguesia chinesa e das Forças Armadas. Entre seus objetivos, estava a modernização da economia, o combate ao controle estrangeiro e o fim dos senhores de guerra, proprietários de terra do interior do país que possuíam exércitos particulares.

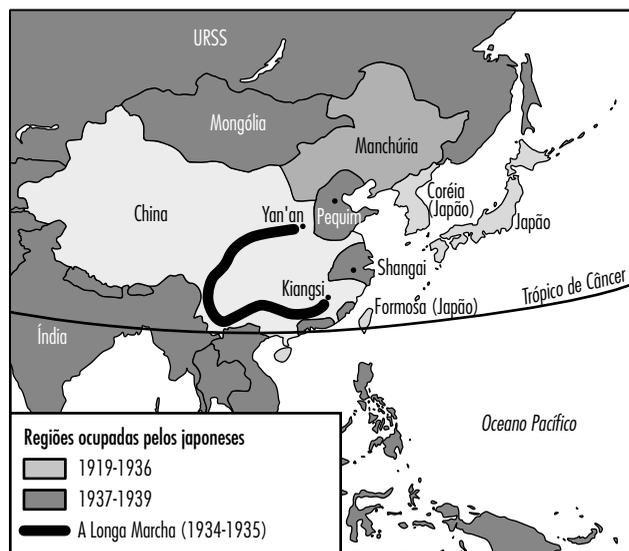
Após a proclamação da república, o governo nacionalista do Kuomintang enfrentou diversas dificuldades, não conseguindo pôr fim ao poder das potências imperialistas ou controlar os senhores de guerra. Por isso, recebeu muitas críticas de diferentes setores sociais, situação que se agravou após o Tratado de Versalhes (1919), que transferiu ao Japão mais vantagens sobre a economia chinesa e originou protestos, ataques e boicotes às mercadorias japonesas. Foi nesse contexto que as ideias comunistas começaram a conquistar adeptos e, em 1921, o Partido Comunista Chinês (PCC) foi fundado.

Num primeiro momento, a maioria dos militantes comunistas vinha de setores intelectuais e médios urbanos. Mas, durante a década de 1920, o partido fez um trabalho de enraizamento entre os operários das maiores cidades chinesas. Com uma postura nacionalista, contrária à dominação estrangeira e defendendo a necessidade de desenvolver o país para superar o atraso, os comunistas não colocavam em primeiro plano uma revolução socialista, mas pregavam uma união com outros grupos nacionalistas.

Isso permitiu uma aproximação com o Kuomintang, concretizada na participação dos comunistas no governo entre 1925 e 1927 e na organização de exércitos conjuntos para lutar contra os senhores de terra chineses e impor o controle do governo republicano em todo o país. Mas, em 1927, Chiang Kai-shek, que sucedera a Sun Yat-sen, organizou um duro ataque aos comunistas, cujo crescimento entre os setores populares era visto como uma ameaça por membros do Kuomintang. A repressão empreendida pelo governo provocou a morte de milhares de militantes comunistas nas principais cidades e obrigou o partido a se encaminhar para uma região rural — Kiangsi — para se reorganizar.

Entre 1927 e 1937, ocorreu uma prolongada guerra civil entre as forças revolucionárias comunistas (os Exércitos Vermelhos) e as forças do governo do Kuomintang e dos poderosos locais. A estratégia do PCC consistia, então, em realizar uma guerra de guerrilhas e conquistar o apoio dos camponeses, submetidos à opressão dos proprietários de terra e em situação de grande pobreza. A partir daí, seria possível estabelecer bases do poder comunista, onde seriam realizadas reformas como a distribuição de terras e a criação de instituições democráticas. E isso se reverteria em maior apoio popular aos Exércitos Vermelhos e maior capacidade para enfrentar os exércitos inimigos.

Mapa da China comunista e o imperialismo japonês (1919–1939)



Em 1934 e 1935, fugindo de um forte ataque dos exércitos do Kuomintang, os comunistas percorreram a pé cerca de 10 mil quilômetros sob a liderança de Mao Tsé-tung, numa campanha que ficou conhecida como a Grande Marcha. Dos 300 mil combatentes comunistas que saíram de Kiangsi, apenas 30 mil chegaram ao final do percurso.

Em 1937, a guerra civil foi substituída por uma aliança militar entre o PCC e Kuomintang para enfrentar a invasão japonesa no país que se prolongou até 1945. Com um inimigo maior, os exércitos vermelhos e nacionalistas se dividiram geograficamente no ataque ao Japão, o que permitiu aos comunistas fortalecer suas posições no norte e nordeste do país. Além disso, a sua determinação na luta contra o invasor aumentou o prestígio do partido entre a população chinesa, principalmente nas cidades. Ao final da Segunda Guerra, as forças do PCC contavam com mais de 3 milhões de combatentes, entre membros dos Exércitos Vermelhos e milícias populares.

Derrotado e expulso o inimigo japonês em 1945, comunistas e Kuomintang, esse apoiado pelos Estados Unidos, voltaram a se enfrentar em uma nova guerra civil. As forças nacionalistas foram derrotadas em várias batalhas pelo Exército de Libertação do Povo (ex-exércitos vermelhos) e, em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China, tornando-se o líder do país. Os partidários do Kuomintang refugiaram-se na ilha de Formosa (Taiwan), onde receberam vultosa ajuda norte-americana durante todo o período da Guerra Fria. Os Estados Unidos estabeleceram um bloqueio econômico à República Popular da China, socialista, e negaram reconhecimento diplomático até a década de 1970.

A União Soviética, então envolvida na reconstrução interna após a Segunda Guerra, manteve-se mais afastada da guerra civil chinesa. Com a revolução comunista vitoriosa, aproximou-se do novo governo oferecendo recursos materiais, técnicos e humanos para a reconstrução do país. Necessitando destes recursos e vendo as portas dos países capitalistas fechadas, a China assinou vários acordos com a URSS. Aspectos do modelo soviético de comunismo foram reproduzidos na China, como a centralização política nas mãos do Partido Comunista, a repressão aos opositores e uma economia planejada e dirigida pelo Estado, com a elaboração, inclusive, de planos quinquenais.

Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 1950, os dois países começaram a apresentar divergências, incluindo disputas de fronteiras. São várias as razões para esse afastamento. Em primeiro lugar, a China discordou dos rumos tomados pelo governo soviético após a morte de Stálin, em 1953, criticando as posições de Krushev e a ideia de coexistência pacífica com os Estados Unidos. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento soviético, baseado na industrialização pesada, implicava a queda no padrão de vida da população camponesa, cuja produção deveria ser direcionada para financiar a industrialização.

Diante dessas questões, o governo chinês buscou construir um caminho próprio para o socialismo afastando-se da URSS. A primeira iniciativa neste sentido foi o programa “O Grande Salto Adiante”, formulado a partir de 1958, que previa os esforços de desenvolvimento também para a agricultura e o campo, colocando em segundo plano o crescimento industrial a qualquer custo. Além disso, a terra foi coletivizada e os camponeses foram reorganizados em comunas populares, com autoridade para organizar a produção agrícola e industrial, a educação, a cultura e a defesa de suas regiões.

Assim, o processo revolucionário chinês apresentou algumas diferenças em relação ao soviético. É o caso do papel dos camponeses como aliados preferenciais, primeiro dos exércitos vermelhos e, depois, do regime comunista. A instalação das comunas populares também indicava um espaço de autonomia local, que diminuía o poder da direção central do governo no processo de tomada de decisões. E, ainda, valorizava a atuação da população, apostando que o conhecimento produzido localmente seria capaz de construir os valores e ideias da sociedade comunista; por isso, não haveria uma distância entre trabalho manual e trabalho intelectual, mas a perspectiva de uma união entre eles.

Essas medidas não foram capazes de garantir um desenvolvimento econômico para o país. “O Grande Salto Adiante” acabou resultando em problemas na organização da economia e, somado a adversidades climáticas no ano de 1960, provocou a fome em algumas regiões e a morte de milhões de pessoas. Todavia, as comunas populares se mantiveram até o fim da década de 1970, estabelecendo um modelo chinês de comunismo que influenciou outros movimentos na Ásia, África e Américas e rivalizou com a União Soviética, com quem a China rompeu relações em 1960.

Na década de 1960, o governo comunista ainda se debatia com graves problemas. A industrialização e a agricultura avançaram, mas não a ponto de alimentar a população chinesa e colocar o país em pé de igualdade com outras nações. Neste contexto, um novo movimento propôs uma mobilização popular que se transformou na Grande Revolução Cultural Proletária, entre os anos de 1965 e 1969. Segundo Mao Tsé-tung, era necessário promover uma mudança radical no campo das artes e cultura, destruindo os “velhos costumes, hábitos, pensamentos e ideias” que estariam impedindo o desenvolvimento do país e a construção de uma sociedade comunista igualitária.

A Revolução Cultural se disseminou rapidamente entre os jovens, que formaram a “Guarda Vermelha” e se guiavam pelas orientações de Mao. Nas cidades, promoveram grandes manifestações e controlaram os meios de comunicação. Mas, de um movimento de crítica, a Revolução Cultural transformou-se num movimento de perseguição e repressão desenfreadas. Uma parte dos dirigentes do partido foi isolada, sob a acusação de se afastar da sociedade e permitir a volta do capitalismo; professores, escritores, jornalistas foram

perseguidos; qualquer ideia que divergisse do que se acreditava ser o pensamento de Mao Tsé-tung era condenada. Conflitos armados aconteceram em várias partes do país entre os partidários da Revolução Cultural e autoridades do partido e governo, incluindo as forças militares. Em fins da década de 1960, o próprio Mao Tsé-Tung acabou por refrear a Revolução Cultural.

Em 1976, com a morte do grande líder, o governo comunista se deparou com a necessidade de escolher seu sucessor e repensar os rumos da revolução. Foi nesse contexto que a política das quatro modernizações começou a ser implantada na China, com a ênfase no desenvolvimento da indústria, agricultura, forças armadas e ciência e tecnologia.

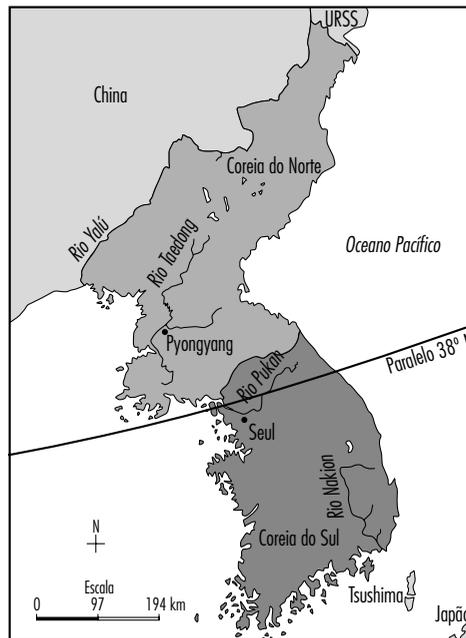
Uma série de reformas e de programas públicos foi implementada desde fins da década de 1970, permitindo o surgimento de atividades privadas na agricultura e comércio e estabelecendo determinadas áreas do país abertas a investimentos estrangeiros (as Zonas Econômicas Especiais – ZEEs – hoje chamadas Zonas de Comércio Aberto). Atraídas por mão de obra barata, baixos impostos e facilidade no envio de lucros para o exterior, muitas empresas se instalaram na China. No campo político, entretanto, manteve-se o regime autoritário e o alto controle da sociedade por parte do Partido Comunista. As reformas econômicas introduzidas propiciaram altas taxas de crescimento, fazendo do país uma nova potência mundial, mas também intensificaram as desigualdades internas, além de provocar graves danos ao meio ambiente.

c) A Guerra da Coreia (1950–1953)

A vitória de Mao Tsé-Tung e do Exército de Libertação do Povo na China, em 1949, teve efeitos imediatos nas relações internacionais. Em primeiro lugar, era mais uma vitória do socialismo na Guerra Fria. Além disso, serviu como um forte estímulo a outros movimentos e partidos comunistas asiáticos, aumentando as tensões no continente. Uma dessas tensões transformou-se em conflito aberto, entre 1950 e 1953. Foi a Guerra da Coreia, primeiro enfrentamento direto entre capitalismo e socialismo ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.

Para compreender essa guerra, devemos voltar alguns anos no tempo. Em 1910, durante o período imperialista, o Japão havia imposto sua dominação sobre a Coreia, mantida até a Segunda Guerra Mundial. No início dos anos 1940, um forte movimento nacionalista se desenvolveu no país, no qual os comunistas se destacaram conquistando grande apoio popular. Com a derrota japonesa, em 1945, EUA e URSS fizeram na Conferência de Potsdam um acordo sobre o futuro da Coreia: exércitos soviéticos ocuparam a parte norte do país, onde foi instalado um regime comunista, enquanto os norte-americanos tomaram conta da região sul e apoiaram um governo capitalista. Confira no mapa a divisão da Coreia após 1945:

Mapa da Coreia



Adaptado de *Atlas histórico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: FENAME, MEC, 1980.

Os exércitos estrangeiros permaneceram no país dividido até o ano de 1948. Com a sua retirada, os conflitos entre as duas Coreias se intensificaram e, em meados de 1950, a parte sul foi invadida por tropas comunistas do norte que defendiam a reunificação do país. A reação dos Estados Unidos foi imediata, aprovando na ONU o envio de uma grande força militar para evitar o avanço do socialismo. Em poucos meses, as tropas lideradas pelos EUA expulsaram as forças comunistas da Coreia do Sul, avançaram sobre o norte e alcançaram as fronteiras chinesas.

Sentindo-se ameaçada, a China enviou grandes contingentes militares e armamentos para apoiar a Coreia do Norte, que também recebeu o reforço da União Soviética. Do outro lado, o presidente norte-americano, Harry Truman, chegou a pensar na possibilidade de utilizar armas nucleares, no que foi dissuadido por Inglaterra e França. Em meados de 1951, os exércitos se estabilizaram e as duas superpotências iniciaram um diálogo para buscar uma solução para a guerra. Em 1953, o conflito terminou com a assinatura de um tratado que reafirmou a divisão do país feita em 1945: ao norte, a República Popular Democrática da Coreia, socialista. Ao sul, a República da Coreia, capitalista. Essa divisão se mantém até os dias atuais, assim como os conflitos entre os dois países.

d) A independência da Indochina e a Guerra do Vietnã:

Na Índia, em 1947, a Inglaterra transferia o controle de sua colônia para os governos independentes do Paquistão e da Índia, após décadas de ações antibritânicas levadas adiante por hindus e muçulmanos. Na China, entre 1946 e 1949, a guerra civil se encaminhava para a derrota do Partido Nacionalista, próximo aos Estados Unidos, e a vitória dos comunistas. A Coreia conquistara a independência, mas, dividida, se envolvia numa guerra entre 1950 e 1953. O cenário asiático se caracterizava por transformações e tensões e, na Indochina, a situação não era diferente.

Durante a Segunda Guerra Mundial, essa colônia francesa foi ocupada pelo Japão e o movimento nacionalista, que já existia antes, fortaleceu-se muito com a participação de diferentes forças políticas. Mais uma vez, os comunistas desempenharam um papel primordial e, quando a guerra teve fim, seu principal líder, o vietnamita Ho Chi Minh, declarou a independência. A recusa francesa em atender as reivindicações dos indochineses provocou uma guerra de libertação que se estendeu de 1946 a 1954, com a intervenção dos EUA ao lado dos franceses e o apoio de URSS e China aos comunistas.

Em 1954, a França foi derrotada na batalha de Dien Bien Phu e reconheceu a independência da Indochina, que se fragmentou em três países: Laos, Camboja e Vietnã. Este último, por sua vez, foi dividido em dois: a parte norte, socialista e governada por Ho Chi Minh, e a parte sul, com um sistema capitalista. Assim como ocorreu na Coreia, essa divisão resultou em uma longa guerra civil entre as partes socialista e capitalista que se iniciou em fins da década de 1950.

Em meio à Guerra Fria, mais uma vez as superpotências participaram do conflito. O governo capitalista recebeu importante apoio dos norte-americanos, que enviaram mais de 500 mil soldados ao Vietnã e promoveram pesados bombardeios, inclusive de armas químicas, atingindo duramente a população civil. Em fins da década de 1960, a diferença entre o imenso poderio militar norte-americano e os exércitos de Ho Chi Minh despertou um repúdio internacional às ações dos Estados Unidos e a exaltação à resistência do povo vietnamita.



Foto tirada por Ronald L. Haeberle, fotógrafo do exército norte-americano, na Guerra do Vietnã, em sua câmera pessoal, em 16/03/1968, logo após o massacre de My Lai, mostrando em grande maioria mulheres e crianças mortas na estrada. O massacre foi perpetrado por tropas americanas, como forma de minar o apoio que comunidades camponesas forneciam aos guerrilheiros comunistas.

Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:My_Lai_massacre.jpg

Dentro da própria sociedade norte-americana, a condenação ao envolvimento na guerra aumentou muito. Transmitidas pela TV, as imagens dos caixões que traziam os corpos dos soldados mortos no Vietnã foram um poderoso aliado contra a guerra. A partir de 1973, o governo dos Estados Unidos ordenou a volta de seus exércitos. O conflito se estendeu até o ano de 1975, com a vitória do norte e a unificação do país sob o regime comunista; em 1976, surgiu a República Socialista do Vietnã.



Crianças no bombardeio no Vietnã.

Fonte: Imagem feita pelo fotógrafo Huynh Cong "Nick" Ut, da Associated Press.

A DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

Assim como na Ásia, as independências dos países africanos ocorreram a partir de diversas formas de luta, que encontraram também nos colonizadores europeus diferentes formas de reagir às mesmas.

Segundo os historiadores Luiz Arnaut e Ana Mônica Lopes, é possível identificar três fases no processo de libertação africana. Começando em 1945 e estendendo-se até o ano de 1962, a primeira fase se caracterizaria por uma forte inspiração da luta indiana — não violência e desobediência civil — e pela conquista da independência através de acordos entre metrópoles e colônias. A partir da independência de Gana (ex-Costa do Ouro, de domínio inglês), em 1957, este país tornou-se um foco de liderança para as lutas de independências no continente, que se multiplicaram no ano de 1960.

Na segunda fase, compreendida entre 1962 e 1975, as independências foram alcançadas após violentas guerras que opuseram guerrilhas de libertação e exércitos metropolitanos. Essa foi a experiência das colônias portuguesas, principalmente Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, que enfrentaram os militares portugueses entre o início da década de 1960 e o ano de 1974. Outra característica dessa fase foi a filiação socialista dos movimentos guerrilheiros, o que, mais uma vez, levou à intervenção de potências estrangeiras como EUA, URSS, China, Cuba (já sob regime comunista) e a África do Sul, controlada pela minoria branca.

Por fim, após 1975, os autores apontam a luta contra o colonialismo interno do continente, com a libertação de países como a Namíbia e o Zimbábue, no sul da África, cujas populações negras eram submetidas à segregação racial imposta pela minoria branca. Em ambos os casos, a história da Namíbia e do Zimbábue esteve diretamente ligada à luta dos negros sul-africanos contra o sistema de segregação vivido em seu país.

Neste país, a minoria branca implantou, no início do século XX, um sistema de segregação que ficou conhecido como "apartheid" e garantiu sua dominação sobre a população negra. As leis que formaram o apartheid delimitavam as terras nas quais os negros poderiam viver, deixando a maior parte das propriedades nas mãos dos brancos. Isso mantinha a população negra em extrema miséria, tendo que servir como mão de obra para a minoria branca para sobreviver. Os negros

eram também obrigados a obter um passaporte que controlava sua locomoção dentro do país. Nas cidades, possuíam os piores empregos e moravam em áreas delimitadas — os guetos.

A luta dos negros sul-africanos contra a segregação organizou-se desde o começo do século XX, com a fundação em 1912 do Congresso Nacional Africano. A partir da década de 1960, os movimentos de resistência e protesto contra o apartheid cresceram muito dentro da África do Sul. Greves, passeatas e outras manifestações públicas contestavam a segregação racial. Preso em 1963, Nelson Mandela se transformou no principal líder do movimento antiapartheid. Ações de guerrilha e a dura repressão do governo transformaram a segregação racial na África do Sul em uma questão internacional. Sob pressão da opinião pública, nos anos 1980 muitas empresas estabeleceram boicotes comerciais ao país como forma de pressão para o fim do *apartheid*.

:: A Revolução dos Cravos em Portugal e a independência das colônias africanas ::

A ditadura portuguesa do Estado Novo se recusou a negociar a independência de suas colônias, o que acarretou um grande isolamento internacional do país.

Conforme as guerras de libertação se prolongavam em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, o desgaste da ditadura se acentuou. O recrutamento cada vez maior de jovens para as lutas na África, os gastos crescentes que comprometiam as finanças do Estado e as derrotas militares resultaram no crescimento da oposição e provocaram grande insatisfação dentro das Forças Armadas portuguesas.

Em 1973, oficiais militares criaram o Movimento das Forças Armadas e iniciaram as articulações para derrubar o governo. O golpe de estado aconteceu em 25 de abril de 1974 e recebeu grande apoio popular, passando para a história sob o nome de Revolução dos Cravos. Uma das primeiras medidas do novo governo português foi iniciar negociações com os movimentos de libertação africanos, o que se concretizou em acordos de independência em 1974 e 1975.

Internamente, o período revolucionário se estendeu até novembro de 1975, com grande mobilização da sociedade e uma acirrada disputa entre diferentes correntes políticas, com a vitória de setores socialistas moderados e o isolamento dos comunistas. Em 25 de abril de 1976, foi promulgada a nova constituição portuguesa, que garantiu o estabelecimento do regime democrático no país.

Sobre esse período, o músico Chico Buarque compôs a canção "Tanto Mar".



Fonte: arquivo.geledes.org.br

Finalmente, a partir de 1989, foram iniciadas negociações que tornaram legal o Congresso Nacional Africano e levaram à libertação de Nelson Mandela. A ascensão de Mandela ao poder em 1994 por eleição direta e o fim do apartheid trouxeram um forte vento de paz para a África do Sul. O governo de Mandela acabou com todo e qualquer apoio aos grupos que buscavam atacar e desestabilizar os países vizinhos.

A África após a libertação

A conquista da autonomia política não significou a paz nesses países africanos, nascidos em grande parte da luta anticolonial e não de uma construção de fronteiras que fosse fruto da história local. As independências, muitas vezes, marcaram o início de graves conflitos internos na disputa pelo poder. E não era esse o único problema: as fronteiras dos Estados nacionais na África haviam sido forjadas durante a dominação colonial e não traduziam a realidade fragmentada de etnias e povos distintos que habitavam, a partir das independências, um mesmo país. Como construir as unidades nacionais, no meio de tantas diferenças? Só um exemplo: dentro de um país como a Nigéria, habitavam quase duzentos povos falando línguas diferentes!

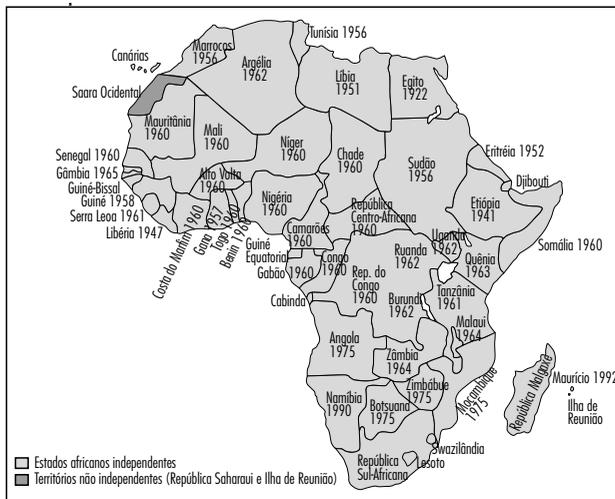
O continente como um todo enfrenta dificuldades de natureza semelhante na atualidade. Guerras civis em que grupos armados disputam o poder e o controle sobre os países africanos mostram que as riquezas que estes possuem podem ser a causa de sofrimento dos que os habitam. Os conflitos causam o deslocamento de populações, massacres e mais miséria. Rivalidades antigas que os poderes coloniais estimularam ou criaram alimentam ódios que acabam sendo transformados em razões para excluir povos da possibilidade de viver em suas terras de origem em paz. Motivos de ordem religiosa ou política são encontrados para justificar ataques. E novos chefes alcançam o poder e o mantêm à custa de autoritarismo e repressão.

No terceiro milênio, os países africanos ainda enfrentam grandes desafios. Em algumas regiões, riquezas específicas têm gerado grande desenvolvimento econômico, mas a pobreza e problemas como epidemias ainda são muito presentes. Mas a história continua...

:: Síntese ::

No período iniciado após a Segunda Guerra Mundial, o movimento de libertação colonial se intensificou na Ásia e África. Esse processo:

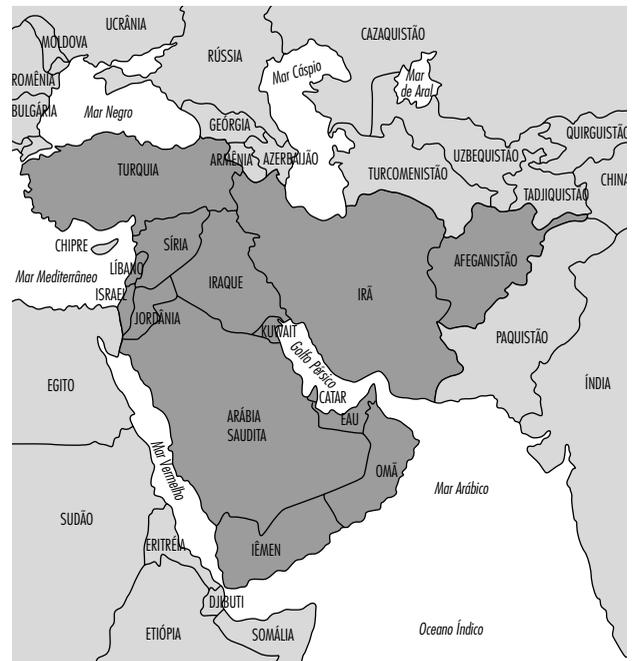
- Desenvolveu-se a partir da organização de movimentos internos em cada colônia, de acordo com a conjuntura atravessada pelas metrópoles após a Segunda Guerra Mundial.
 - Foi marcado pelo surgimento de um pensamento que refletiu sobre as condições específicas dos países da África e Ásia. O socialismo também foi uma forte ideologia que se disseminou entre os movimentos de libertação.
 - Sofreu grande influência das disputas da Guerra Fria.
- O contexto social de muitos países após a libertação foi marcado:
- Pelos os conflitos armados entre grupos políticos e étnicos rivais, com a interferência das superpotências durante a Guerra Fria, que provocaram um grande número de vítimas e graves problemas para a população civil.
 - Por graves problemas econômicos nas últimas décadas, impossibilitando a oferta de melhores condições para a população que vive em condições de extrema miséria.

África: Independências

Fonte: arquivo.geledes.org.br

O ORIENTE MÉDIO NO SÉCULO XX

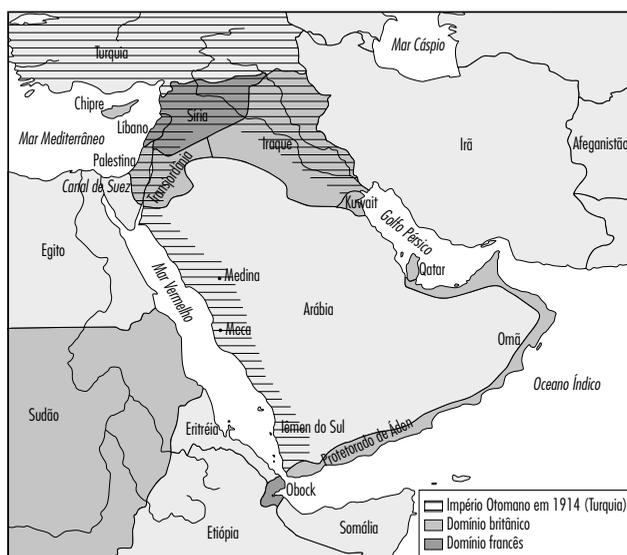
Nos dias atuais, notícias referentes aos países do Oriente Médio são constantes nos meios de comunicação: as revoltas contra governos autoritários, a invasão dos Estados Unidos e seus aliados no Iraque, os conflitos entre palestinos e israelenses, a prosperidade baseada no petróleo de cidades como Dubai. Isso indica que muitos interesses econômicos e geopolíticos estão presentes no Oriente Médio, sem esquecer das questões de ordem religiosa e étnica, originando uma série de conflitos diplomáticos e bélicos. Alguns deles serão enfocados a seguir.

A região do Oriente Médio**A penetração do imperialismo ocidental em princípios do século XX**

Ao iniciar-se o século XX, boa parte das sociedades do Oriente Médio e suas lideranças políticas se encontravam sob a dominação do Império Turco-Otomano. Esse cenário alterou-se após a Primeira Guerra Mundial, quando os turcos, aliados dos alemães, foram derrotados pela Tríplice Entente.

Os tratados feitos após 1918 e a ação da recém-criada Liga das Nações determinaram o fim do Império Turco-Otomano e transferiram à Inglaterra e à França o controle sobre regiões do Oriente Médio até então subordinadas aos turcos. A primeira recebeu, então, o mandato sobre o Iraque, a Transjordânia e a Palestina, enquanto aos franceses coube o mandato sobre o Líbano e a Síria.

Dominação turco-otomana e divisão do Oriente Médio após 1918

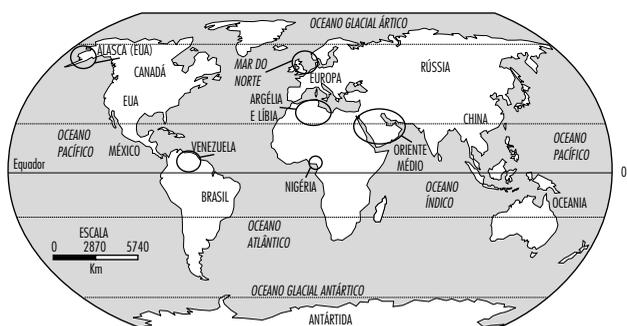


Fonte: Adaptado de G. Duby. *Atlas historique*. Paris: Larousse, 1987.

Além desta expansão do domínio político europeu verificada após 1918, desde o início do século XX ocorreu também uma penetração de caráter econômico. A ação de grandes companhias estrangeiras de petróleo no Oriente Médio (região que detém 60% das reservas mundiais) se intensificou muito e algumas delas conquistaram o controle da exploração do petróleo, fonte de energia com demanda crescente devido ao desenvolvimento da economia capitalista. Com frequência, a atuação das grandes empresas estrangeiras se deu em aliança com elites políticas locais.

Nas décadas seguintes a 1918, uma série de movimentos políticos surgiu no Oriente Médio questionando a dominação estrangeira e defendendo a necessidade de estabelecer governos autônomos e controlar a exploração das riquezas existentes. Esse processo gerou uma nova dinâmica histórica na região, na qual estiveram presentes ideias nacionalistas e de independência, disputas da Guerra Fria, o controle sobre o petróleo e questões religiosas e étnicas.

Áreas e países mais importantes na produção de petróleo



No Oriente Médio, os países mais importantes são Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait, Iraque e Irã.

O nacionalismo árabe e a liderança de Gamal A. Nasser

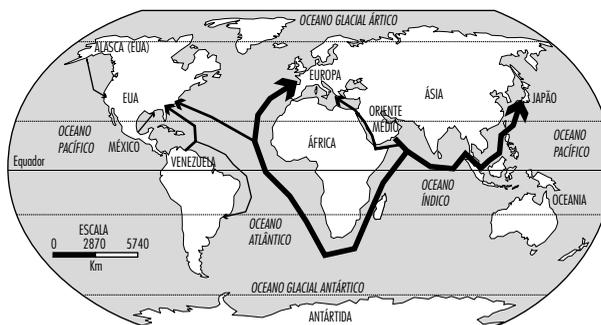
As relações internacionais sofreram profundas alterações após a Segunda Guerra Mundial. A emergência de duas superpotências, EUA e URSS, foi acompanhada de um movimento generalizado de contestação à dominação imperialista que desaguou nas lutas pela independência em Ásia e África. A ideologia nacionalista esteve presente na base deste movimento, mobilizando milhões de pessoas a participar de partidos, sindicatos, guerrilhas, greves, manifestações públicas...

No Oriente Médio não foi diferente, com a articulação de uma corrente de nacionalismo árabe que defendeu a existência de uma identidade comum entre os povos desta origem e a necessidade de articular uma luta conjunta em defesa de seus interesses. Assim, em 1945, foi criada a Liga Árabe, com a participação de Argélia, Egito, Arábia Saudita, Iraque, Jordânia, Iêmen, Síria e Líbia, com o objetivo de construir uma política externa conjunta. É importante ressaltar que esta organização reunia também países africanos, como a Argélia e o Egito, mas excluía países do Oriente Médio como o Irã e a Turquia, cujas populações não têm origem árabe, embora todos tenham em comum a religião islâmica.

Um dos líderes árabes que alcançou maior destaque foi Gamal Abdel Nasser, militar que assumiu o governo do Egito entre 1954 e 1970. Com um projeto de governo modernizador e nacionalista, Nasser adotou medidas para estimular o desenvolvimento econômico egípcio, como a nacionalização de empresas estrangeiras, a reforma agrária e estímulos à industrialização.

Com sua atuação, Nasser acabou por aproximar-se de posturas identificadas ao socialismo e à URSS, abandonando sua posição inicial de não alinhamento na Guerra Fria e dificultando bastante suas relações com os Estados Unidos. Dentro da Liga Árabe, suas ações também despertaram a oposição de governos próximos aos norte-americanos. Foi neste contexto que, em 1956, Nasser nacionalizou o controle do Canal de Suez, que estava em mãos de uma empresa anglo-francesa desde o século XIX e era uma rota fundamental para a economia internacional, incluindo a distribuição de petróleo. Nasser também anunciou a intenção de proibir a passagem de navios israelenses pelo canal e dificultou o abastecimento de petróleo para este país.

Principais rotas marítimas de petróleo



Observe o grande fluxo que sai do Oriente Médio para os Estados Unidos, Europa e Japão.

Se, no interior do nacionalismo árabe, tal medida se reverteu em grande prestígio para Nasser, gerou também uma guerra entre Egito e Inglaterra, França e Israel. O conflito atingiu grande repercussão internacional e foi encerrado após a intervenção e pressão dos Estados Unidos e URSS. A nacionalização do canal foi mantida, com o declínio da influência francesa e inglesa na região. Por outro lado, a lógica da Guerra Fria passou a estar cada vez mais presente no Oriente Médio, com intensa disputa de influência entre norte-americanos e soviéticos.

A criação do Estado de Israel (1948) e a questão palestina

Uma das questões que mobilizou o nacionalismo árabe e originou uma série de tensões no Oriente Médio refere-se à criação do Estado de Israel, na região da Palestina, em 1948, e aos enfrentamentos entre árabes e israelenses recorrentes desde então. Vamos acompanhar a construção deste grande conflito.

Como dissemos antes, após a Primeira Guerra Mundial, o controle da Palestina transferiu-se para os britânicos. Ainda sob dominação turco-otomana, iniciou-se a migração de judeus para a região que se intensificou durante a administração da Inglaterra. Esse fluxo migratório relacionava-se ao fortalecimento do movimento sionista, que defendia a criação de um Estado judeu na Palestina, sua terra de origem. Em 1917, a própria Inglaterra declarou ser favorável à ideia, o que

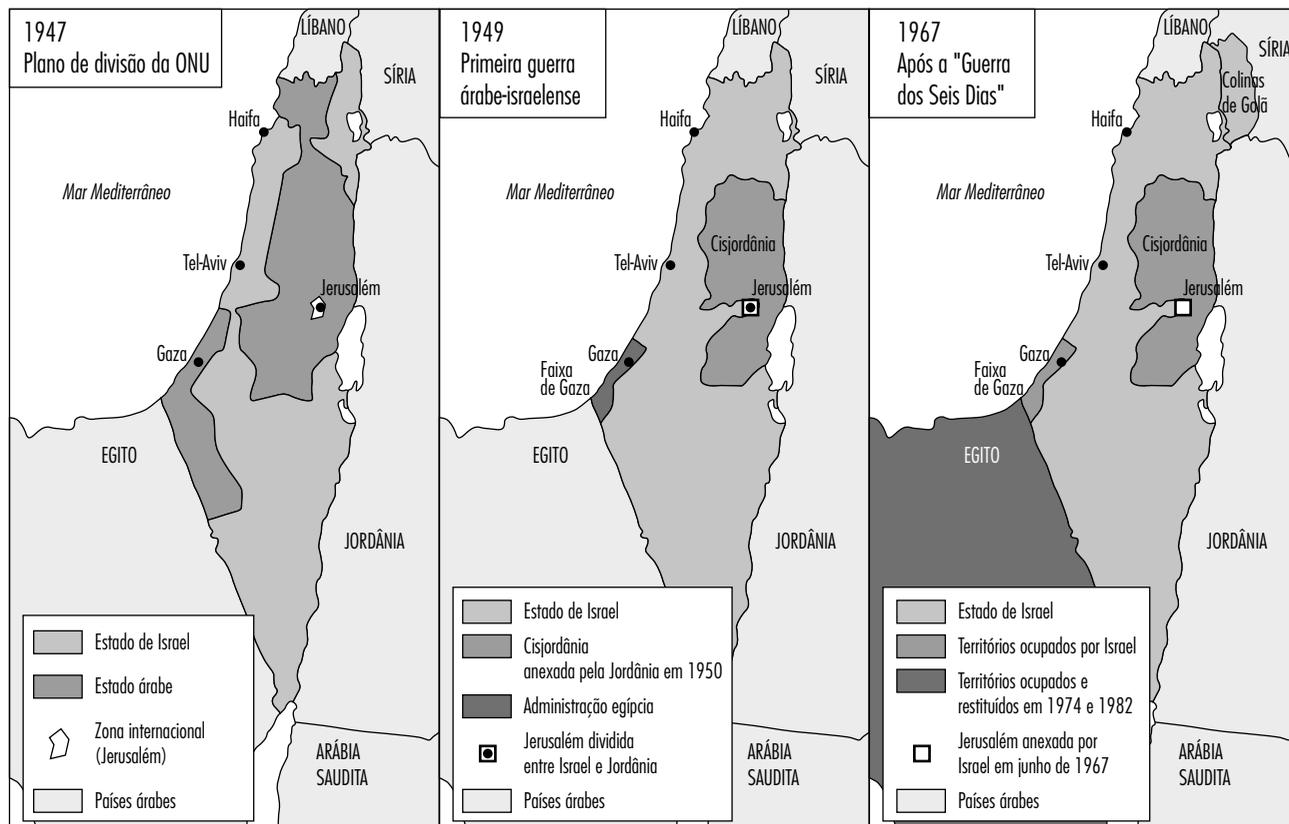
serviu como um forte estímulo à ida de judeus para a região. Diversas colônias judaicas foram criadas em território palestino, o que provocou o surgimento dos primeiros conflitos com os habitantes árabes.

Desde a década de 1930 a convivência entre judeus e árabes era marcada por tensões. Após a Segunda Guerra Mundial, os confrontos armados tornaram-se ainda mais frequentes com o crescente número de judeus que se encaminhavam para a Palestina e o fortalecimento do apoio internacional à criação de um estado judaico. Esses dois elementos se relacionavam diretamente com a perseguição e o extermínio de cerca de 6 milhões de judeus durante o domínio nazista na Europa.

Solicitada a intervir em uma situação já bastante violenta, em 1947 a ONU estabeleceu um plano de partilha da Palestina: uma parte do território formaria o Estado judaico (57%) e outra seria de um Estado árabe (43%). A partilha foi aceita pelos judeus, mas não pelos árabes que viviam na Palestina, por parte da população árabe de outros países e por vários governos árabes.

A determinação da ONU foi mantida e, em 1948, as autoridades e tropas britânicas se retiraram da Palestina. Os judeus, já estruturados em organizações políticas e militares, declararam a criação do Estado de Israel. Imediatamente, ocorreu a primeira das quatro guerras que opuseram países árabes e Israel. Uma breve síntese destes conflitos está no quadro a seguir.

Conflito	Data	Oponentes	Principais eventos
Primeira Guerra Árabe-Israelense	1948—1949	Israel X Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria (Liga Árabe)	<ul style="list-style-type: none"> - Recusa árabe à partilha da Palestina decidida pela ONU. - Vitória israelense na guerra, com extensão de seu território. - Egito toma conta de Faixa de Gaza e Jordânia toma conta de Cisjordânia. - Jerusalém é dividida entre Israel e Jordânia. - População palestina sem território próprio: exílio e criação de campos de refugiados.
Guerra de Suez	1956	Israel (com apoio francês e britânico) X Egito	<ul style="list-style-type: none"> - Nacionalização do Canal de Suez pelo Egito: prejuízos para Israel. - Israel avança e conquista Península do Sinai. - Intervenção dos EUA e URSS para acabar com conflito, com o recuo de Israel sob supervisão da ONU. - EUA (Israel) e URSS (causa árabe) passam a ser as potências mais influentes no OM após o fim do conflito.
Guerra dos Seis Dias	1967	Israel X Egito, Jordânia e Síria	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das tensões: ação armada dos membros da OLP contra Israel, apoio de países árabes à luta palestina, ataques constantes de Israel contra árabes. - Aproximação de Jordânia, Síria e Egito (com apoio da URSS). - Egito: ocupação da península do Sinai e ameaça de fechamento de porto para Israel. - Ataque da força aérea israelense sem aviso prévio: destruição total da força aérea egípcia e derrota dos exércitos árabes. - Israel, com apoio dos EUA, se impõe como principal força militar. Ocupa Península do Sinai (até 1982), Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém e colinas de Golã. - Aumento do exílio dos palestinos e piora das condições de vida nos territórios ocupados por Israel.
Guerra do Yom Kippur	1973	Israel X Egito e Síria	<ul style="list-style-type: none"> - Ataque árabe a Israel no Dia do Perdão. - Reação israelense e avanço contra árabes. - Manutenção das áreas israelenses e assinatura de acordos sob supervisão da ONU, com interferência de EUA e URSS. - Aumento dos preços do petróleo pela OPEP em represália à ação israelense.



Após a guerra do Yom Kippur, o Egito iniciou um diálogo com o governo israelense, que resultou no seu reconhecimento do Estado de Israel em 1978 (acordo de Camp David). Foi o primeiro estado árabe a adotar esta posição, o que provocou a sua expulsão da Liga Árabe. Mas, paulatinamente, outros países árabes iniciaram negociações com Israel. Para esse desfecho, foi fundamental a participação dos Estados Unidos, principal aliado israelense nas relações internacionais.

Durante os conflitos árabe-israelenses, cerca de 1 milhão e 500 mil palestinos foram expulsos ou emigraram para outros países, tornando-se refugiados e sobrevivendo em condições bastante precárias. Com a ocupação dos territórios que seriam do Estado palestino por países árabes e, desde 1967, por Israel, emergiu a chamada Questão Palestina — a ausência de um Estado para a população palestina e o destino dos refugiados (calculados pela ONU em 3,8 milhões em 2000).

Na Faixa de Gaza e na Cisjordânia ocupadas por Israel, desde a década de 1970 foram instaladas muitas colônias judaicas, o que tornou mais complexa a solução para a Questão Palestina. Os palestinos destes territórios não só viviam sob uma série de restrições e controles, com uma economia muito precária, como assistiam ao aumento do número de israelenses, principalmente na Cisjordânia, onde os judeus construíram novas cidades e estabeleceram atividades econômicas nas terras que deveriam pertencer ao Estado palestino.

A partir da década de 1950, os palestinos e seus aliados fundaram organizações para recuperar os territórios ocupados por Israel e promover a volta dos refugiados para um Estado palestino — reivindicações que se mantêm até hoje. A mais importante foi a Organização para a Libertação da Palestina (OLP),

criada em 1964 e liderada por Yasser Arafat, que adotou a luta armada como meio de combate a Israel.

A OLP se organizou fortemente nos territórios palestinos ocupados por Israel e em Estados vizinhos, como a Jordânia e, depois, o Líbano. Outras organizações palestinas ou árabes foram criadas, adotando também a luta armada como forma de combate a Israel e atuando em países vizinhos. Daí o envolvimento de outros países nos conflitos entre palestinos e israelenses.

Em 1987, os palestinos que viviam nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza iniciaram um movimento de revolta e protesto contra Israel conhecido como "Intifada" (que, em árabe, significa "revolta das pedras"). Esse nome foi dado porque, nas manifestações diárias, os jovens palestinos lançavam pedras contra os soldados israelenses, fortemente armados. Este movimento adquiriu uma grande expressão em todo o mundo, reforçando a urgência de solucionar a questão palestina.

Os conflitos pareceram mais próximos de uma solução durante o final dos anos 1980 e início da década seguinte, quando a OLP e o governo israelense iniciaram negociações. Mais uma vez, a mediação dos Estados Unidos foi fundamental nesse processo, exercendo pressão sobre Israel para que este reconhecesse a OLP. Ao mesmo tempo, a organização palestina deveria reconhecer a existência do Estado de Israel, o que foi feito em 1988. Os passos seguintes foram dados através de acordos que previam a criação gradual de um Estado palestino independente; em 1995, Yasser Arafat foi eleito presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), que deveria administrar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, mas que não configurava, ainda, um Estado independente e autônomo pois Israel manteve sua presença militar.

Nos anos seguintes, o processo de paz enfrentou vários obstáculos por parte de israelenses e palestinos e, atualmente, a região voltou a ser palco de muitas tensões. Os ataques de grupos armados a civis em Israel intensificaram o medo e ódio aos palestinos e fizeram crescer o apoio da população israelense a grupos políticos e religiosos contrários a uma solução pacífica e negociada e à criação de um estado palestino.

Ao mesmo tempo, as violências e restrições impostas por Israel à população palestina, que aumentam a miséria e a falta de perspectivas, estimularam o crescimento do terrorismo e o ódio aos judeus. Movimentos como o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) e o Jihad Islâmico, que não reconhecem o estado de Israel e utilizam formas de ação violentas, conforme o ciclo de violência se reproduz e a força bélica israelense se impõe sobre os palestinos.

Numa região marcada pela guerra e atentados terroristas, em 2004 o governo israelense iniciou a construção de um muro para separar as áreas habitadas por palestinos de Israel e controlar ainda mais rigidamente essa população. Apesar da condenação dessa iniciativa pela Corte Internacional de Justiça da ONU, a construção do muro prosseguiu, dificultando o diálogo entre os dois povos.

As guerras no Oriente Médio

Além da Questão Palestina, o controle sobre o petróleo e movimentos religiosos têm produzido uma série de tensões e conflitos armados no Oriente Médio. Devido às enormes reservas de petróleo, muitos Estados capitalistas interferiam diretamente nas disputas políticas e nos conflitos armados na região. Ao mesmo tempo, a existência de governos liderados por chefes religiosos em alguns países e a crítica ao Ocidente também motivaram interferências externas em disputas regionais.

Tomemos o caso do Irã para ilustrar os processos indicados acima. Durante a primeira metade do século XX, as potências estrangeiras agiram com grande liberdade no país, explorando as grandes reservas petrolíferas existentes. Na década de 1950, um novo governo nacionalizou a indústria do petróleo, mas foi derrubado por um movimento político que recebeu apoio dos Estados Unidos e instalou o governo da Dinastia Pahlevi.

Em 1979, grandes manifestações populares chefiadas por líderes religiosos xiitas levaram à deposição do Xá Reza Pahlevi, cujo governo se caracterizou por uma maior proximidade com a cultura ocidental e com os Estados Unidos. Esse movimento ficou conhecido como Revolução Iraniana e resultou na instauração da República Islâmica do Irã, tendo à frente do governo o líder religioso Aiatolá Khomeini, condenou as influências ocidentais e a aproximação com os Estados Unidos. Apesar de encontrar resistência em alguns grupos da população, o governo iraniano segue, até os dias atuais, ligado estreitamente ao Islã, com grande influência dos líderes religiosos.

a. Guerra Irã – Iraque (1980-1988)

A vitória da Revolução Iraniana alterou as relações internacionais na região. Por um lado, provocou instabilidade do petróleo, cujo preço subiu muito em decorrência das mudanças políticas. Além disso, o regime dos aiatolás era antiocidental, antiamericano e antisoviético; condenava publicamente a influência do governo e da cultura dos EUA entre os muçulmanos e a invasão

do Afeganistão pela URSS, ocorrida em 1979. O novo governo iraniano também serviu como inspiração e estímulo para outros movimentos sociais islâmicos no Oriente Médio, contrários à presença ocidental e de base religiosa.

Neste cenário, podemos entender o apoio que soviéticos, norte-americanos e alguns governos árabes deram ao Iraque, país vizinho ao Irã, na guerra iniciada em 1980 e que se estendeu até 1988. O conflito acabou sem um vencedor e deixou os dois países muito enfraquecidos em termos econômicos. Ao final, a Revolução Iraniana se manteve e a situação precária do Iraque acabou gerando um novo conflito.

b. Guerra do Golfo (1991)

No Iraque, a liderança política estava nas mãos de Saddam Hussein, cujo governo sunita era pouco influenciado pela religião. Buscando recuperar-se economicamente da guerra contra o Irã e esperando o apoio de antigos aliados, em 1990 Saddam Hussein invadiu o vizinho Kuwait, sob acusações de que o governo desse país prejudicava o comércio iraquiano de petróleo e contestando as fronteiras entre os países. Esse conflito ameaçava diretamente as grandes potências econômicas e, imediatamente, os Estados Unidos lideraram uma coalizão de tropas da ONU que forçou a desocupação do Kuwait pelos exércitos invasores e bombardeou pesadamente o Iraque em 1991.

Após a derrota iraquiana, sanções econômicas impostas ao país durante a Guerra do Golfo foram mantidas e a ONU impôs a obrigatoriedade do país receber missões de cientistas para fiscalizar a produção de armas químicas e biológicas.

c. Invasão liderada pelos EUA ao Afeganistão (2001) e ao Iraque (2003)

Durante a década de 1990, muitos atentados terroristas foram praticados por diferentes grupos islâmicos em várias partes do mundo. O “11 de setembro” foi o mais importante e teve como alvo símbolos do poder econômico e militar norte-americano: o World Trade Center, em Nova York — conjunto de prédios onde funcionavam sedes de importantes empresas — e o Pentágono, em Washington — centro de inteligência das forças armadas.

As evidências apontavam como responsáveis pelos ataques a organização Al Qaeda, liderada pelo milionário saudita Osama Bin Laden, e o regime Talibã do Afeganistão, que lhe dava abrigo. Apoiado na grande comoção mundial, o governo de George W. Bush declarou a “guerra ao terror”. O primeiro alvo foi o Afeganistão, onde se acreditava que Osama Bin Laden estaria escondido. Os ataques tiveram início em outubro de 2001. Milhares de refugiados afegãos buscaram abrigo, principalmente, no vizinho Paquistão.

Em novembro do mesmo ano, os Estados Unidos conseguiram derrotar o Talibã. Livre do rigoroso regime que impunha severas leis sobre a população, em especial às mulheres, o Afeganistão ainda não conseguiu encontrar a paz. Os talibãs ainda têm grande força e conflitos armados e atentados contra civis ainda são parte do cotidiano da população afegã.

Em 2003, os Estados Unidos voltaram suas baterias contra o Iraque. As justificativas para a invasão basearam-se em duas acusações que não se confirmaram: de que o país apoiava grupos terroristas que atacavam os Estados Unidos e desenvolvia armas químicas e biológicas com grande poder de destruição. Com o apoio, principalmente, da Inglaterra, tropas norte-americanas invadiram o

país, depuseram Saddam Hussein e iniciaram uma ocupação que se estende até os dias atuais. O antigo ditador iraquiano foi preso, julgado e condenado à morte, sendo enforcado em 30 de dezembro de 2006.

Segundo os líderes dos Estados Unidos, seu objetivo é estabelecer um regime democrático na região, o que está sendo articulado através da organização de um governo chefiado por iraquianos e da realização de eleições. Todavia, o que se vê após a invasão norte-americana é uma imensa destruição no Iraque: importantes órgãos e empresas foram bombardeados, cidades praticamente destruídas e uma grande violência tem marcado o cotidiano da população.

Segundo documentos militares norte-americanos que vieram a público em 2010, mais de cem mil iraquianos morreram desde a invasão e há fortes indícios da prática de ações ilegais como tortura e assassinatos. Por outro lado, a desarticulação do governo anterior aumentou as tensões entre os sunitas e xiitas e fez surgir uma série de grupos armados, dificultando a construção de um governo nacional e levando à prática cotidiana de atentados à bomba e sequestros, entre outras violências.

Após o 11 de setembro, novos atentados praticados por terroristas islâmicos ocorreram na Indonésia, Turquia, Espanha e Inglaterra, provocando centenas de mortes. As ameaças de novos ataques estão sempre presentes, intensificando o medo em vários países e aumentando a intolerância em relação à população árabe e muçulmana.

Ao mesmo tempo, os conflitos da Questão Palestina e a atuação das potências ocidentais no Oriente Médio levam ao fortalecimento dos grupos terroristas islâmicos, que exercem uma forte atração sobre os mais jovens. O fundamentalismo islâmico se transformou no meio de construir uma identidade própria e denunciar aquilo que os muçulmanos consideram injusto: o apoio que países ocidentais dão às ações israelenses, a imposição da dominação americana no Iraque, a discriminação e os maus-tratos aos muçulmanos. O mundo é um lugar muito menos seguro atualmente e a intolerância cresce a cada dia.

:: Síntese ::

Nas primeiras décadas do século XX, a história do Oriente Médio foi marcada pela dominação política estrangeira e pela penetração do capitalismo internacional, ligada à exploração das imensas reservas de petróleo da região. Após a Segunda Guerra Mundial, os principais processos históricos se relacionam:

- Ao fim da dominação estrangeira e à emergência do nacionalismo árabe, que defendeu a união dos Estados habitados por povos desta origem e originou diversos movimentos políticos que combateram a penetração do capital internacional na região;
- À criação do Estado de Israel e às guerras árabe-israelenses, que originaram um ambiente de tensão e enfrentamento vigente até os dias atuais em torno da ausência de um estado para a população árabe da Palestina;
- Às guerras entre os países da região, de caráter econômico e religioso, e às intervenções estrangeiras a partir de ataques terroristas realizados por grupos fundamentalistas islâmicos.

O FIM DA GUERRA FRIA

No início deste capítulo, discutimos as rivalidades políticas, econômicas e ideológicas entre Estados Unidos e União Soviética. Defendendo dois sistemas diferentes — capitalismo e socialismo — esses países se enfrentaram durante mais de 40 anos, na chamada Guerra Fria.

Também dissemos antes que a Guerra Fria alternou momentos de extrema tensão, como no caso da Guerra da Coreia, e períodos em que norte-americanos e soviéticos estabeleciam negociações diplomáticas. A década de 1970 foi um desses momentos em que o diálogo entre as superpotências parecia possível, mas a situação se deteriorou rapidamente nos anos seguintes.

Um dos marcos dessa mudança de rumos foi a eleição do candidato republicano Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos, em 1980, cujo discurso apresentava um forte teor anticomunista. As relações entre os dois países foram se tornando mais tensas e baseadas no enfrentamento. A invasão do Afeganistão pelo exército soviético, em 1979, só fez aumentar os conflitos entre as nações, levando os Estados Unidos a decretarem uma série de sanções econômicas à União Soviética. Por fim, os americanos ainda aumentaram seus arsenais bélicos e lançaram novos projetos militares muito caros. E na URSS, o que acontecia neste momento?

Crise e dissolução da União Soviética

Se voltarmos ao que discutimos sobre a construção do regime comunista a partir da Revolução Russa de 1917, podemos identificar algumas características acerca da sociedade soviética:

- em termos econômicos, o controle e centralização do Estado eram totais. A propriedade era coletiva e os funcionários estatais tomavam todas as decisões concernentes às atividades produtivas. Apesar do estabelecimento de indústrias de base, a produção econômica nunca atendeu plenamente às necessidades da população no que se refere aos bens de consumo leve e o setor agrícola permaneceu com níveis de produtividade inferiores às suas capacidades.
- em termos sociais, ocorreu um intenso processo de urbanização, diretamente relacionado ao crescimento da economia industrial. Os níveis de educação básica e superior aumentaram muito.
- em termos políticos, os partidos e organizações políticas eram proibidos, com exceção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que concentrava o poder político e monopolizava os cargos na burocracia pública. Os principais funcionários do partido e do Estado possuíam um padrão de vida melhor do que o da população e, muitas vezes, eram os únicos a ter acesso a países estrangeiros.
- em termos culturais, a população soviética vivia sob fortes restrições pois os meios de comunicação pertenciam ao Estado e sofriam censura, assim como as editoras de livros. Informações vindas do exterior também eram controladas pela burocracia, que buscava selecionar aquilo que chegaria ao conhecimento da população.

Foi nesse cenário que ocorreu a escolha de Mikhail Gorbatchev, em 1985, para secretário-geral do Partido Comunista, ou seja, o dirigente máximo da União Soviética, com uma proposta de reformar o regime e as relações com os Estados Unidos. A partir desse momento, o mundo comunista se transformaria; e a Guerra

Fria começaria a acabar.

Uma das primeiras medidas de Gorbachev foi propor que União Soviética e Estados Unidos iniciassem negociações para estabelecer limites à produção de mísseis nucleares e um programa de desarmamento — ou seja, a desmontagem dos arsenais já existentes. A proposta do líder soviético foi muito bem recebida pela comunidade internacional, pois sinalizava a diminuição das tensões da Guerra Fria.



Presidente Reagan e General Secretário Gorbachev assinando o Tratado INF (Intermediate-Range Nuclear Forces) na Casa Branca, 8/12/1987.
Fonte: White House Photographic Office. National Archives and Records Administration ARC Identifier 198588, courtesy Ronald Reagan Presidential Library. Disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Reagan_and_Gorbachev_signing.jpg (acesso 03/04/2008).

Seus objetivos, com essa proposta, não eram de somente conquistar uma proximidade com os norte-americanos. O desenvolvimento tecnológico e econômico soviético apresentava problemas desde a década de 1970, não conseguindo mais acompanhar o ritmo dos países capitalistas — em plena Terceira Revolução Industrial. Por isso, não havia como manter uma competição com os Estados Unidos em termos de armamento nuclear. Isso custaria muitos recursos materiais e tecnológicos, que a União Soviética não possuía.

Assim, a estratégia do líder soviético em buscar outro tipo de relação com os Estados Unidos era uma forma de não agravar os problemas da economia de seu país. Em 1988, a retirada dos soldados soviéticos do Afeganistão parecia confirmar os entendimentos entre as duas potências.

Ao mesmo tempo em que iniciava um diálogo com os Estados Unidos, o governo de Mikhail Gorbachev anunciou dois projetos de reformas na União Soviética. Um era a *glasnost* e outro a *perestroika* — duas palavras russas que significam “transparência” e “reestruturação”.

A *glasnost* partia de uma visão que apontava os problemas da organização política e social soviética: a sociedade era controlada pelos funcionários do Estado e a participação da população era mínima nas decisões governamentais. O controle dos meios de comunicação e as restrições à liberdade de expressão impediam o surgimento de novas lideranças, novas ideias, novas propostas. Por tudo isso, a sociedade se afastava cada vez mais dos seus líderes e acumulava críticas e insatisfações com o governo comunista.

A proposta era, então, permitir uma abertura do regime de forma que a sociedade tivesse condições de se colocar, se organizar, se manifestar. E, a partir do primeiro momento em que perceberam um maior espaço para discussão, diversos grupos — políticos, trabalhadores, jovens, religiosos, intelectuais — começaram a opinar publicamente. Após um longo tempo de controle por parte

do Estado, o mínimo espaço de liberdade permitido era muito valorizado pela população e as discussões e contestações ao regime se multiplicaram. A realização de eleições com mais liberdade era também um elemento importante nessa busca por transparência.

A *perestroika* referia-se a mudanças na economia. Como foi dito acima, desde a década de 1970 a economia soviética apresentava taxas cada vez menores de crescimento. Uma das explicações para essa dinâmica era a excessiva centralização pela burocracia, responsável por uma série de decisões que, muitas vezes, não resolviam problemas locais enfrentados pelas indústrias e impediam o crescimento da produção. Em termos tecnológicos, o país também perdia impulso, tornando-se incapaz de garantir o avanço da economia.

Uma terceira razão para a estagnação da economia soviética era o desinteresse total dos trabalhadores, uma vez que tinham pouca participação na administração das empresas e em seus resultados. Todas as metas de produção eram determinadas pelos funcionários do Estado, bem como os salários. Esses fatores desestimulavam totalmente os trabalhadores, que apresentavam um alto nível de absenteísmo — falta nos dias de trabalho —, desinteresse e apatia.

Diante desses problemas, uma das propostas de reforma era dar maior autonomia para que as empresas cuidassem de sua administração, permitindo maior participação de seus funcionários. Além disso, previa-se a possibilidade de surgimento de atividades privadas e maior abertura ao exterior. Isso tudo produziria uma reestruturação da economia.

Tanto a *perestroika* quanto a *glasnost* foram recebidas com muito entusiasmo pela população soviética. Gorbachev era visto como um grande líder, dentro e fora do país. Mas ninguém poderia pensar, em 1986 e 1987, que ele perderia rapidamente o apoio popular e, em poucos anos, a URSS deixaria de existir.

Um primeiro aspecto que devemos considerar para entender a crise que levou ao fim da União Soviética é a oposição que Gorbachev encontrou dentro do PCUS. Suas reformas, se iam ao encontro dos anseios da sociedade, ameaçavam o poder de muitos grupos importantes. Havia os setores militares ligados à produção bélica e aos serviços de espionagem, que conquistaram posições importantes por conta dos conflitos da Guerra Fria — e cuja importância se reduziria se as disputas diminuíssem.

Os burocratas que controlavam a administração da economia também perderiam poder com as reformas, além de serem ameaçadas as vantagens materiais que possuíam como importantes autoridades. Dessa forma, as divisões dentro do Partido Comunista eram um desafio para Gorbachev, que passou a sofrer oposições internas fortes.

Porém, as maiores contestações e críticas vieram da sociedade e das repúblicas que formavam a União Soviética, uma vez que as mudanças concretas caminhavam mais devagar do que o esperado. Desde o anúncio da *glasnost* e da *perestroika*, a população se organizou e se mobilizou através de novos jornais, associações profissionais, religiosas, de estudantes para debater e participar do processo de reformas. O governo Gorbachev se viu, então, diante de muitas demandas que vinham de diferentes setores sociais. Seu sucesso dependia da sua capacidade de promover as mudanças e atender aos anseios da população e foi neste processo que a crise econômica, política e militar se instalou no país.

Muito deveria ser feito para permitir a volta de atividades econômicas privadas, para propiciar uma maior participação das empresas no planejamento econômico,

para democratizar o Estado. O caminho para isso, entretanto, não estava definido; não havia um plano para guiar as reformas. Como descentralizar as decisões econômicas e, ao mesmo tempo, garantir o abastecimento da população num território tão vasto? Como permitir o retorno de atividades privadas se os salários e os preços eram determinados pelo Estado? Caso os preços fossem liberados, haveria uma inflação que comprometeria o poder de compra da população?

Enquanto o governo buscava decidir os próximos passos, as pressões populares aumentavam, e as insatisfações se acumulavam publicamente, intensificando-se nos anos de 1988 e 1989. Nesse processo de discussão pública, novas lideranças surgiram na cena política, contestando as ações de Gorbachev. Uma das lideranças mais importantes foi Boris Yeltsin, militante do PCUS, que construiu seu discurso na defesa da *perestroika* e denunciando as resistências internas do partido às mudanças. Apesar das insatisfações, Gorbachev foi escolhido presidente da União Soviética em 1989 pelos membros do Congresso dos Deputados do Povo, formado a partir de eleições nas quais houve grande mobilização popular e maior liberdade para as candidaturas.

Após essa eleição, os conflitos se aprofundaram e a liderança de Gorbachev foi duramente contestada. As greves de trabalhadores, agora permitidas, se multiplicaram; houve uma crise marcada pela escassez de alimentos e crescimento do mercado negro, enquanto o governo não conseguia controlar a situação econômica.

Os problemas do governo se intensificaram com o fortalecimento dos movimentos nacionalistas surgidos nas diferentes repúblicas que compunham a União Soviética. Quando o governo soviético, em 1985, passou a permitir maior liberdade de organização e crítica, muitos movimentos surgiram nas repúblicas denunciando a imposição da autoridade e cultura russas. A acusação era de que a União Soviética foi construída em cima da liderança da Rússia sobre as outras nações, que não tiveram suas características culturais, religiosas e políticas respeitadas e foram obrigadas a se subordinar aos objetivos e estratégias estabelecidos pelos russos. No ambiente mais aberto da *glasnost*, surgiram vários movimentos nacionalistas nas repúblicas. O primeiro passo foi reivindicar que leis votadas internamente em cada república fossem superiores às leis da União. O segundo passo foi declarar a secessão em relação à URSS.

O ano de 1990 marcou o início das lutas pelas independências, que se sucederam rapidamente no ano seguinte, apesar dos esforços do governo soviético em manter unidas as repúblicas. A URSS se dissolvia e, com ela, a liderança de Mikhail Gorbachev. Em 1991, as primeiras eleições diretas da história da Rússia deram o poder a Boris Yeltsin, que reivindicou de imediato a autonomia do país em relação à União Soviética.

Com a saída da Rússia, muito pouco poder sobraria nas mãos de Gorbachev. A última tentativa de manter a URSS surgiu de um golpe de Estado articulado por setores militares antirreformas, mas que não obteve sucesso pela oposição popular liderada por Boris Yeltsin. Em dezembro de 1991, Gorbachev renunciou ao cargo de líder máximo da União Soviética, que já não existia. Leia a seguir um trecho de reportagem publicada no Jornal *Folha de São Paulo*.

“Acabou a União Soviética”

(Jaime Spitzcovsky, Moscou, 26.08.1991)

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), criada em 1922 como fruto da revolução bolchevique de 1917, não existe mais. A Bielorrússia, tida como uma das repúblicas mais fiéis a Moscou entre as

15 que compunham o mosaico soviético, declarou ontem a independência. A Ucrânia, a segunda mais importante, anunciou que assume o controle das tropas soviéticas em seu território e que vai criar suas Forças Armadas.

Boris Ieltsin, homem-forte da URSS e presidente da Rússia — que já decretou sua soberania —, defendeu a troca do Conselho da Federação por um Conselho de Segurança, o que equivale a transformar a união em confederação.

(...) O esfacelamento da URSS se acelerou com o fracasso do golpe conservador contra Gorbachev, o que desencadeou uma ofensiva contra o comunismo no país. Ontem na TV, ele disse: “Há uma semana, existia um país. Esta semana é completamente diferente.” O marechal Serguei Akhromeiev, seu assessor militar e acusado de apoiar o golpe, se suicidou. Deixou uma mensagem: “Tudo a que dediquei minha vida se destruiu.”

Em poucos anos a superpotência ruiu, para espanto de todos. E, com ela, a Guerra Fria. As disputas militares, políticas, econômicas e ideológicas que caracterizaram esse período perderam o sentido. Para alguns, o fim da União Soviética mostrou a superioridade do projeto de sociedade capitalista e liberal diante da proposta socialista. Nesse sentido, restava às repúblicas que formaram a União Soviética implementar reformas para estabelecer internamente a economia capitalista e o regime democrático. Essa mudança, todavia, não foi tranquila e bem-sucedida.

Mapa Pós-União Soviética



Até os dias atuais, muitos desses países enfrentam graves problemas políticos e econômicos. Em alguns deles, as disputas entre diferentes grupos políticos provocaram muita instabilidade e mudanças de governo que ocasionaram, inclusive, conflitos armados. Em termos econômicos, a transição para a economia capitalista levou, num primeiro momento, a uma desorganização da produção. Desemprego, escassez de alimentos, aumento do mercado negro, dificuldade no pagamento das pensões a aposentados e inflação foram alguns dos males sofridos pela população das ex-repúblicas soviéticas com o estabelecimento da economia de mercado. A privatização dos bens do Estado — que incluíam todas as empresas, fábricas, terras, moradias — foi feita pelos próprios burocratas que

os administravam durante o regime comunista, com pouco controle por parte da sociedade. Por isso, muitos se apossaram de imensas riquezas públicas ou as transferiram para empresas privadas nacionais ou internacionais, causando enormes prejuízos para os países.

Atualmente, entre as ex-repúblicas soviéticas, a Rússia alcançou uma posição importante no cenário mundial devido às suas imensas riquezas minerais, extenso território, capacidade militar e importância estratégica na Europa e Ásia. Adquiriu uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU — que anteriormente pertencia à União Soviética —, mas enfrenta enormes dificuldades sociais, problemas diplomáticos com as antigas repúblicas soviéticas e movimentos separatistas.

Dez anos depois, o fim da União Soviética na opinião dos ex-soviéticos

O colapso da URSS abriu as portas do mundo para mim, e toda vez que me lembro (do colapso) me conscientizo mais de como o mundo está hoje aberto. Peter Bares, Estônia

O colapso da URSS desmontou todas as nossas vidas. Há anos que não conseguimos ver nossa filha, que vive em uma ex-república soviética vizinha a nosso país. Boris Kuzmin, engenheiro, Quirguistão

Minha vida não era ruim nos tempos soviéticos, mas quando o país entrou em colapso eu realmente senti que era um homem livre. Ninguém mais poderia decidir por mim o que queria ou o que eu devia fazer. O fim da URSS abriu as portas de um mundo para mim e, embora não tenha planos de deixar a Estônia, sei que o mundo está aberto. Peter Bares, 42, Tallinn, Estônia

Nós costumávamos ter a garantia de aposentadoria para todos, não importa quem você fosse. É claro que as pessoas devem ter o direito de viajar para outros países, mas nossa rede de benefícios sociais ruuiu. E os mais idosos são as pessoas que mais sofrem. Dmitrii P., 75, ex-professor aposentado, Letônia

No ano passado meus ídolos da infância, os Pet Shop Boys, estavam fazendo uma turnê e se apresentaram em Vilnius — um exemplo de como a Lituânia se abriu para o mundo. Hoje, os lituanos hoje não precisam mais de vistos para viajar pela Europa. Eu e meus amigos já fomos a concertos em diferentes capitais europeias. Nos tempos soviéticos, nem sonhávamos em ter essas oportunidades. Igoris Kofas, 26, cantor de rock, Lituânia

Eu não sou político, e eu não quero julgar o que foi certo ou errado. Mas sinto falta da URSS. Era, de alguma forma, mais fácil naqueles tempos. A vida era mais doce e mais fácil de entender. E eu também estou triste porque tenho amigos na Rússia, nos países bálticos e no Cazaquistão. Agora é mais difícil vê-los. Eu não vejo há anos parentes que tenho no Cazaquistão, ou porque não tenho dinheiro ou visto para entrar no país. Zoya Ivanovna Koval, enfermeira, Belarus

Eu me lembro que quando era criança, realmente pensava: 'Que bom que eu vivo na URSS, o melhor país do mundo!' Agora, aquele grande país não existe mais. Até a economia está em frangalhos. Eu costumava tentar vender algumas coisas no mercado, embora eu tenha educação de nível superior e seja professora de música. Felizmente meu marido agora encontrou um bom emprego e posso ficar em casa cuidando do meu bebê. Svetlana, dona de casa, Kiev, Ucrânia

O que seria minha vida hoje se a URSS tivesse continuado? Sem dúvida, haveria mais certeza. Nós teríamos confiança no futuro, eu iria trabalhar calmamente, e meus pais seriam bem cuidados na velhice. Por outro lado, hoje tenho a possibilidade de crescer. Eu estou planejando ir para a América no ano que vem, passar dois meses lá. Nos tempos soviéticos, isso seria absolutamente impossível. E também é mais difícil seguir uma carreira agora. Obviamente, muitas pessoas não têm dinheiro para comprar comida agora. Mas para uma pessoa empreendedora, há mais oportunidades hoje do que nos tempos da URSS. Entretanto, não sinto mais uma sensação de estabilidade. Georgy Sulakadze, advogado, Geórgia

Informações retiradas do site da BBC, em reportagem especial sobre os 10 anos do fim da URSS: http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/2001/usst/maps/images/russia_intro_map.gif&imgrefurl

O FIM DAS DEMOCRACIAS POPULARES NO LESTE EUROPEU

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a história da Europa oriental esteve diretamente relacionada à história da União Soviética. A ocupação dos exércitos vermelhos e a criação das democracias populares estabeleceram vínculos políticos, econômicos e militares estreitos entre o regime soviético e os países do leste europeu, com exceção da Iugoslávia e Albânia (desde 1961, rompida com a URSS e aliada da China). Por outro lado, esses vínculos significaram a submissão das democracias populares aos objetivos da superpotência comunista.

Os movimentos de contestação nas democracias populares

Nos países comunistas do leste europeu, a contestação política aos governos sempre esteve presente, embora sofresse repressão interna e externa. Já falamos dos casos da Hungria (Revolução Húngara, 1956) e Tchecoslováquia (Primavera de Praga, 1968), nos quais as críticas partiram de membros do próprio partido comunista.

Um dos movimentos mais importantes surgiu na Polônia, em 1980. Nos estaleiros da cidade de Gdansk, foi criado o "Solidariedade", um sindicato independente do partido comunista, liderado pelo metalúrgico Lech Walesa, que passou a organizar greves e passeatas. Apesar de ser considerado ilegal e sofrer dura repressão a partir de 1981, as atividades do Solidariedade continuaram na clandestinidade, alcançando grande repercussão internacional.

Ao lado do Solidariedade, e atuando junto com ele, a Igreja Católica era uma poderosa força política de oposição ao regime comunista. Essa atuação se fortaleceu com a eleição do polonês Karol Wojtyła para papa, em 1979, sob o nome de João Paulo II.

Se os laços entre as democracias populares e a União Soviética eram tão fortes, as mudanças que ocorriam na última, com certeza, teriam repercussões nas primeiras. Nesse sentido, as propostas de reforma anunciadas por Mikhail Gorbachev foram ouvidas e apoiadas também na Europa oriental. A glasnost, que propunha transparência e maior participação política da sociedade, foi entendida nas democracias populares como uma possibilidade não só de criticar seus governos como de construir um caminho independente da União Soviética. Portanto, a segunda metade da década de 1980 assistiu ao crescimento de organizações da sociedade civil, que realizavam manifestações públicas contras os regimes comunistas e reivindicavam reformas. Acompanhe a seguir um relato sobre o fim das democracias populares:

A explosão veio em 1989, ano do bicentenário da Revolução Francesa. Em junho, depois que Gorbachev deu a entender ao novo primeiro-ministro da Hungria que reconhecia que a revolta de 1956 tinha começando em virtude da insatisfação do povo, mais de 200 mil húngaros sentiram-se à vontade para ir à cerimônia do “novo funeral” de Imre Nagy, que liderara a revolta e fora executado por ordem de Krushev. Três meses depois, com a retirada da cerca de arame farpado ao longo da fronteira entre a Hungria e a Áustria, milhares de alemães orientais cruzaram o território húngaro para aproveitar a “janela aberta” e escapar para o Ocidente. Na Polônia, o sindicato Solidariedade não apenas tinha sido reconhecido, como seus líderes foram autorizados a se candidatar a cargos para a câmara baixa do país — ganhando o maior número de cadeiras. E quando milhares de manifestantes foram aclamar Gorbachev durante uma visita a Berlim Oriental, muitos levaram cartazes com dizeres como “Gorby, socorro” ou “Gorby, fique aqui!”. O líder soviético voltou para Moscou convencido de que o regime socialista da Alemanha Oriental estava ameaçado.

No dia 9 de novembro daquele ano, o mundo inteiro assistiu pela TV à materialização dos temores de Gorbachev. O governo alemão, pressionado, viu-se obrigado a “relaxar” as regras que impediam a viagem para o Ocidente. O novo decreto, lido de maneira confusa por um subordinado da emissora de televisão estatal, fez com que milhares de berlinenses se dirigissem aos postos de controle. Impotentes diante de tamanha multidão, os guardas acabaram abrindo os portões. E veio abaixo o Muro de Berlim.

Ainda em novembro, o governante comunista da Bulgária, Todor Zhivkov, no poder desde 1954, anunciou seu afastamento. Setes dias depois, manifestantes na Tchecoslováquia fizeram com que um governo de coalizão liderado por Alexandre Dubcek, líder da Primavera de Praga em 1968, tomasse o poder dos comunistas. Em 17 de dezembro, manifestantes na Romênia foram alvejados por ordem do líder romeno Nicolau Ceausescu. Resultado: 97 pessoas mortas e o início de uma revolta popular que terminou com o julgamento sumário e o assassinato de Ceausescu e de sua esposa no dia de natal de 1989.

(Revolução Russa — 90 anos. Revista Aventuras na História, Ed. Abril)

Leia o que escreveu um jornalista brasileiro que vivenciou a crise do comunismo no leste europeu durante o ano de 1989:

Eu acompanhei pessoalmente a crise dos refugiados (alemães orientais

que aproveitavam a abertura da fronteira da Hungria com a Áustria para fugir do país), a comemoração do 40º aniversário da RDA e a queda do Muro de Berlim. Às vezes, tenho a impressão de ter participado de um sonho. Lembro-me de milhares de pessoas cruzando o muro naquela noite fria de outono, dos encontros de familiares e casais que durante anos não puderam se encontrar, dos fogos de artifício, das cervejas e champanhes, das conversas, dos risos e dos choros de emoção. Eu tinha a nítida sensação de estar presenciando a própria história. Era óbvio que dali para a frente o socialismo na Europa do Leste havia chegado ao fim.

(José Arbex)

Após a derrubada do muro de Berlim, a queda dos regimes comunistas se acelerou na Europa. Na maioria dos casos, as transições foram pacíficas e se deram através da instalação de governos que reuniam líderes da oposição e encaminhavam eleições para a escolha de presidentes. Alguns países enfrentaram transições violentas.

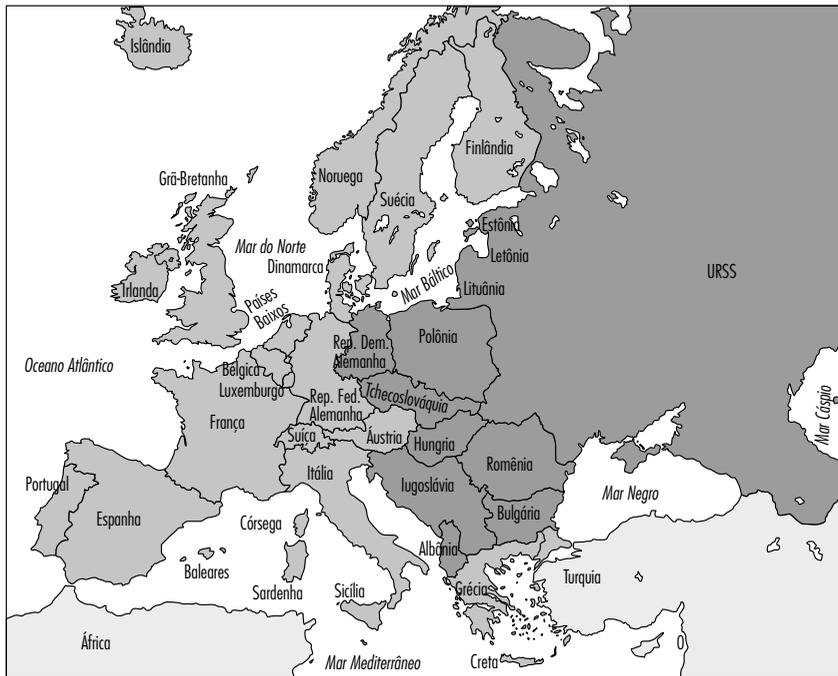
A Iugoslávia foi o caso mais difícil, resultando em várias guerras sangrentas entre as regiões que a formavam. O país criado após a Primeira Guerra Mundial reunia diferentes etnias e nacionalidades que, após a Segunda Guerra, foram organizadas em uma só federação. Até 1980, o país foi governado por Joseph Tito, mas após sua morte, a união entre as diferentes etnias/nacionalidades se tornou mais difícil.

A transição do regime comunista para um regime multipartidário ocorreu na Iugoslávia em 1990, quando as eleições levaram ao poder o líder sérvio Slobodan Milosevic. Em 1991, Eslovênia, Croácia e Macedônia declararam independência da Iugoslávia. A não aceitação por parte do governo levou a guerras com os separatistas. Em 1992, foi a vez da Bósnia-Herzegovina, na qual uma guerra cruel empreendida pelos exércitos sérvios chefiados por Milosevic causou um verdadeiro genocídio. Nesse conflito, estava presente a ideia de “limpeza étnica”, ou seja, do extermínio de uma população com determinadas características — no caso, muçulmana. A violência do conflito levou à intervenção de tropas da OTAN e da ONU. Finalmente, em 2006, a população de Montenegro, através de um plebiscito, optou pela separação da Sérvia.

Fim da União Soviética e dos regimes comunistas no leste europeu. Com eles, também se foi a Guerra Fria, que mobilizou as atenções do mundo entre 1947 e 1991. Como efeito desses processos, em julho de 1991, o Pacto de Varsóvia foi dissolvido em Praga, capital da República Tcheca. Nos anos posteriores, vários das ex-democracias populares ingressaram na União Europeia (Bulgária, Eslovênia, Hungria, Polônia, Romênia, República Tcheca, Eslováquia).

Compare nos mapas a seguir o estabelecimento das novas fronteiras europeias:

As fronteiras da Europa após 1945



Países surgidos após 1945: República Federal da Alemanha (capitalista) e Democrática da Alemanha (comunista). Países anexados pela URSS: Letônia, Lituânia e Estônia.



Países surgidos a partir de 1989: Alemanha, Estônia, Letônia e Lituânia, República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Sérvia, Montenegro, Macedônia, Belarus, Rússia, Ucrânia, Moldávia.

:: Síntese ::

O processo histórico que levou ao fim da Guerra Fria se caracterizou:

- pela inesperada dissolução da União Soviética, resultante da crise gerada pelo programa de reformas políticas e econômicas implementado por Mikhail Gorbatchev a partir de 1985. Muitas repúblicas declararam sua independência da União Soviética, dando origem a 15 países;

- pelos efeitos das reformas da União Soviética nas democracias populares do leste europeu que provocaram grandes mobilizações sociais e levaram à deposição dos regimes comunistas, estabelecendo a transição para a economia capitalista de mercado e regimes democráticos;

- pelo surgimento de novos países na Europa, a partir da fragmentação da Iugoslávia, da URSS e da Tchecoslováquia.

Na transição para a economia de mercado e regimes democráticos, muitos países enfrentaram graves crises econômicas e instabilidades políticas; alguns sofrem estes problemas até os dias atuais.



Multidão em torno do Muro de Berlim, aguardando a abertura oficial do portão de Brandemburgo, em 1/12/1989. Foto: SSGT F. Lee Corkran.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Brandenburger_TorDezember1989.jpg (acesso 03/04/2008)

EXERCÍCIOS

1) (ENEM/2009)

O ano de 1968 ficou conhecido pela efervescência social, tal como se pode comprovar pelo seguinte trecho, retirado de texto sobre propostas preliminares para uma revolução cultural: “É preciso discutir em todos os lugares e com todos. O dever de ser responsável e pensar politicamente diz respeito a todos, não é privilégio de uma minoria de iniciados. Não devemos nos surpreender com o caos das ideias, pois essa é a condição para a emergência de novas ideias. Os pais do regime devem compreender que autonomia não é uma palavra vã; ela supõe a partilha do poder, ou seja, a mudança de sua natureza. Que ninguém tente rotular o movimento atual; ele não tem etiquetas e não precisa delas.”

Journal de la comune étudiante. Textes et documents. Paris: Seuil, 1969 (adaptado).

Os movimentos sociais, que marcaram o ano de 1968,

(A) foram manifestações desprovidas de conotação política, que tinham o objetivo de questionar a rigidez dos padrões de comportamento social fundados em valores tradicionais da moral religiosa.

(B) restringiram-se às sociedades de países desenvolvidos, onde a industrialização avançada, a penetração dos meios de comunicação de massa e a alienação cultural que deles resultava eram mais evidentes.

(C) resultaram no fortalecimento do conservadorismo político, social e religioso que prevaleceu nos países ocidentais durante as décadas de 70 e 80.

(D) tiveram baixa repercussão no plano político, apesar de seus fortes desdobramentos nos planos social e cultural, expressos na mudança de costumes e na contracultura.

(E) inspiraram futuras mobilizações, como o pacifismo, o ambientalismo, a promoção da equidade de gêneros e a defesa dos direitos das minorias.

2) (Enem/2009) Do ponto de vista geopolítico, a Guerra Fria dividiu a Europa em dois blocos. Essa divisão propiciou a formação de alianças antagônicas de caráter militar, como a OTAN, que aglutinava os países do bloco ocidental, e o Pacto de Varsóvia, que concentrava os do bloco oriental. É importante destacar que, na formação da OTAN, estão presentes, além dos países do oeste europeu, os EUA e o Canadá. Essa divisão histórica atingiu igualmente os âmbitos político e econômico que se refletia pela opção entre os modelos capitalista e socialista. Essa divisão europeia ficou conhecida como

- (A) Cortina de Ferro.
- (B) Muro de Berlim.
- (C) União Europeia.
- (D) Convenção de Ramsar.
- (E) Conferência de Estocolmo.

3) (Enem/2009) O fim da Guerra Fria e da bipolaridade, entre as décadas de 1980 e 1990, gerou expectativas de que seria instaurada uma ordem internacional marcada pela redução de conflitos e pela multipolaridade. O panorama estratégico do mundo pós-Guerra Fria apresenta

(A) o aumento de conflitos internos associados ao nacionalismo, às disputas étnicas, ao extremismo religioso e ao fortalecimento de ameaças como o terrorismo, o tráfico de drogas e o crime organizado.

(B) o fim da corrida armamentista e a redução dos gastos militares das grandes potências, o que se traduziu em maior estabilidade nos continentes europeu e asiático, que tinham sido palco da Guerra Fria.

(C) o desengajamento das grandes potências, pois as intervenções militares em regiões assoladas por conflitos passaram a ser realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), com maior envolvimento de países emergentes.

(D) a plena vigência do Tratado de Não Proliferação, que afastou a possibilidade de um conflito nuclear como ameaça global, devido à crescente consciência política internacional acerca desse perigo.

(E) a condição dos EUA como única superpotência, mas que se submetem às decisões da ONU no que concerne às ações militares.

4) (Enem/2009)

A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S.P. *Nação, nacionalismo, Estado*. Estudos Avançados. São Paulo: Edusp, v. 22, n.º 62, jan. - abr. 2008 (adaptado).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

(A) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.

(B) A maior distinção entre os processos históricos formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.

(C) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.

(D) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.

(E) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

5) (UnB-DF) Assinale as corretas. Constituem movimentos significativos do século XX:

() a ruptura com as arcaicas estruturas imperiais da Rússia e o esforço dos revolucionários na implantação e consolidação do regime socialista nesse país.

() a eclosão dos conflitos armados de 1914–1918 e 1930–1945 e a substituição do critério europeu de política internacional para um critério mundial.

() a implantação de regimes totalitários na Europa entre 1922 e 1939, associada às dificuldades das democracias liberais em solucionar as crises do capitalismo.

() o processo de unificação da Itália e da Alemanha, num quadro de crescimento industrial e ideológico nacionalista.

() o processo de descolonização na Ásia e África e a emergência de uma tendência terceiro-mundista defensora do princípio de autodeterminação nacional.

() a formação de dois blocos ideologicamente antagônicos que passaram a disputar a supremacia econômica e militar mundial e em torno dos quais configura-se um foco de permanente tensão.

() o surgimento de um movimento de defesa dos interesses americanos, justificado teoricamente através da Doutrina Monroe.

6) (FGV-RJ) O conceito de Guerra Fria, aplicado às relações internacionais após 1945, significa basicamente:

(A) o conjunto de lutas travadas pelo povo iraniano contra a dinastia Palevi.

(B) a formação de blocos econômicos rivais: o MCE e o Comecon.

(C) as disputas diplomáticas entre árabes e israelenses.

(D) a rivalidade entre dois blocos antagônicos, liderados pelos EUA e URSS, respectivamente.

(E) o conjunto de guerras pela independência nacional ocorridas na Ásia.

7) (Cesgranrio-RJ) Após o término da Segunda Guerra Mundial, o lançamento do Plano Marshall, pelo governo norte-americano, constituiu manobra estratégica no interior da Guerra Fria nascente entre os EUA e URSS, pois o Plano Marshall:

(A) era um instrumento decisivo, tanto econômico quanto político-ideológico, da luta contra o perigo do avanço ainda maior do comunismo na Europa arrasada do pós-guerra;

(B) visava principalmente deter as ameaças soviéticas sobre os países do Oriente Médio, cuja produção petrolífera era vital para as economias ocidentais.

(C) representava uma retomada, em moldes mais eficazes, da tradicional política da “boa vizinhança” dos EUA em relação à América Latina, vinda dos tempos de Roosevelt.

(D) garantia, para os norte-americanos, o retorno de uma política isolacionista, voltada para os seus interesses internos, deixando por conta dos europeus ocidentais as tarefas da reconstrução.

(E) assegurava a livre penetração dos capitais norte-americanos no continente europeu, inclusive nos países da Europa Oriental.

8) (PUC-Rio)

O fim do bloqueio a Berlim em maio de 1949 não impediu que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França mantivessem sua firme presença nos setores de ocupação ocidental da cidade. A partir daí, as fronteiras da Guerra Fria ficaram

congeladas na Europa por mais de uma geração. [...] Relutantes em alterar o status quo europeu do pós-guerra, [...] em função do alto custo das mudanças para ambos os lados, [...] o campo de batalha da Guerra Fria foi deslocado para a Ásia e o Oriente Médio. Adaptado de PAXTON, Robert O. Europe in the 20th Century. (pp 557-8).

Considerando o texto apresentado,

a) Cite dois exemplos de conflitos asiáticos que exemplifiquem o deslocamento das maiores tensões da Guerra Fria para a Ásia e o Oriente Médio.

b) Explique de que forma ou a partir de que mecanismos foram mantidas, no continente europeu, as respectivas áreas de influência das duas principais potências durante a Guerra Fria.

9) (UFRJ)

Os homens que tomaram o poder em Pequim durante o final de semana são os vencedores de uma revolução tão importante, por suas consequências, quanto a Revolução Bolchevista de 1917 na Rússia. As vitórias militares conseguidas durante os últimos meses transformaram o mapa político e estratégico do leste asiático. Atrás dos camponeses em marcha, milhões e milhões de chineses são arrastados no turbilhão social [...] O novo governo será julgado menos por aquilo que diz do que pelo que faz...

The Times, editorial de 3 de outubro de 1949

Em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou em Pequim o nascimento da República Popular da China. A vitória dos comunistas esteve em grande parte relacionada aos resultados da longa guerra contra a ocupação japonesa (1937–1945). A construção do socialismo no país orientou-se primeiramente pelo modelo soviético, mas, a partir de 1958, o Partido Comunista Chinês definiu-se por um caminho próprio.

a) Identifique duas alterações ocorridas no mapa geopolítico do leste asiático nos anos 50, derivadas da fundação da República Popular da China.

b) Cite uma semelhança e uma diferença que caracterizaram, respectivamente, os modelos socialistas soviético e chinês nas décadas de 1950 e 60.

10) (ENEM/2009 — prova anulada)

O massacre da Floresta de Katyn foi noticiado pela primeira vez pelos alemães em abril de 1943. Numa colina na Rússia, soldados nazistas encontraram aproximadamente doze mil cadáveres. Empilhado em valas estava um terço da oficialidade do exército polonês, entre os quais, vários engenheiros, técnicos e cientistas. Os nazistas aproveitaram-se ao máximo do episódio em sua propaganda antissoviética. Em menos de dois anos, porém, a Alemanha foi derrotada e a Polônia caiu na órbita da União Soviética — a qual reescreveu a história, atribuindo o massacre de Katyn aos nazistas. A Polônia inteira sabia tratar-se de uma mentira; mas quem o dissesse enfrentaria tortura, exílio ou morte.

Disponível em <http://veja.abril.com.br> e <http://dn.sapo.pt> (acessados em 19/05/2009) (adaptado)

Como o Massacre de Katyn e a farsa montada em torno desse episódio se relacionam com a construção da chamada Cortina de Ferro?

(A) A aniquilação foi planejada pelas elites dirigentes polonesas como parte do processo de integração de seu país ao bloco soviético.

(B) A construção de uma outra memória sobre o Massacre de Katyn teve o sentido de tornar menos odiosa e ilegítima, aos poloneses, a subordinação de seu país ao regime stalinista.

(C) O exército polonês havia aderido ao regime nazista, o que levou Stalin a

encará-lo como um possível foco de restauração do Reich após a derrota alemã.
 (D) A Polônia era a última fronteira capitalista do Leste europeu e a dominação desse país garantiria acesso ao mar Adriático.
 (E) A aniquilação do exército polonês e a expropriação da burguesia daquele país eram parte da estratégia de revolução permanente e mundial defendida por Stalin.

11) (Enem/2013)



LORD WILLINGDON'S DILEMMA

LORD WILLINGDON'S DILEMMA

Disponível em: HYPERLINK "<http://www.gandhiserve.org>" www.gandhiserve.org. Acesso em: 21 nov. 2011.

O cartum, publicado em 1932, ironiza as consequências sociais das constantes prisões de Mahatma Gandhi pelas autoridades britânicas, na Índia, demonstrando
 (A) a ineficiência do sistema judiciário inglês no território indiano.
 (B) o apoio da população hindu à prisão de Gandhi.
 (C) o caráter violento das manifestações hindus frente à ação inglesa.
 (D) a impossibilidade de deter o movimento liderado por Gandhi.
 (E) a indiferença das autoridades britânicas frente ao apelo popular hindu.

12) (ENEM 2013)



Texto do cartaz: "Amor e não guerra". Foto de Jovens em protesto contra a Guerra do Vietnã.
 Disponível em: <http://goldenyears66to69.blogspot.com>. Acesso em: 10 out. 2011.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra, movimentos como o Maio de 1968 ou a campanha contra a Guerra do Vietnã culminaram no estabelecimento de diferentes formas de participação política. Seus slogans, tais como

"Quando penso em revolução quero fazer amor", se tornaram símbolos da agitação cultural nos anos 1960, cuja inovação relacionava-se
 (A) à contestação da crise econômica europeia, que fora provocada pela manutenção das guerras coloniais.
 (B) à organização partidária da juventude comunista, visando o estabelecimento da ditadura do proletariado.
 (C) à unificação das noções de libertação social e libertação individual, fornecendo um significado político ao uso do corpo.
 (D) à defesa do amor cristão e monogâmico, com fins à reprodução, que era tomado como solução para os conflitos sociais.
 (E) ao reconhecimento da cultura das gerações passadas, que conviveram com a emergência do rock e outras mudanças nos costumes.

GABARITO

1) E 2) A 3) A 4) B 5) C, C, C, E, C, C, E 6) D 7) A

8) a) Os alunos poderão citar como exemplos de crises e conflitos na Ásia e no Oriente Médio:

- . as crises do Irã, 1945/46 e 1951/53;
- . a Guerra da Coreia, 1950–53;
- . a Indochina, 1946/54; auxílio militar franco-americano ao Vietnã do Sul a partir de 1954;
- . a nacionalização do canal de Suez, 1956; seguida de intervenção inglesa e francesa;
- . a Jordânia, 1957;
- . a guerra entre a Síria e o Líbano, 1958; seguida da intervenção dos EUA neste último país;
- . o Iraque, 1958;
- . o Tibete, 1960;
- . o início da escalada americana no Vietnã, 1960; com a guerra se estendendo até 1972.

b) Os alunos poderão relacionar em suas explicações da divisão da Europa em blocos, algumas das seguintes organizações criadas (de natureza econômica e militar) e medidas implementadas:

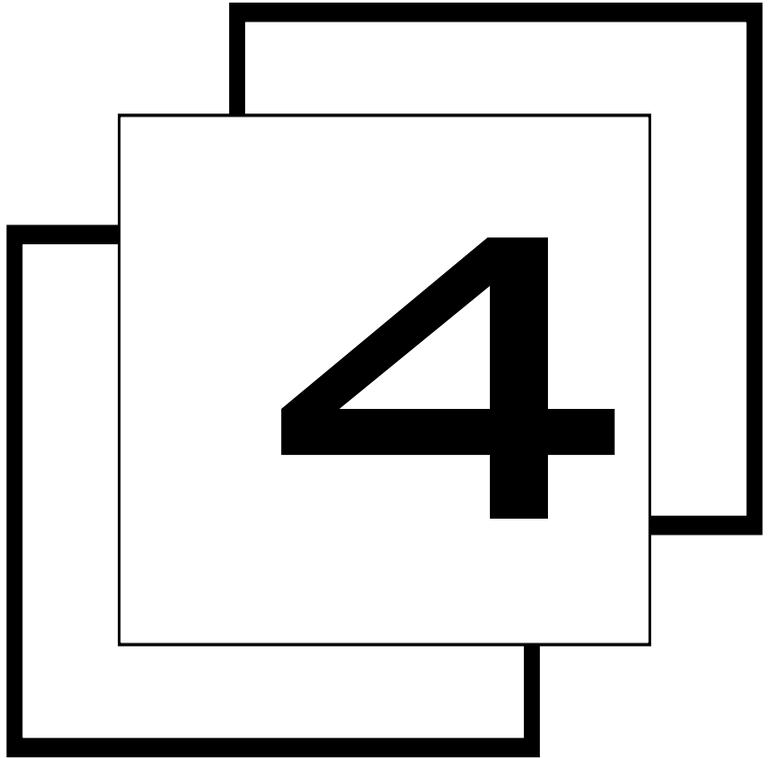
- . o Plano Marshall;
- . Conselho de Assistência Econômica Mútua, COMECON;
- . Comunidade Econômica Europeia, CEE;
- . o Pacto de Varsóvia;
- . Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN;
- . a Doutrina Truman;
- . a reativação do Cominform;
- . os primeiros acordos para a contenção de armas nucleares, em 1953.

9) a) O candidato poderá citar o surgimento das Repúblicas Populares da Coreia e do Vietnã.

Poderá mencionar, além disso, o deslocamento do Tibete para a esfera chinesa.

b) O candidato poderá citar como elementos semelhantes o monopólio político do partido único e a planificação econômica sob responsabilidade estatal, além dos desdobramentos de ambos. Como aspectos que diferenciavam os respectivos modelos, poderá enfatizar as políticas formuladas no "Grande Salto" 1956–1958), com o deslocamento do eixo de preocupação das cidades para o campo, da indústria para a agricultura, do proletariado urbano para o campesinato, a organização dos camponeses em comunas populares e o fortalecimento do poder local com a descentralização do poder no meio urbano. Poderá ainda mencionar a "Revolução Cultural" (1965–69) e/ou seus respectivos desdobramentos no período.

10) B 11) D 12) C



AS AMÉRICAS APÓS 1945

INTRODUÇÃO

O mundo mudou muito após o final da Segunda Guerra Mundial (1939–1945), conforme discutimos no capítulo anterior. Dois países, EUA e URSS, emergiram do conflito como poderosas potências, defensoras de propostas diferentes de sociedade. Comunismo e capitalismo enfrentavam-se mundo afora — como na Alemanha dividida e nas guerras do Vietnã e de Angola.

Ao mesmo tempo, a derrota do fascismo e nazismo diante dos Aliados provocou uma condenação total aos regimes ditatoriais e a valorização das ideias de liberdade, igualdade, democracia, direitos dos povos... Na ordem internacional estabelecida após 1945, era impossível, por exemplo, negar às populações africanas submetidas a metrópoles europeias o direito à participação política e a um governo próprio. O imperialismo, em todas as suas formas, era duramente atacado por movimentos nacionalistas e que, com frequência, criticavam ou opunham-se ao sistema capitalista por identificá-lo com a exploração de trabalhadores e de recursos econômicos dos países dominados.

Assim também ocorreu nas Américas nas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Ideias de mudança, igualdade, democracia, encontraram em diversos países e populações o terreno preparado para fazê-las crescer.

Na América Latina, fortaleceram-se os grupos que traziam projetos de uma democracia mais radical, com maior participação de setores populares urbanos e rurais. Nasceram diferentes projetos, defendidos por muita gente, para transformar a estrutura social dos países latino-americanos através de reformas agrárias, do estabelecimento de direitos para os trabalhadores e, também, da implantação do sistema comunista.

Ao mesmo tempo, os EUA colocavam-se como o líder do continente, atuando intensamente na defesa de seus interesses geopolíticos e econômicos. Nessa iniciativa, aproximaram-se de importantes setores sociais das sociedades latino-americanas, que opunham-se a maiores transformações.

A luta dos diferentes grupos para ganhar espaços e adeptos não passava só pelo terreno das ideias políticas e da discussão teórica. A cultura se tornou um meio forte para convencer as pessoas a se posicionar nesse embate. O cinema norte-americano entrou com todas as suas armas sedutoras para conquistar corações e mentes, cultivando o anticomunismo e a aversão à URSS.

Do outro lado, diversas manifestações de cultura popular articularam-se a uma reivindicação de maior participação do povo na vida política. Defender a cultura nacional passou a ser também uma arma contrária à presença cada vez maior dos conteúdos e produtos dos EUA. Nacionalismo e cultura popular se deram as mãos, juntando-se muitas vezes à luta pela transformação social.

Projetos de mudança, lutas e conflitos sociais, disputas entre comunismo e capitalismo, ideias nacionalistas e anti-imperialistas... Estas são algumas das questões que serão discutidas nesse capítulo, que tratam das sociedades americanas nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

OS ESTADOS UNIDOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA GLOBAL

Em 1945, após a derrota do nazismo e a rendição do governo japonês, os Estados Unidos surgiam como a maior liderança do mundo capitalista, com enorme influência mundial. Isso se devia a algumas razões, como o grande desenvolvimento de suas indústrias, ocorrido durante os anos da guerra. Quando essa acabou, o país já era a mais poderosa e avançada economia capitalista do mundo. O Plano Marshall, do qual falamos no capítulo 3, foi muito importante para criar condições favoráveis às indústrias norte-americanas e colocar os países europeus na sua dependência. Também o Japão recebeu auxílio para desenvolver sua economia industrial, estabelecendo fortes vínculos com os Estados Unidos.

Na área militar, o domínio da tecnologia nuclear para a fabricação de bombas atômicas e os altos investimentos em tecnologia bélica fizeram dos Estados Unidos uma grande potência. As alianças militares estabelecidas com diferentes parceiros — por exemplo, a OTAN — garantiram a presença de tropas norte-americanas em vários continentes, prontas para entrar em combate nos lugares onde os interesses do país fossem ameaçados.

Também a expansão da cultura norte-americana a partir de 1945 atingiu uma enorme força através, principalmente, do cinema, da televisão e da música. Ao assistir filmes, programas de TV e escutar músicas vindos dos Estados Unidos, italianos, alemães, argentinos, brasileiros, japoneses não estavam apenas se divertindo, mas conhecendo e adquirindo valores culturais norte-americanos. O cinema, principalmente nas décadas de 1940 e 1950, teve um papel importantíssimo na divulgação da cultura dos Estados Unidos, influenciando modos de vestir, de dançar, de pentear os cabelos e de se comportar. O mundo inteiro passou a conhecer e, muitas vezes, adotar o *american way of life*.

Por fim, devido à sua força econômica e militar, os Estados Unidos acumularam um grande poder político nos últimos 60 anos. Seus governos têm influência decisiva em todos os organismos internacionais como o Conselho de Segurança Nacional da ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a OTAN. O apoio que concedem ou não a vários governos é fundamental para decidir o destino de muitos países. Essa supremacia política norte-americana ficou ainda mais fortalecida após o fim da União Soviética em 1991, quando os Estados Unidos restaram sozinhos como a única superpotência mundial.

:: American way of life ::

Você já viu essa expressão alguma vez? Ela quer dizer, em português, “jeito americano de viver”, e é utilizada para se referir a uma imagem sobre o que seria o modo de vida característico da população norte-americana.

O *american way of life* mostra uma família feliz formada por um pai bem-sucedido profissionalmente e uma mãe, dona de casa dedicada. Essa família possui um cotidiano confortável garantido por uma série de bens materiais: a casa própria com jardim em um bairro tranquilo, o carro, no qual a família viaja e se diverte, a televisão e o rádio, através dos quais acompanham seus programas favoritos, geladeiras, freezers e outros eletrodomésticos que facilitam a vida diária.

Devemos lembrar que essa imagem foi construída durante os “30 gloriosos anos do capitalismo”, quando os avanços tecnológicos fizeram com que os produtos industriais tivessem seus preços reduzidos e, ao mesmo tempo, os ganhos salariais dos trabalhadores permitiram que eles tivessem acesso a essas novas mercadorias.

A divulgação do *american way of life* pelo mundo, feita principalmente através da indústria cinematográfica e dos programas de televisão, transformou-o em um padrão de felicidade e realização a ser buscado por todos. Isso fortaleceu muitíssimo a hegemonia cultural norte-americana.

A luta contra o comunismo, iniciada pela Doutrina Truman em 1947, manteve-se como política do governo norte-americano até a dissolução da União Soviética, em 1991. Como afirmamos no item destinado à Guerra Fria, houve momentos em que os enfrentamentos foram mais graves e outros em que foi possível o estabelecimento de um diálogo entre os líderes das duas potências. Mas, o objetivo norte-americano de impedir o avanço de movimentos comunistas norteou sempre as ações do governo — oficiais ou não — realizadas em vários países, como Coreia, Vietnã, Angola e Moçambique.

Dentro da sociedade norte-americana, o combate ao comunismo gerou uma série de imposições e perseguições. Aos funcionários do governo, por exemplo, era exigida uma conduta que demonstrasse oposição ao comunismo, o que significava limitar a liberdade de pensamento e expressão dos indivíduos. O período de maior controle ocorreu no início dos anos 1950, quando o senador Joseph McCarthy iniciou uma série de acusações e processos de investigação a partir do Senado.

Centenas de pessoas foram denunciadas e levadas para prestar depoimentos, sob a mínima suspeita de simpatia às ideias comunistas. Nesse processo, tinham suas vidas completamente expostas ao público, perdiam seus empregos e eram estimuladas a delatar amigos, colegas de trabalho, vizinhos. Utilizando habilmente os meios de comunicação para mobilizar a população, McCarthy e aqueles que o apoiavam conseguiram criar um clima de medo e espionagem que arruinou a vida de muitas pessoas. Finalmente, após uma série de denúncias, McCarthy passou a ser criticado pelos próprios senadores e caiu em descrédito.

• O movimento negro

No começo da década de 1950, a imagem transmitida ao mundo pela sociedade norte-americana era marcada pela luta contra o comunismo e pelo bem-estar material e o progresso de sua economia. Entretanto, um olhar mais atento veria que, para uma parte importante dos norte-americanos, a situação apresentava-se bem diferente.

A discriminação da população negra era uma característica da sociedade dos Estados Unidos. Desde o último quarto do século XIX, após o fim da escravidão, foram promulgadas várias leis que estabeleciam a segregação entre negros e brancos. Isso ocorreu principalmente nos estados do sul, onde uma grande parcela da população era formada por negros e negras. Entre as determinações dessas leis, podemos identificar:

- a existência de escolas públicas separadas para brancos e negros;
- a segregação em restaurantes, ônibus e trens (brancos e negros não podiam sentar-se lado a lado nos restaurantes, e nos transportes públicos, os negros tinham assentos separados, em geral na parte de trás dos veículos);
- a criação de obstáculos para que negros e negras pudessem votar em eleições.

Esse sistema de segregação acabava por reproduzir as péssimas condições de vida dos negros. Sem acesso à escola, mantinham-se o analfabetismo e as dificuldades para conseguir melhores empregos. Sem participação política, era impossível eleger representantes comprometidos com as necessidades e reivindicações da população negra.

Não bastasse todo esse sistema legal, violências recorrentes eram cometidas contra a população negra, incluindo linchamentos, assassinatos e humilhações públicas. As autoridades policiais, responsáveis por investigar os crimes praticados, na realidade pouco faziam para garantir os direitos dos negros, compactuando com a violência praticada pelos brancos.

Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, as críticas e manifestações públicas contra a discriminação racial tornaram-se mais frequentes por parte da população negra e de organizações criadas para combater a segregação. Como resultado, em 1947 o presidente Harry Truman instituiu o Comitê dos Direitos Cívicos e defendeu uma maior intervenção do Estado para a promoção de igualdade. As iniciativas de Truman provocaram a reação de políticos que defendiam a manutenção das leis segregacionistas; eles deixavam claro que a igualdade entre negros e brancos encontrava muita resistência em diferentes grupos da sociedade norte-americana.

Na década de 1950, o movimento pelo fim da segregação racial (Movimento dos Direitos Cívicos) ganhou grande impulso a partir da atuação de órgãos judiciários e de mobilizações da população. Em 1954, a Suprema Corte (órgão máximo da justiça norte-americana) determinou que a existência de escolas separadas para negros e brancos era inconstitucional e deveria acabar. Essa decisão acabou decretando a ilegalidade de todas as leis que criavam instituições separadas para brancos e negros.

Ao mesmo tempo, os negros organizavam movimentos para exigir seus direitos. Um dos principais líderes negros foi o pastor Martin Luther King que, tendo como inspiração Mahatma Gandhi, defendia a utilização de meios pacíficos, como passeatas e boicotes a empresas que apoiavam a segregação, como forma de conquistar a igualdade.

:: Música e luta antirracista ::

Nos Estados Unidos, no início dos anos 1950, músicos como Louis Armstrong, Count Basie, Charles Parker, Sarah Vaughan e Billie Holiday estavam entre os mais populares do país. E o que havia de comum entre eles? Eram todos negros. Por meio da música, a cultura criada pelos afro-americanos invadiu os salões brancos e passou a comover as pessoas com todo seu ritmo e poesia. Billie Holliday, uma das damas do blues norte-americano, teve como um de seus maiores sucessos a música *Strange Fruit* ("Fruta estranha"), que narrava como no sul os negros eram enforcados em árvores e abandonados ao vento. Canções como essa funcionavam ao mesmo como denúncia e instrumento de luta.

As reivindicações do movimento negro alcançaram cada vez mais notoriedade dentro e fora dos Estados Unidos. Em 1963, uma grande mobilização pelos direitos civis aconteceu na capital dos Estados Unidos, ficando conhecida como a Marcha sobre Washington. Na ocasião, Martin Luther King fez o mais famoso de seus discursos, cujo trecho reproduzimos a seguir:

Cem anos atrás, um grande americano, [...] assinou a Proclamação de Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos.

Mas cem anos depois, o Negro ainda não é livre.

Cem anos depois, a vida do Negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias de discriminação.

Cem anos depois, o Negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o Negro ainda adoce nos cantos da sociedade americana e se encontra exilado em sua própria terra. [...]

Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto o Negro for vítima dos horrores indizíveis da brutalidade policial. Nós nunca estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados com a fadiga da viagem, não poderem ter hospedagem nos motéis das estradas e os hotéis das cidades. Nós não estaremos satisfeitos enquanto um Negro não puder votar no Mississippi e um Negro em Nova Iorque acreditar que ele não tem motivo para votar.

[...] Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença — nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho que um dia nas colinas vermelhas da Geórgia os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!

Os ataques e assassinatos de negros que lutavam por direitos iguais continuaram por toda a década de 1960. Grupos brancos racistas cometiam atentados nas ruas contra pessoas e comunidades negras para demonstrar o seu poder e o seu descontentamento com as políticas do governo.

Malcon X, outra importante liderança do movimento negro, foi assassinado em 1965. Martin Luther King teve o mesmo destino em 1968, assassinado por um homem branco que defendia o racismo. Após sua morte, uma série de revoltas da população negra atingiu cerca de 100 cidades americanas.

Os afro-americanos não se contentaram apenas em obter direitos para frequentar as mesmas escolas e lugares públicos que os brancos, mas também reivindicaram reparações. Foram apresentadas propostas de políticas de ação afirmativa para lhes dar apoio, a fim de que pudessem competir em pé de igualdade com os brancos nos EUA.

Os resultados das políticas de ação afirmativa nos EUA foram representativos: a população negra matriculada nas universidades norte-americanas passou de 4,4% em 1966 para 9,6% em 1976. Ou seja: mais do que o dobro, em apenas dez anos!

Outras medidas foram tomadas com relação aos meios de comunicação e propaganda, que foram obrigados a incluir representantes dos diferentes grupos que formam a sociedade norte-americana. Assim, uma equipe de apresentadores de jornais na TV, grupos de modelos nos anúncios e elencos de filmes passaram a não poder ser formados apenas por brancos. Esse quadro foi modificando aos poucos o perfil social e a autoestima dos afro-americanos. Entretanto, o problema da desigualdade racial, de longa duração e raízes profundas, está ainda longe de ser superado.

:: Ações afirmativas ::

As políticas de ação afirmativa surgiram nos Estados Unidos em meados da década de 1960. Seu objetivo é promover a igualdade social através de programas específicos, que buscam combater discriminações históricas sofridas por grupos como os negros e as mulheres. No Brasil, as ações afirmativas se tornaram mais frequentes a partir da década de 1990. Elas incluem a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher e o estabelecimento de cotas de vagas em universidades para negros, indígenas ou estudantes de escola pública.

:: Síntese ::

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos conquistaram uma posição hegemônica em razão de sua força econômica, política, cultural e militar. O combate ao comunismo foi uma política comum a todos os governos norte-americanos, implicando em intervenções em outros países e no controle e vigilância dos próprios cidadãos americanos.

A imagem de sociedade perfeita veiculada pelo *american way of life* foi divulgada mundo afora, principalmente através do cinema. Entretanto, nos anos 1950, setores da própria sociedade americana começaram a contestar essa imagem.

O progresso material da sociedade dos Estados Unidos não alcançou a população negra, que vivia sob um sistema de segregação, discriminação, pobreza e violência. Após 1945, uma série de movimentos e organizações lutaram pelos direitos dos afro-descendentes, conseguindo pôr fim ao sistema de segregação racial e construindo políticas de ação afirmativa, com o objetivo de reparar desigualdades sociais construídas historicamente.

AMÉRICA LATINA: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DISPUTAS POLÍTICAS

O final da Segunda Guerra Mundial (em 1945) e a valorização das liberdades democráticas teve impactos diretos na cena política de vários países da América Latina. Alguns governos ditatoriais na América Latina foram fortemente questionados, ao mesmo tempo em que setores populares, sobretudo nas cidades, recebiam fortes influências de partidos comunistas e socialistas. Nesse momento, havia muito mais trabalhadores urbanos e os meios de comunicação de massa tinham uma força e capacidade de atingir mais pessoas.

No caso dos países do Caribe e América Central, o fortalecimento de organizações populares desafiou o grande poderio norte-americano e, no contexto da Guerra Fria, gerou uma repressão direta sobre lideranças e movimentos progressistas que criticavam o imperialismo norte-americano. No caso da Guatemala, por exemplo, uma intervenção militar dos EUA em 1954 derrubou um governo nacionalista por este desenvolver uma reforma agrária contrária aos interesses de uma empresa dos EUA.

A contradição entre o momento de expansão dos ideais de liberdade e a conjuntura de disputa entre os blocos socialista e capitalista colocou novos desafios para a América Latina no início da segunda metade do século XX, assim como para a atuação dos Estados Unidos na região.

Com o estabelecimento da Guerra Fria, a manutenção da posição hegemônica sobre os países americanos, área tradicionalmente aliada, era ainda mais importante para os Estados Unidos em sua disputa direta com a União Soviética. Ao mesmo tempo, esse objetivo tornou-se mais difícil de ser alcançado, já que, no período posterior a 1945, a América Latina passou por importantes transformações que levaram ao surgimento de movimentos de esquerda e de contestações às tradicionais formas de dominação no continente, incluindo a norte-americana.

• As mudanças econômicas e sociais

A partir de meados do século XX, vários países latino-americanos desenvolveram um processo de industrialização conhecido como substituição de importações. A ideia era estabelecer fábricas que produzissem bens industrializados, inicialmente de consumo popular como tecidos e alimentos, que até então eram importados.

Do que foi dito acima, não devemos concluir que o setor primário-exportador foi colocado em segundo plano. Pelo contrário, ele permaneceu como grande gerador de riquezas para os países latino-americanos. A industrialização se intensificava nos Estados Unidos e na Europa, regiões que necessitavam dos artigos da América Latina para alimentar sua população e garantir o fornecimento de matéria-prima para suas fábricas. Isso, inclusive, atraiu muitas empresas estrangeiras, que passaram a ver também nos setores agropecuários e de extração de riquezas (minérios e petróleo, por exemplo) possibilidades de lucros. Daí terem adquirido muitas terras e, em alguns casos, monopolizado a produção de determinados gêneros.

O crescimento industrial em países como Brasil, México, Argentina e Chile provocou mudanças sociais muito importantes. Em primeiro lugar, podemos identificar o surgimento de novos grupos como os operários urbanos, formados, em sua maioria, por ex-camponeses. Ao lado do operariado fabril, houve o fortalecimento de uma burguesia industrial nacional, cuja força se ligava às corporações multinacionais e aos investimentos estatais na economia.

A modernização econômica também colaborou para o fortalecimento e a diversificação das classes médias, com o aumento da escolarização e dos setores formados por engenheiros, médicos, professores, administradores, economistas. Além disso, houve o crescimento dos centros urbanos e do acesso ao sistema educacional, embora, na maioria dos países, a educação fosse garantida somente aos setores médios e às elites. As novas fábricas também ofereceram às classes médias e altas cobijados produtos industrializados como rádios, televisões, automóveis, geladeiras. O avanço dos meios de comunicação como o rádio e a televisão conectava esta parte da população com o mundo.

Uma questão, porém, permanecia resistente às transformações da América Latina: as relações no campo. Por um lado, a concentração de terras permanecia como um traço característico da paisagem rural. Uma minoria de homens possuía imensas propriedades, concentrando um grande poder econômico e político. A isso somava-se a intensa exploração dos camponeses, cuja sobrevivência dependia do trabalho em terras alheias. Esse cenário foi o fermento de muitos movimentos rurais desde o início do século XX, tendo como uma de suas principais bandeiras a reforma agrária — como foi o caso da Revolução Mexicana, que estudamos no capítulo 2 deste módulo.

• Os movimentos políticos e a Guerra Fria

As mudanças culturais, sociais e econômicas ocorridas nas sociedades latino-americanas, aliadas ao contexto internacional de crítica ao imperialismo e crescimento do socialismo, produziram um impacto direto nas disputas políticas da região. O crescimento do operariado impulsionou o fortalecimento do movimento sindical, onde as ideias comunistas tiveram grande aceitação. Os partidos comunistas também conquistaram maior apoio, ainda que não tivessem sua

existência assegurada em todos os países — no Brasil, como veremos, o partido foi colocado na ilegalidade entre 1946 e 1985.

Ao lado das correntes comunistas, em alguns países o movimento operário se organizou em torno de líderes chamados populistas, dos quais falamos brevemente no capítulo 2. De modo geral, esses líderes construíram uma atuação marcada pelo estabelecimento de legislações trabalhistas e de políticas públicas que beneficiavam os trabalhadores urbanos, o que se reverteu em uma sólida aliança entre essas lideranças e os setores operários. Defendiam, ainda, ideias nacionalistas no campo econômico, como o controle pelo Estado de riquezas naturais como o petróleo e de alguns setores industriais, e procuravam estabelecer uma distância em relação aos interesses norte-americanos, o que gerou muitas tensões com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, se opunham à ideia de instalação de uma sociedade comunista, embora pudessem se aliar a esses grupos em determinadas conjunturas políticas. No Brasil, podemos apontar Getúlio Vargas como o grande nome do populismo. Na Argentina, este papel coube a Juan Domingo Perón. Mas, atenção! Aqui buscamos apenas descrever as características dos líderes políticos chamados de populistas, sem nenhuma avaliação ou julgamento a atuação dessas lideranças e suas relações com o eleitorado.

:: Juan Domingo Perón e o movimento peronista na Argentina ::

O coronel Juan Domingo Perón foi presidente da Argentina entre 1946 e 1955 e 1973 e 1974. Orientou seu governo para a construção de uma aliança com os trabalhadores tendo como base uma política de reformas sociais. O aumento da popularidade de Perón e de sua imagem de aliado dos trabalhadores foi resultado, também, da atuação de sua esposa, Eva Perón, ou Evita, vista como uma protetora por muitos setores populares argentinos.

Em relação aos Estados Unidos, Perón manteve uma posição de distanciamento, fato que, somado à sua proximidade com os trabalhadores e suas posições nacionalistas, inquietou muito a burguesia argentina e os setores militares. Em 1955, ele foi deposto por um golpe de Estado e se dirigiu ao exílio, só retornando ao país em 1973. Durante todo esse período, o movimento peronista permaneceu atuante no país, em sindicatos e na política, ainda que proibido.

A morte de Perón em 1974 não significou o fim do peronismo, que sofreu uma dura repressão durante a ditadura militar instalada em 1976. Com a redemocratização nos anos 1980, o Partido Justicialista, de origem peronista, voltou a atuar na política argentina, elegendo vários presidentes.

Estas novas correntes políticas de esquerda, que foram ganhando cada vez mais expressão pública na América Latina, desenvolviam sua atuação em meio às disputas da Guerra Fria utilizando diferentes formas de luta como a atuação em partidos, a organização de sindicatos, as manifestações coletivas, a criação de grupos guerrilheiros. Algumas vezes, partidos e grupos guerrilheiros tinham como objetivo maior depor os governos existentes e instalar regimes comunistas revolucionários. Nesse sentido, reproduziu-se em vários países da América Latina a grande luta entre capitalismo e socialismo.

Em outras ocasiões, porém, os movimentos sociais de esquerda não almejavam construir um sistema comunista, mas transformar as estruturas sociais de seus países — marcadas pela pobreza, pelo grande poder das elites econômicas, pela exploração de camponeses e operários. Estes eram projetos políticos que, embora criticassem o sistema capitalista e propusessem mudanças nele, não defendiam o seu fim e a instalação do socialismo. Mas a Guerra Fria dificultava posições intermediárias. O fortalecimento de quaisquer agremiações ou movimentos políticos de esquerda era imediatamente identificado à guerra mais geral entre capitalismo e comunismo. Por isso, os conflitos das sociedades latino-americanas transformaram-se em conflitos da Guerra Fria.

A atuação cada vez mais forte dos partidos e organizações esquerdistas atingia diretamente dois grupos de interesse. Em primeiro lugar, os Estados Unidos, cuja influência era denunciada como uma exploração dos recursos desses países e como uma dominação que não atendia aos interesses da população latino-americana. As ideias nacionalistas eram, então, utilizadas para defender a proibição do uso do capital estrangeiro em algumas áreas econômicas. O segundo grupo atingido eram as elites econômicas e políticas de cada país, cujos poderes eram contestados. Por isso, tanto a burguesia industrial como os proprietários de terras temiam o avanço das agremiações esquerdistas.

O governo dos Estados Unidos e as elites latino-americanas buscaram encontrar formas para enfrentar os desafios colocados pelos sindicatos rurais e urbanos, partidos comunistas e movimentos de luta armada que se multiplicavam. A repressão feita pelos órgãos de informação e policiais de cada país e a atuação de agentes estadunidenses da CIA (Agência Central de Inteligência) foram muito importantes para monitorar e controlar a ação dos militantes esquerdistas. Ao lado disso, os sistemas judiciários colaboraram com os governos não punindo os responsáveis pelas violências cometidas contra líderes sindicais e políticos de esquerda. Ao mesmo tempo, setores sociais importantes como as Forças Armadas e as classes médias conservadoras apoiavam a ação dos governos contra as organizações de esquerda, receosos do crescimento do comunismo.

Ao lado das organizações operárias, houve também o fortalecimento de movimentos rurais, que reivindicavam a reforma agrária e a garantia de direitos à população camponesa. Essas organizações ameaçavam as elites mais tradicionais da América Latina, os proprietários de terras, que reagiram à mobilização dos camponeses com violência e recorreram às autoridades governamentais para assegurar que não sofreriam nenhuma perda.

:: Síntese ::

- Na segunda metade do século XX, a economia latino-americana registrou o desenvolvimento da industrialização através de um processo chamado de substituição de importações.
- O crescimento da economia industrial levou à formação de novos grupos sociais, como os operários e a burguesia industrial, e à diversificação das classes médias.
- Diversos movimentos políticos urbanos e rurais foram organizados com o objetivo de contestar as condições de desigualdade e exploração da maioria da população latino-americana. Alguns desses movimentos defendiam o uso da luta armada para implantar regimes comunistas na América Latina.

BRASIL: DE 1945 AOS ANOS 60

Neste último item, vamos discutir os rumos trilhados pela sociedade brasileira a partir de 1945. Provavelmente, você vai perceber que existem semelhanças entre nossa história e a de outros países latino-americanos. É isso mesmo. Muitas questões que analisamos anteriormente, como o crescimento de movimentos de esquerda, as tensões da Guerra Fria e a instalação de ditaduras militares também fazem parte de nossa história nas últimas décadas.

:: Populismo e Trabalhismo: duas visões ::

Para muitos estudiosos, o populismo se caracteriza pela existência de um líder político carismático que conquista o apoio de trabalhadores urbanos e alguns setores médios defendendo ideias nacionalistas e desenvolvendo políticas vistas com 'assistencialistas', que oferecem vantagens materiais à população, mas não atuam sobre as causas reais da pobreza. Dessa forma, os trabalhadores urbanos, em número crescente a partir de meados do século XX, seriam manipulados politicamente pelas lideranças populistas.

Atualmente, novos estudos enfatizam a participação ativa dos trabalhadores na construção de acordos e alianças com os políticos populistas, buscando demonstrar que não havia uma submissão direta ao líder populista, mas uma negociação constante. Esta segunda visão fortalece a ideia de que houve uma política de caráter trabalhista, que não apenas manipulou, mas que resultou da pressão feita pelas classes trabalhadoras.

• O período democrático (1946–1964)

Como vimos anteriormente, o ano de 1945 foi bastante turbulento, terminando com a saída de Getúlio Vargas da presidência da república e a convocação de uma eleição, da qual saiu vitorioso o general Eurico Gaspar Dutra. Este período que se iniciou com a crise do Estado Novo até o golpe de 1964 apresenta algumas características principais. A primeira delas é a construção de um sistema democrático, no qual o poder legislativo foi restabelecido e surgiram, pela primeira vez, partidos políticos que atuavam em todo o país, com destaque para o PSD, o PTB e a UDN. O Partido Comunista Brasileiro, mantido na ilegalidade durante décadas, recebeu o direito de se reorganizar e concorrer nas eleições.

Além de partidos nacionais, nesses anos os direitos políticos se ampliaram, com a extensão do direito de voto às mulheres e a inclusão de novos eleitores por causa do aumento da escolaridade. Assim, ocorreu a ampliação da participação dos cidadãos brasileiros nas discussões políticas e novas questões e projetos sociais foram discutidos, incluindo ideias socialistas e comunistas.

Outro aspecto geralmente enfatizado sobre esse período da nossa história foi a disputa entre dois projetos de desenvolvimento para o país. O primeiro projeto pode ser caracterizado como nacional-desenvolvimentista, o que representava a defesa de um capitalismo nacional, com forte participação do Estado na economia, através de investimentos em setores considerados estratégicos para o país, tais como petróleo, siderurgia, transportes e comunicações. Esse projeto era defendido, com mais ênfase, pelo PTB.

Em oposição ao nacional-desenvolvimentismo, colocava-se o projeto liberal que defendia a liberdade econômica com a abertura para o capital externo e a reduzida intervenção do Estado na economia. Esse projeto era defendido, principalmente, pela UDN.

As liberdades estabelecidas pela Constituição de 1946, a ampliação da participação dos cidadãos e as disputas entre diferentes projetos de sociedade identificados acima, em meio ao contexto mundial de crescimento dos movimentos anti-imperialistas e da Guerra Fria, políticas e sociais entre as correntes que identificamos acima fizeram com que os anos de 1945 a 1964 fossem marcados por sucessivas crises políticas, que desembocaram no golpe civil-militar de 1964. Dentre essas crises, destacamos a instabilidade política do ano de 1954, gerada pelas pressões contra o governo Vargas, seu suicídio e sua sucessão; o golpe preventivo dado pelo general Henrique Teixeira Lott em 1955, garantindo a posse do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; e a crise instaurada em 1961, em virtude da renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros e da posse de seu vice João Goulart. Vamos estudar esses processos com mais detalhes.

• O governo Dutra (1946–1951)

O general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente da República em 1945, graças aos partidos que davam sustentação a Getúlio Vargas, ou seja, PTB e PSD. Paralela ao novo governo, foi eleita uma Assembleia Constituinte, responsável pela constituição de 1946.

:: A nova Constituição ::

A Constituição promulgada em 1946 teve um caráter liberal-democrático e:

- estabeleceu a volta às liberdades democráticas através da liberdade de imprensa, liberdade de associação e de manifestação, direito de greve, direito de *habeas corpus*, e a possibilidade de abertura de CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito).
- estabeleceu direitos para os trabalhadores, mas manteve formas de controle do Estado sobre o movimento sindical, sendo ele responsável pela regulamentação do direito à associação e pelo direito à greve.

Em relação ao posicionamento do Brasil na Guerra Fria, o governo do general Dutra representou um alinhamento aos EUA, satisfazendo aos interesses dos liberais que, de forma pejorativa, eram chamados pelos adversários políticos de entreguistas, pois defendiam a abertura do país para o capital externo. Para o país, essa política significou o gasto de nossas reservas de dólares, conseguidas com a Segunda Guerra, uma vez que o país assistiu a uma grande entrada de produtos importados para consumo cotidiano, praticamente sem impostos de importação. Mais tarde, devido ao fracasso dessa política, o governo foi obrigado a adotar uma nova postura, regulamentando as importações e facilitando a entrada de bens de produção (que possibilitavam a implantação de fábricas e indústrias).

Ainda relacionado à Guerra Fria, o governo de Dutra, com apoio de alguns setores políticos, cassou o registro do Partido Comunista (1947), desencadeando uma perseguição às suas lideranças e aos sindicatos controlados por eles, o que visava desestruturar o movimento sindical que organizou inúmeras greves no final do seu governo. Além disso, uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação de todos os representantes do PCB nos legislativos municipal, estadual e federal. Desde então, o partido voltou a desenvolver suas atividades de forma clandestina. Isso nos mostra os limites do regime democrático estabelecido e a permanência da repressão estatal às atividades sindicais que não se submetessem às diretrizes do governo.

Essa cassação do registro do PCB ia ao encontro da política externa do Brasil, que rompeu relações diplomáticas com a URSS, mantendo seu alinhamento aos EUA. Isso pôde ser notado na participação brasileira na Conferência Interamericana sobre defesa do Continente, realizada em Petrópolis em agosto de 1947, e que teve como resultado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que visava combater o comunismo na América Latina.

Nas eleições de 1950 para a sucessão do general Dutra, concorreram quatro candidatos: Eduardo Gomes (UDN), João Mangabeira (PSB — Partido Socialista Brasileiro), Cristiano Machado (PSD) e Getúlio Vargas, apoiado pelo PTB, pelo PSP (Partido Social Progressista) e pelos dissidentes do PSD. As eleições foram vencidas por Getúlio Vargas, que obteve 48,7% dos votos, contra 29,7% do segundo colocado, o brigadeiro Eduardo Gomes. No período em que esteve afastado da presidência, Vargas havia ocupado o cargo de senador, tendo sido eleito pelo PSD.

:: A força do Partido Comunista ::

Legalizado em 1945, o PCB elegeu a mais significativa bancada de sua história; 14 deputados para a Constituinte de 1946, feito que se deu, principalmente, devido ao prestígio de Luís Carlos Prestes, que foi eleito para o Senado, como o mais votado do país. Faziam parte dessa bancada, dentre outros: Jorge Amado, Maurício Grabois, Carlos Mariguela e João Amazonas. Todos tiveram seus mandatos cassados em 1947.

• O segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954)

Como a UDN não conseguira vencer as eleições, tentou impugná-las, alegando que o vencedor deveria ter maioria absoluta (metade mais um dos votos). Este episódio mostrou os limites do liberalismo dos que foram derrotados nas urnas, pois a legislação eleitoral não fazia tal exigência, o que revela a intenção, cada vez mais presente entre os membros da UDN, de combater seus adversários, sobretudo Vargas, através de mecanismos não legais.

Em seu novo governo, agora democrático, Vargas adotou um forte nacionalismo econômico, que gerou um choque inevitável com os interesses norte-americanos. O ponto alto dessa política nacionalista foi a criação da Petrobrás em 1953, após a campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou amplos setores da sociedade brasileira. A criação da estatal feria diretamente os interesses de algumas empresas estrangeiras, em especial a norte-americana Standard Oil (Esso).

Os embates com os EUA não paravam por aí. Em 1951, o Brasil se recusou a enviar tropas à Guerra da Coreia para ajudar as forças norte-americanas, que lutavam a favor das tropas do sul contra os comunistas do norte. Além disso, durante o governo de Eisenhower, os Estados Unidos cancelaram o acordo de desenvolvimento firmado com o Brasil, o que significou a entrega de apenas 180 milhões de dólares dos 400 milhões que haviam sido prometidos.

Em relação à política interna, crescia a oposição de setores conservadores, articulados em torno da UDN. Seu principal porta-voz era o jornalista Carlos Lacerda, que dirigia o jornal *Tribuna da Imprensa*. O único jornal que ainda se mantinha ao lado de Vargas era o *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, que recebia benefícios do governo. Os opositores de Vargas se levantavam não só contra suas posições nacionalistas e o afastamento em relação aos Estados Unidos, mas criticavam também sua aliança com os trabalhadores urbanos e o apoio que o presidente recebia de uma parte importante dos sindicatos operários. Esse apoio os levava a temer que o governo tomasse posições esquerdistas.

A tensão política aumentou ainda mais com a “greve dos 300 mil” que ocorreu em São Paulo em 1953, englobando diversas categorias de trabalhadores que exigiam aumentos salariais e direitos sociais. Pressionado por esses setores sociais, Vargas viu seu prestígio ameaçado e nomeou João Goulart (Jango) para o Ministério do Trabalho, onde este atuaria como intermediário entre o governo e os trabalhadores. Jango decretou medidas que beneficiavam os trabalhadores, incluindo o aumento de 100% do salário mínimo.

No entanto, a tentativa de se aproximar dos trabalhadores acabou aumentando as críticas dos setores mais conservadores, que acusaram o governo de pretender formar uma “República sindicalista”. Ou seja, a UDN, parte do PSD,

classes médias conservadoras e grupos econômicos aliados aos Estados Unidos afirmavam que o governo estava cada vez mais sendo comandado por sindicatos de trabalhadores, favorecendo seus interesses de esquerda.

A oposição a Vargas aumentou também entre os setores militares, principalmente após a divulgação de um manifesto assinado por 81 oficiais do Exército, no qual o presidente era acusado de estar contribuindo para difundir o comunismo e para a proliferação das greves, além de estar gerando uma divisão nas forças armadas. Isto porque importantes grupos de militares apoiavam as ideias nacionalistas de Vargas e, assim, acabavam se aproximando do presidente e dando sustentação ao seu governo.

A situação em relação às forças armadas piorou muito em agosto de 1954, depois do atentado da Rua Toneleros — rua localizada no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. O atentado foi organizado para matar o jornalista Carlos Lacerda, o principal opositor público de Getúlio, mas provocou a morte do major da Aeronáutica Rubens Vaz. As investigações do assassinato, realizadas pela polícia e pela Aeronáutica, revelaram a ligação dos assassinos com Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas.

Nas semanas seguintes, as críticas a Vargas aumentaram de intensidade, atingindo o ponto em que setores militares e civis ameaçavam iniciar levantes contra o governo. Com o aprofundamento da crise e com sua desmoralização política, o presidente cometeu suicídio na manhã de 24 de agosto de 1954. Num primeiro momento, o ato de Vargas pareceu abrir o caminho do poder a seus opositores. Entretanto, eles não contavam com um fator político: os setores da população que apoiavam Getúlio.

Após sua morte, manifestações públicas explodiram em toda a cidade do Rio de Janeiro e outras partes do país. Milhares de pessoas atacaram os jornais que criticavam Vargas e acompanharam com emoção seu funeral. Desta forma, a comoção popular frustrou os planos das correntes políticas conservadoras que, em 1954, não conseguiram tomar o poder.

• A transição política e o governo de Juscelino Kubitschek (1954–1961)

Com a morte de Vargas, assumiu o vice-presidente Café Filho, articulado com os setores conservadores. A UDN passou a ter influência sobre o governo, impondo a maioria dos ministros e medidas que beneficiavam o capital externo no Brasil. Após o afastamento de Café Filho, alegando motivos de saúde, assumiram o governo o presidente da Câmara, Carlos Luz, comprometido com a UDN, e mais tarde o presidente do Senado, Nereu Ramos.

Nas eleições presidenciais em fins de 1955, verificou-se uma nova vitória das forças getulistas, articuladas em torno da campanha do político mineiro Juscelino Kubitschek, eleito pelo PSD e pelo PTB. Os udenistas, mais uma vez, tentaram a saída golpista, buscando o apoio dos militares. O golpe, que seria desfechado pelo Exército, só não deu resultado devido a um contragolpe, articulado pelo general Henrique Teixeira Lott, que ficou conhecido como golpe preventivo. Esse golpe garantiu a posse de Juscelino e de seu vice João Goulart, o antigo ministro de Getúlio Vargas e visto como um de seus herdeiros políticos.

Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, assumiu a presidência em janeiro de 1956 sob o lema “50 anos em 5”. O novo presidente prometia em 5 anos

promover o desenvolvimento do país como nunca havia sido feito antes. Apoiando-se em análises econômicas feitas pela CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) e nos projetos do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), criado por Vargas, o novo presidente estabeleceu um “Plano de Metas”, através do qual pretendia desenvolver indústrias de base, rodovias, o setor elétrico e os setores de alimentação e educação.

:: A cultura nos anos JK ::

A década de 50 foi marcada, no campo musical, pelo surgimento da bossa nova, um novo estilo musical que mesclava influências externas como o jazz e elementos nacionais como o samba e que alcançou grande sucesso no Brasil e no exterior. Como expoentes desse novo estilo podemos citar João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes.

JK, por seu temperamento amigável, disposto a desarmar conflitos políticos e buscar soluções conciliadoras, passou a ser chamado de “presidente bossa nova”.

Paralelamente, se desenvolviam, também nas grandes cidades, atividades culturais comprometidas com mudanças no comportamento da sociedade. Uma delas foi o Teatro Experimental do Negro (TEN). Criado em 1944 por Abdias Nascimento, o TEN cresceu nos anos JK, realizando não somente apresentações de peças consagradas internacionalmente com um elenco negro como editando um jornal chamado Quilombo, que publicava artigos sobre o racismo no Brasil e levantava discussões sobre a ausência dos negros no mundo artístico teatral. O TEN também promovia cursos de alfabetização, realizava atividades de formação de atores e organizava eventos como “A Semana do Negro”, que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1955. Sua atuação levou à criação de outros grupos semelhantes como o Teatro Popular Brasileiro, do poeta e ativista negro Solano Trindade, em São Paulo. A atriz Ruth de Souza foi lançada pelo TEN.



“Sortilégio”, peça encenada pelo TEN (Teatro Experimental do Negro), 1957, Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Em cena: Matilde Gomes, Heloisa Hertã, Stela Delfina, Léa Garcia e Abdias do Nascimento. Acervo Cultural do IdArte (Centro Cultural de São Paulo). Registro fotográfico autoria desconhecida. Imagem retirada de http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=cias_biografia&cd_verbeta=649 (acessado em 05/01/2011)

A política desenvolvimentista de JK deu prioridade ao desenvolvimento do setor de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), financiado através da emissão de moeda, criação de impostos sobre combustíveis e empréstimos estrangeiros, especialmente do EXIMBANK, o que foi facilitado pela disposição norte americana em investir na América Latina após o término da Guerra da Coreia.

Dentro da lógica desenvolvimentista se inseriu a construção da nova capital, Brasília, que serviria para interiorizar o desenvolvimento do país. Outra iniciativa de JK foi a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que tinha como meta auxiliar o desenvolvimento econômico e social da região, mas não atingiu os objetivos esperados. No setor industrial foi criada a GEIA (Grupo de Estudos da Indústria Automobilística), visando desenvolver o setor automobilístico, o que foi alcançado: nos anos JK, as indústrias automobilísticas internacionais se instalaram no estado de São Paulo.

Em relação à América Latina, Juscelino contribuiu para a formação da OPA (Operação Pan-americana), que buscava criar laços de solidariedade entre os países latino-americanos e atrair recursos norte-americanos para esses países.

• Pensando o Brasil

Os anos do governo JK também foram tempos em que surgiram novas ideias sobre como desenvolver o Brasil e a América Latina. Nesse período foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e um de seus integrantes mais influentes foi o economista brasileiro Celso Furtado. As ideias de Furtado pregavam uma intervenção do Estado na economia para romper a relação de dependência dos países latino-americanos com o chamado "mundo desenvolvido".

Ainda durante essa época, em 1955, um grupo de intelectuais fundou o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Este instituto também tinha como objetivo pensar formas de tirar o Brasil do subdesenvolvimento. Seus integrantes acreditavam que era fundamental romper com o latifúndio exportador e com a dependência do capital estrangeiro para desenvolver o país de forma autônoma. Assim, acreditavam que seria melhor o Brasil ter um governo com opção nacionalista.

O governo JK foi muito influenciado por esse pensamento, que, como vimos, deu base ao seu Plano de Metas. Ao final de seu mandato, esse planejamento econômico chegou aos seguintes resultados:

Plano de Metas: previsões e resultados (1957–1961)

	Previsão	Realizado	%
Energia elétrica (1000 Kw)	2000	1650	82
Carvão (1000 ton)	1000	230	23
Petróleo – produção (1000 barris-dia)	96	75	76
Petróleo – refino (1000 barris-dia)	200	52	26
Ferrovias (1000 km)	3	1	32
Rodovias – construção (1000 km)	13	17	138
Rodovias – pavimentação (1000 km)	5	-	-
Aço (1000 ton)	1100	650	60
Cimento (1000 ton)	1400	870	62
Carros e caminhões (1000 un)	170	133	78
Nacionalização (carros) %	90	75	-
Nacionalização (caminhões) %	95	74	-

Fonte : Orenstein e Sochaczewski (1990) citado por FREIRE e outros. *História em Curso. O Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. P.303

Com a leitura atenta do quadro acima, você pode avaliar a performance e as prioridades do governo de Juscelino, considerando os resultados obtidos. E refletir o que significou, para o Brasil, ter escolhido esse caminho de desenvolvimento.

:: Síntese ::

Entre 1945 e o início da década de 1960, a sociedade brasileira vivenciou:

- a construção de um regime democrático, com ampliação dos direitos dos cidadãos e da participação política mas também a permanência de mecanismos autoritários e excludentes;
- a intensa disputa entre diferentes projetos políticos e sociais, que gerou seguidas crises políticas;
- a influência da Guerra Fria no contexto político e social nacional;
- o avanço do processo de industrialização, estabelecido a partir da intervenção do Estado.

EXERCÍCIOS

1) (ENEM/2010)

A chegada da televisão

A caixa de pandora tecnológica penetra nos lares e libera suas cabeças falantes, astros, novelas, noticiários e as fabulosas, irresistíveis garotas-propaganda, versões modernizadas do tradicional homem-sanduíche.

SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A TV, a partir da década de 1950, entrou nos lares brasileiros provocando mudanças consideráveis nos hábitos da população. Certos episódios da história brasileira revelaram que a TV, especialmente como espaço de ação da imprensa, tornou-se também veículo de utilidade pública, a favor da democracia, na medida em que

- (A) ampliou os discursos nacionalistas e autoritários durante o governo Vargas.
- (B) revelou para o país casos de corrupção na esfera política de vários governos.
- (C) maquiou indicadores sociais negativos durante as décadas de 1970 e 1980.
- (D) apoiou, no governo Castelo Branco, as iniciativas de fechamento do parlamento.
- (E) corroborou a construção de obras faraônicas durante os governos militares.

2) (UFU) A respeito dos contextos político e sócio-cultural interno e externo dos Estados Unidos, entre o final da 2ª Guerra Mundial e a década de 1960, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O feminismo teve forte impulso nos Estados Unidos na década de 1960, ao reivindicar tratamento profissional semelhante ao homem, o controle e planejamento familiar e o fim da autoridade masculina nos casamentos e constituição das famílias.
- (B) Externamente, os Estados Unidos participaram da Guerra da Coreia, oferecendo apoio à Coreia do Sul contra a tentativa de unificação promovida pela Coreia do Norte, apoiada pelos soviéticos. Foi um episódio crítico na chamada Guerra Fria e marcando as disputas das duas potências pelo controle geopolítico da Ásia.
- (C) Internamente, foi criado pelo governo norte-americano o Plano Marshall, que tinha por objetivo ajudar as famílias dos soldados que retornaram da guerra, a fim de promover sua reintegração à sociedade e evitar a proliferação do comunismo em território norte-americano, em nome do Estado de bem-estar social capitalista.
- (D) O clima de prosperidade, alimentado pela produção em massa de bens de consumo, contrastou-se com as manifestações do movimento negro contra o racismo. Entre seus líderes, Martin Luther King defendia a desobediência civil e a não violência, por meio de boicotes e marchas pelos direitos civis.

3) (UNICAMP)

Um dos exemplos do estado de pânico total que dominou a sociedade norte-americana naqueles anos iniciais da década foi a “cruzada anticomunista” que levou o nome do Macarthismo por causa do senador Joseph McCarthy. (FENELON,

Déa. *A Guerra Fria*, 1983)

Explique o que foi o Macarthismo e as suas relações com a Guerra Fria.

4) (UFFRJ) Leia o texto a seguir sobre o governo de Kubitschek.

Para implantar a nova opção de política econômica com o mínimo de estabilidade, o governo Kubitschek usou como estratégia — além da elaboração

de uma ideologia de mobilização popular — o reforço da eficácia da coligação PSD/PTB no legislativo.

BORIS, F. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1955. p. 343.

O acordo PSD/PTB forneceu estabilidade e garantiu apoio ao governo de Juscelino Kubitschek. Sobre sua política econômica, pode-se afirmar que

- (A) foi definida pelo Plano de Metas, que configurou o perfil nacional-desenvolvimentista, combinando a articulação do Estado, da empresa privada nacional e do capital estrangeiro, na implementação da modernização industrial.
- (B) favoreceu o capital internacional em detrimento da burguesia nacional, na condução da industrialização, através do Programa de Metas.
- (C) promoveu a ascensão do grande capital nacional na condução do processo industrial, especialmente do setor automobilístico.
- (D) marcou o fim da tradicional dependência econômica do capital externo, favorecendo o desenvolvimento da indústria nacional.
- (E) gerou o processo de substituição de importações, resultando em significativo crescimento na produção industrial.

5) (UNESP/2011) A construção de Brasília durante o governo Juscelino Kubitschek (1956–1961) teve, entre suas motivações oficiais,

- (A) afastar de São Paulo a sede do governo federal, impedindo que a elite cafeicultora continuasse a controlá-lo.
- (B) estimular a ocupação do interior do país, evitando a concentração das atividades econômicas em áreas litorâneas.
- (C) deslocar o funcionamento público do Rio de Janeiro, permitindo que a cidade tivesse mais espaços para acolher os turistas.
- (D) tornar a nova capital um importante centro fabril, reunindo a futura indústria de base do Brasil.
- (E) reordenar o aparato militar brasileiro, expandindo suas áreas de atuação até as fronteiras dos países vizinhos.

6) (UERJ/2003)



JK — Você agora tem automóvel brasileiro, para correr em estradas pavimentadas com asfalto brasileiro, com gasolina brasileira. Que mais quer?

JECA — Um prato de feijão brasileiro, seu doutô!

STORNI, 1927. In: LEMOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura*. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

O texto e a charge representam, de formas diferentes, um dos principais dilemas do desenvolvimentismo no governo Juscelino Kubitschek, durante a 2ª metade da década de 1950. A alternativa que melhor apresenta esse dilema é:

- (A) os contrastes culturais e educacionais entre as elites paulistas e nortistas.
- (B) a desigualdade política e ideológica entre as oligarquias nordestinas e sulistas.
- (C) a defasagem histórica e tecnológica entre o setor petrolífero e o agroexportador.
- (D) as disparidades econômicas e sociais entre os setores agrário e urbano-industrial.

7) (Enem 2012)

Nós nos recusamos a acreditar que o banco da justiça é falível. Nós nos recusamos a acreditar que há capitais insuficientes de oportunidade nesta nação. Assim nós viemos trocar este cheque, um cheque que nos dará o direito de reclamar as riquezas de liberdade e a segurança da justiça.

(KING Jr., M. L. Eu tenho um sonho, 28 ago. 1963. Disponível em: www.palmares.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2011 — Adaptado)

O cenário vivenciado pela população negra, no sul dos Estados Unidos nos anos 1950, conduziu à mobilização social. Nessa época, surgiram reivindicações que tinham como expoente Martin Luther King e objetivavam

- (A) a conquista de direitos civis para a população negra.
- (B) o apoio aos atos violentos patrocinados pelos negros em espaço urbano.
- (C) a supremacia das instituições religiosas em meio à comunidade negra sulista.
- (D) a incorporação dos negros no mercado de trabalho.
- (E) a aceitação da cultura negra como representante do modo de vida americano.

8) (ENEM 2012)

*Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia
Descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei*

GONZAGA, L.; CORDOVIL, H. A vida de viajante, 1953. Disponível em: www.recife.pe.gov.br. Acesso em: 20 fev. 2012 (fragmento).

A letra dessa canção reflete elementos identitários que representam a

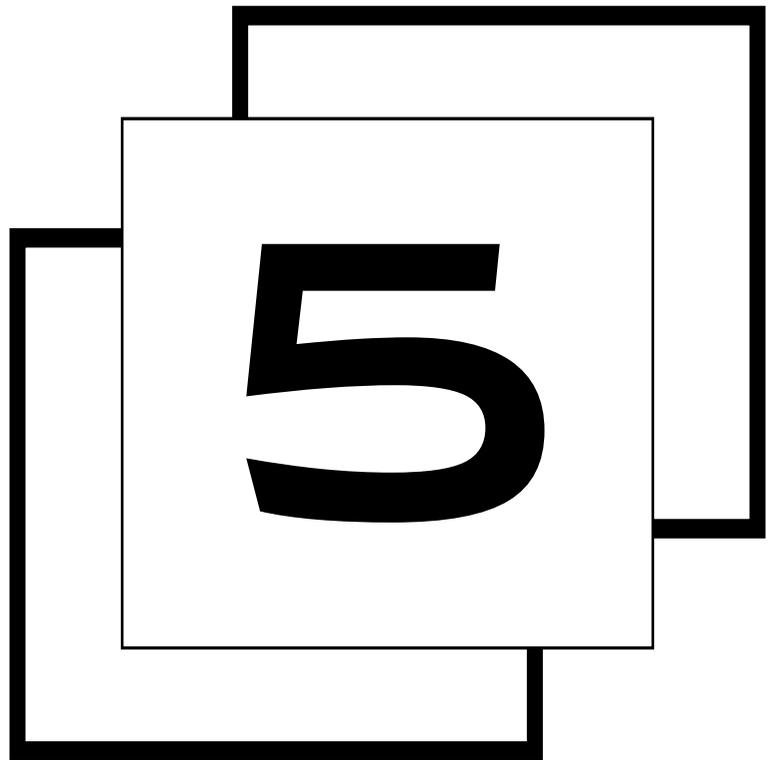
- (A) valorização das características naturais do Sertão nordestino.
- (B) denúncia da precariedade social provocada pela seca.
- (C) experiência de deslocamento vivenciada pelo migrante.
- (D) profunda desigualdade social entre as regiões brasileiras.
- (E) discriminação dos nordestinos nos grandes centros urbanos

GABARITO

1) B 2) C

3) Macarthismo foi como ficou conhecida uma política liderada pelo Senador McCarthy. Ele dirigia, no Senado dos EUA, a Comissão de Atividades Antiamericanas, que encorajava a denúncia e perseguição a supostos comunistas em diversos campos da vida social norte-americana, especialmente no meio intelectual e artístico. O surgimento dessa política se encontra entre os efeitos da Guerra Fria, durante a qual a luta contra o comunismo se fortaleceu nos EUA.

4) A 5) C 6) D 7) A 8) C



**AMÉRICA LATINA:
REVOLUÇÃO, AUTORITARISMO E DEMOCRACIA**

INTRODUÇÃO

No capítulo anterior, discutimos como os anos posteriores a 1945 foram marcados por importantes mudanças econômicas, sociais e políticas no Brasil e em outros países da América Latina. Longe de ser um processo característico do nosso subcontinente, também na África e na Ásia as transformações eram muitas, com a independência de várias colônias europeias, a mobilização popular em diversos movimentos nacionalistas e anti-imperialistas, além da expansão de regimes comunistas.

Em toda parte se questionava a dominação estrangeira, as relações de exploração econômica e subordinação cultural presentes no sistema capitalista, a desigualdade social e a pobreza, aspectos marcantes dos países que formavam o que, então, se chamava *Terceiro Mundo*. Nesses processos, Estados Unidos e União Soviética buscaram se fazer presentes, disputando intensamente áreas de influência e interferindo diretamente nas disputas ocorridas em um país ou uma região. Nas décadas de 1960 e 1970, as lutas políticas e sociais intensificaram-se ainda mais, assim como o enfrentamento entre capitalismo e socialismo. Na Ásia, a guerra civil no Vietnã opunha os dois sistemas e contava com a intervenção da China, da URSS e, principalmente, dos Estados Unidos; na África, guerrilhas comunistas lideravam as guerras de libertação nas colônias portuguesas.

Na América Latina, nosso objeto de estudo neste capítulo, o contexto político e social também se radicalizou bastante. O socialismo conquistou o poder em alguns países e orientou a criação de diversos grupos de luta armada. A ação dos EUA no apoio a setores conservadores e a governos capitalistas foi ainda maior e sucessivas intervenções militares nos sistemas políticos deram origem a violentas ditaduras alinhadas ao capitalismo.

Para começarmos a entender este cenário povoado pelas ideias de revolução, autoritarismo e, mais recentemente, pelas lutas para construir regimes democráticos, partimos de um evento crucial: a Revolução Cubana, que derrotou um governo autoritário aliado dos Estados Unidos em 1959 e estabeleceu o primeiro regime socialista na América Latina. Vamos a ela.

A REVOLUÇÃO CUBANA

Observe o mapa a seguir. Ele nos mostra a localização da ilha de Cuba, no mar do Caribe, e sua proximidade com os Estados Unidos — cerca de 150 quilômetros de distância. Em janeiro de 1959, o guerrilheiro Fidel Castro entrava na capital, Havana, como um dos líderes de um vitorioso movimento revolucionário que estabeleceu um novo caminho para o país e um marco na história latino-americana.

A história de Cuba no século XIX possui aspectos específicos. Sua independência foi alcançada somente em 1898, várias décadas após a emancipação das outras colônias espanholas. A luta contra a metrópole iniciada pelos cubanos em 1895 desdobrou-se numa guerra entre Espanha e Estados Unidos (Guerra Hispano-Americana, 1898), vencida rapidamente pelos últimos. Nesse processo, Cuba conquistou sua autonomia da antiga metrópole europeia, mas a influência norte-americana se impôs imediatamente. Tropas militares dos Estados Unidos permaneceram na ilha até que as autoridades governamentais cubanas aceitassem inserir uma emenda em sua constituição — a Emenda Platt (1903–1934) — que concedia ao governo

norte-americano um grande poder, como você pode ler nos artigos a seguir:

1ª — Cuba não celebrará qualquer tratado ou pacto que tenda a fragilizar a independência da República.

3ª — O governo cubano confere aos EUA o Direito de Intervenção para a preservação da independência e manutenção de um governo adequado à proteção da vida, propriedade privada e cumprimento das obrigações impostas pelos EUA a Cuba.

4ª — Todos os atos realizados pelos EUA durante a ocupação [1898–1903] serão ratificados e considerados válidos, bem como todos os direitos adquiridos.

7ª — Para garantir aos EUA condições que lhes permitam assegurar a independência de Cuba e proteção do seu povo, o governo cubano venderá ou arrendará aos EUA as terras necessárias para a extração de carvão ou estações navais.

Localização de Cuba



A influência dos Estados Unidos em Cuba traduziu-se num domínio político direto. Militares norte-americanos ocuparam a ilha entre 1906 e 1909, em 1912 e entre 1917 e 1922; além dessas intervenções, o governo norte-americano forneceu apoio a políticos cubanos aliados. Em termos econômicos, a dominação foi igualmente intensa: empresas norte-americanas aumentaram sua presença no setor agrícola, principalmente na atividade canavieira, na mineração e no turismo e grandes investimentos foram feitos para instalar indústrias em Cuba cujas mercadorias eram exportadas.

Essa situação vinha ao encontro dos interesses de alguns grupos sociais cubanos, como os proprietários de terra e setores burgueses que lucravam com as trocas comerciais e alianças feitas com os Estados Unidos. Em relação à exportação do açúcar, principal artigo da economia de Cuba, os laços eram ainda mais estreitos: acordos especiais garantiam a compra, por preços pré-definidos, de grande parte da produção cubana pelos norte-americanos. Isso assegurava um fluxo constante de recursos ao Estado caribenho e lucros certos aos plantadores.

A maioria da população da ilha, entretanto, vivia em extrema miséria. Os camponeses, além da falta de terras, sofriam com o desemprego nas entressafas da cana-de-açúcar. Nas cidades, havia uma grande carência de empregos e habitações populares, além de insatisfações de operários, estudantes universitários

e setores das classes média e alta com um governo corrupto e ligado a interesses norte-americanos.

Essa oposição, entretanto, não encontrava espaço para se manifestar diante da repressão imposta pelos governantes cubanos a sindicatos, partidos e meios de comunicação. Entre esses governantes, destacou-se Fulgêncio Batista, que ocupou a presidência pela primeira vez entre 1940 e 1944 e retornou ao poder através de um golpe de Estado em 1952, quando instaurou um regime ditatorial.

Foi nesse cenário social e político que, em 26 de julho de 1953, ocorreu uma invasão ao quartel de Moncada organizada por um grupo de opositores de Batista; entre eles, estava um jovem advogado chamado Fidel Castro. O plano completo previa uma série de ataques a edifícios públicos, com o objetivo de derrubar o governo ditatorial, mas os rebeldes não tiveram êxito, sendo vários deles mortos e outros, presos. Esse fracasso não impediu que suas ideias alcançassem grande repercussão em Cuba e recebessem o apoio de outros adversários do regime ditatorial. Em 1955, buscando dar uma demonstração pública de que seu governo era democrático, Fulgêncio Batista anistiu os presos do ataque ao quartel.

Devido à impossibilidade de levar adiante a oposição ao governo em Cuba, Fidel Castro e alguns aliados exilaram-se no México, onde fundaram o “Movimento 26 de Julho”. Suas principais bandeiras eram a derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista através da luta armada e o estabelecimento de um governo nacionalista, democrático e com ênfase na igualdade social. A esse grupo, reuniu-se o médico argentino Che Guevara, que viria a se tornar uma figura mundial.

Em fins de 1956, 82 militantes do “Movimento 26 de Julho” rumaram de volta para Cuba. Já no desembarque, enfrentaram forças policiais do governo. O resultado foi a morte de grande parte dos guerrilheiros. Um grupo reduzido de doze sobreviventes, incluindo Fidel Castro e Che Guevara, se dirigiu a uma região montanhosa da ilha chamada Sierra Maestra para estabelecer uma base de ação e reorganizar a guerrilha. Este foi o início do Exército Rebelde, nome dado às forças militares do Movimento 26 de Julho.

Durante o ano de 1957, os guerrilheiros iniciaram ataques a guarnições militares, fortalecendo seu arsenal e impondo derrotas às forças oficiais. Com isso, tornavam-se cada vez mais conhecidos dentro e fora de Cuba e recebiam a adesão de moradores do campo e das cidades às suas propostas: distribuição de terras, controle das riquezas do país, democratização, combate à miséria e ao analfabetismo. Por outro lado, a repressão detonada por Fulgêncio Batista para combater o Exército Rebelde, com o uso intensivo de violências contra a população, fez crescer o apoio aos guerrilheiros liderados por Fidel Castro e Che Guevara.

As vitórias sobre as forças oficiais permitiram que o Exército Rebelde controlasse diretamente uma parte do país e pudesse intensificar sua propaganda, buscando conquistar a adesão da população de outras regiões. Nas áreas administradas pelos rebeldes, reformas sociais já eram colocadas em prática — distribuição de terra aos camponeses, criação de escolas e atendimentos médicos. E isso também era uma poderosa propaganda do movimento guerrilheiro.

No ano de 1958, os exércitos de Batista sofreram seguidas derrotas até que, em 1º de janeiro de 1959, o ditador fugiu do país com seus principais assessores. Poucos dias mais tarde, as forças revolucionárias e seus líderes — Che Guevara, Fidel Castro e seu irmão, Raul Castro, Camilo Cienfuegos, entre outros — entraram na capital, Havana.

Após a vitória do Exército Rebelde, era necessário constituir um governo e iniciar as reformas defendidas pelo Movimento 26 de Julho e também pelos outros setores políticos que lutaram contra Fulgêncio Batista. Nos primeiros tempos, o novo governo declarou-se neutro em relação às disputas da Guerra Fria, não se aproximando dos Estados Unidos ou da União Soviética.

As reformas sociais tiveram início com a lei que decretou a distribuição das grandes propriedades agrárias aos camponeses. Essa medida atingiu diretamente fazendeiros cubanos e norte-americanos e provocou o surgimento de resistências armadas ao novo governo e protestos do governo dos Estados Unidos. Já as reformas implementadas nas cidades para baixar o preço dos aluguéis causaram insatisfações em muitos proprietários urbanos. Assim, desde o início, o governo revolucionário enfrentou oposições internas e externas. Aos opositores internos, a repressão foi imediata e muitos se encaminharam para o exílio.

Entre os anos de 1959 e 1961, outras medidas alteraram a distribuição da propriedade privada e as relações sociais, estabelecendo um cenário de igualdade social — amplo programa de distribuição de terras, ênfase nas áreas de educação e saúde, aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores e diminuição das diferenças salariais. Por isso, a revolução ganhava cada vez mais o apoio popular e dos militantes comunistas. Mas, estas ações geraram críticas entre correntes políticas moderadas, que haviam apoiado o movimento guerrilheiro, mas defendiam mudanças de menor alcance no país. A essas críticas, o governo respondeu com mais repressão e o fortalecimento da liderança de Fidel Castro. Portanto, enquanto a igualdade social se tornava realidade, a construção de um regime democrático era deixada de lado e o novo governo cubano se encaminhava para a concentração de poderes, de forma autoritária.

Nesses mesmos anos, as negociações com os Estados Unidos se tornaram cada vez mais tensas. Desde 1959, o governo norte-americano pressionou as novas autoridades cubanas a interromper as reformas no país e deu suporte a grupos contrarrevolucionários dentro e fora da ilha. As pressões econômicas foram fortes: primeiro, os Estados Unidos suspenderam o fornecimento de petróleo a Cuba. Como resposta, o governo revolucionário nacionalizou as refinarias no país e aceitou a oferta de fornecimento do óleo feita pela União Soviética. Em seguida, os norte-americanos interromperam a compra do açúcar, o que comprometia seriamente as receitas do Estado cubano; mais uma vez, a URSS se pronunciou e ofereceu-se para adquirir a produção cubana.

Em 1961, o governo norte-americano apoiou e armou grupos de exilados, que invadiram a ilha na tentativa de iniciar uma luta para derrubar o regime liderado por Fidel Castro. Esse episódio, conhecido como a invasão da Baía dos Porcos, fracassou devido à resistência da população cubana e levou ao rompimento diplomático entre Cuba e Estados Unidos. Ao fim desse processo, a Revolução Cubana se aproximara cada vez mais do comunismo e da União Soviética, abandonando a posição inicial de não alinhamento. Assim, o encaminhamento da Revolução Cubana para o comunismo foi resultado de desdobramentos posteriores à tomada do poder em 1959, não fazendo parte do programa inicial do Movimento 26 de Julho ou do Exército Rebelde. Se isso significou a sobrevivência da revolução, provocou, conseqüentemente, a oposição ferrenha dos Estados Unidos, que estabeleceu um duro bloqueio econômico à ilha, mantido nas décadas seguintes. No final do ano de 2014, os presidentes dos Estados Unidos e Cuba, Barack Obama e Raul Castro, iniciaram o diálogo para a retomada de relações

diplomáticas entre os dois países, o que pode vir a estabelecer mudanças nas relações econômicas entre eles.

:: A crise dos mísseis de 1962 ::

Durante muitos anos, a população mundial viveu com o fantasma de uma guerra nuclear que destruiria toda a vida na Terra. Abrigos subterrâneos foram construídos para aqueles que sobrevivessem às bombas. Muitos filmes foram feitos imaginando o que seria a vida após um conflito nuclear.

O ano de 1962 foi um dos momentos em que estivemos mais perto da ocorrência de um conflito nuclear, quando a União Soviética enviou para Cuba mísseis que poderiam alcançar rapidamente o território dos Estados Unidos e iniciou no país a construção de bases de lançamento. As armas e os técnicos soviéticos foram descobertos pelos serviços de espionagem norte-americanos, cujo presidente, John Kennedy, exigiu a retirada imediata dos armamentos.

Diante da recusa inicial do governo da URSS, Kennedy determinou um bloqueio naval a Cuba, impedindo a chegada de qualquer navio — inclusive os petroleiros soviéticos que para lá se dirigiam. Durante alguns dias de negociações e ameaças mútuas, o mundo viveu a expectativa de um conflito direto entre as duas superpotências, que só teve fim com o recuo do líder soviético, Nikita Krushev. As bombas foram retiradas de Cuba e, em contrapartida, os Estados Unidos se comprometeram a remover da Turquia mísseis que ameaçavam a URSS e a não patrocinar tentativas armadas de depor Fidel Castro. Mas isso não impediu que, durante toda a década de 1960, o líder cubano fosse alvo de várias tentativas — frustradas — de assassinato.

No decorrer dos anos 1960, o regime comunista cubano se aproximou do modelo soviético. Paulatinamente, a propriedade privada foi dando lugar à coletivização e ao controle estatal sobre toda a economia. A planificação centralizada, com a elaboração de planos quinquenais, também esteve presente em Cuba. Em termos sociais, os sistemas de saúde e educação foram estendidos a toda a população, assim como a garantia das condições mínimas de moradia e alimentação, embora somente nos anos 1970 algumas carências tenham sido superadas. Isso se relaciona com o maior intercâmbio econômico entre Cuba e os países do bloco socialista, intensificado com a entrada do primeiro no Comecom.

O auxílio da União Soviética foi fundamental para o funcionamento da economia cubana, tanto no fornecimento de petróleo e mercadorias industrializadas como na transferência de tecnologia. Mas, com o fim da superpotência em 1991, que discutimos no capítulo 3, essa ajuda foi suspensa e a economia de Cuba passou a enfrentar sérios problemas, que atingiram duramente a população e subsistem até os dias atuais. Nos últimos anos, algumas mudanças foram implementadas para permitir o surgimento de atividades privadas, diminuir os gastos do Estado e intensificar as relações econômicas com países capitalistas.

Em termos políticos, o sistema cubano também se assemelhou à URSS.

Apesar da ocorrência de eleições periódicas nos níveis local, regional e nacional, somente o Partido Comunista Cubano, criado em 1965, tem o direito de se organizar e indicar os candidatos. As universidades, meios de comunicação e artes são controlados por forças de segurança e vigilância oficiais, o que levou escritores, intelectuais e artistas cubanos a se oporem ao governo e, muitas vezes, optarem pelo exílio. Fidel Castro manteve-se na presidência do país desde 1959 até 2008, quando se afastou devido a problemas de saúde. A partir dos anos 1980, sua liderança, embora com respaldo popular, passou a ser cada vez mais contestada por muitos cubanos insatisfeitos com os limites impostos às atividades políticas, culturais e econômicas pelo regime comunista.

O AUTORITARISMO POLÍTICO E SOCIAL: A IMPLANTAÇÃO DAS DITADURAS MILITARES

::Foqueísmo: o caminho para a revolução na América Latina::

O processo de luta armada que levou à vitória dos guerrilheiros cubanos originou uma teoria de como criar as condições para a ocorrência de revoluções: o foqueísmo.

De acordo com essa teoria, um grupo coeso de indivíduos poderia fundar um foco revolucionário, concentrando-se em uma área rural de onde empreenderia ataques às forças oficiais. Para garantir seu sucesso, era fundamental conquistar o apoio da população local, que ajudaria os revolucionários a derrotar os adversários.

O maior divulgador dessa teoria foi Che Guevara. Após se transformar em um dos principais líderes da Revolução Cubana, ele se desligou de seu cargo oficial para integrar outros movimentos revolucionários na África e, depois, na América Latina. Che foi assassinado em 1967, na Bolívia, após ser capturado por forças policiais.

A teoria foquista inspirou muitos movimentos guerrilheiros na América Latina, que tinham como objetivo promover uma revolução de cunho comunista a partir da atuação em regiões rurais. No Brasil, este foi o caso da Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) na região amazônica nos anos 1960 e 1970, durante a ditadura militar brasileira.

A vitória dos revolucionários e a implantação do regime comunista em Cuba tiveram efeitos imediatos na América Latina. O sucesso dos guerrilheiros cubanos serviu como um poderoso estímulo ao fortalecimento de ideologias revolucionárias e ao surgimento de grupos que defendiam a luta armada como meio para transformar as sociedades latino-americanas. Em países como o Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, Colômbia e Chile, muitos militantes políticos passaram a se organizar militarmente para a tomada de poder e o estabelecimento de mudanças radicais na sociedade através de ações armadas. O exemplo cubano também colaborou para aumentar o poder de atração dos partidos comunistas, agora identificados às figuras de Fidel Castro e Che Guevara, que haviam derrotado a

grande potência norte-americana. A revolução estava na ordem do dia!

Por outro lado, os guerrilheiros cubanos desafiaram abertamente o poder dos Estados Unidos e assustaram bastante as elites e as classes médias conservadoras latino-americanas, aumentando os temores em relação ao avanço das ideias e organizações comunistas. Para esses setores, a defesa do capitalismo também estava na ordem do dia. Nesse embate, algumas instituições sociais desempenharam um papel fundamental: as Forças Armadas e a Igreja Católica. Vamos estudá-los um pouco melhor.

• A intervenção das Forças Armadas nos sistemas políticos

No decorrer do século XX, os militares se colocaram como um dos principais atores sociais da cena latino-americana, participando ativamente das disputas políticas. Essa participação se deu em diferentes níveis, desde o apoio declarado a um determinado candidato ou partido até a intervenção direta, através de golpes de Estado.

De maneira geral, os altos oficiais militares eram ferrenhos inimigos do comunismo, o que os aproximou de grupos como empresários, proprietários de terra e uma parte das classes médias; os golpes de Estado praticados pelos militares tiveram o apoio direto desses setores sociais. Mas, devemos ressaltar que as ideias comunistas conquistaram adeptos também entre os militares, atingindo, na maioria dos países, os indivíduos situados nos escalões médios e mais baixos da hierarquia das Forças Armadas.

O apoio de determinados setores sociais à tomada de poder pelas Forças Armadas e à instalação de governos autoritários chefiados por militares coloca uma questão importante para reflexão até os dias atuais: de que forma e por quais razões os indivíduos dão suporte a governos que se baseiam em atitudes autoritárias, limitam os direitos dos cidadãos, censuram os meios de comunicação? Como os regimes ditatoriais, a exemplo dos que governaram muitos países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970, se relacionaram com a sociedade?

• A Igreja Católica: entre a tradição e a mudança

O clero da Igreja Católica também se colocou como um forte opositor do comunismo, visto como uma ideologia que, ao estimular a luta de classes, combatia a religião e atacava os fundamentos da família e da sociedade cristã. Desde fins do século XIX, a Igreja buscou elaborar uma visão própria de como resolver os problemas sociais e os conflitos entre trabalhadores e empresários, entre camponeses e proprietários de terra. E essa visão implicava condenar qualquer tipo de enfrentamento direto, substituindo-o por uma concepção de sociedade harmônica, na qual cada um tinha seus deveres e direitos, e pelo estímulo aos “sentimentos cristãos” de amor ao próximo e caridade, que, segundo as autoridades católicas, seriam suficientes para combater as desigualdades sociais.

Por outro lado, muitos militantes comunistas possuíam um forte discurso antirreligioso, acusando as igrejas de terem defendido, historicamente, os interesses das elites econômicas e se colocado contra as lutas populares. Tanto na URSS como em Cuba, a construção de regimes comunistas implicou a repressão às instituições religiosas, aumentando a aversão ao comunismo entre os fiéis e o clero de todo o mundo e aproximando-os dos setores sociais mais conservadores. Na

América Latina, essa posição se fortaleceu nos anos 1960 diante do crescimento das organizações comunistas — fossem elas sindicatos, partidos ou movimentos de luta armada.

Mas, assim como discutimos em relação aos militares, também na Igreja Católica era possível encontrar grupos que se afastavam de posições conservadoras. Na América Latina, um grupo importante de religiosos acabou se reunindo sob a chamada Teologia da Libertação, doutrina criada por um grupo de padres latino-americanos, cujo princípio mais importante afirmava que a Igreja deveria fazer uma “opção preferencial pelos pobres”. Nesse sentido, propunha que o trabalho do clero deveria se desenvolver junto à população mais carente e miserável, lutando para melhorar suas condições de vida.

A atuação dos padres afinados com a Teologia da Libertação foi marcada pela criação de grupos de formação político-religiosa em áreas populares, especialmente no campo, chamados comunidades eclesiais de base — as CEBs — que constituíram a base de muitas organizações populares. As discussões e ações deste grupo de religiosos transformaram-se numa crítica direta às estruturas desiguais das sociedades latino-americanas e às elites econômicas e políticas, aproximando esta parte do clero dos movimentos sociais e políticos de esquerda, inclusive as comunistas. Essa dinâmica esteve presente, também, nas organizações de jovens católicos. É fácil entender que todo esse processo contribuiu para aumentar as tensões no interior da Igreja Católica.

Do que foi dito acima, podemos afirmar que as sociedades latino-americanas vivenciaram um processo crescente de polarização política e social a partir da década de 1960. De um lado, estavam os setores sociais comprometidos com o sistema capitalista e com a manutenção do alinhamento com os Estados Unidos, profundamente anticomunistas. De outro, as organizações de esquerda, incluindo sindicatos rurais e urbanos e partidos políticos, mobilizavam-se pela realização de reformas nas estruturas sociais e pela condenação da dominação econômica estrangeira e da exploração das riquezas minerais dos países latino-americanos por empresas multinacionais. Como já dissemos, entre esses militantes de esquerda podiam ser encontrados adeptos da luta armada com objetivos revolucionários.

Nesse cenário, a articulação entre grupos empresariais, proprietários de meios de comunicação, proprietários de terra, setores médios conservadores e oficiais das Forças Armadas resultou em uma série de golpes de Estado. Chefiados por militares, estes movimentos levaram ao poder forças conservadoras e instauraram regimes ditatoriais que puseram fim a governos democráticos em vários países da América Latina, como você pode observar no quadro a seguir:

Países	Período ditatorial	Número de desaparecidos políticos*	Principais órgãos repressivos	Presidentes
Paraguai	1954–1989	1.000 (estimativas, não há dados oficiais)	Serviços das Forças Armadas	General Alfredo Stroessner
Uruguai	1973–1985	160 (dados oficiais)	Serviços das Forças Armadas	Juntas militares
Argentina	1976–1982	9.000 (dados oficiais) 30.000 (organismos civis)	Serviços das Forças Armadas, SIDE e órgãos policiais	Juntas militares
Chile	1973–1990	2.279 (dados oficiais) 3.500 (organismos civis)	Serviços das Forças Armadas, DINA e órgãos policiais	General Augusto Pinochet
Brasil	1964–1985	243 (dados da Comissão Nacional da Verdade, 2014)	Serviços das Forças Armadas, DOI-CODI e Dops	Generais do Exército com mandato definido

*Não considera indivíduos assassinados pelo Estado cujos corpos foram devolvidos à família.

Podemos identificar vários aspectos semelhantes das ditaduras militares:

- Supressão das atividades político-partidárias e do funcionamento do Poder Legislativo e subordinação do Poder Judiciário às decisões do Poder Executivo, controlado pelos militares. Assim, suspendeu-se o equilíbrio entre os três poderes. Mesmo no caso específico do Brasil, onde o funcionamento do Congresso Nacional foi mantido, o Poder Executivo impôs-se sobre a esfera legislativa e o sistema judiciário;

- Ênfase na Doutrina de Segurança Nacional: para os militares, a grande ameaça a seus países não era mais uma força estrangeira, mas o “inimigo interno” — o comunismo — que se infiltrava em diversas áreas da sociedade e exigia formas específicas de combate e repressão;

- Censura aos meios de comunicação, à imprensa e às artes;

- Montagem de sistemas de informação e repressão com o objetivo de destruir as organizações de luta armada comunistas, controlar as ações das organizações dos trabalhadores rurais e urbanos, dos partidos políticos e de núcleos de oposição da sociedade — formado por intelectuais, jornalistas, líderes religiosos, entre outros;

- Violação dos direitos civis e humanos: violação da privacidade, da correspondência e do sigilo telefônico, suspensão do *habeas corpus*, sequestros, assassinatos e desaparecimento de corpos foram crimes comuns praticados pelas ditaduras militares; a tortura foi utilizada como política de Estado para conseguir informações dos opositores;

- Grande fluxo de exilados, decorrente das perseguições praticadas pelos regimes autoritários;

- Inserção das economias nacionais no sistema capitalista mundial e manutenção do alinhamento com os Estados Unidos: criação de um cenário econômico propício ao investimento estrangeiro e à atuação das empresas multinacionais. Entretanto, podemos identificar também diferenças nas políticas econômicas. A ditadura chilena adotou uma política econômica marcadamente liberal, com a diminuição do papel do Estado na economia e a realização de privatizações. Já no Brasil, as ações do regime militar se caracterizaram pela criação de indústrias estatais e no fortalecimento da intervenção estatal, abrindo também espaço para a entrada do capital estrangeiro.

:: A Operação Condor ::

Nos anos 1970, as ditaduras chefiadas por militares do Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil organizaram uma ação conjunta que incluiu a troca de informações sobre pessoas e organizações entre os órgãos de repressão até operações extraterritoriais como sequestro, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Essa ação conjunta ficou conhecida como Operação Condor.

• A atuação dos Estados Unidos: auxílio aos golpes militares e às ditaduras

O crescimento das organizações de esquerda e da crítica ao imperialismo econômico colocou novos desafios para a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. Para o governo norte-americano, era fundamental elaborar novas estratégias e ações para garantir sua presença na região e combater o avanço das forças políticas de esquerda. Uma das primeiras medidas foi buscar isolar Cuba na diplomacia continental e os Estados Unidos lideraram a expulsão desse país da Organização dos Estados Americanos (OEA), pressionando os outros membros a romper relações com o regime comunista cubano, o que foi feito por todos os Estados, com exceção do México.

Durante o governo de John Kennedy (1961-1963), outras iniciativas surgiram. Uma delas foi o programa denominado “Aliança para o Progresso”, cuja ideia básica era financiar projetos sociais em áreas pobres de países da América Latina, buscando melhorar as condições de vida da população e, assim, diminuir a atração pelas ideias revolucionárias. Dessa forma, os Estados Unidos pensavam demonstrar as possibilidades de desenvolvimento que o capitalismo e a democracia liberal poderiam proporcionar aos setores populares.

Visto como um país importante para a manutenção da hegemonia norte-americana na América Latina, o Brasil recebeu grandes investimentos da “Aliança para o Progresso”, principalmente na região nordeste. Na cidade do Rio de Janeiro, foram construídos alguns bairros que receberam moradores removidos de favelas localizadas na zona sul da cidade. Um desses bairros, criado em 1964, ganhou o nome de Vila Kennedy, em homenagem ao presidente norte-americano.

Os Estados Unidos também intensificaram a atuação dos agentes da CIA, o auxílio financeiro a grupos políticos de direita e a aproximação com as Forças Armadas latino-americanas. Oficiais militares de vários países foram enviados para fazer cursos e programas de treinamento organizados pelos Estados Unidos, nos quais eram divulgadas concepções acerca do combate ao comunismo na região e criaram-se laços ideológicos e operacionais entre as Forças Armadas participantes.

Os recursos financeiros e militares dos Estados Unidos também foram utilizados

intensamente em ações para desestabilizar os governos democráticos e na articulação dos golpes de Estado. Após as intervenções militares e a derrubada dos regimes democráticos, o governo norte-americano reconheceu prontamente as ditaduras recém-implantadas. Para a grande potência, que sempre se colocara mundialmente como a defensora da liberdade e da democracia, o mais importante no contexto pós-Revolução Cubana era a sustentação econômica e militar de governos aliados na América Latina, ainda que estes fossem antidemocráticos e repressivos.

Chile e Nicarágua: outras experiências socialistas na América Latina

• O governo de Salvador Allende (1970–1973) e o golpe militar no Chile:

O golpe militar ocorrido no Chile em 11 de setembro de 1973 interrompeu uma experiência única na América Latina: um governo socialista que conquistou o poder pela via democrática. Salvador Allende, do Partido Socialista, foi eleito presidente da República em 1970 numa frente formada por partidos de esquerda chamada Unidade Popular e que tinha como objetivo estabelecer um regime socialista mantendo as instituições democráticas.

Com este fim, Allende implementou reformas como nacionalizações nos setores de mineração, comércio exterior, transportes e comunicações, distribuição de terras e benefícios para os trabalhadores urbanos. Essas medidas provocaram a reação de muitos setores sociais e a oposição acirrada da burguesia industrial, da Igreja e dos Estados Unidos.

Durante os anos de 1972 e 1973, as ações de boicote à Unidade Popular por grupos chilenos e pelo governo dos Estados Unidos, além de novas medidas do governo provocaram uma desorganização da produção e da distribuição das mercadorias, gerando escassez de alimentos, inflação, mercado negro e greves. Parte das classes médias colocou-se frontalmente contra Salvador Allende, unindo-se aos grupos adversários já citados.

Num ambiente de enfrentamento social e político, o golpe militar chefiado pelo general Augusto Pinochet pôs fim ao governo socialista. O palácio de governo foi bombardeado pela Força Aérea e invadido pelas tropas golpistas. Para não se render, Salvador Allende optou pelo suicídio.

• A vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua:

Desde o início do século XX, os Estados Unidos impuseram sua hegemonia sobre a Nicarágua através de intervenções militares e alianças estreitas com as elites políticas e econômicas locais. O principal produto da economia nicaraguense, o café, era totalmente controlado por empresas norte-americanas e tropas dos EUA ocuparam o país entre 1912 e 1933.

Em 1926, surgiu um forte movimento armado contrário à ocupação militar e defendendo mudanças em prol dos setores populares. Seu líder, Augusto Sandino, chefiou a guerrilha até 1934, quando foi assassinado. Dois anos depois, iniciava-se a ditadura da família Somoza, com forte apoio norte-americano; este governo se estendeu até 1979, quando foi derrubado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN).

A FSLN surgiu em 1961, com base no partido socialista, e empreendeu uma luta armada contra o governo com o apoio de camponeses e setores de oposição urbanos. Na década de 1970, os confrontos entre os guerrilheiros e as forças de Somoza se intensificaram até a vitória dos sandinistas, em 1979.

Nos anos seguintes, o novo governo estabeleceu um programa de nacionalizações que atingiu o setor minerador e financeiro e as empresas de comércio exterior (café, algodão, açúcar, carne). Da mesma forma que no Chile, estas medidas geraram grandes resistências entre as elites nicaraguenses e também dos Estados Unidos, que ajudaram a financiar um grupo armado que pretendia derrubar o governo sandinista. Os conflitos armados se estenderam por toda a década de 1980 e parte dos anos 1990, desestabilizando o país e causando inúmeras mortes.

A REDEMOCRATIZAÇÃO NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 E OS DESAFIOS ATUAIS DA AMÉRICA LATINA

Durante os anos 1980, as ditaduras latino-americanas perderam muito de seu apoio social e político. Internamente, apesar de toda a repressão, as mobilizações populares ressurgiram a partir da reorganização dos movimentos de estudantes e trabalhadores. Até mesmo grupos que haviam apoiado os golpes militares passaram a se juntar às vozes opositoras nas marchas, passeatas,

comícios e greves que se multiplicavam, fragilizando ainda mais os governantes autoritários. As organizações de familiares e amigos de pessoas torturadas, mortas e desaparecidas surgidas durante as ditaduras ganharam grande destaque. Na Argentina, que apresenta a infeliz estatística de ter o maior número de desaparecidos na América do Sul, tornou-se mundialmente conhecida a luta das “Mães da Praça de Maio” (Madres de la Plaza de Mayo).

Externamente, o repúdio à manutenção das ditaduras lideradas pelas Forças Armadas também cresceu. Em primeiro lugar, as violações aos direitos humanos foram incessantemente denunciadas nos meios de comunicação e correram o mundo, provocando a condenação internacional aos governos militares. O fim

dos regimes ditatoriais na Europa — Espanha e Portugal — deu um novo impulso à ideia de democracia e o próprio governo norte-americano começou a defender a redemocratização da América Latina, contanto que as ideologias revolucionárias de esquerda estivessem sob controle.

Assim, nas décadas de 1980 e 1990, assistimos ao retorno de sistemas democráticos em vários países, com a recriação de partidos políticos, o afastamento dos militares do controle do Estado, a organização de eleições e a volta das atividades independentes dos Poderes Legislativo e Judiciário. Os meios de comunicação e artísticos recuperaram a liberdade de expressão, assim como as organizações sindicais e profissionais puderam se organizar mais livremente. Esse processo, entretanto, não foi rápido e, entre idas e vindas, se desenvolve até os dias atuais.

A grande esperança dos setores populares latino-americanos era que a construção da democracia significasse a resolução dos problemas históricos da região: desigualdade de renda, pobreza, concentração de terras, marginalização da população mais pobre, discriminação de negros e indígenas. Entretanto, estes são desafios que ainda permanecem para todos.

Uma das razões que explicam o insucesso em atingir melhorias sociais se refere aos problemas econômicos. Nos anos 1980 e 1990, a maioria dos países enfrentou profundas crises que agravaram os índices de desemprego e miséria. Ao mesmo tempo, estas crises provocaram a incapacidade dos Estados de aperfeiçoar os sistemas públicos de saúde, educação e saneamento, comprometendo a garantia de melhores condições de vida à população.

Na década de 1990, a retomada do crescimento econômico foi buscada através de reformas neoliberais que, ao contrário do esperado, não foram capazes de proporcionar uma melhora na economia e na sociedade. Grandes programas de privatização foram implementados, ao lado da redução dos gastos públicos do Estado. Essas reformas, embora tenham levado à modernização de alguns setores produtivos, foram responsáveis pelo aumento do desemprego, do trabalho informal e da concentração de renda no continente.

Por fim, vale apontar os grandes desafios que estão colocados atualmente para as nações latino-americanas:

- Em vários países, as populações indígenas, descendentes de indígenas e rurais ainda não têm assegurado o seu direito à terra e vivem em péssimas condições. Podemos apontar aqui o México e a Bolívia como países onde essa questão se coloca de forma grave, o que originou a organização de diferentes movimentos sociais — no México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, que atua na região de Chiapas; na Bolívia, o Movimiento al Socialismo (MAS), que elegeu o primeiro descendente de indígenas para a presidência do país, Evo Morales, em 2005. No Brasil, ainda hoje muitos grupos indígenas têm suas terras invadidas por fazendeiros e mineradores e sua sobrevivência econômica e cultural ameaçada;

- O aumento da pobreza entre os setores populares, fruto dos baixos índices de crescimento econômico e da diminuição dos investimentos do Estado em áreas como saúde e educação. Esta situação colabora para que determinadas áreas do continente apresentem altos índices de mortalidade infantil, analfabetismo, desnutrição;

- Baixos índices de crescimento econômico e economias frágeis, vulneráveis às oscilações mundiais e dependentes do capital estrangeiro. Por essas razões,

as crises econômicas são recorrentes, atingindo diferentes países. Além disso, o crescimento reduzido da economia gera a incapacidade de criar novos empregos e, assim, reduzir a miséria no continente;

- O crescimento da produção e do tráfico de drogas, que alimenta a corrupção nos órgãos públicos — órgãos de segurança, sistema judiciário, partidos políticos. Ao mesmo tempo, os índices de violência aumentaram muito em decorrência dos problemas sociais e da menor capacidade do Estado de garantir a ordem pública e os direitos dos cidadãos.

:: Síntese ::

- A Revolução Cubana, vitoriosa em 1959, encaminhou-se para a implantação do primeiro regime comunista na América Latina, com o apoio da União Soviética e a oposição dos Estados Unidos.
- Tendo como exemplo a Revolução Cubana, diversos movimentos urbanos e rurais foram organizados com o objetivo de contestar as condições de desigualdade e exploração da grande maioria da população latino-americana. Alguns desses movimentos defendiam o uso da luta armada para implantar regimes comunistas.
- A década de 1960 se caracterizou pelo aumento da radicalização ideológica entre correntes políticas de direita e esquerda nos países latino-americanos. As contestações sociais e as disputas políticas da região foram inseridas no quadro geral dos conflitos da Guerra Fria.
- Em vários países, a polarização político-ideológica levou à derrubada de regimes democráticos através de golpes de Estado liderados por militares, com o apoio dos setores conservadores das sociedades.
- O governo dos Estados Unidos desenvolveu ações constantes para combater a expansão do comunismo na América Latina e apoiar governos capitalistas, fossem eles democráticos ou autoritários.
- As ditaduras militares foram marcadas pela supressão das liberdades civis e pela repressão violenta aos grupos de oposição. As violações aos direitos humanos foram um aspecto comum a todas elas.
- Nos anos 1980 e 1990, os processos de redemocratização que ocorreram no continente levaram à organização de regimes democráticos pluripartidários, que têm tido pouco sucesso no combate à miséria e desigualdade social características dos países latino-americanos.

BRASIL: A IMPLANTAÇÃO DA DITADURA E A LUTA PELA DEMOCRACIA

No capítulo 4, enfocamos os principais processos históricos ocorridos no Brasil após a deposição de Vargas, em 1945. A constituição de 1946 estabeleceu o regime democrático no país e a vida partidária concentrou-se em torno de três partidos políticos: a UDN, o PSD e o PTB, os dois últimos fortemente ligados à

figura de Getúlio Vargas.

O movimento sindical se reorganizou após a queda do Estado Novo, tentando articular uma linha de atuação autônoma que fugisse do controle estatal. Mesmo proibido, o Partido Comunista se enraizara entre diferentes segmentos sociais, inclusive os trabalhadores urbanos. Ao lado dos comunistas, os militantes petebistas também ganhavam força entre os operários.

Apesar da intensa repressão aos sindicatos praticada no governo Dutra, os anos 1950 assistiram a uma nova fase de organização do movimento e os trabalhadores buscaram ter influência sobre as diretrizes governamentais. No início da década de 1960, foi criado o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que teve uma participação decisiva nos acontecimentos políticos de 1961 até 1964.

O movimento estudantil contava com a atuação de várias correntes em sua organização. Comunistas, socialistas, anticomunistas, trabalhistas, enfim, diferentes segmentos influenciavam o movimento estudantil e disputavam o apoio dos jovens. A principal catalisadora das lutas era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que teve um importante papel na década de 1960 defendendo questões sociais e políticas importantes para o país e para a democracia brasileira.

No campo, permaneciam estruturas tradicionais baseadas na grande propriedade e na exploração dos camponeses. Nesse contexto, surgiram na década de 1950 as Ligas Camponesas, que lutavam por questões específicas como a diminuição do foro — pagamento feito por camponeses aos donos das terras — e também por questões mais amplas, como a reforma agrária. O principal líder dessas ligas era Francisco Julião, advogado e político pernambucano, que buscou organizá-las a partir dos camponeses, pois achava que seria mais fácil atraí-los para a sua luta, deixando para os comunistas a tarefa de organizar os trabalhadores rurais assalariados.

Outro setor que contribuiu para a organização dos trabalhadores no campo foi a Igreja Católica. Mesmo sem apoiar as Ligas Camponesas, a Igreja trabalhava para a sindicalização dos camponeses. A Igreja também atuava nos centros urbanos, como no movimento estudantil, através da JUC (Juventude Universitária Católica), que foi assumindo posições cada vez mais radicais, até a formação da AP (Ação Popular), que era um grupo de orientação socialista e revolucionária. Esses setores da Igreja faziam parte das novas formas de atuação concebidas dentro da Teologia da Libertação, que já discutimos.

Em termos econômicos, a década de 1950 se caracterizou pela continuidade da industrialização brasileira, com a intervenção fundamental do Estado, o fortalecimento da burguesia nacional e a participação do capital estrangeiro. Ao mesmo tempo, a urbanização e a disseminação dos meios de comunicação e de bens de consumo industrializados tornavam a sociedade brasileira mais moderna. Mas, ao fim do governo de Juscelino Kubitschek, alguns problemas se agravaram, como o endividamento externo e a inflação.

1. O golpe civil-militar de 1964

A eleição e governo de Jânio Quadros (1960–1961)

Os candidatos à sucessão de JK eram Jânio da Silva Quadros, apoiado pela UDN, e Henrique Lott, pela coligação PTB, PSD e PSB. A vitória coube a Jânio, que havia sido prefeito de São Paulo e ganhou o voto de trabalhadores e dos setores médios graças à sua bandeira de luta contra a corrupção e colocando-se como alguém acima dos partidos políticos. Como vice-presidente, João Goulart foi eleito

mais uma vez, pela coligação PTB/PSD/PSB. Na época, era permitido votar em presidente e vice-presidente de partidos diferentes.

O governo de Jânio adquiriu um caráter extremamente contraditório. Apesar de ter sido eleito com o apoio dos setores conservadores, o presidente iniciou uma aproximação com países socialistas como uma forma de ampliar o comércio brasileiro e adotar uma posição internacional mais independente. O ápice desta “contradição” foi a condecoração do líder revolucionário Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior honraria concedida pelo Estado brasileiro.

Jânio adotou uma política de austeridade econômica, com o congelamento de salários, restrição ao crédito, corte de subsídios federais e desvalorização da moeda da época, o cruzeiro. Além disso, feriu diretamente os interesses das empresas estrangeiras ao tentar controlar a remessa de lucros das multinacionais para o exterior. Também decretou medidas autoritárias como a proibição de brigas de galo e do uso de biquíni nos concursos de misses, muito populares na época. Por fim, Jânio determinou a abertura de sindicâncias para investigar denúncias de corrupção que acabaram atingindo alguns políticos.

Todas estas medidas geraram insatisfação entre distintos setores — empresários nacionais e estrangeiros, trabalhadores, governo dos Estados Unidos e setores anticomunistas, parlamentares — e o crescimento da oposição ao governo. Após sete meses de mandato, o presidente renunciou ao cargo em agosto de 1961, culpando as “forças ocultas” que teriam agido contra ele.

O governo de João Goulart (1961–1964)

Quando ocorreu a renúncia de Jânio, João Goulart fazia uma visita oficial à China comunista. Os setores mais conservadores, aglutinados na UDN e nas Forças Armadas, não aceitavam sua posse, uma vez que Jango era antigo adversário dos udenistas e considerado o sucessor político de Getúlio Vargas. A pressão pelo seu retorno e sua posse partiu, principalmente, do estado do Rio Grande do Sul, governado pelo líder trabalhista Leonel Brizola, que lançou então a Campanha pela Legalidade — ou seja, para que fosse respeitada a constituição e o poder fosse transferido ao vice-presidente.

O movimento organizado por Brizola se alastrou pelo país, ganhando importantes adesões e acuando os adversários de Jango. As negociações entre líderes políticos e oficiais militares culminaram com a votação de uma emenda constitucional no Congresso Nacional, que garantiu a posse de Jango, mas instituiu o sistema parlamentarista no Brasil até 1965, quando deveria se realizar um plebiscito sobre sua continuidade ou a volta ao regime presidencialista. Dessa forma, Jango assumiria a cadeira de presidente da república, mas com poderes reduzidos.

Assim, desde o início, o governo João Goulart se caracterizou por um duro enfrentamento entre as forças políticas e sociais. Isso se desdobrou em uma grande instabilidade política. Em pouco mais de um ano, três pessoas assumiram o cargo de primeiro-ministro demonstrando a dificuldade que o governo enfrentava para conseguir apoio de deputados e senadores — Tancredo Neves, Auro de Moura Andrade e Brochado da Rocha. Este último foi responsável pelo envio ao Congresso do projeto de antecipação do plebiscito, que acabou sendo realizado em janeiro de 1963 e resultou na vitória esmagadora do presidencialismo.

A instabilidade política se manifestava também nas dificuldades de negociação entre os partidos, o que acabava impedindo a aprovação dos projetos governamentais. Os projetos de lei que previam a promoção de importantes

reformas no país — as chamadas “reformas de base” —, enviados por Jango ao Parlamento, não conseguiam obter os votos necessários para sua aprovação, sendo barrados por deputados conservadores. Essa dinâmica terminava por acirrar os ânimos dos movimentos sociais e forças políticas de esquerda, que defendiam a aprovação dos projetos, e de direita, intensificando os conflitos na sociedade. Parte dos movimentos sociais e políticos começaram a defender as reformas “na lei ou na marra”, ou seja, sem a aprovação do Congresso Nacional.

:: As reformas de base ::

Os projetos de reforma das estruturas sociais brasileiras receberam, sob o governo Jango, o nome de “reformas de base” — agrária, urbana, fiscal, administrativa, educacional e bancária. Eles encontraram muita oposição em importantes setores sociais e se transformaram em uma questão polêmica. No contexto de radicalização política interna e de Guerra Fria, as iniciativas reformistas que atacavam o poder de elites tradicionais, como os proprietários de terra, eram imediatamente vistas pelas forças de direita como um avanço do comunismo no país.

Por outro lado, a economia também enfrentava problemas. A inflação saltara de 26,3% em 1960 para 54,8% em 1962. Os índices de crescimento econômico se reduziam, aumentando as críticas ao governo.

Com todas essas dificuldades e as pressões exercidas por diversas organizações como as Ligas Camponesas, a UNE e o CGT, o presidente João Goulart decidiu realizar as reformas barradas no Congresso através de decretos. Para isso, era importante o apoio popular, o que levou o governo a organizar no Rio de Janeiro o “Comício da Central”, em 13 de março de 1964. Cerca de 150 mil pessoas estiveram presentes e presenciaram Jango assinar dois decretos — um sobre distribuição de terras e outro referente à nacionalização de refinarias privadas de petróleo — e proferir as seguintes palavras:

Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária a que assistimos emocionados, aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer, também, aos sindicatos que, de todos os Estados, mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os patrícios, neste instante mobilizados em todos os recantos do País, e ouvindo o povo através do rádio ou da televisão. Dirijo-me a todos os brasileiros, e não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações, o direito de serem brasileiros e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste País. Presidente de oitenta milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patrícios. Vou falar em linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera e sem subterfúgios. É também a linguagem de esperança, de quem quer inspirar confiança no futuro, mas de quem tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade que vivemos. Aqui estão os meus amigos trabalhadores, pensando na campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou

perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu Presidente, na presença das lideranças populares mais representativas deste País, que se encontram também conosco, nesta festa cívica.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e das ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia da antireforma, a democracia do antissindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. Ainda ontem, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores de lá, que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças — as praças que são do povo. Para as ruas — que são do povo.

Para os setores conservadores, a atitude de Jango demonstrava sua intenção de utilizar a força dos trabalhadores para legitimar e impor suas decisões, transformando o país em uma “república sindicalista” e abrindo caminho para o comunismo. A resposta desses grupos veio na semana seguinte. Organizada a 19 de março em São Paulo, com forte influência da Igreja Católica, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” reuniu cerca de 500 mil pessoas e serviu de sustentação social ao golpe que já estava sendo articulado por militares e civis. Leia abaixo como uma “mãe paulista”, que participou da marcha, via o momento pelo qual o país passava em março de 1964:

Trazemos em nossas mãos o estandarte com a cruz de Cristo que nos legou Cabral [...] para a batalha que teremos que travar contra os novos piratas, contra os novos invasores e vendilhões da pátria. Contra os que, numa cavalgada insolene, trazendo nas mãos a bandeira rubra nazicomunista — com a cruz que não é a do Cristo e a foice e o martelo, tentam assassinar a alma da pátria.

Folha de S.P. — 20/3/64, In: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart: de Personalidade a Personagem*. São Paulo: Annablume Editora, 1993

Neste ambiente tenso, outro acontecimento contribuiu com as pretensões dos adversários de Jango: a mobilização dos marinheiros. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, ordenou a prisão de integrantes da Associação dos Marinheiros envolvidos na mobilização, mas o presidente João Goulart interveio e revogou a decisão. Sílvio Mota demitiu-se, sendo substituído por um novo ministro que tinha o apoio do CGT. Esse episódio fez com que oficiais das Forças Armadas, insatisfeitos com o que eles viam como subversão da hierarquia, passassem a apoiar a intervenção militar no sistema político.

O desfecho da crise foi o golpe de Estado iniciado pelo general Olímpio Mourão Filho que, com o apoio do governador mineiro Magalhães Pinto, da UDN, deslocou tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro no dia 31 de março

com a intenção de depor João Goulart. Outros generais, que articulavam o golpe, garantiram o apoio de suas tropas a Mourão Filho. Não houve reação por parte do governo e, em 1º de abril, João Goulart estava deposto. Do Rio de Janeiro, onde se encontrava, voou para Brasília e, no mesmo dia, para Porto Alegre.

O presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência da república, que foi ocupada temporariamente pelo presidente da Câmara dos Deputados, mas os militares já tinham o controle dos principais órgãos e pontos estratégicos do país. Era o fim do período democrático e o começo de um governo ditatorial que se prolongaria por duas décadas.

:: Os EUA e o golpe militar no Brasil ::

Os Estados Unidos acompanhavam atentamente a evolução dos acontecimentos políticos na América Latina. Com o Brasil, não foi diferente. Desde a posse de João Goulart, em 1961, agentes da CIA e diplomatas enviavam constantemente relatórios ao governo em Washington. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano fornecia auxílio financeiro a organizações brasileiras que buscavam fomentar na opinião pública a oposição ao governo Jango. Em março de 1964, os articuladores do golpe civil-militar Jango obtiveram apoio diplomático e militar do governo dos EUA.

2. A ditadura civil-militar (1964–1985)

Os militares e as forças civis que assumiram o poder em 1º de abril de 1964 agiram imediatamente para afastar da vida política pessoas ligadas às correntes de esquerda e ao governo Jango. Isso foi feito através das cassações de mandatos e direitos políticos, prisões e torturas. Os principais alvos foram políticos do PTB, lideranças comunistas, sindicalistas e militares contrários ao golpe. Até o fim de 1964, as denúncias de torturas praticadas pelo regime atingiram 203 casos. Os Atos Institucionais, decretados desde abril, puniram 4.454 pessoas; entre elas, 2.757 militares partidários de Jango e adversários dos grupos que organizaram o golpe de Estado.

:: Os atos institucionais ::

Durante a ditadura civil-militar, foram estabelecidas novas leis através de atos institucionais, conhecidos como AI. Redigidos pelos próprios militares, esses atos estavam acima da Constituição e eram impostos ao país sem nenhuma discussão, de forma absolutamente autoritária. Eram decretados de acordo com as necessidades dos governantes militares e não podiam ser questionados por nenhum poder da República.

As restrições à vida política

No dia 11 de abril de 1964, foi “eleito” pelos parlamentares do Congresso Nacional o novo presidente do país, o marechal Castello Branco. Seu mandato inaugurou um período de 21 anos durante os quais o Brasil foi governado por generais — todos indicados pelas Forças Armadas e eleitos indiretamente. Foram cinco presidentes-generais: Castello Branco (1964–1967), Costa e Silva (1967–1969),

sucedido por uma junta militar após adoecer gravemente, Emílio Médici (1969–1974), Ernesto Geisel (1974–1979) e João Batista Figueiredo (1979–1984).

A partir de 1966, os brasileiros foram impedidos de eleger diretamente seus governadores, que passaram a ser escolhidos por deputados estaduais e delegados dos partidos. Isso ocorreu após a derrota de candidatos apoiados pelo regime militar em importantes estados do país. Vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e prefeitos continuaram sendo eleitos pelo voto direto. A única exceção eram as capitais dos estados e cidades consideradas áreas de segurança nacional, nas quais os prefeitos eram nomeados pelo governo.

A ditadura também impôs um novo sistema partidário ao país. Os antigos partidos, criados a partir de 1945, foram dissolvidos em 1966 e duas novas agremiações surgiram: a Aliança Nacional Renovadora (ARENA), partido que daria apoio ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria a oposição.

As atividades políticas foram muito limitadas. Primeiro, devido à repressão dos governantes militares às manifestações de crítica e oposição, que poderiam resultar na cassação do mandato e dos direitos políticos de deputados, vereadores e senadores. Havia também a ameaça de prisões e torturas, além da possibilidade de fechamento do Congresso Nacional à força.

:: A Constituição de 1967 ::

Em janeiro de 1967, o Congresso Nacional aprovou, sob pressão da ditadura, uma nova constituição para o país. Com isso, substituiu-se a Constituição promulgada em 1946, que já havia sido totalmente modificada desde 1964 por vários atos decretados pelos militares.

A Constituição de 1967 legalizou uma série de poderes autoritários dados aos governantes — como cassar mandatos políticos e decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso. Também criou uma superioridade do Executivo sobre os poderes Legislativo e Judiciário, anulando o equilíbrio entre os três poderes, institucionalizou a eleição indireta para a presidência da República e aumentou o controle do Executivo sobre os gastos públicos.

Em 1967, o governo militar divulgou também o decreto-lei que estabeleceu a Lei de Segurança Nacional, com o objetivo de organizar a “guerra interna” — ou seja, a repressão aos movimentos sociais de esquerda, aos comunistas e aos grupos de oposição à ditadura. Na prática, esta lei atacou diretamente as liberdades civis no Brasil; todos os cidadãos estavam sob vigilância do Estado e eram responsáveis pela segurança nacional contra o “inimigo comunista”.

O aumento da oposição à ditadura militar e o AI-5

Como dissemos anteriormente, o golpe dado pelos militares foi apoiado, organizado e financiado em conjunto com setores civis e políticos, com interesses distintos.

Muitos dos adversários de Jango, acreditavam na intervenção militar como um meio de controlar trabalhistas, sindicalistas e comunistas, mas confiavam que o poder seria devolvido aos civis tão logo a situação se “acalmasse”. O que se viu nos anos posteriores a 1964, porém, foi a concentração dos poderes nas

mãos dos militares e crescentes restrições às atividades políticas. Isso resultou no crescimento da oposição à ditadura, inclusive no interior dos grupos que, em 1964, tinham defendido o golpe.

Em primeiro lugar, os militares passaram a defender sua permanência à frente do governo e a manutenção do regime autoritário. Esse encaminhamento ficou explícito em 1966, quando o general Costa e Silva foi imposto ao Congresso Nacional como novo presidente, e significou uma derrota para homens como o político carioca Carlos Lacerda, que tinha a intenção de disputar a presidência de república. Reunindo-se a importantes líderes atingidos pelo regime militar, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, exilado no Uruguai, Lacerda participou da articulação de um movimento de oposição chamado Frente Ampla, que criticou publicamente as ações autoritárias e as restrições à vida política promovidas pela ditadura.

As medidas repressivas adotadas pelos militares também provocaram o distanciamento de setores liberais, inclusive da imprensa, que tinham apoiado o golpe de estado anos antes. Nos meios de comunicação, muitas críticas foram feitas ao controle do governo sobre a liberdade de expressão e as violências cometidas contra cidadãos foram denunciadas através de jornais e livros.

Ao mesmo tempo, os movimentos sindical e estudantil, duramente atingidos nos primeiros tempos da ditadura, iniciaram sua reorganização, promovendo greves e manifestações públicas. Tornaram-se muito famosas as greves realizadas nas cidades de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, no estado de São Paulo. Quanto aos estudantes, os secundaristas — que corresponderiam, hoje, aos alunos de ensino médio — e universitários mobilizaram-se nas ruas para defender o aumento das verbas para educação e das vagas na universidade, entre outras medidas que beneficiariam o conjunto dos estudantes.

As manifestações públicas antiditadura cresceram muito no ano de 1968, sendo acompanhadas de perto pelos serviços de informação e repressão do governo. As mobilizações promovidas pelos estudantes sofreram uma dura repressão por parte de forças policiais e militares. Foi o caso da invasão da Universidade de Brasília e do assassinato do estudante secundarista Edson Luis, no Rio de Janeiro, durante uma invasão policial ao restaurante Calabouço, onde estava sendo organizada uma manifestação. Por conta das violências praticadas contra os estudantes, uma parte importante das classes médias também engrossaram as críticas ao governo autoritário.

::1968 : a juventude se manifestou também no mundo::

No Brasil, os estudantes estavam motivados pela luta contra a ditadura civil-militar. Em outras partes do mundo, os jovens também se manifestaram em passeatas, atos públicos e comícios para mostrar seu protesto. Acompanhamos um pouco dessa mobilização no capítulo 3. Na França, milhares de estudantes foram às ruas e transformaram Paris numa cidade em conflito, com ações e discursos que mostravam sua crítica ao governo e ao comportamento da sociedade. No México, durante a preparação para as Olimpíadas, uma manifestação estudantil no centro da capital foi duramente reprimida e deixou uma marca de violência naqueles que deveriam ser os jogos da paz. Nos Estados Unidos, muitos participaram de atos públicos e ocuparam as universidades para protestar contra a Guerra do Vietnã, a aumento dos arsenais nucleares, a discriminação contra os negros, o consumismo da sociedade. O mesmo aconteceu em muitos outros países: Dinamarca, Senegal, Peru, Polônia... O não conformismo parecia ser uma marca dos jovens daqueles tempos.

A mobilização coletiva da sociedade contra a ditadura atingiu grande alcance na Passeata dos Cem Mil, realizada na cidade do Rio de Janeiro no dia 26 de junho de 1968. Lideradas pelo movimento estudantil, mais de cem mil pessoas se reuniram para criticar o governo, condenando as violências cometidas e a falta de liberdade no país. Músicos, atores, escritores, jornalistas, intelectuais, padres, donas de casa estiveram presentes na manifestação, que se transformou em um marco para a história do país. Do alto dos edifícios da Avenida Rio Branco, trajeto da passeata, as pessoas batiam palmas e saudavam os manifestantes.

Ao lado das manifestações já citadas, o ano de 1968 registrou também ações de grupos guerrilheiros criados em meados da década de 1960. Duas das organizações mais importantes do país foram a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, e a Aliança Libertadora Nacional, ALN. Muitas outras surgiram nos anos seguintes, até o início da década de 1970. Com uma ideologia comunista, essas organizações defendiam o uso da luta armada como meio para destruir a ditadura e estabelecer um processo revolucionário no Brasil. Operários, militares, estudantes universitários e secundaristas formavam a maioria das pessoas que optaram por esta forma de combate ao regime militar.

:: As ações da luta armada no Brasil::

As ações dos grupos de luta armada englobavam assaltos a bancos e particulares, para conseguir fundos para a compra de armamentos e financiamento da guerrilha, e ataques a guarnições militares e a indivíduos ligados à repressão governamental. A partir de 1969, os sequestros de embaixadores estrangeiros foram utilizados como meio de chamar a atenção para os objetivos dos guerrilheiros e para a ditadura no Brasil, e também como moeda de troca na libertação de presos políticos.

Para os militares, as críticas de diferentes setores sociais e as reivindicações de estudantes e operários eram desafios abertos ao regime autoritário. Um grupo de oficiais das Forças Armadas passou, então, a defender a necessidade de aprofundar ainda mais as medidas repressivas e aumentar o controle sobre a sociedade. Em outras palavras, que as autoridades ditatoriais tivessem ainda mais poder e impusessem mais restrições aos cidadãos brasileiros.

O confronto com a ditadura chegou ao ponto máximo em dezembro de 1968. O Congresso Nacional, com a participação de deputados da Arena, negou o pedido de licença para que o deputado do MDB Márcio Moreira Alves fosse processado na justiça por ter, segundo alguns militares, ofendido em discurso as Forças Armadas. Após a recusa do Congresso, o grupo que lutava pela intensificação da ditadura — conhecido como linha dura — ganhou espaço dentro do governo e entre as autoridades militares. O presidente Costa e Silva se reuniu com o Conselho de Segurança Nacional e baixou o Ato Institucional nº 5, o mais duro de todos, em 13 de dezembro de 1968. Leia com atenção alguns artigos do AI-5:

O presidente da República Federativa do Brasil ouviu o Conselho de Segurança Nacional, e [...] considerando, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

Considerando que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país, comprometidos por processos subversivos de guerra revolucionária;

Considerando que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de Março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 2º O presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou Lei Orgânica dos Municípios. [...]

Art. 3º O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição. [...]

Art. 4º No interesse de preservar a Revolução, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eleitorais federais, estaduais e municipais. [...]

Art. 10º Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos contra segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Os “anos de chumbo”

A edição do AI-5, que se estendeu por dez infelizes anos, fortaleceu ainda mais o poder do Executivo, como podemos ler no seu artigo 2º, e comprometeu profundamente as liberdades políticas e civis dos cidadãos. O Conselho de Segurança Nacional podia cassar mandatos e suspender direitos políticos sem considerar as limitações previstas em lei. A suspensão do habeas corpus significou que os indivíduos presos pela ditadura e enquadrados em crimes contra a segurança nacional deveriam esperar nas prisões o seu indiciamento e o julgamento de seus processos.

O AI-5 inaugurou um período ainda mais duro para a sociedade brasileira. A ação dos serviços de informação e repressão cresceu muitíssimo, assim como as violações aos direitos humanos. Em 1964, o governo militar havia criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) com o objetivo de recolher informações de caráter político, econômico e social que interessassem ao governo. Ao SNI, se somaram os órgãos de informação e repressão militares (CENIMAR, da Marinha, CIE, do Exército, e CISA, da Aeronáutica). Foram criados, também, a Operação Bandeirantes (Oban), o CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e o DOI (Destacamento de Operações e Informações) — que ficou conhecido como DOI-CODI. A Polícia Federal e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), existentes antes de 1964, também atuaram na repressão aos opositores da ditadura.

Tomando para si a tarefa de “lutar contra a subversão”, este aparato governamental recebeu grandes investimentos e muitos novos agentes. Especializou-se na espionagem aos grupos guerrilheiros e aos indivíduos considerados uma ameaça para o regime — o que incluía artistas, escritores, jornalistas, professores, líderes sindicais, líderes comunitários, intelectuais, religiosos — e, também, em ações concretas de repressão aos opositores.

Nos anos seguintes a 1968, as prisões, muitas delas resultantes de sequestros, se sucederam sem nenhuma garantia dos direitos legais dos indivíduos. Não havia autorizações da Justiça e, muitas vezes, nenhum comunicado aos familiares sobre onde ou como estavam os presos. A tortura passou a ser utilizada como política do Estado, praticada nas primeiras horas após as prisões nas instalações militares e em outros locais que se convencionou chamar de “porões da ditadura”. O assassinato de muitos presos foi encoberto por falsas versões e documentos forjados. Utilizou-se, também, a estratégia dos “desaparecimentos forçados” — Entre o fim da década de 1960 e meados dos anos 1970, as organizações armadas foram destruídas, incluindo a guerrilha rural organizada pelo PC do B na região do Araguaia, que registra o maior número de desaparecidos políticos.

Os meios de comunicação sofreram uma dura censura, sendo impedidos de publicar críticas ao regime, divulgar determinadas informações ou denunciar violências cometidas pelo Estado. Muitas vezes, havia uma censura de caráter moral sobre temas culturais. As atividades artísticas também não escaparam ao controle da ditadura. Livros, músicas, peças teatrais e programas de televisão eram obrigados a se submeter aos censores da Polícia Federal. Muitos artistas, jornalistas e escritores foram presos e interrogados. Para alguns deles, como para muitos militantes políticos, o exílio foi a forma encontrada para fugir da repressão. Além da ação oficial, grupos paramilitares, como o Comando de Caça aos Comunistas — CCC —, atacavam editoras e peças teatrais que consideravam “subversivas” e contrárias ao regime, sem receber nenhum tipo de punição.

Por conta de todos estes limites às liberdades e aos direitos dos cidadãos

brasileiros, os anos que vão da decretação do AI-5 em 1968 até o fim do governo do general Emílio Médici, no início de 1974, são chamados “anos de chumbo”.

:: O reconhecimento oficial dos mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar ::

Desde os anos 1970, familiares e amigos de pessoas assassinadas e desaparecidas durante a ditadura, bem como organizações de defesa dos direitos humanos, lutam para conseguir informações acerca das condições de morte desses indivíduos e para responsabilizar os agentes do Estado pelas violências ilegais cometidas.

Em 1995, o governo federal criou uma comissão especial, integrada por funcionários públicos, militares e familiares das vítimas, com o objetivo de investigar a responsabilidade do Estado nas mortes e desaparecimentos, bem como proceder ao reconhecimento oficial. Nos anos seguintes, novas iniciativas governamentais ampliaram esse trabalho, incluindo cidadãos que foram torturados e sofreram perdas econômicas em razão de sua oposição ao regime ditatorial.

Finalmente, em 2011, o governo federal criou a Comissão Nacional da Verdade que, durante três anos, investigou as ações praticadas por agentes do Estado ditatorial contra cidadãos brasileiros. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi finalizado em dezembro de 2014, indicando o número de 434 pessoas mortas ou desaparecidas entre 1946 e 1988, a grande maioria entre 1964 e 1985. Este documento expõe, ainda, a estrutura do aparelho repressivo montado durante a ditadura civil-militar e as violências cometidas contra grupos indígenas e trabalhadores. Você pode ter acesso ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade no endereço: www.cnv.gov.br.

:: A cultura na ditadura militar ::

Apesar de a ditadura instalar-se a partir de 1964, a década de 1960 foi extremamente rica para a cultura brasileira. No cinema, surgiu o movimento chamado Cinema Novo, que tinha no diretor Glauber Rocha o seu principal nome e abordava as questões sociais de uma forma original, além de construir também uma estética particular, inovadora.

Na música, surgiu o Tropicalismo, que propunha novos caminhos para a música brasileira. Entre seus integrantes estavam Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa. Essa foi também a época dos festivais da canção, que mobilizavam multidões através das redes de televisão. Chico Buarque, Caetano Veloso, Edu Lobo, Geraldo Vandré, Tom Jobim e Elis Regina foram alguns dos artistas cujas participações nos festivais se tornaram célebres. Já a Jovem Guarda de Erasmo e Roberto Carlos, com sua inspiração roqueira, mobilizava milhares de jovens.

Muitas vezes, as canções foram utilizadas como formas de criticar e denunciar a ditadura que existia no país. Algumas se tornaram verdadeiros hinos, cantados pela juventude nas manifestações, como a famosa “Pra não dizer que não falei de flores”, que concorreu em um festival em 1968. A canção não pôde ser gravada ou tocada nas rádios e foi condenada pelos militares especialmente pela frase: “Nos quartéis nos ensinam uma antiga lição/ De morrer pela pátria e viver sem razão.” Mas ficou na memória de muitos pelo seu verso inicial “Caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais, braços dados ou não” e seu refrão: “Vem, vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.”

A economia durante a ditadura civil-militar

Um dos motivos de tensão e conflito nos últimos meses do governo de João Goulart era a economia. Por um lado, havia a questão das reformas de base, que previa a realização da reforma agrária, e a discussão sobre o controle dos lucros que as empresas multinacionais poderiam enviar às suas matrizes no exterior. Paralelamente, a inflação subia e o ritmo de crescimento da economia brasileira perdia fôlego.

Foi neste contexto que se iniciaram as ações econômicas do regime militar, orientadas para fortalecer a inserção do país no sistema capitalista mundial e dar continuidade ao processo de industrialização, com forte participação do Estado. A superação da crise econômica que se arrastava desde o início da década de 1960 foi alcançada através de medidas como a criação de novos órgãos de controle do sistema financeiro, o controle dos salários dos trabalhadores, cujos reajustes foram mantidos abaixo da inflação — o arrocho salarial —, e a liberação para a entrada e saída de capitais do país. Para garantir o êxito dessa política, foi necessário controlar o movimento sindical, através da repressão às suas lideranças.

Índice do salário mínimo real (1960-1970)

Ano	%
1960	100,00
1961	111,52
1962	101,82
1963	89,51
1964	92,42
1965	89,19
1966	76,03
1967	71,92
1968	70,39
1969	67,74
1970	68,93

Fonte: *Retrato do Brasil*, vol. 3. São Paulo: Política, 1984.

Em fins dos anos 1960, as ações do regime militar foram beneficiadas pela grande disponibilidade de empréstimos internacionais, que foram investidos na instalação de indústrias privadas e públicas e em grandes projetos governamentais. A partir de 1969, os índices começaram a registrar um grande crescimento da economia, o maior até então da história do país. Essa tendência se manteve até meados da década seguinte, dando origem ao termo “milagre brasileiro”.

Grandes obras planejadas pelo governo — como a ponte Rio—Niterói, a usina hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônica — foram financiadas por empréstimos internacionais e os sistemas de transportes e telecomunicação se espalharam Brasil adentro, atingindo distantes regiões do território. A integração nacional foi um dos elementos que caracterizou essa fase do desenvolvimento brasileiro.

Brasil Ame-o ou deixe-o

Ditadura, nacionalismo e propaganda

No início dos anos 1970, aproveitando-se dos altos índices de crescimento econômico e da vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo do México, o governo deslançou uma grande campanha de propaganda baseada na ideia do “Brasil Grande”. Através de campanhas publicitárias, incentivava o nacionalismo fazendo uso de slogans como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Esse é um país que vai pra frente” e “Ninguém segura este país”. Enquanto centenas de pessoas eram presas e torturadas pelos órgãos de repressão, o governo ditatorial buscava construir uma imagem positiva do país, marcada pelo sucesso, crescimento e desenvolvimento.

O crescimento das atividades industriais provocou alterações sociais importantes. Devido à migração rural, a população urbana superou a do campo. Em 1980, 33% dos brasileiros moravam em áreas rurais, enquanto 67% se localizavam nas cidades, fazendo surgir grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Porém, sem qualquer planejamento ou investimento governamental, o crescimento

urbano foi caracterizado pelo crescimento de bairros populares que não recebiam serviços de saneamento, educação e saúde. Consequentemente, houve também um aumento do número de pessoas empregadas nas indústrias — os operários — concentradas em algumas regiões do país, como o ABC paulista. Outras áreas acompanharam o avanço industrial, como o ensino superior e os cursos técnicos, dando origem a uma nova classe média no Brasil.

Porcentagem da população operária sobre a população ativa

Ano	%
1950	16,5
1970	24,9
1980	32,7

Fundação IBGE.

A migração da população rural para os centros urbanos foi acompanhada por um processo de mecanização do campo e de concentração da propriedade da terra. Tal como aconteceu na área industrial, as atividades agropecuárias também se modernizaram no período da ditadura civil-militar, passando a contar com novas tecnologias que alavancaram a produtividade do setor. Este avanço, porém, se deu com a incorporação de terras de pequenos proprietários às grandes propriedades, fazendo crescer o número de trabalhadores rurais sem terra.

Assim, intensificou-se um processo de concentração fundiária que caracterizou toda a história republicana brasileira e não sofreu alterações significativas até os dias atuais. A modernização da economia brasileira terminou por agravar as condições de vida de uma parcela da população, que se tornou mais pobre e enfrentou dificuldades de garantir meios de sobrevivência. Como reação a esse processo, ainda durante o período militar, os camponeses buscaram criar organizações para enfrentar suas dificuldades e lutar pela posse da terra.

A partir do ano de 1973, o “milagre econômico” começou a perder fôlego devido ao aumento do preço internacional do petróleo e dos juros da dívida externa brasileira. No final dos anos 1970, a inflação começou a subir, enquanto o crescimento econômico diminuía. Este processo se manteve durante o início da década de 1980, penalizando os setores mais carentes da população, e foi uma das razões do enfraquecimento da ditadura.

• As reformas políticas: o processo de “abertura”

No começo do ano de 1974, tinha fim a presidência do general Médici e iniciava-se o governo do general Ernesto Geisel. Neste momento, as organizações de luta armada já tinham sido destruídas pelos órgãos de repressão e não se colocavam como uma ameaça à ditadura. Já em relação à economia, os altos índices de crescimento apresentados desde o ano de 1969 começavam a perder força, indicando que o “milagre” poderia não se sustentar por muito mais tempo. Diante deste cenário, desde os primeiros momentos de seu mandato, o general Geisel acenou com algumas transformações políticas com o objetivo de se antecipar a uma possível crise do regime autoritário. Outra razão para essa mudança de rumo se relacionava com o fato de que, entre os militares, havia setores que defendiam o afastamento das Forças Armadas da chefia do governo federal.

A estratégia pensada pelo governo Geisel não significava, de imediato, a

redemocratização do país, mas uma ampliação do espaço das discussões e da participação política. Era uma “abertura” no regime fechado que se impusera desde a decretação do AI-5, em 1968, mas que deveria ser, segundo seus formuladores, “lenta, gradual e segura”. Em outras palavras, as mudanças seriam firmemente controladas pelas autoridades governamentais, ocorreriam em etapas e, acima de tudo, não poderiam representar uma ameaça aos militares.

As primeiras medidas da abertura vieram nas eleições para deputados estaduais e federais e senadores no final do ano de 1974, quando o governo permitiu maior liberdade para o debate político. A propaganda eleitoral dos candidatos da Arena e do MDB foi feita em rede nacional e o espaço mais amplo de debate acabou estimulando a oposição ao regime e a participação popular. Após a contagem dos votos, uma surpresa para o governo autoritário: o partido de oposição, MDB, conseguiu uma grande vitória, aumentando o número de deputados estaduais, federais e senadores e elegendo lideranças que carregavam fortes críticas às ordenações políticas e sociais da ditadura. Daí em diante, os candidatos oposicionistas obtiveram um crescimento eleitoral constante.

Mas, se o governo permitia o fortalecimento da oposição, também estabelecia os limites para o que poderia ser feito e dito publicamente. O presidente Geisel fez amplo uso da legislação existente para cassar o mandato de vários parlamentares que, pela ótica das autoridades, ultrapassavam os limites das críticas à ditadura e exigiam mais rapidez nas mudanças políticas. Assim, a abertura prosseguia, mas o regime autoritário não abria mão de ditar o seu ritmo — lento — e os limites da contestação — seguros.

:: A Lei Falcão e o Pacote de Abril ::

No decorrer da “abertura”, o regime elaborou novas leis para impedir que o crescimento eleitoral do MDB ameaçasse a maioria do partido governista (Arena) na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Entre elas, destacam-se a Lei Falcão, em 1976, que limitou a propaganda eleitoral nos meios de comunicação nas eleições municipais, e o Pacote de Abril, em 1977, que determinou a eleição de um terço dos senadores por via indireta, a extensão das restrições da Lei Falcão às eleições estaduais e federais, a ampliação de cinco para seis anos do mandato presidencial e a redução do quorum necessário à aprovação de reformas constitucionais de dois terços para a maioria simples no Congresso Nacional. Desta forma, o governo pretendia administrar com mãos firmes o processo de “abertura”.

A partir dos anos de 1975 e 1976, o controle governamental ficou cada vez mais difícil pois diferentes organizações da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e setores da Igreja Católica e protestantes, iniciaram uma militância mais incisiva contra a ditadura. Ao mesmo tempo, os universitários rearticulavam a União Nacional dos Estudantes e surgia uma série de associações profissionais — médicos, arquitetos, engenheiros — e locais — de moradores e de bairros — que pressionavam o governo para acelerar a abertura política e atender a uma série de demandas sociais.

O ano de 1977 marcou o início das críticas do setor empresarial às políticas governamentais. As primeiras declarações dos empresários condenavam a centralização excessiva das decisões no Executivo federal, reclamando uma maior liberdade para a atuação dos grupos econômicos. Essas críticas se transformaram em ataques ao próprio regime e na defesa das liberdades democráticas e do retorno ao estado de direito, funcionando como um reforço às exigências de mudanças políticas defendidas por outros setores da sociedade.

Do lado dos trabalhadores industriais, o movimento sindical, cuja reorganização havia começado no início da década de 1970 em torno da região do ABC paulista, se fortaleceu enormemente. Greves foram realizadas em 1978 e 1979, atraindo a atenção da imprensa e a solidariedade de muitos setores da sociedade brasileira. O nome do principal líder metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, foi projetado nacionalmente. A reação dos militares foi imediata. Vários sindicalistas foram presos, sindicatos sofreram intervenções e paralisações foram consideradas ilegais. Todavia, essa reação não foi capaz de desestabilizar o movimento dos trabalhadores, que só fez crescer daí em diante.

Assim, na segunda metade da década de 1970, a estratégia de “abertura lenta, gradual e segura” do presidente Geisel foi constantemente desafiada pela ação da sociedade brasileira. Ainda que o governo autoritário tenha conseguido manter o controle sobre as mudanças, teve que se defrontar e negociar com uma sociedade muito mais organizada, mobilizada e que exigia maior participação política e resolução de seus problemas sociais.

:: A linha dura contra a abertura ::

Como dissemos anteriormente, no interior das Forças Armadas era possível identificar um grupo de militares denominado linha dura. A maioria deles era ligada aos serviços de informação e repressão e via a abertura promovida pelo governo Geisel como uma séria ameaça — ao espaço que ocupavam no regime, ao combate ao comunismo, que acreditavam ainda ser um perigo, aos benefícios materiais e de poder que recebiam combatendo os “inimigos” da nação.

Por conta disso, militares ligados à linha dura praticaram várias ações para desestabilizar as mudanças e dificultar a transição para a democracia. Entre elas, podemos apontar os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho entre 1975 e 1976, nas dependências do Exército na cidade de São Paulo. Entre o final dos anos 1970 e o início da década seguinte, também foram praticados atentados à bomba, através de cartas enviadas a bancas que vendiam jornais de oposição e associações civis que criticavam o regime, como a OAB.

O maior e último ato da linha dura foi a explosão de duas bombas no Riocentro, parque de convenções localizado na cidade do Rio de Janeiro, onde acontecia em abril de 1981 um show de música popular pela comemoração do Dia do Trabalho. Agentes dos serviços de informação pretendiam explodir alguns artefatos no local, causando pânico e acusando organizações de esquerda de serem os responsáveis pelo atentado. Entretanto, a primeira bomba explodiu dentro de um carro onde estavam dois desses agentes, matando um e ferindo o outro gravemente. Outra bomba explodiu perto da caixa de luz.

As investigações realizadas por militares responsabilizaram grupos esquerdistas, mas foram denunciadas pela imprensa como uma farsa para encobrir a ação dos agentes de serviços de informação e repressão. Após o atentado do Riocentro, a linha dura perdeu muito do seu poder de influência.

A crise da ditadura civil-militar

Ao fim do governo Geisel, em 1978, o processo de “abertura” do regime deu lugar às discussões acerca do restabelecimento da democracia. Em outras palavras, os debates políticos não mais giravam em torno da manutenção de um regime autoritário “aberto”, mas sim das lutas pela total redemocratização do país — com a volta das eleições diretas para governador estadual e presidente, a suspensão de leis autoritárias, a volta das liberdades de expressão e organização... Um passo importante foi dado quando o general Geisel suspendeu o AI-5, embora tenha mantido a Lei de Segurança Nacional, que garantia os poderes repressivos do Executivo federal.

No ano seguinte, o Congresso aprovou uma lei de anistia que permitiu a volta ao país de cidadãos exilados e a libertação de muitos militantes condenados pela ditadura por crimes políticos. Longe de ser uma iniciativa do governo, agora

sob a liderança do general João Batista Figueiredo, a reivindicação da anistia fora expressa pela sociedade, que organizou uma grande mobilização na defesa desta bandeira. Dezenas de comitês foram criados em várias cidades do país, iniciando campanhas públicas em favor da “anistia ampla, geral e irrestrita”.

Anistia — ato do poder público que declara impuníveis delitos praticados até determinada data por motivos políticos ou penais, ao mesmo tempo em que anula condenações e suspende diligências persecutórias. (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa)

A lei aprovada, entretanto, desagradou a uma parte dos militantes da campanha pela anistia. Em primeiro lugar, porque foi entendida como recíproca, ou seja, também tornou inimputáveis os crimes cometidos pelos agentes da repressão tais como os sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Isso impossibilitou, até os dias atuais, que qualquer militar fosse processado por conta de violação dos direitos humanos durante a ditadura. Além disso, não foram contemplados com a anistia os presos do regime condenados por atos concretos de violência, assaltos a bancos e sequestros. Cerca de 100 pessoas permaneceram encarceradas, muitas delas recebendo indultos presidenciais nos anos seguintes.

No mesmo ano da votação da anistia, o governo propôs a reforma da legislação eleitoral e partidária, que permitiu a volta do pluripartidarismo. Com isso, as autoridades militares pretendiam enfraquecer o partido de oposição, MDB, que conquistava cada vez mais votos. Efetivamente, após a mudança nas leis partidárias, a oposição se fragmentou em vários partidos políticos. Da Arena, partido que apoiava a ditadura militar, surgiu o Partido Democrático Social (PDS), sob a liderança do senador maranhense José Sarney. O antigo MDB se tornou PMDB. Surgiram também o Partido Democrático Trabalhista (PDT), próximo à social democracia europeia e que pretendia reorganizar o trabalhismo no país, tendo Leonel Brizola como maior liderança; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a políticos clientelistas e com base em São Paulo; e o Partido dos Trabalhadores (PT), baseado nos sindicatos, particularmente de São Paulo, e contando também com católicos progressistas, socialistas e líderes de movimentos sociais.

O aumento do número de partidos, o retorno de lideranças políticas que estavam fora do país e a diminuição das restrições à liberdade de expressão e organização alargaram ainda mais os debates públicos. Ao mesmo tempo, a crise econômica se intensificava, com o crescimento da dívida externa e da inflação, a redução do crescimento econômico e o aumento do desemprego. Somando estes dois aspectos, tornava-se cada vez mais difícil para o governo autoritário controlar a ação dos grupos de oposição e o teor de suas críticas.

Em 1982, o enfraquecimento da ditadura militar ficou explícito após as eleições para os governos estaduais. Pela primeira vez desde 1966, os eleitores puderam escolher diretamente seus governadores e os partidos de oposição alcançaram a vitória em dez estados, incluindo os mais importantes: Franco Montoro (PMDB) em São Paulo, Leonel Brizola (PDT) no Rio de Janeiro e Tancredo Neves (PMDB) em Minas Gerais.

Nos anos seguintes, setores oposicionistas começaram a se articular para a sucessão do presidente João Batista Figueiredo, que, de acordo com a legislação vigente, aconteceria em 1985 através de eleições indiretas. No PMDB, o maior partido de oposição, destacou-se o nome do governador de Minas Gerais,

Tancredo Neves. Liderando correntes moderadas, Tancredo buscou dominar os grupos peemedebistas de esquerda, que atacavam mais duramente a ditadura e desejavam transformações sociais mais radicais. Ao mesmo tempo, se aproximou de setores políticos do partido governista, o PDS, e também dos militares. Reunindo estes três grupos, o objetivo de Tancredo era construir uma aliança que garantisse a transição do regime militar para a democracia.

No ano de 1984, a crise econômica agravou-se ainda mais. De todos os lados, partiam críticas à incapacidade administrativa do governo Figueiredo e a exigência do retorno imediato da democracia. Enquanto as forças políticas citadas acima articulavam uma grande aliança para as eleições indiretas em janeiro de 1985, o país foi sacudido por uma imensa campanha que exigia eleições diretas para a presidência da República — o movimento das Diretas Já.

Organizada por partidos, sindicatos e associações de classe, essa campanha caracterizou-se por surpreendentes mobilizações populares, nas quais o repúdio da sociedade ao regime ditatorial alcançou grande repercussão. Nos imensos comícios realizados nas principais capitais do país — só no Rio de Janeiro, mais de um milhão de pessoas compareceram ao evento —, foram vistas bandeiras de todos os partidos, inclusive dos clandestinos PCB e PC do B e o PMDB dividiu a cena da oposição com líderes como Leonel Brizola e Lula, figuras marcantes nos palanques das Diretas Já.

Mas, apesar de toda a pressão popular, em abril de 1984 a emenda que previa eleições diretas não foi aprovada no Congresso Nacional. A sucessão do governo Figueiredo seria, então, decidida de forma indireta entre os candidatos indicados pelo PDS e PMDB, os partidos com mais força eleitoral.

Para os membros do PDS, o contexto político era extremamente complicado. As Diretas Já haviam deixado como herança o repúdio forte e generalizado da sociedade brasileira à ditadura e àqueles que a apoiavam. Então, o que fazer diante da obrigação de ser fiel a um governo em franco declínio, desagradando seus eleitores? A opção de muitos parlamentares foi abandonar o PDS e criar uma nova agremiação, a Frente Liberal, que imediatamente se articulou com o PMDB formando uma chapa para as eleições presidenciais indiretas. Deste acordo, surgiu a “Aliança Democrática”, que indicou Tancredo Neves para a presidência e José Sarney para a vice-presidência. O candidato do PDS foi o deputado paulista Paulo Maluf, político rejeitado nacionalmente, cuja indicação acabou por intensificar a migração de membros do PDS para a Frente Liberal, reforçando as fileiras da Aliança Democrática. A cisão do partido governista garantiu ao governador mineiro os votos suficientes para sua eleição.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves teve uma vitória arrasadora sobre Paulo Maluf: 480 votos contra 180. Após 21 anos de generais, um político civil de oposição era eleito para a presidência da República, recebendo grande apoio da sociedade e representando as esperanças de que o próximo governo oferecesse soluções para os problemas econômicos e sociais do país. Porém, antes de sua posse, que deveria ocorrer em 15 de março, Tancredo Neves adoeceu gravemente, falecendo semanas depois, no dia 21 de abril. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente eleito, José Sarney.

Por fim, é necessário sublinhar um aspecto marcante da transição brasileira para a democracia: seu caráter conservador. Tancredo Neves liderou uma frente formada, principalmente, por grupos moderados do PMDB e políticos que apoiaram durante muito tempo a ditadura civil-militar, como o vice-presidente

José Sarney. Nesse sentido, o primeiro governo civil após o regime autoritário foi dominado por correntes ideológicas de centro-direita, reunidas na defesa da volta do regime democrático e, também, na intenção de barrar mudanças mais profundas na sociedade brasileira, como a reforma agrária.

:: Síntese ::

O governo Jango (1961–1964) se caracterizou:

- pela inserção dos conflitos políticos brasileiros no contexto da Guerra Fria;
- pela divisão das forças políticas, o que produziu uma intensa radicalização das lutas sociais entre correntes de esquerda e direita;
- pela constante atuação dos militares na vida política, articulados a diferentes grupos sociais. Em 1964, um golpe de Estado civil-militar depôs o presidente, dando início a um longo período ditatorial no país.

A ditadura civil-militar no Brasil (1964–1985) se caracterizou:

- pelo alinhamento aos Estados Unidos, com a repressão aos setores políticos de esquerda, como os trabalhistas e comunistas;
- por intervenções autoritárias na vida política e civil, nas organizações sociais e na cultura;
- pela montagem de um sistema de informação e repressão que espionou os opositores e cometeu sistemáticas violações aos direitos humanos;
- pela maior inserção da economia brasileira no sistema capitalista mundial. Entre 1969 e 1974, o país apresentou fortes índices de crescimento — o “milagre econômico” —, com grande financiamento externo e forte intervenção estatal. A face social do “milagre” se traduziu na diminuição do poder de compra dos salários dos trabalhadores e no crescimento da desigualdade social. A partir de meados dos anos 1970, o crescimento econômico diminuiu e uma crise econômica se instalou no país, agravando-se durante a década de 1980;

O processo de abertura da ditadura iniciou-se em meados dos anos 1970, a partir de uma estratégia pensada pelas autoridades militares que foi desafiada constantemente pela mobilização política e social. No início da década de 1980, a redemocratização do país se acelerou, com a intensificação da crise do regime autoritário por conta de insucessos políticos e econômicos. Em 1985, um político civil da oposição foi eleito presidente da República.

3. A Nova República (1985...)

O fim da ditadura civil-militar e a eleição de Tancredo Neves marcaram o início de um novo período da história brasileira que se estende até nossos dias: a Nova República. Desde então, o Brasil atravessou profundas crises, viveu muitas transformações e deu importantes passos para se transformar em uma sociedade mais democrática e socialmente igualitária. Nas próximas páginas, discutiremos as

principais questões da Nova República.

A institucionalização da democracia política

Como vimos, entre 1964 e 1985, as atividades políticas e partidárias foram alteradas com frequência e limitadas por várias intervenções autoritárias. Foi o caso do estabelecimento de eleições indiretas para presidente e governadores estaduais, mudanças nos partidos, cassação de mandatos e de direitos políticos e prisões de opositores. A partir do governo de José Sarney, as leis elaboradas sob os governos militares foram sendo substituídas por regras democráticas que asseguraram a participação política dos cidadãos e a liberdade de pensamento e organização. Um exemplo foi a legalização dos partidos comunistas, que atuavam clandestinamente desde que foram proibidos em 1947, no governo de Eurico Dutra.

Outro passo fundamental para a democratização do país foi a promulgação de uma nova Constituição, em 05 de outubro de 1988. As discussões entre os deputados constituintes, eleitos em 1986 pelo voto popular, contaram com a participação intensa da sociedade brasileira e resultaram na chamada “Constituição Cidadã”. Leia abaixo alguns dos artigos e os direitos assegurados atualmente aos cidadãos pela lei maior do país:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 14º A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

Essa constituição estabeleceu a maior ampliação do direito de voto da república brasileira, estendendo-o aos analfabetos e aos jovens entre 16 e 18 anos. A legislação partidária aprovada garantiu a ampla liberdade de organização dos interesses e ideologias existentes na sociedade, resultando no surgimento de diferentes partidos desde os anos 1980. Veja abaixo um quadro com a evolução do número de eleitores nos últimos 20 anos, elaborado a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral:

Evolução do eleitorado brasileiro antes e depois da Constituição de 1988

1986	1989	2000	2010
69.166.810	82.074.718	109.826.263	135.804.433

Os deputados que redigiram a constituição definiram, também, um mandato de cinco anos para José Sarney, que seria sucedido por um presidente eleito por voto direto em novembro de 1989. Desde essa data, a cada quatro anos os cidadãos brasileiros escolhem livremente seus presidentes, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos e vereadores. Apesar dos problemas que o sistema político brasileiro apresenta atualmente — como as denúncias recorrentes de corrupção agravadas pela ação lenta da justiça —, a democratização avançou bastante na Nova República com a ampliação do direito de voto, a realização de eleições diretas de forma sistemática e a liberdade partidária.

As principais características políticas dos governos da Nova República estão destacadas a seguir:

• José Sarney (1985–1990)

O governo de José Sarney foi bastante conturbado. Através de sindicatos, associações de bairros, de professores, de médicos, bancários, engenheiros, os trabalhadores se mobilizaram constantemente para garantir melhores salários e direitos trabalhistas. As centrais sindicais, que reuniam vários sindicatos, foram bastante atuantes e, em várias ocasiões, organizaram greves gerais que paralisaram o país para defender os trabalhadores, atingidos pelo arrocho salarial. Ao mesmo tempo, a crise econômica se mantinha, servindo de combustível ao movimento sindical e causando grande desgaste de José Sarney.

Liderando um governo apoiado por setores políticos conservadores, o presidente não hesitou em recorrer às Forças Armadas para reprimir as mobilizações dos trabalhadores. Assim, a intervenção dos militares ainda se fez presente nas lutas políticas e sociais, principalmente na repressão às greves. Esse tipo de ação culminou com a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional na cidade de Volta Redonda, em 1988, durante uma paralisação dos metalúrgicos, que acabou com a morte de três operários em decorrência da violência militar.

Em 1989, ocorreram as primeiras eleições presidenciais desde o ano de 1960. A escolha do presidente deveria ocorrer em dois turnos, caso nenhum candidato conseguisse a maioria dos votos na primeira votação. Os partidos políticos mais importantes ofereceram seus candidatos. As disputas foram acirradas e o segundo turno foi disputado por Luiz Inácio Lula da Silva, que concorreu pelo PT, e Fernando Collor de Mello, governador do estado de Alagoas, indicado pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Fernando Collor recebeu o apoio de forças da direita e dos políticos que sustentaram a ditadura militar. Utilizando um discurso moralista baseado na “caça aos marajás” (funcionários públicos que recebiam salários altíssimos), incentivou o temor da sociedade em relação a uma vitória de Lula, que, segundo Collor, significaria um governo radical e socialista. É bom lembrar que, em 1989, o mundo comunista começava a desmoronar na Europa e o muro de Berlim era derrubado. A campanha de Lula congregou os partidos de esquerda e centro, incluindo o PMDB, o PSDB (partido criado por um grupo de políticos originários do PMDB), o PDT e partidos comunistas. O candidato colocou-se como o representante das classes trabalhadoras brasileiras e dos grupos comprometidos com a promoção de mudanças na sociedade.

O resultado das eleições deu a vitória a Fernando Collor de Mello, que assumiu a presidência da República em 15 de março de 1990.

• Fernando Collor de Mello (1990–1992)

O governo de Fernando Collor foi mais curto do que o esperado e frustrou as expectativas de milhões de brasileiros. Durante a campanha, ele havia prometido controlar a inflação que atormentava o país desde o início dos anos 1980. Com esse objetivo, lançou nos primeiros dias de seu governo um radical plano econômico, conhecido como Plano Collor. Mas, as medidas fracassaram e, em poucos meses, a inflação retornou com grande força.

Se na economia o governo não ia bem, o mesmo acontecia na área política. Eleito por um partido pequeno, Fernando Collor não possuía grande apoio entre deputados federais e senadores e muitos de seus projetos foram rejeitados no Congresso Nacional. Os choques entre o chefe do Executivo e o poder Legislativo se intensificaram quando vieram a público fortes denúncias de corrupção envolvendo assessores próximos ao presidente — incluindo uma entrevista do próprio irmão de Fernando Collor confirmando as irregularidades. O Congresso Nacional instalou, então, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os atos do presidente e seus assessores.

Ao lado das investigações da CPI, teve início uma grande mobilização popular exigindo a apuração das denúncias e, posteriormente, defendendo o afastamento de Fernando Collor da presidência — o *impeachment*. Nas grandes cidades brasileiras, foram realizadas imensas passeatas, nas quais se destacavam principalmente os “cara-pintadas” — estudantes que pintavam os rostos com as cores da bandeira brasileira.

Sob intensa pressão popular, o relatório final da CPI responsabilizou diretamente o presidente nos casos de corrupção, abrindo caminho para que o Congresso Nacional iniciasse seu processo de afastamento. O *impeachment* de Fernando Collor foi votado e aprovado no dia 29 de dezembro de 1992. Assim, o primeiro presidente eleito por voto direto após a ditadura deixou o governo menos de dois anos após o início do seu mandato. Para completar seu mandato, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco.

• Itamar Franco (1992–1995)

Diante da crise política causada pelo afastamento de Fernando Collor, Itamar Franco recebeu o apoio da maioria dos partidos políticos, cujo objetivo era assegurar a normalidade democrática no país até as próximas eleições, em 1994.

Em 1993, foi nomeado como ministro da Fazenda o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Junto com assessores, o novo ministro elaborou um plano econômico lançado em julho de 1994 — o Plano Real. O sucesso desse plano foi fundamental para a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente da República, em 1994, tendo Luiz Inácio Lula da Silva como adversário.

• Fernando Henrique Cardoso (1995–1999, 1999–2003)

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi garantida por uma aliança que reuniu forças políticas de centro e direita — o PSDB, do presidente, o PFL e o PTB, os dois últimos próximos também aos governos de José Sarney e Fernando Collor. Esses partidos foram muito importantes para assegurar a Fernando Henrique Cardoso uma maioria de votos no Congresso Nacional. Assim, ao contrário do que ocorrera com Fernando Collor, FHC obteve sucesso na construção de alianças que lhe garantiram uma base parlamentar aliada, fundamental para aprovar os projetos governamentais na Câmara dos Deputados e no Senado.

Os anos FHC foram marcados por uma grande crítica à forma de organização do Estado brasileiro e à maneira como o desenvolvimento econômico vinha sendo direcionado desde o primeiro governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930. O presidente defendeu a necessidade de reduzir as funções estatais, que deveriam se concentrar nas áreas consideradas essenciais, como a educação e a saúde. Para os grupos políticos e econômicos que apoiavam o presidente, as mudanças implicavam a retirada do Estado da atividade econômica e a privatização das empresas estatais.

Estas propostas, entretanto, eram criticadas e combatidas por diferentes forças políticas e sociais, principalmente de esquerda, que defendiam a importância de o Estado permanecer como um ator importante na economia. Havia a preocupação, também, com a transferência de importantes áreas da economia nacional para empresas estrangeiras, que seriam as responsáveis por decisões que afetariam diretamente a vida dos brasileiros.

O governo de Fernando Henrique Cardoso também se caracterizou pela maior abertura da economia brasileira às empresas, capitais e produtos estrangeiros. Com isso, o governo acreditava que a sociedade teria benefícios; a oferta de produtos para os consumidores aumentaria, levando a uma maior competição entre os produtores e à queda do preço das mercadorias. Desta forma, a taxa de inflação também seria mantida sob controle.

As reformas implementadas produziram importantes mudanças nas atividades econômicas, mas não foram capazes de garantir o crescimento do país. A soma de baixo crescimento interno com crises econômicas internacionais acabou reduzindo a capacidade do governo de investir nas áreas sociais, como saúde e educação, ou em obras de infraestrutura, como a construção de estradas e o saneamento básico, prejudicando o atendimento à população.

Esta era a situação do país em 1998, quando os eleitores escolheram novamente o presidente da República. Fernando Henrique Cardoso candidatou-se à reeleição com a mesma aliança que o elegeu quatro anos antes, tendo como principal oponente, mais uma vez, Luiz Inácio Lula da Silva. Colocando-se como o defensor da estabilidade econômica e explorando o receio dos investidores estrangeiros em relação a um possível governo de esquerda de Lula, FHC foi reeleito presidente de República no primeiro turno em 1998.

Em seu segundo mandato, embora a inflação tenha sido mantida sob controle, a economia brasileira continuou registrando baixos índices de crescimento, o que

acarretou o aumento da taxa de desemprego. Embora o número de brasileiros vivendo na pobreza tenha diminuído nos primeiros anos do Plano Real, a desigualdade social não se alterou de forma significativa nos governos de FHC e os problemas se acumulavam, assim como as insatisfações de diferentes setores sociais. Neste cenário, em 2002, a disputa pela sucessão de Fernando Henrique Cardoso foi decidida entre o candidato José Serra, do PSDB, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, com a vitória do último no segundo turno das eleições.

• Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2007, 2007–2011)

A eleição de Lula significou algumas novidades para a história brasileira. Pela primeira vez, um operário e sindicalista chegava à presidência da República, liderando um partido de esquerda, o PT, aliado a forças de centro. Além disso, também era a primeira vez, desde o ano de 1961, que um presidente eleito de forma direta passava o cargo para outro presidente escolhido nas mesmas condições.

Em seu primeiro mandato, Lula teve como um de seus objetivos principais defender a estabilidade econômica. Para isso, manteve as linhas gerais da política implementada durante a presidência de FHC, o que significou a manutenção de cortes nos gastos públicos para atender a acordos feitos com agências financeiras internacionais. A inflação permaneceu sob controle, mas o crescimento econômico não apresentou melhoras significativas. A partir do segundo mandato, iniciado em 2007, a economia começou a apresentar índices maiores de crescimento, o que se resultou em mais recursos para investimentos do governo federal.

Em relação ao papel do Estado, o governo Lula distinguiu-se dos anos FHC por realizar uma maior intervenção na regulação da economia e da sociedade. Ideologicamente próximo a correntes críticas do neoliberalismo, Lula e seus ministros reforçaram a capacidade de ação econômica do Estado através de investimentos públicos, da concessão de crédito à população e da recomposição dos quadros do funcionalismo público. Estas medidas, entretanto, não significaram um rompimento com as linhas gerais do desenvolvimento capitalista mundial.

Ligado historicamente às reivindicações dos setores populares, a presidência de Lula caracterizou-se ainda pela elaboração de políticas de distribuição de renda, através de um programa do governo federal chamado Bolsa-Família, que garantiu uma renda mínima às famílias carentes, e de reajustes anuais do salário-mínimo acima dos índices de inflação. As duas diretrizes foram responsáveis pela diminuição da miséria no país e pelo aumento do poder de compra da população mais pobre, ampliando o mercado interno brasileiro.

Com altos índices de aprovação popular ao fim do seu segundo mandato, o presidente Lula teve sucesso em eleger seu sucessor, ou melhor, sua sucessora. Em 31 de outubro de 2010, Dilma Vana Rousseff, uma das principais ministras do segundo mandato de Lula, foi eleita presidenta do Brasil.

Economia: crise, neoliberalismo e globalização

Paralelamente à consolidação do regime democrático, o Brasil atravessou uma longa crise econômica. Os problemas iniciados ao final dos anos 1970 se agravaram ainda durante a ditadura, com o aumento da dívida externa e da inflação acompanhado de baixas taxas de crescimento e alta do índice de desemprego.

Veio a democracia e a crise persistiu durante os governos de José Sarney, Fernando Collor de Mello e parte do mandato de Itamar Franco, penalizando duramente a população brasileira. Para tentar conter a inflação e reorganizar

a economia, os governos elaboraram planos econômicos, através dos quais as autoridades impunham uma série de medidas à sociedade. Entre elas, o congelamento de preços e salários por períodos determinados e sucessivas mudanças de moeda.

O mais radical destes planos foi o decretado pelo presidente Collor em fevereiro de 1990. O governo estipulou um valor — na época, Cr\$50 mil, cinquenta mil cruzeiros — e acima dele, todo o dinheiro que estivesse em bancos seria recolhido e devolvido aos donos 18 meses depois em 12 parcelas mensais. Com isso, o governo esperava retirar grande parte da moeda em circulação no país e controlar a inflação. Além disso, Fernando Collor decretou o congelamento de preços e salários.

As medidas funcionaram nos primeiros meses, mas, como os anteriores, o Plano Collor não atingiu seus objetivos e a inflação voltou a subir sem controle. A estabilidade econômica foi alcançada somente em 1994, durante o governo de Itamar Franco, com o Plano Real lançado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Após mais de dez anos convivendo com pacotes econômicos e mudanças de moeda, esse plano conseguiu manter a inflação em níveis baixos e iniciou a estabilização econômica. Com isso, o poder de compra dos salários se manteve e, em alguns períodos, foi ampliado. Desde então, manter a estabilidade da economia foi uma das preocupações centrais dos governos.

A década de 1990 foi marcada também por profundas transformações relacionadas ao pensamento neoliberal e à forma de inserção do Brasil na globalização. Entre elas, podemos identificar a diminuição da presença estatal na economia, que originou o Programa Nacional de Privatizações (PND) elaborado durante o governo Collor e mantido nos mandatos de Itamar Franco e FHC.

Outra política iniciada durante o mandato de Fernando Collor que teve continuidade posteriormente foi a abertura da economia brasileira a empresas, capitais e produtos estrangeiros, estreitando os laços comerciais e financeiros do Brasil com o mundo globalizado. A redução ou, até mesmo, suspensão das taxas de importação permitiu uma crescente entrada de mercadorias estrangeiras no país, com preços mais baixos. Uma imensa variedade de artigos de luxo e populares invadiu as prateleiras dos supermercados e lojas do país e ficaram à disposição dos consumidores brasileiros.

Assim como ocorreu em outros países, a concorrência com as mercadorias importadas provocou alterações importantes na produção econômica brasileira. Para uma parte das indústrias nacionais, a disputa com os artigos estrangeiros era impossível de ser vencida. Muitos deles vinham de países cuja mão de obra era muito barata, o que se refletia no preço baixo. As empresas brasileiras que não conseguiram oferecer suas mercadorias a preços menores acabaram por fechar suas fábricas ou se fundir com grupos estrangeiros. Por isso, o aumento do desemprego foi uma das consequências da chegada dos importados.

Para outra parte das empresas nacionais, entretanto, a maior concorrência com mercadorias importadas levou à busca de novas formas de produção que lhes dessem vantagens na competição. Isto foi alcançado através da modernização das fábricas, com a adoção de tecnologia mais avançada e a introdução de novas máquinas que intensificaram a automação da produção. Esse processo de modernização atingiu vários setores da economia, que investiram muito dinheiro em tecnologia.

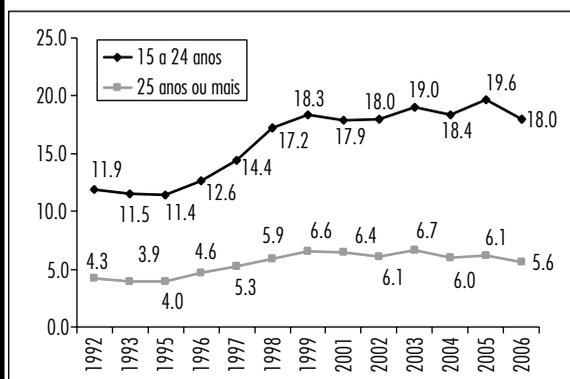
A introdução de novas máquinas e as mudanças nas formas de produção exigiam um número de trabalhadores menor. O resultado desse processo foi que, em muitos setores da economia, postos de trabalho foram extintos, diminuindo

a oferta de empregos e tornando mais precário o mercado de trabalho no Brasil. Para conseguir sobreviver, muitos trabalhadores entraram para a chamada economia informal, tornando-se vendedores ambulantes ou vivendo de pequenos serviços. O trabalho temporário também foi a solução para muitos, que voltavam às filas de desempregados uma vez terminado o tempo do contrato.

Os jovens e as mudanças na economia

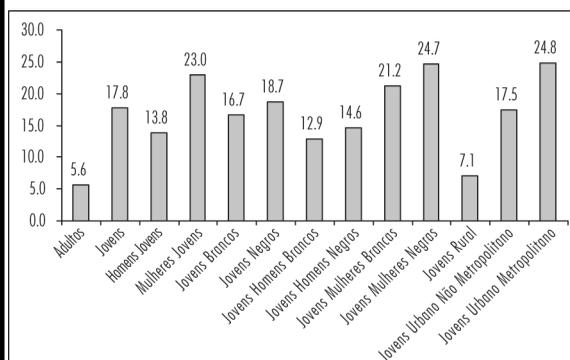
Um dos grupos mais atingidos pela diminuição da oferta de emprego e pelas mudanças na forma de produção são os jovens das classes populares. E, se esse jovem for negro, encontra ainda mais dificuldades para conseguir uma ocupação, conforme você pode ver nos gráficos abaixo, retirados do relatório "Trabalho decente e juventude no Brasil" publicado pela Organização Internacional do Trabalho:

**Taxa de desemprego de jovens e adultos
Brasil 1992/2006 em %**



Fonte: Elaborado pela OIT/PREJAL, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 1992-2006; Brasil excluída a área rural do Norte, exceto Tocantins, nos anos de 2004 a 2006, para garantir comparabilidade com os dados de 1992 a 2003.

Taxa de Desemprego Jovens Brasil 2006 em %



Fonte: Elaborado pela OIT/PREJAL, a partir dos microdados da PNAD/IBGE 2006; Brasil como um todo, inclusive com Norte Rural

Ao mesmo tempo, as exigências de qualificação profissional cresceram muito, dificultando o acesso ao mercado de trabalho de pessoas sem educação formal. Por conta desse aspecto, os investimentos em educação tornaram-se ainda mais

importantes para os indivíduos e, também, para o desenvolvimento do país. Este é um desafio que se mantém no início do século XXI.

• O combate à desigualdade social

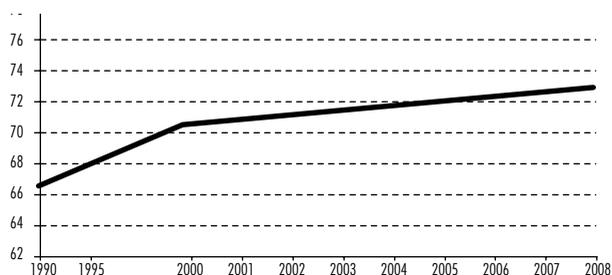
Os avanços obtidos no campo da democracia política e da estabilização econômica são importantes, mas terão sido em vão se não formos capazes de oferecer condições de vida dignas a toda a população brasileira, concretizando os direitos estabelecidos na Constituição. Infelizmente, nosso país tem se destacado por apresentar um dos maiores índices de desigualdade social do mundo e transformar radicalmente essa situação deve ser o principal objetivo de todos – governo, movimentos sociais, cidadãos comuns.

Em relação à população brasileira, o censo realizado pelo IBGE em 2010 mostrou os seguintes números:

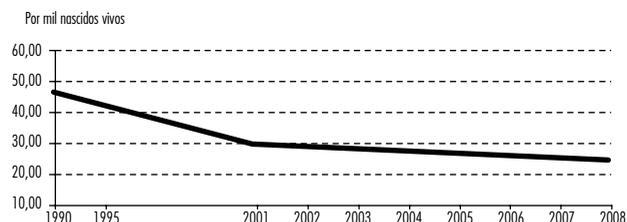
Região Norte	15.484.929
Região Nordeste	51.871.449
Região Sudeste	77.656.762
Região Sul	27.022.098
Região Centro-Oeste	13.677.475
BRASIL	185.712.713

Nas últimas décadas, os índices de esperança de vida e a mortalidade infantil vêm mostrando melhoras constantes, o que indica maior acesso aos sistemas de saúde e de educação, melhor alimentação, mais cuidados com as gestantes. Você pode conferir estes índices nos gráficos a seguir:

Esperança de vida ao nascer



Mortalidade infantil



Os avanços educacionais mais substantivos foram verificados nas séries do ensino fundamental (1o a 9o anos), que recebem hoje a quase totalidade das crianças brasileiras em idade escolar. Em relação ao ensino médio, porém, ainda

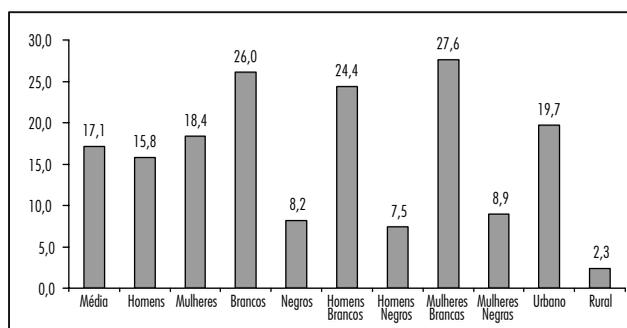
há muitos jovens que, por diversas razões, deixam a escola e interrompem sua trajetória acadêmica. Manter os adolescentes e jovens na escola, portanto, é um grande desafio para os governos, além da necessidade urgente de melhorar a qualidade do ensino. Programas como o Bolsa-Escola, durante o governo de FHC, e o Bolsa-Família, de Lula, foram fundamentais para reforçar a importância da educação, uma vez que condicionaram o recebimento do benefício do governo à manutenção dos filhos na escola.

Dois grupos que sofreram uma marginalização histórica no Brasil são os povos originários e os afrodescendentes. A Constituição aprovada em 1988 contemplou algumas das exigências destes grupos, reconhecendo a propriedade comunal da terra para as comunidades indígenas e as populações remanescentes de quilombos. Igualmente, foi considerada uma vitória o fato de o racismo se tornar crime inafiançável (não há pagamento/fiança que liberte o autor do delito durante o desenrolar do processo e do julgamento) e imprescritível (mesmo que o tempo passe, continua sendo possível julgar e condenar o criminoso). Políticas de ação afirmativa também têm sido implementadas pelos governos estaduais e federal para propiciar a estes grupos o ingresso em instituições de ensino. Outras ações têm obrigado os meios de comunicação e as instituições escolares a contemplar a diversidade étnica e cultural do país.

Um dos principais resultados das ações em defesa dos povos originários é a inversão da tendência de redução dessa população, que apresentou uma taxa de crescimento de 150% entre os anos de 1991 e 2000, segundo o IBGE. Entretanto, muito ainda está por fazer. Em vários estados, as terras indígenas não foram demarcadas e são invadidas de forma ilegal por fazendeiros de gado, de soja e madeireiros. Muitas comunidades não recebem atendimento adequado por parte dos órgãos públicos, sofrendo de diversas doenças.

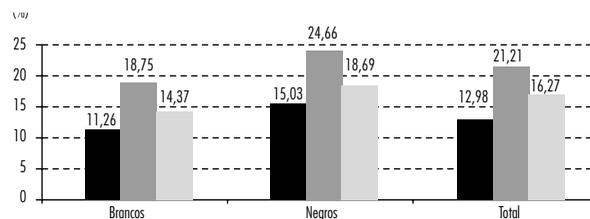
Em relação aos afrodescendentes, o combate ao racismo e às desigualdades raciais também são tarefas em andamento que merecem muita atenção. Nos gráficos abaixo, por exemplo, é possível observar como as desigualdades entre brancos e negros no Brasil se concretizam no nível educacional e no mercado de trabalho:

Percentual de Jovens de 24 anos com 12 anos ou mais de estudo, Brasil 2006 PNAD/IBGE

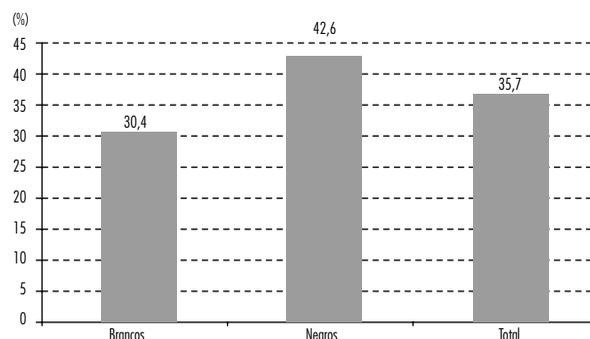


Fonte: Elaborado pela OIT/PREJAL, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 2006; Brasil como um todo, inclusive com Norte Rural. (adaptado)

Taxa de desemprego, Brasil, 2000



Taxa de informalidade, Brasil, 2000



Fonte: Microdados de Censos Demográficos IBGE, 2000. Tabulações LAESER/Observatório Afrobrasileiro. In: Paixão, Marcelo. Desigualdades raciais no Brasil: análise de indicadores quantitativos e qualitativos. (adaptado)

É importante ressaltar que as políticas e programas públicos que têm buscado enfrentar os problemas da população brasileira não são resultado somente da vontade dos governantes. Não seria falso dizer que, em realidade, as ações oficiais são decorrentes da pressão exercida pelos eleitores e por uma intensa mobilização social que se traduz em organizações de indígenas, afrodescendentes, mulheres, diferentes profissionais envolvidos com as questões da educação, artistas, intelectuais... Todos estes grupos têm se engajado em ações e organizações cujo objetivo é chamar a atenção para determinado problema e pressionar parlamentares e governos a atender as demandas sociais. Este é outro aspecto marcante da Nova República, que não podemos ignorar.

No Brasil de hoje, muitas situações causam a nossa indignação e a nossa revolta. A permanência de alguns problemas históricos somada ao surgimento de outros, como a violência urbana, podem produzir um ambiente de descrença e pessimismo. Mas, se analisarmos a nossa história após a ditadura civil-militar, encontraremos também sucessos e transformações. Encontraremos, principalmente, muitos cidadãos trabalhando pela mudança, pelo fim dos preconceitos — de cor, de classe social, de etnia, de gênero, de opção sexual —, se envolvendo com os problemas de sua comunidade, dos jovens, dos estudantes, dos trabalhadores, das pessoas da terceira idade, dos gays, dos afrodescendentes, das mulheres, das crianças...

O Brasil não está parado, ele está em movimento. E o ritmo e a direção desse movimento dependem do nosso engajamento, da nossa responsabilidade, da nossa vontade de atuar coletivamente e do nosso compromisso em participar da construção de um país mais justo e igualitário.

PALAVRAS FINAIS

Chegamos, enfim, ao último capítulo do material didático de História. Esperamos que você tenha aproveitado bastante suas aulas e as discussões que propusemos. Para nós, foi uma experiência muito importante criar estes módulos, buscando atender da melhor maneira possível as exigências e as necessidades do Pré-Vestibular Social do CEDERJ.

Nosso desejo sempre foi expor e debater interpretações atualizadas da História do Brasil e do mundo e, dessa forma, fornecer meios para que você possa ter sucesso nas provas de vestibular que devem vir pela frente. Buscamos também relacionar o conhecimento histórico à nossa realidade atual, mostrando que ele pode ser um meio para compreendermos melhor o mundo à nossa volta e, a partir daí, participar dele de uma forma viva, atuante, criativa...

Em todos os sentidos, boa sorte.

EXERCÍCIOS

1) (ENEM/2010)

Não é difícil entender o que ocorreu no Brasil nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964. A diminuição da oferta de empregos e a desvalorização dos salários, provocadas pela inflação, levaram a uma intensa mobilização política popular, marcada por sucessivas ondas grevistas de várias categorias profissionais, o que aprofundou as tensões sociais. Dessa vez, as classes trabalhadoras se recusaram a pagar o pato pelas “sobras” do modelo econômico juscelinista.

MENDONÇA, S.R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2002. (adaptado)

Segundo o texto, os conflitos sociais ocorridos no início dos anos 1960 decorreram principalmente

- (A) da manipulação política empreendida pelo governo João Goulart.
- (B) das contradições econômicas do modelo desenvolvimentista.
- (C) do poder político adquirido pelos sindicatos populistas.
- (D) da desmobilização das classes dominantes frente ao avanço das greves.
- (E) da recusa dos sindicatos em aceitar mudanças na legislação trabalhista.

2) (Enem/2010)

Opinião :: Zé Ketti

Podem me prender
Podem me bater
Podem até deixar-se sem comer
Que eu não mudo de opinião.
Aqui do morro eu não saio não
Aqui do morro eu não saio não.

Se não tem água
Eu furo um poço

Se não tem carne
Eu compro um osso e ponho na sopa
E deixa andar, deixa andar...

Falem de mim
Quem quiser falar

Aqui eu não pago aluguel
Se eu morrer amanhã seu doutor,
Estou pertinho do céu

Disponível em www.mpbnet.com.br (acessado em 28/04/2010)

Essa música fez parte de um importante espetáculo teatral que estreou no ano de 1964, no Rio de Janeiro. O papel exercido pela Música Popular Brasileira (MPB) nesse contexto, evidenciado pela letra de música citada, foi o de

- (A) entretenimento para os grupos intelectuais.
- (B) valorização do progresso econômico do país.
- (C) crítica à passividade dos setores populares.
- (D) denúncia da situação social e política do país.
- (E) mobilização dos setores que apoiavam a ditadura militar.

3) (Enem/2010)

Judiciário contribui com ditadura no Chile, diz juiz Guzmán Tapia

As cortes de apelação rejeitaram mais de 10 mil habeas corpus nos casos das pessoas desaparecidas. Nos tribunais militares, todas as causas foram concluídas com suspensões temporárias ou definitivas, e os desaparecimentos políticos tiveram apenas trâmite formal na justiça. Assim o poder judiciário contribuiu para que os agentes estatais ficassem impunes.

Disponível em: www.cartamaior.com.br (acessado em 20/07/2010) (adaptado)

Segundo o texto, durante a ditadura chilena na década de 1970, a relação entre os poderes executivo e judiciário caracterizava-se pela

- (A) preservação da autonomia institucional entre os poderes.
- (B) valorização da atuação independente de alguns juizes.
- (C) manutenção da interferência jurídica nos atos executivos.
- (D) transferência das funções dos juizes para o chefe de Estado.
- (E) subordinação do poder judiciário aos interesses políticos dominantes.

4) (Enem/2010)



QUINO. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Democracia: “regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos.”

JAPIASSÚ, H., MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Uma suposta “vacina” contra o despotismo, em um contexto democrático, tem por objetivo

- (A) impedir a contratação de familiares para o serviço público.
- (B) reduzir a ação das instituições constitucionais.
- (C) combater a distribuição equilibrada de poder.
- (D) evitar a escolha de governantes autoritários.
- (E) restringir a atuação do parlamento.

5) (Enem/2009)

Entre 2004 e 2008, pelo menos 8 mil brasileiros foram libertados de fazendas onde trabalhavam como se fossem escravos. O governo criou uma lista em que ficaram expostos os nomes dos fazendeiros flagrados pela fiscalização. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que mais sofrem com a fraqueza do poder público, o bloqueio dos canais de financiamento agrícola para tais fazendeiros tem sido a principal arma de combate a esse problema, mas os governos ainda sofrem com a falta de informações, provocada pelas distâncias e pelo poder intimidador dos proprietários.

Organizações não governamentais e grupos como a Pastoral da Terra têm agido corajosamente acionando as autoridades públicas e ministrando aulas sobre direitos sociais e trabalhistas.

"Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo". Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2009 (adaptado).

Nos lugares mencionados no texto, o papel dos grupos de defesa dos direitos humanos tem sido fundamental, porque eles

- (A) negociam com os fazendeiros o reajuste dos honorários e a redução da carga horária de trabalho.
- (B) defendem os direitos dos consumidores junto aos armazéns e mercados das fazendas e carvoarias.
- (C) substituem as autoridades policiais e jurídicas na resolução dos conflitos entre patrões e empregados.
- (D) encaminham denúncias ao Ministério Público e promovem ações de conscientização dos trabalhadores.
- (E) fortalecem a administração pública ao ministrarem aulas aos seus servidores.

6) (Enem/2009 – prova anulada) "Boicote ao militarismo", propôs o deputado federal Márcio Moreira Alves, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 2 de setembro de 1968, clamando o povo a reagir contra a ditadura. O clima vinha tenso desde o ano anterior, com forte repressão ao movimento estudantil e à primeira greve operária do regime militar. O discurso do deputado foi a "gota d'água". A resposta veio no dia 13 de dezembro com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5).

DITADURA descarada. In: *Revista de História de Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, ano 4, n. 39, dez. 2008 (adaptado).

Considerando o contexto histórico e político descrito acima, o AI 5 significou

- (A) a restauração da democracia no Brasil na década de 60.
- (B) o fortalecimento do regime parlamentarista brasileiro durante o ano de 1968.
- (C) o enfraquecimento do poder central, ao convocar eleições no ano de 1970.
- (D) o desrespeito à Constituição vigente e aos direitos civis do país a partir de 1968.
- (E) a responsabilização jurídica dos deputados por seus pronunciamentos a partir de 1968.

7) (Enem/2009 – prova anulada)

A Revolução Cubana veio demonstrar que os negros estão muito mais preparados do que se pode supor para ascender socialmente. Com efeito, alguns anos de escolaridade francamente aberta e de estímulo à autossuperação aumentaram, rapidamente, o contingente de negros que alçaram aos postos mais altos do governo, da sociedade e da cultura cubana. Simultaneamente, toda a parcela negra da população, liberada da discriminação e do racismo, confraternizou com os outros componentes da

sociedade, aprofundando o grau de solidariedade.

Tudo isso demonstra, claramente, que a democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque à opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade corresponde o opróbrio do branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 (adaptado).

Segundo Darcy Ribeiro, a ascensão social dos negros cubanos, resultado de uma educação inclusiva, com estímulos à autossuperação, demonstra que:

- (A) a democracia racial está desvinculada da democracia social.
- (B) o acesso ao ensino pode ser entendido como um fator de pouca importância na estruturação de uma sociedade.
- (C) a questão racial mostra-se irrelevante no caso das políticas educacionais do governo cubano.
- (D) as políticas educacionais da Revolução Cubana adotaram uma perspectiva racial antidiscriminatória.
- (E) os quadros governamentais em Cuba estiveram fechados aos processos de inclusão social da população negra.

8) (Enem/2009 – prova anulada) A tabela a seguir apresenta dados coletados pelo Ministério da Saúde a respeito da redução da taxa de mortalidade infantil em cada região brasileira e no Brasil

	2002	2004	Varição % 2002-2004
N	27,0	25,6	↓ 5,2
NE	37,2	33,9	↓ 8,9
SE	15,7	14,9	↓ 5,2
S	16,0	15,0	↓ 6,7
CO	19,3	18,7	↓ 3,0
BRASIL	24,3	22,5	↓ 7,4

FONTE: MS, SVS E SIM. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br>. Acesso em: 1 out. 2008.

Considerando os índices de mortalidade infantil apresentados e os respectivos percentuais de variação de 2002 a 2004, é correto afirmar que

- (A) uma das medidas a serem tomadas, visando à melhoria deste indicador, consiste na redução da taxa de natalidade.
- (B) o Brasil atingiu sua meta de reduzir ao máximo a mortalidade infantil no país, equiparando-se aos países mais desenvolvidos.
- (C) o Nordeste ainda é a região onde se registra a maior taxa de mortalidade infantil, dadas as condições de vida de sua população.
- (D) a região Sul foi a que registrou menor crescimento econômico no país, já que apresentou uma redução significativa da mortalidade infantil.
- (E) a região Norte apresentou a variação da redução da mortalidade infantil mais baixa, tendo em vista que a vastidão de sua extensão e o difícil acesso a comunidades isoladas impedem a formulação de políticas de saúde eficazes.

9) (Enem/2009 – prova anulada)

Um aspecto importante derivado da natureza histórica da cidadania é que esta se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que se denomina Estado-nação. Nessa perspectiva, a construção da cidadania na modernidade

tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a Nação.

CARVALHO, J. M.. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. In: *Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: 2004 (adaptado).

Considerando-se a reflexão acima, um exemplo relacionado a essa perspectiva de construção da cidadania é encontrado:

(A) em D. Pedro I, que concedeu amplos direitos sociais aos trabalhadores, posteriormente ampliados por Getúlio Vargas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(B) na Independência, que abriu caminho para a democracia e a liberdade, ampliando o direito político de votar aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres.

(C) no fato de os direitos civis terem sido prejudicados pela Constituição de 1988, que desprezou os grandes avanços que, nessa área, havia estabelecido a Constituição anterior.

(D) no Código de Defesa do Consumidor, ao pretender reforçar uma tendência que se anunciava na área dos direitos civis desde a primeira constituição republicana.

(E) na Constituição de 1988, que, pela primeira vez na história do país, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, alargando o alcance dos direitos civis.

10) (ENEM/2009 – prova anulada)

Texto 1



Texto 2

A Constituição Federal no título VII da Ordem Social, em seu Capítulo VII, Art. 226, § 7º, diz:

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício deste direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 set. 2008.

A comparação entre o tratamento dado ao tema do planejamento familiar pela charge de Henfil e pelo trecho do texto da Constituição Federal mostra que

(A) a charge ilustra o trecho da Constituição Federal sobre o planejamento familiar.

(B) a charge e o trecho da Constituição Federal mostram a mesma temática sob pontos de vista diferentes.

(C) a charge complementa as informações sobre planejamento familiar contidas no texto da Constituição Federal.

(D) o texto da charge e o texto da Constituição Federal tratam de duas realidades sociais distintas, financiadas por recursos públicos.

(E) os temas de ambos são diferentes, pois o desenho da charge representa crianças conscientes e o texto defende o controle de natalidade.

11) (ENEM/2008)

O ano de 1954 foi decisivo para Carlos Lacerda.

Os que conviveram com ele em 1954, 1955, 1957 (um dos seus momentos intelectuais mais altos, quando o governo Juscelino tentou cassar o seu mandato de deputado), 1961 e 1964 tinham consciência de que Carlos Lacerda, em uma batalha política ou jornalística, era um trator em ação, era um vendaval desencadeado não se sabe como, mas que era impossível parar fosse pelo método que fosse.

Hélio Fernandes. *Carlos Lacerda, a morte antes da missão cumprida*. In: *Tribuna da Imprensa*, 22/5/2007 (com adaptações).

Com base nas informações do texto acima e em aspectos relevantes da história brasileira entre 1954, quando ocorreu o suicídio de Vargas (em grande medida, devido à pressão política exercida pelo próprio Lacerda), e 1964, quando um golpe de Estado interrompe a trajetória democrática do país, conclui-se que:

(A) a cassação do mandato parlamentar de Lacerda antecedeu a crise que levou Vargas à morte.

(B) Lacerda e adeptos do getulismo, aparentemente opositores, expressavam a mesma posição político-ideológica.

(C) a implantação do regime militar, em 1964, decorreu da crise surgida com a contestação à posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República.

(D) Carlos Lacerda atingiu o apogeu de sua carreira, tanto no jornalismo quanto na política, com a instauração do regime militar.

(E) Juscelino Kubitschek, na presidência da República, sofreu vigorosa oposição de Carlos Lacerda, contra quem procurou reagir.

12) (ENEM/2013)

Diante dessas inconsistências e de outras que ainda preocupam a opinião pública, nós, jornalistas, estamos encaminhando este documento ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, para que o entregue à Justiça; e da Justiça esperamos a realização de novas diligências capazes de levar à completa elucidação desses fatos e de outros que porventura vierem a ser levantados.

(*Em nome da verdade*. In: *O Estado de S. Paulo*, 3 fev. 1976. Aput, FILHO, I. A. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.)

A morte do jornalista Vladimir Herzog, ocorrida durante o regime militar, em 1975, levou a medidas com o abaixo assinado feito por profissionais da imprensa de São Paulo. A análise dessa medida tomada indica a

(A) certeza do cumprimento das leis.

(B) superação do governo de exceção.

(C) violência dos terroristas de esquerda.

(D) punição dos torturadores da polícia.

(E) expectativa da investigação dos culpados.

13) (ENEM/2014)

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) reuniu representantes de comissões estaduais e de várias instituições para apresentar um balanço dos trabalhos feitos e assinar termos de cooperação com quatro organizações. O coordenador da CNV estima que, até o momento, a comissão examinou, "por baixo", cerca de 30 milhões de páginas de documentos e fez centenas de entrevistas.

Disponível em: www.jb.com.br. Acesso em 02.03.2013 (adaptado)

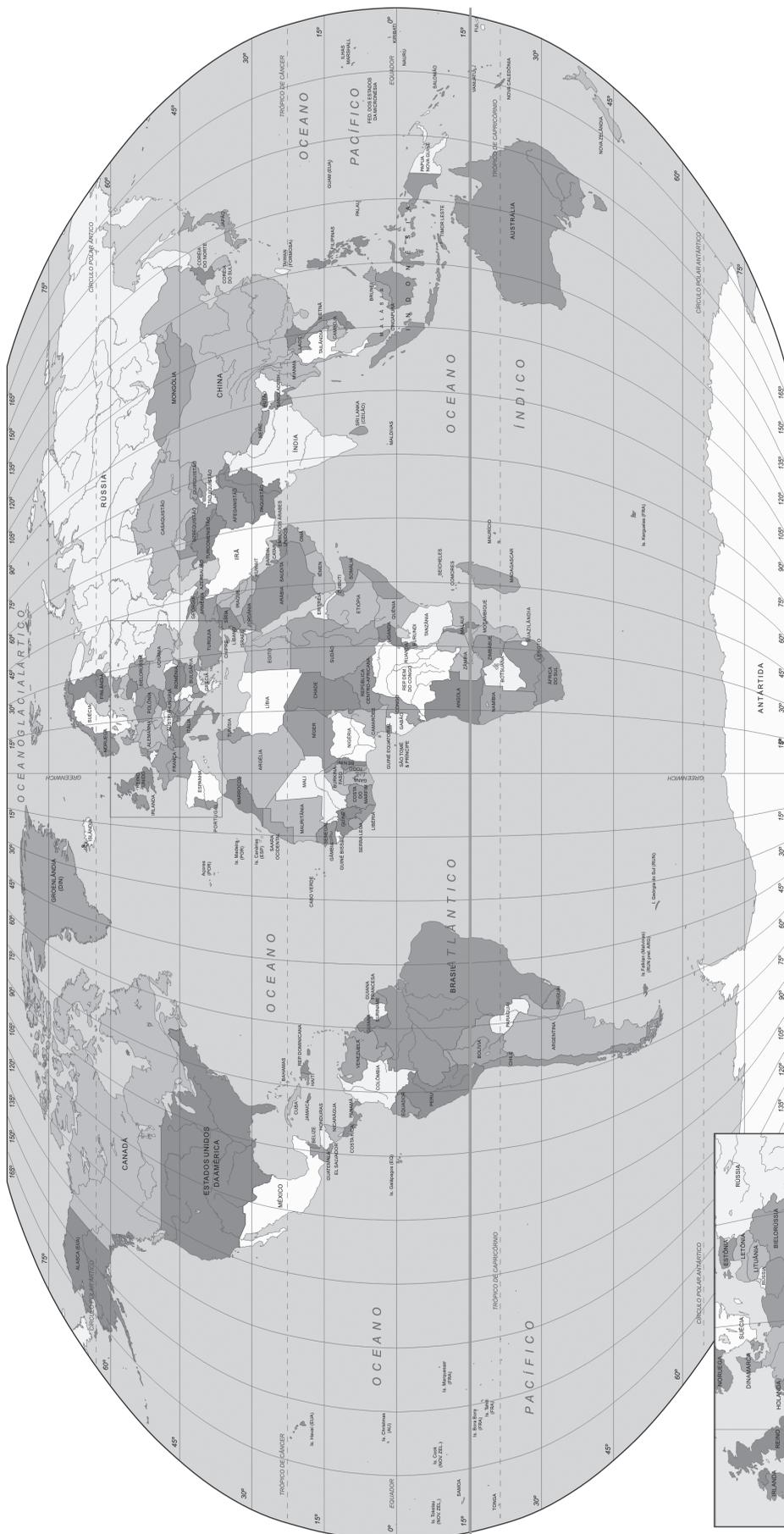
A notícia descreve uma iniciativa do Estado que resultou da ação de diversos movimentos sociais no Brasil diante de eventos ocorridos entre 1964 e 1988. O objetivo dessa iniciativa é.

- (A) anular a anistia concedida aos chefes militares.
- (B) rever as condenações judiciais aos presos políticos.
- (C) perdoar os crimes atribuídos aos militantes esquerdistas.
- (D) comprovar o apoio da sociedade aos golpistas anticomunistas.
- (E) esclarecer as circunstâncias de violações aos direitos humanos.

GABARITO

- 1) B 2) D 3) E 4) D 5) D 6) D
7) D 8) C 9) E 10) B 11) E 12) E 13) E

Planisfério Político



fronteira internacional
rio



